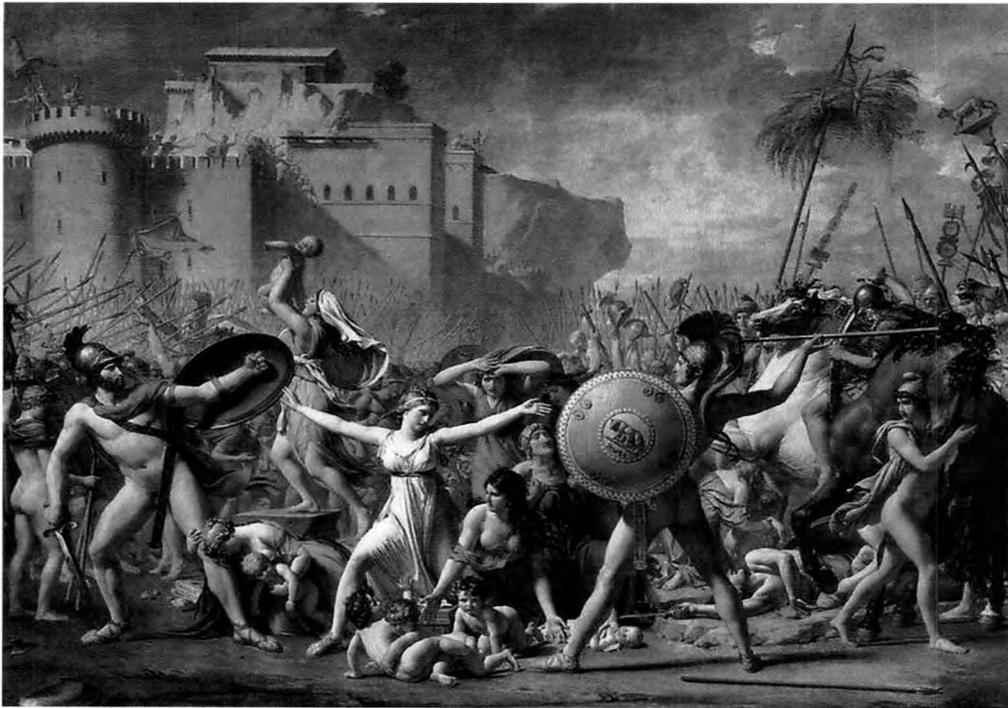




UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA

**OLHARES SOBRE A HISTORIOGRAFIA ANTIGA:
DIÁLOGOS COM TITO LÍVIO**



MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

CAMPINA GRANDE – PB

SETEMBRO DE 2007

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA E GEOGRAFIA
CURSO DE HISTÓRIA**

MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

**OLHARES SOBRE A HISTORIOGRAFIA ANTIGA:
DIÁLOGOS COM TITO LÍVIO**

Monografia apresentada ao Curso de Bacharelado em História, da Unidade Acadêmica de História e Geografia, da Universidade Federal de Campina Grande, para a obtenção do título de Bacharela em História.

ORIENTADORA:

PROF.^a DR.^a MARINALVA VILAR DE LIMA

CAMPINA GRANDE – PB

SETEMBRO DE 2007

MICHELLY PEREIRA DE SOUSA CORDÃO

**OLHARES SOBRE A HISTORIOGRAFIA ANTIGA:
DIÁLOGOS COM TITO LÍVIO**

Aprovada em:

27/09/2007

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Marinalva Vilar de Lima
ORIENTADORA

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha
EXAMINADOR

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza
EXAMINADOR

*Às mulheres de minha vida:
Terezinha (mãe), Jô, Dulce, Mery,
Ana, Corrinha, Patrícia e Peta
(irmãs).*

AGRADECIMENTOS

Mas nada agrada tanto à alma como uma amizade fiel e doce. Que felicidade a de encontrar corações aos quais se possa sem temor confiar quaisquer segredos; consciências, que nos temem menos do que a nossa; companheiros, cuja palavra acalma nossas inquietações, cujos conselhos guiam nossas decisões, cuja alegria dissipa nossa tristeza e cuja vista seja para nós um prazer! (Sêneca, *Da tranquilidade da alma*).

Amigos, professores, familiares, colegas, pessoas... Muitos foram aqueles que ofereceram sua paciência para as plurais necessidades que se desenvolveram ao longo dos mais de quatro anos por mim dedicados para a formação no curso de bacharel em História da UFCG.

Muitas foram as experiências com Marinalva Vilar de Lima que, de orientadora, tornou-se também uma grande amiga. Tive a *fortuna* de conviver com alguém que reúne em si características que, dificilmente, conseguimos encontrar numa só pessoa. Sinceridade na revelação das críticas; criatividade na sugestão de idéias, interação nas relações humanas. *Exemplum* de pesquisadora, professora e pessoa a ser imitado. Agradeço-lhe por acreditar em mim para o desempenho da pesquisa, estimulando-me a prosseguir em seu desenvolvimento; pelo exercício de “dialética” que mantivemos nas situações mais distintas do cotidiano e que alimentavam em mim a “cobiça” e o “prazer” em continuar realizando as atividades acadêmicas; pelo movimento recíproco na relação de amizade que pudemos construir, ora nos momentos de labor, ora nos momentos de ócio.

Agradeço a minha família, cujo incentivo, desde a minha infância, à assinalação profissional e à formação enquanto indivíduo, foi o elemento principal para a consecução de minha formação acadêmica. Minha mãe (Terezinha), que com sua força, inteligência e coragem e com seu interesse infinito por meus estudos, incentivou-me a realizar meus sonhos por via deles. Minhas irmãs, com quem convivo diariamente (Dulce, Mery, Ana e Corrinha) e ocasionalmente (Jô, Patrícia e Peta), que preencheram necessidades emocionais e pragmáticas surgidas ao longo de minha vida, concedendo-me um tipo de afeto que considero peculiar ao espaço familiar. Meu pai (Antonio) que, com seus gestos de carinho, geralmente ocultos, se preocupou em ver-me de algum modo realizada. Meus irmãos, seja os mais próximos (Terceiro e Elias), seja os mais distantes (Euclides e Dé) que, com gestos explícitos ou secretos, de algum modo influenciaram para a efetivação dos meus desejos. Meus sobrinhos (Pedro e Bia), com quem passei momentos agradáveis quando de suas férias aqui na Paraíba. Por fim, reforço a gratidão aos familiares mais próximos pela paciência ao não receberem de

mim a atenção que certamente mereciam nas experiências cotidianas e ao suportarem a instabilidade emocional, que se intensificou nesses momentos finais.

Aos professores: Gervácio Batista Aranha, com quem mantive interlocuções sobre teoria da história que me foram caras para minhas produções como graduanda. Obrigada também pelo constante empréstimo de livros de seu imenso acervo e, sobretudo, pela disponibilidade em discuti-los comigo. France Murachco, pelas aulas de Língua Latina, sem as quais este trabalho seria quase inviável; pelos diálogos sobre o mundo latino/romano, que contribuíram durante a construção de idéias para a produção deste trabalho. Aos demais professores do curso de História da UFCG, pelos debates cotidianos nas disciplinas que me levavam sempre a refletir sobre o *fazer* história. Por fim, àqueles raros professores que ainda se preocupam em elevar a qualidade do conhecimento veiculado e produzido no seio da academia. Creio que, se a eles, outros se aliassem, a universidade pública poderia manter, readquirir ou alcançar mais qualidade.

Aos colegas e amigos do grupo de Estudos Culturais e do núcleo de Estudos Clássicos, por termos construído um espaço profícuo para discussão sobre a produção do saber historiográfico, sobre as sociedades clássicas e sobre outros temas. A outros colegas e amigos do curso, pelas brincadeiras, discussões, interações. Sobretudo, àqueles que se preocupam também em de algum modo contribuir para a produção de conhecimento a partir da provocação de diálogos sérios com seus interlocutores (alunos e professores); àqueles, portanto, que não se limitam a divulgar “rumores privados” e, com isso, a classificar e macular o “outro”, mas que, com amadurecimento intelectual, usam as leituras cotidianamente realizadas para estabelecer diálogos mais saudáveis com o mundo que lhes rodeia.

A Mirella e a Fabiana, primeiras pessoas com quem me relacionei com mais proximidade, ao entrar no curso; a Lauriceia, companheira nas análises de Tito Lívio e nas conversas sobre temas paralelos do cotidiano; a Lidiany, que nos momentos finais de produção deste trabalho, ofereceu-me uma atenção especial, que aliviou sensações de tensão, ligadas tanto ao universo acadêmico, como ao campo emocional.

Não me sinto em dívida com tais pessoas, pois acho que falar dessa forma, sugere a sensação de que estabelecemos meramente relações de sórdidos interesses. Sinto-me, sim, grata pela disposição com que me receberam e aliviaram as angústias próprias ao pesquisador/historiador e ao indivíduo contemporâneo. Considero a academia um espaço de interação humana que supera seu significado associado à construção pragmática do conhecimento “científico”.

Agradeço ainda ao deus Baco, pelos momentos em que libertou minha alma de suas inquietações, reanimando-a, fortalecendo-a, conduzindo-a a experimentar ocasiões agradáveis de “loucura” que se tornaram “restauradoras”.

Por fim, agradeço à Paixão, força que se, para os romanos era um vício, para mim, foi/é o elemento que, diariamente, me impulsionou(a) a buscar sensações diferentes, a amar, a sonhar, a viver...

RESUMO

A monografia analisa a escrita da história de Tito Lívio, historiador romano do séc. I a. C., estudando as interações entre escritor, obra, contexto e outras produções de sua época. Utilizamos como fonte principal a *Ab urbe condita libri* (História de Roma), escrita pelo historiador latino à época do principado de Augusto. Dialogamos com produções de historiadores antigos (Heródoto, Tucídides, Políbio, Tácito, etc.) e de outros escritores clássicos (Cícero, Aristóteles, Horácio, etc.), pensando-as na relação com a obra de Lívio. Assim, problematizamos as estratégias e intenções que perpassam a escrita historiográfica de Lívio, definida, sobretudo por seu “lugar social” e por elementos próprios ao *fazer* historiográfico. Por outro lado, discutimos sua concepção de história a partir de um debate que nos levou a observar noções fundamentais de seu *corpus* textual, tais como: o verossímil, a verdade, o documento, a memória, tradição oral, dentre outras. Analisamos ainda algumas tramas narradas por Lívio, destacando os temas ligados ao civismo e ao poder, na medida em que constituem, aos nossos olhos, os eixos que articulam sua escritura. Por fim, ressaltamos a pluralidade de temas sobre a sociedade romana possíveis de serem explorados a partir das representações de Lívio e que não tiveram nossa atenção neste momento. No entanto, pode ser material de estudo para pesquisas posteriores, bem como, para outros interessados.

PALAVRAS-CHAVES

Historiografia antiga, Tito Lívio, História de Roma; Representações, Verossimilhança.

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO – | 11 |
| CAPÍTULO I – História e historiografia antigas: a construção de um gênero discursivo | 44 |
| CAPÍTULO II – Escrita e oralidade, <i>uerus</i> e <i>uerus similis</i> : estatutos da <i>memoria rerum gestarum</i> de Tito Lívio | 73 |
| CAPÍTULO III – História <i>magistra vitae</i> em Tito Lívio: recepções da escrita pragmática de Políbio | 109 |
| CAPÍTULO IV – Historiografia e civismo: representações sociais da <i>Ab urbe condita</i> | 143 |
| CONCLUSÕES – | 176 |
| BIBLIOGRAFIA – | 179 |
| CORPUS DOCUMENTAL – | 182 |

“Somente a linguagem de uma alma exaltada pode atingir o majestoso e o grandioso. Que ela desdenhe os sentimentos vulgares e batidos; que um entusiasmo sagrado a anime e a arrebate: somente depois ela pronunciará palavras divinas pela boca de um mortal. É impossível alcançar o sublime e o inacessível, enquanto a alma pertencer a si mesma: é preciso que ela se desvie de seu caminho habitual, se liberte; e que, mordendo o freio, arrebate seu cavaleiro e o faça subir a alturas onde jamais ele se arriscaria por si mesmo”.

(Sêneca, Da tranquilidade da alma)

*“O amor queimou meu coração, como
um vento da montanha fustiga as azinheiras.
O amor de novo me perturba e paralisa.
Ao mesmo tempo doce e amargo, é uma serpente invencível.
Tu vieste e eu desejei-te.
Incendiaste o meu coração que arde de desejo”.*

(Safo)

INTRODUÇÃO

A embriaguez, a obscuridade da noite, a mistura de sexos e idades baniram para logo [*sic*] o pudor, abandonando-se todos a todo gênero de excessos – já que cada qual tinha a seu alcance os deleites que mais lhe apeteçiam. O infame comércio de homens e mulheres não constituía o único escândalo daquelas orgias: dali saíam, quais sementes impuras, falsos testemunhos, assinaturas adulteradas, testamentos apócrifos, denúncias caluniosas e, às vezes, envenenamentos e assassinatos tão bem-acobertados que não se achavam os cadáveres das vítimas para dar-lhes sepultura. A astúcia e, mais frequentemente, a violência presidiam a esses atentados; com gritos selvagens, alarido de tímpanos e címbalos, abafavam-se os gemidos dos que eram violentados ou assassinados¹.

Desse modo, Tito Lívio, historiador romano do séc. I a.C., descreve os “mistérios de Baco”, nos informando que foi trazido para Roma por um grego, com o intermédio da Etrúria. Uma “asquerosa mácula” que alcançara a *urbs* como uma epidemia, desonrando-a. Cerimônia em que o pudor, que levou tanto tempo para se consolidar como parte das instituições ancestrais edificadas pelos primeiros romanos, era ultrajado. Nessa “seita” religiosa, os costumes romanos eram invertidos com a experiência de prazeres excessivos e de “vícios monstruosos”: os sexos se confundiam, homens entregavam-se uns aos outros, sacrifícios humanos eram realizados, as sacerdotisas de Baco, com seus cabelos soltos, promoviam “estranhos” rituais, pessoas sumiam de repente, como se fossem arrebatadas pelos deuses, jovens eram assassinados.

Roma vinha se tornando a “senhora do mundo” com as conquistas militares, porém, aos olhos de Lívio, parece pagar um preço muito caro por isso, com a entrada de costumes estrangeiros, vistos por ele como uma abominação. Personificando-se no cônsul Aulo Postúmio que, ao tomar conhecimento das bacanais, procura alertar os romanos sobre o perigo que, então, ameaçava a pátria, Lívio discursa:

Eles [deuses] jamais reconheceram essas divindades estrangeiras cuja infame liturgia enegrece as almas e as empurra como um delírio fanático a um sorvedouro de maldades e aviltamentos (...). Uns acreditam que se trate de um rito particular; outros, que não passam de diversão e prazeres lícitos; mas todos, que essas reuniões são pouco numerosas, qualquer que seja sua finalidade (...). Parte deles são mulheres – origem do mal –, parte efeminados, corruptos ou corruptores, fanáticos embrutecidos pelas noitadas, pela bebedeira, pelo ruído dos instrumentos e pelos gritos noturnos. (...) Que pensareis desses ajuntamentos noturnos onde homens e mulheres se confundem? (...) Confiareis a defesa de honra de vossas esposas e filhas a esses miseráveis manchados de atos de

¹ TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989, v. V, p. 287. Ressalte-se que ao longo deste trabalho, preferimos utilizar as referências da obra de Lívio a partir de sua sistematização “original”, com a seqüência: autor, livro e capítulo. A esses, acrescentamos as páginas e o volume de acordo com a principal tradução que utilizamos. Assim, para esta nota, teríamos: TITO LÍVIO, XXXIX, 8, p. 287, v. V.

prostituição em que foram alternadamente vítimas e autores? (...) Mas a verdade é que nunca a república se viu à mercê de dano maior ou mais contagioso (...) Dia a dia vai o mal crescendo e se espalhando, e já fez demasiados progressos para ficar encerrado mais tempo no âmbito das violências particulares; já se propõem, os infames, atacar o Estado inteiro. Vigiai, cidadãos, do contrário esta reunião celebrada à luz do dia, convocada legalmente pelo cônsul, presto será substituída por um conciliábulo noturno igualmente numeroso².

Lívio, ao assumir a voz de um dos seus personagens, convida os romanos de seu tempo para se contraporem aos excessos que, segundo ele, corrompiam a República romana, construída com as bases sólidas dos costumes ancestrais. Para Lívio, a Roma do período final da República experimentava uma corrupção que já vislumbra no “escândalo das bacanais”, ocorrido no início do séc. II a.C.³. Cerimônia que apenas prenuncia “perigos” ainda maiores que, segundo Lívio, prevaleciam no contexto do séc. I a.C.: guerras civis, valor aos prazeres e excessos, corrupção das instituições ancestrais. Lívio se propõe, então, a historicizar a situação que presenciava, retroagindo a um passado que remete à fundação de Roma para mostrar como esses mesmos costumes que se encontram degradados, foram sendo instituídos. Ao mesmo tempo, como começaram a ser desviados. Trabalho, pois, de um historiador que pretendeu perenizar os costumes de outrora para que não caíssem no esquecimento. Trabalho ainda que, para ser realizado, necessitaria do uso de um tempo considerável de dedicação.

(...) a História irá bem quando os homens de ação passarem a escrevê-la não à maneira atual, como uma atividade acessória, mas quando, acreditando que essa é a mais necessária e mais bela das tarefas, eles se entregarem à mesma ao longo de toda a sua vida com uma dedicação integral (...)⁴.

Como que orientado por esse comentário feito por Políbio no séc. II a.C., Tito Lívio dedicou a maior parte de sua vida à escrita da *Ab urbe condita libri* (História de Roma)⁵, obra constituída por um total de 142 livros⁶ com os quais Lívio pretendia edificar a memória dos feitos do povo romano.

² TITO LÍVIO, XXXIX, 15-16, p. 293-295, v. V.

³ ROBERT, Jean-Noël. *Os prazeres em Roma*. Trad.: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 26.

⁴ POLÍBIOS. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996, p. 418.

⁵ O tradutor que utilizamos traduz a expressão *Titi Livi ab urbe condita libri* como “História de Roma”. Porém, literalmente, tem-se: “Os livros de Tito Lívio desde a fundação de Roma”.

⁶ Lívio escreveu 142 livros, contudo apenas 35 nos alcançaram, constituindo o *corpus* da nossa pesquisa, a partir da tradução de: TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989, v. I-VI. Confrontamos alguns termos dessa, com uma transcrição do texto latino. Cf.: LIVY BOOKS. Disponível em <www.thelatinlibrary.com.br> Acesso em 28 de agosto de 2006. Saliente-se que para todas as citações em latim colocadas neste trabalho, tivemos o texto desse *site* como referência.

Historiador que se preocupou em narrar a sociedade romana a partir de um tempo que remontava à “fundação de Roma”, Tito Lívio nasceu em Patávio, atual Pádua, provavelmente em 59 a. C.⁷ Província romana por Lívio representada, em uma das raras vezes que sobre ela comenta, como um espaço onde os jovens guerreiros exercitavam o amor pela Itália⁸. Ao ver alguns de seus povos serem atacados por lacedemônios, esses jovens combateram-nos em mar e em terra com grande êxito, exercitando sua força e coragem⁹. Lívio diz ainda que os esporões dos navios e os despojos dos lacedemônios foram fixados no templo de Juno, confirmando a informação ao dizer que algumas pessoas de seu tempo ainda os viram em Patávio. Além disso, “*a lembrança desse combate naval é celebrada, todo ano, em solene naumaquia que acontece no centro da cidade*”¹⁰.

Lívio afluiu para Roma logo em sua juventude¹¹, cidade idealizada pelos que moravam em suas vizinhanças por sua grandiosidade arquitetônica, populacional e social¹². Cidade constituída por aproximadamente um milhão de habitantes no final do séc. I a.C.¹³. Cidade ainda onde os jovens poderiam desenvolver seus estudos, pautados, sobretudo na educação apropriada da Grécia, visto que o ensino das letras gregas em Roma constituía uma prática recorrente no tempo de Lívio¹⁴.

Representações de historiadores contemporâneos sobre a *urbs* do contexto de Lívio, dão evidências de uma cidade de ruas estreitas e caminhos sinuosos, com uma grande quantidade de *insulae*, tipo de moradia que crescia verticalmente e, assim, se tornou necessária, em face do crescimento populacional de então¹⁵. Uma cidade, pois, marcada por tumultos e, ainda, por uma “arquitetura do prazer”, com suas termas, anfiteatros e circos¹⁶. Por outro lado, as representações de Lívio apontam a grandeza de Roma, manifestada em seus

⁷ ALBERTO, Paulo Farmhouse. *Introdução*. In: TITO LÍVIO. *História de Roma – Ab urbe condita libri*, livro I. Trad.: Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Inquérito, 1993 (edição bilíngüe), p. 7.

⁸ De acordo com a transcrição do texto latino que utilizamos, Lívio usa esse termo para se referir ao espaço, a chamada península itálica, em que Roma foi crescendo inicialmente, antes das conquistas universais.

⁹ TITO LÍVIO, X, 2, p. 283, v. II.

¹⁰ TITO LÍVIO, X, 2, p. 284, v. II.

¹¹ PEIXOTO, Paulo Matos. *Introdução*. In: TITO LÍVIO. Op., cit., p. 09.

¹² Cf.: CARCOPINO, Jérôme. *O meio físico: a cidade, as suas casas e o seu policiamento*. In: A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império. Trad.: António José Saraiva. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.

¹³ Além dos prováveis 675 mil cidadãos, incluía-se os escravos, os “peregrinos” domiciliados em Roma e uma guarnição de homens que protegiam a *urbe*. Cf.: Idem, ibidem, p. 32. Por outro lado, em sua *Res Gestae*, Augusto coloca que, no terceiro recenseamento feito em seu quinto consulado, computou-se 4.937.000 de cidadãos romanos. Trata-se, logo, da população de todo o império e não apenas da cidade de Roma. Cf.: AUGUSTE. *Res Gestae*. Tradução francesa, cap. 8. Disponível em < <http://www.class.ulg.ac.be> >. Acesso em 12 de junho de 2007 (tradução livre).

¹⁴ TITO LÍVIO, IX, 36, p. 257, v. II.

¹⁵ CARCOPINO, Jérôme. Op., cit., p. 40.

¹⁶ ROBERT, Jean-Noël. *Prazeres e arquitetura: uma arte de viver na cidade*. In: Op., cit.

“marcos urbanos”¹⁷ por excelência: o Fórum, local das assembleias públicas, onde tudo se fazia e se resolvia e o Capitólio, espaço sagrado, restrito a poucos, funcionando também como fortaleza e refúgio¹⁸.

Lívio se mostra deslumbrado diante da “(...) atual magnificência de nossa cidade”¹⁹, com o esplendor do Capitólio, que de um monte ocupado por pastores e constituído por carvalhos, transformou-se num espaço repleto de templos que evocavam a grandeza de Roma. Foi nele onde se consagrou, segundo Lívio, o primeiro templo em Roma, oferecido por Rômulo à recente cidade, homenageando Júpiter Ferétrio, após vitórias com povos vizinhos²⁰.

O *princeps*²¹ Augusto, que alcançou o poder do Principado romano em 27 a.C., a partir de um rol de estratégias políticas com as quais visava a tornar-se o “escolhido dos deuses”²², descreve uma série de obras por ele edificadas e/ou restauradas, que evocam sua tentativa de “restauração” da sociedade, idéia que o aproximava dos objetivos de Lívio. De um lado, reconstrução da Cúria, do templo de Apolo no Palatino, do templo de Júpiter Ferétrio no Capitólio, etc.; de outro, restauração do Capitólio, do Teatro de Pompeu, “(...) todos os dois com muito sacrifício, sem nenhuma inscrição de meu nome” e de quarenta e dois templos da *urbs*²³. Comentário inscrito na *Res gestae divi Augusti*²⁴, material de memória, gravado sobre duas tábuas de bronze que viriam a ser postas no mausoléu de Augusto, na cidade de Roma. Trata-se de uma espécie de epitáfio, material funerário construído geralmente pelo próprio morto, quando em vida, para que o público conhecesse suas ações dignas e virtuosas²⁵. Assim,

¹⁷ “(...) são referências concretas à ação do homem em Roma”. Cf.: SÁ, Maria Yacê Carleial F. de. *A idéia de cidade: a urbe romana de Tito Lívio*. Crato-CE: URCA (Universidade Regional do Cariri), 2003 (monografia de especialização em Estudos Clássicos), p. 95.

¹⁸ Idem, ibidem.

¹⁹ TITO LÍVIO, VI, 4, p. 15, v. II.

²⁰ TITO LÍVIO, I, 10, p. 34, v. I.

²¹ Trata-se do Príncipe, título a partir de Augusto, que significa o “que ocupa o primeiro lugar”, o primeiro entre todos. Logo, o escolhido para comandar Roma. Cf.: FARIAS, Ernesto. *Dicionário Escolar Latino Português*. Rio de Janeiro: FAE, 1991, p. 438-39.

²² A batalha do Ácio (31 a.C.) entre Augusto, que ainda era Otávio, e Marco Antonio, aliado a Cleópatra, resultou na vitória do primeiro que, com isso, deu seu passo fundamental para se tornar o *princeps* romano. Diante das guerras civis, intensificadas após a morte de César em 44 a.C., os republicanos são derrotados e forma-se o segundo triunvirato entre Otávio, filho adotivo e herdeiro de César, Marco Antonio, cônsul que apoiava César, e Lépido, mestre da cavalaria de César. Partilham o mundo entre si: Antonio escolhe o Oriente, Lépido, a África e Otávio, o resto do Ocidente, onde articulava estratégias para destruir Antonio e, com isso, se tornar o “senhor de Roma” e, logo, do mundo. Nesse sentido, Otávio passou a usar estrategicamente a idéia de que Antonio não mais prezava pelos interesses de Roma, mas apenas por um “Oriente monstruoso”. Assim, encontra uma justificativa para agir contra ele, culminando na batalha de Ácio que lhe foi vitoriosa em terra e em mar no ano de 31 a.C.. Cf.: GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Trad.: Isabel St. Aubyn, Lisboa: Edições 70, 1993, p. 50; GRIMAL, Pierre. *O século de Augusto*. Trad.: Rui Miguel O. Duarte. Lisboa: Edições 70, 1997.

²³ AUGUSTE. Op., cit., cap. 19-20.

²⁴ Feitos do divino Augustó. Cf.: Idem, ibidem.

²⁵ Cf.: VEYNE, Paul. *O império romano*. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges. *História da Vida Privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 168.

é que, através do mesmo, aos setenta e seis anos,²⁶ Augusto procurou eternizar suas “virtuosas” ações em vida.

Embora tenha tentado se construir como um “homem simples”, o *princeps* afirma ter promovido ações em Roma que a tornaram uma cidade bem distante do aspecto campestre que lhe marcava outrora. Por outro lado, trata-se de ações que não “restauraram” Roma apenas enquanto um espaço físico, mas, sobretudo como uma instância moral. Daí o enfoque aos espaços religiosos por excelência: os templos. Dos espetáculos e jogos que Augusto afirma ter oferecido ao povo romano, destaca as atividades que poderiam fortalecer o físico e a mente dos jovens, como as caças de animais e os jogos em homenagem ao deus Marte²⁷. Tem-se, pois, uma visão moralista, que informava suas práticas e seu discurso e que constituía seu elemento principal de ligação política com Lívio.

Lívio se preocupou em se construir como um historiador moralista, defensor das virtudes tradicionais, estando, pois, ligado ao mundo das instituições oficiais de Roma. Sua escrita rememora o passado das tradições romanas, bem como, o presente da “*pax augustana*”²⁸, num constante jogo discursivo em que os dois tempos se encontram imbricados. Cruzamentos temporais que resultam, ao menos em parte, das pretensões moralistas de Lívio, na medida em representa modelos de homens, mulheres e costumes de um passado que o remete aos primórdios da fundação de Roma, para serem tomados como referência no presente.

Apropriando-se de elementos estoicos²⁹, provavelmente encontrados em Cícero³⁰, bem como, dialogando com uma sociedade moralista que, no entanto, convivía com práticas consideradas viciosas, Lívio se constrói como sendo contrário à riqueza e à ostentação, ao luxo e aos prazeres. Percepções e práticas que, segundo ele, constituíam claros indícios da corrupção dos costumes tradicionais. Considera que durante muito tempo o povo Romano

²⁶ AUGUSTE. Op., cit., cap. 35.

²⁷ Idem, ibidem, cap. 22.

²⁸ O período da chamada Paz Augustana foi caracterizado por uma política diplomática empreendida por Augusto em relação às regiões conquistadas do Oriente e do Ocidente. Por outro lado, tal período constituiu uma forma sutil e astuta do príncipe romano explorar os povos conquistados, conseguindo estabelecer uma unificação territorial que se pautava na manutenção de relações pacíficas com as províncias romanas, restaurando a unidade entre as mesmas e Roma. Para mais informações sobre a questão, consultar: GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1997; PETIT, Paul. *A paz romana*. Trad.: João Pedro Mendes. São Paulo: EDUSP, 1989. Além do sentido político, a paz se caracterizou por uma tentativa de “restauração” da moral romana de outrora.

²⁹ Para Sêneca, escritor estoico, posterior a Lívio, toda forma de excesso deveria ser abandonada, cabendo ao indivíduo viver em pobreza com a satisfação apenas dos “gostos simples”, evitando, assim, a ambição pela riqueza e sua ostentação: “*Aprendamos a andar com nossas pernas, a regular nosso vestuário e nossa alimentação, não sobre a moda do dia, mas sobre o exemplo dos antigos. Aprendamos em cultivar em nós a sobriedade e a moderar nosso amor ao fausto (...)*”. Cf.: SÊNECA. *Da tranquilidade da alma*. In: AURÉLIO, Marco et al. Os pensadores. São Paulo: Editor Victor Civita, 1973, p. 215.

³⁰ CÍCERO, Marco Túlio. *Do sumo bem e do sumo mal*. Trad.: Carlos Ancêde Nogueê. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

viveu distante da avareza e da luxúria, preferindo a esses valores, a frugalidade e a simplicidade. Porém, “*em nossos dias, com a riqueza veio a cobiça e com a afluência dos prazeres, o desejo de perder tudo e perder-se a si mesmo nos excessos do luxo e do deboche*”³¹.

Cícero, com efeito, apresenta argumentos contrários a experiências ligadas ao hedonismo dos epicuristas, por ele criticado. Considera que, diferentemente do que diz Epicuro, o “sumo bem”, a felicidade, não está na privação da dor, possível a partir dos deleites³². Encontra-se, em verdade, no exercício das variadas virtudes (piedade, bondade, liberalidade, benignidade, generosidade, etc.) que resulta de um sentimento cívico, inato aos homens, segundo Cícero. Virtudes que se fundem numa só: a justiça e, mais precisamente, a honestidade, considerada por Cícero como a própria virtude³³.

Com uma perspectiva que desaprova o ócio, visto associá-lo às práticas corruptas do prazer (*lascivia*), Lívio costuma atribuir ao “outro”, características que constituíam o inverso do que a moral romana pregava, donde se percebe uma defesa do seu lugar a partir de referências externas. Assim, descreve práticas voluptuosas dos cartagineses em Cápua, cidade por ele vista como o símbolo máximo em que os prazeres, que corrompiam as energias dos homens, eram experimentados: “*Sono, vinho, festins, mulheres e banhos, enfim, a ociosidade [otium] que o hábito torna dia a dia mais apetecível, de tal forma enervaram seus corpos e almas (...)*”³⁴. Se, para Lívio, os romanos se tornaram “senhores do mundo”, como efeito do exercício dos costumes tradicionais³⁵, os cartagineses foram derrotados em virtude de seus excessos.

Práticas guiadas pela paixão (*páthos*), condenada por Cícero por se tratar de “perturbações”, instigadas por “afetos viciosos” e não por “impulsos naturais”. Subdividem em quatro espécies: “*tristeza, temor, luxúria e a que os estóicos chamam hedoné – nome que se aplica tanto à alma como ao corpo –, mas que eu prefiro chamar alegria, porque é uma espécie de movimento voluptuoso da alma*”³⁶. Apenas o sábio, estaria delas isento, segundo Cícero.

Lívio, em defesa de uma moral que repudiava o luxo e a “vida fácil”, observadas entre os cartagineses, elogia seus concidadãos: “*(...) quem poderia igualar o soldado romano nos*

³¹ TITO LÍVIO, prefácio. p. 18.

³² CÍCERO, Marco Túlio. Op., cit., p. 14.

³³ Idem, ibidem, p. 189.

³⁴ TITO LÍVIO, XXIII, 18, p. 112, v. III.

³⁵ Idéia que Lívio recepcionou de Políbio. Sobre isso, tratamos no Capítulo III.

³⁶ CÍCERO, Marco Túlio. Op., cit., p. 103.

trabalhos [opere] ou suportar melhor a fadiga [laborem]”³⁷. Prazer e ócio passaram a ser experimentados pelos romanos nos momentos em que não mais preservavam a moral dos tempos de outrora, segundo a qual o romano deveria ser ora soldado ora camponês, cabendo-lhe intercalar, de acordo com a guerra e a paz, esses dois papéis, pois que o repouso prejudicava a coragem e o ardor do guerreiro³⁸.

Nos sécs. II e I a.C., por outra parte, a sociedade romana experimentava substanciais mudanças que iam do campo da política, em seu sentido estrutural, aos valores sociais. A cidade passa a constituir o espaço por excelência de circulação de transeuntes e, assim, do valor ao trabalho e ao mundo campestre, passa-se a valorizar os banhos, os jogos e espetáculos, as festas, dentre outros prazeres. Práticas oferecidas pela *urbs*, mediante interesses de seus políticos, para os romanos viverem o ócio. O dinheiro passa a constituir o instrumento essencial para o alcance de poder político, permitindo ao cidadão romano ostentar suas riquezas, com a compra do que, para os estóicos/moralistas, como Lívio, constituíam objetos de luxo e, por isso, eram desnecessários³⁹.

A multidão da Roma de Augusto promovia práticas em seu cotidiano que causavam escândalo entre os moralistas: homens cortavam e encaracolavam seus cabelos e faziam a barba; o vestuário passa a ser menos severo e rústico, com a introdução do *pallium* e a *paenula*, por exemplo. Tipos de mantos estrangeiros que substituíam a toga oficial por sua praticidade e que eram usados tanto pelo “povo”⁴⁰ como por nobres, geralmente nos momentos privados e/ou de ócio. Seu uso causava indignação em Augusto que os proibia em espaços públicos⁴¹. Assim, Augusto pretendia reorganizar Roma a partir de um eixo moralista, conforme deixa claro em sua *Res gestae*: “*Pelas novas leis votadas sobre minha proposição, eu restabeleci costumes de nossos ancestrais que caem em desuso, e eu mesmo transmiti à posteridade exemplos a serem imitados em muitos domínios*”⁴².

A “desmoralização” da instituição do casamento entre os finais da República e a época imperial, por exemplo, constituía motivo para duras críticas às mulheres por escritores moralistas, que descreviam “vícios”, como suas bebedeiras e comilanças durante banquetes,

³⁷ TITO LÍVIO, IX, 19, p. 233. v. II.

³⁸ ROBERT, Jean-Noël. Op., cit., p. 19.

³⁹ Idem, ibidem, p. 27-28; p. 33.

⁴⁰ O povo em Roma, conforme vimos nas representações de Lívio, de início são os plebeus, estrangeiros que, ainda que tivessem riquezas, não possuíam cargos públicos. Daí as disputas recorrentes com os patrícios, os descendentes dos “fundadores” da cidade, a fim de reivindicar deles participação política. Assim, o povo não se definia enquanto tal por serem “pobres”, do ponto de vista socioeconômico, como se passou a pensar na modernidade, mas por não possuírem um papel político na República, à diferença do patriciado.

⁴¹ GRIMAL, Pierre. *A vida em Roma na Antiguidade*. Trad.: José Daniel Lourenço et al. Lisboa: Europa-América, 1981, p. 83-85.

⁴² AUGUSTE. Op., cit., cap. 8.

ressaltando, sobretudo, a recorrência de divórcios. Práticas que levaram Augusto a instituir leis para suprimi-las. Se no séc. III a.C., tempo em que os valores da tradição ainda eram fortes, apenas o homem podia repudiar a mulher, nos sécs. I a.C. e I d.C., essa o fazia com constância. Algumas chegavam a casar entre oito e dez vezes, como criticam Juvenal e Marcial⁴³. Assim, “*como estamos longe do quadro edificante que nos oferecia a família romana nos tempos heróicos da República!*”⁴⁴.

Em narrativa sobre a época da Realeza⁴⁵, Lívio contrapõe dois modelos de feminino⁴⁶, ao representar práticas de mulheres durante os períodos em que seus maridos estavam na guerra. Deste modo, demonstra sua tentativa moralista de edificar a sociedade de seu tempo. De um lado, a virtuosa Lucrécia que, “*(...) encontrava-se no interior de sua casa, sentada junto com suas servas, e fiava a lã apesar da hora avançada*”⁴⁷. De outro, as outras mulheres, noras do rei, “*(...) para matar o tempo, participavam com as amigas de um suntuoso banquete*”⁴⁸. Estabelecendo hierarquizações das mulheres a partir de uma visão moralista, Lívio observa em Lucrécia o *exemplum* de virtude, no qual as romanas de seu tempo deveriam se espelhar. Apresenta uma percepção ciceroniana de repúdio ao deleite e de valor à virtude enquanto bem supremo: “*nós não podemos admitir que haja o sumo bem independentemente da virtude, sem a qual nada pode haver de excelente*”⁴⁹.

Lívio narra o caso de uma patrícia chamada Virgínia, casada com um plebeu; mulher pudica que construiu o Templo do Pudor plebeu, onde se unia a outras mulheres, castas como ela, para promover cerimônias religiosas. Descreve elementos que deveriam fazer parte do modelo de feminino por ele preconizado:

Nenhuma mulher além das matronas de comprovado pudor, e não tendo senão um só marido, teve o direito de ali sacrificar. Esse culto foi depois substituído por mulheres impuras – não somente por matronas, mas por mulheres de toda classe – e acabou por cair no esquecimento⁵⁰.

Lívio elogia as mulheres que tinham apenas um marido, casavam virgens e eram pudicas em seu casamento. Modelos que, conforme coloca, estavam cada vez mais ausentes

⁴³ CARCOPINO, Jérôme. Op., cit., p. 124-128.

⁴⁴ Idem, ibidem, p. 129. Paráfrase que o autor faz da percepção de Juvenal.

⁴⁵ Grimal aponta três períodos da “civilização romana”, segundo a tradição dos historiadores: a Realeza (séc. VIII-VI a.C.), a República (VI-I a.C.) e o Império (I a.C.-IV d.C.). Cf.: GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1993.

⁴⁶ Lauriceia Galdino dos Santos, aluna do curso de História da UFCG, tem dedicado estudos ao universo feminino, segundo as representações de Tito Lívio. Saliente-se que muitas das idéias aqui desenvolvidas sobre o tema, resultaram dos diálogos com ela estabelecidos.

⁴⁷ TITO LÍVIO, I, 57, p. 98, v. I.

⁴⁸ TITO LÍVIO, I, 57, p. 98, v. I.

⁴⁹ CÍCERO, Marco Túlio. Op., cit., p. 89.

⁵⁰ TITO LÍVIO, X, 23, p. 315, v. I.

em seu tempo; daí sua pretensão em fomentá-los, a partir da “recuperação” de atos como os de Lucrecia e de Virgínia.

Nesse sentido, Lívio comenta sobre uma atitude de um homem público romano que provavelmente seria inesperada em seu tempo. Tito Mânlio Torquato recusou o consulado, para o qual foi eleito, alegando que seus olhos e ouvidos, então falhos após batalhas contra os cartagineses, lhe impediriam de gerir o Estado com responsabilidade. Assim, preferiu que se organizasse uma outra eleição para o consulado, refutando os que insistiam em mantê-lo no cargo, pois que, apenas dessa forma, seria possível manter a península itálica em segurança. Comum nos tempos de outrora, essa prática seria considerada estranha aos olhos dos romanos de seu tempo, sendo, para esses, motivo de zombarias: *“riam-se hoje dos admiradores do passado! Em verdade, ainda que existisse aquela cidade de sábios que os eruditos mais imaginam que conhecem, duvido que ali se mostrassem líderes mais sérios e desinteressados, e o povo mais propenso à ordem”*. Em seu tempo, contudo, até *“(…) a autoridade paterna é desvalorizada e repudiada pelos filhos”*⁵¹.

Tempo em que, além do esforço para manter e/ou “restaurar” uma vida familiar no seio da aristocracia de acordo com a moral “antiga”, Augusto se preocupava em impedir a disseminação de práticas por ele consideradas “antimorais” entre os jovens, reunindo-os em associações semi-religiosas e semidesportivas⁵². Além disso, se preocupava com a formação intelectual daqueles a partir de um fomento à educação literária em que se estudava primeiramente a escrita e a leitura correntes, depois, a gramática e, por fim, a retórica⁵³. Atitudes políticas que visavam a canalizar a vida dos romanos para a prática de atos considerados virtuosos por parte da sociedade da época.

Num contexto, pois, em que a juventude vivia o prazer, o gozo, os espetáculos, os banquetes e as práticas amorosas, situação que causava um tremendo desconforto entre os moralistas⁵⁴, Lívio, considerando-se parte desses, propõe uma moralização dos costumes através da escrita da história. Idéia que encontra um forte respaldo em Augusto que *“propôs o retorno ao caminho da simplicidade e da felicidade através do trabalho”*⁵⁵. Em face de uma “nova moral”, ligada ao prazer e ao ócio, pretendia-se restituir uma “moral laboriosa”, ligada a atividades frugais. Tentativas realizadas por aristocratas (políticos e/ou escritores) que, de

⁵¹ TITO LÍVIO, XXVI, 22, p. 317. v. III.

⁵² GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1981, p. 92.

⁵³ Idem, ibidem, p. 94-95.

⁵⁴ ROBERT, Jean-Noël. Op., cit., p. 34.

⁵⁵ Idem, ibidem, p. 35.

algum modo, viam nesse exercício possibilidades de estabelecer seus poderes e/ou justificá-los.

Lívio faz uma defesa desses ideais augustanos através da representação que constrói para Marco Pórcio Catão, cônsul que, além de excelente estrategista de guerra, era um defensor dos costumes ancestrais: “(...) não exercia sobre ninguém autoridade mais dura e penosa que sobre si mesmo; em frugalidade, vigílias e fadigas [labore], rivalizava com os soldados mais humildes, não tendo nenhum privilégio no exército (...)”⁵⁶. Características que se aproximam das que Augusto tentou construir para si. Elas são ainda mais visíveis num *exemplum* de simplicidade, associada ao trabalho no campo, que Lívio introduz na narrativa ao descrever as atividades de lavoura de um homem que antes fora cônsul, Lúcio Qüincio Cincinato: “aqueles que tudo desprezam no mundo, exceto a riqueza, e acreditam que a honra e o mérito só existem no seio da opulência deveriam meditar sobre o exemplo que se segue”⁵⁷.

Prossegue dizendo que Cincinato, “única esperança do povo romano”, num momento em que os sabinos se aproximavam das muralhas de Roma, encontrava-se à margem direita do rio Tibre, cultivando uma pequena quantidade de terra⁵⁸: “Lá o foram encontrar os emissários do Senado, curvado sobre sua enxada ou ao cabo da charrua”. Elementos simbólicos que o associam a uma vida rústica, experimentada nos momentos de tranqüilidade que lhe foram possíveis durante o afastamento da vida pública. Para o retorno a esta, contudo, cabia a Cincinato se desfazer desse cenário campestre, ao qual estava ligado pela *opera* (atividade do trabalhador)⁵⁹. Termo que na língua rústica associava-se a uma “jornada de trabalho” e ao qual podia se ligar o denominativo *operor* que significa “trabalhar” e, especialmente, “realizar uma cerimônia religiosa”⁶⁰. O trabalho de Cincinato, pois, mais do que uma tarefa cotidiana, parece tomar o sentido simbólico de sacrifício aos deuses.

Quando a delegação enviada pelo Senado chega, e o vê arando a terra, “(...) após uma troca de saudações, pediu-lhe que vestisse a toga para ouvir, em seu próprio benefício e em benefício da república, uma comunicação do Senado”. Em seguida,

⁵⁶ TITO LÍVIO, XXXIV, 18, p. 383. v. IV.

⁵⁷ TITO LÍVIO, III, 26, p. 236, v. I.

⁵⁸ Quatro jeiras de terra, equivalente a oitenta m².

⁵⁹ ERNOUT, A. MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932. Sentido que vai aparecer também no termo *opfarôn*: “sacrificar” (p. 675-676). A palavra *opus*, “trabalho”, próximo do nome de ação *ops*, *opis* (“abundância”) (p. 672), termo personificado/divinizado em *Opis*, mulher de Saturno, deusa da abundância. Logo, *ops* pertencia de início ao falar rústico.

⁶⁰ Idem, *ibidem*, p. 675-676.

Assustado, Quíncio perguntou: ‘Tudo vai bem’ e pediu a Racília, sua mulher, que fosse depressa buscar a toga na choupana. Limpou-se da poeira e do suor e apresentou-se vestido com a toga. Imediatamente os delegados proclamaram-no ditador, felicitaram-no e pediram-lhe que viesse a Roma, informando-o do pânico que reinava no exército⁶¹.

Símbolos de uma vida rústica se sobressaem na narrativa: a terra, a enxada, a charrua, a choupana, a poeira e o suor. Eles foram largados por Cincinato para que pudesse voltar ao exercício do *negotium* na condição de homem público, após esses momentos de ócio, que foram bem aproveitados com o exercício do labor. Esse, então, aparece associado aos costumes morais de Roma, sobretudo por ser executado no espaço simples e tranqüilo do campo. Lívio quer mostrar a seus leitores que para alcançarem as honrarias públicas, os homens não precisavam, por exemplo, ostentar suas riquezas com o embelezamento da cidade ou com distribuição de trigo. Bastava-lhes agir virtuosamente, como o fez Cincinato. Para Lívio, era preciso ensinar aos homens de seu tempo, atolados em guerras civis, resultantes da cobiça pelo poder, que “(...) *o favor e as honras chegam por vezes mais facilmente aos que não as solicitam*”⁶².

Advindo de uma rica família da cidade de Patávio⁶³, Lívio ocupou um lugar aristocrata na sociedade romana, conforme sugere as representações que elabora sobre patrícios (*nobilis*) e plebeus (*humilis*)⁶⁴, na maioria das quais defende os interesses políticos dos primeiros. Nesse sentido, Lívio narra a assinalação pública de um jovem nascido como *humilis*⁶⁵ chamado Caio Terêncio Varrão, representando-o como um aproveitador que conquistou a popularidade e, por seqüência, cargos públicos, a partir do uso de sua oratória em praça pública para defesa de causas e homens vis em detrimento dos “homens de bem”. Lívio associa suas origens a um pai açougueiro que “(...) *com as próprias mãos trinchava a mercadoria; e o próprio filho labutara naquele mister servil*”⁶⁶. Labor desprezível, visto ser executado, no geral, por servos, à diferença do *labor* dos soldados nas guerras, por exemplo, elogiado por Lívio pelo seu caráter moral e patriótico.

⁶¹ TITO LÍVIO, III, 26, p. 236, v. I.

⁶² TITO LÍVIO, IV, 57, p. 372, v. I.

⁶³ PEIXOTO, Paulo Matos. Op., cit., p. 09.

⁶⁴ Conforme FARIAS, Ernesto. Op., cit., p. 256, temos: *nobilis*: conhecido, célebre, de boa origem, nobre, etc.; *humilis*: que está no chão, baixo, pouco elevado, humilde, de baixa condição, abjeto, etc.

⁶⁵ Segundo Carcopino, no séc. II d. C., tem-se em Roma dentro do quadro social dos homens livres, os humildes, uma “plebe de pessoas insignificantes”, como sendo aqueles que constituíam a mais baixa posição na hierarquia social romana, definida pelos níveis de fortuna. Pessoas que eram desprovidas, segundo o autor, de possibilidades de alcançar honrarias. Cf.: CARCOPINO, Jérôme. Op., cit., p. 75. Em Lívio, observa-se, por outro lado, um humilde que ascendeu socialmente não pela quantidade de riqueza, mas pela conquista de cargos públicos e, assim, trata-se de um exemplo que serve como contraponto às colocações de Carcopino.

⁶⁶ TITO LÍVIO, XXII, 25, p. 42, v. III.

Após conquistar, sequencialmente, os cargos de questor, edil e pretor, Varrão alcança a mais alta magistratura, o consulado, por meio de sua arte de falar, com a qual se articulou à plebe⁶⁷. Dessa, era um homem *sui generis*, segundo Lívio, que, assim, o rebaixa por sua origem. Por outro lado, Varrão atacava com toda a força os patrícios,⁶⁸ a quem, ao se tornar cônsul, destilou terríveis “arengas rancorosas”; gestos criticados por Lívio que, assim, deixa claro sua contraposição à ascensão ao consulado de um mero *humilis*. Já para Paulo Emílio, cônsul patrício que assumiu essa função junto com Varrão, à época da chamada segunda guerra púnica, Lívio constrói representações como um político sensato e sincero, cujas palavras ao seu adversário eram desprovidas de provocações, rancores e de um tom áspero⁶⁹. No máximo, dizia a “verdade” sobre Varrão, que é a mesma “verdade” sobre o plebeu construída por Lívio.

Aristocrata, porém sem *dignitas*⁷⁰, a menos que consideremos que o exercício de sua escrita da história tenha lhe concedido-a. Dedicou seu ócio, se assim conceituarmos quem não exercia o negócio público, a um labor ainda mais doloroso, pois que para sua execução teve que despender boa parte de sua vida. Embora, pois, com pouca experiência no campo da política, Lívio demonstra um vasto conhecimento sobre seu funcionamento em Roma, cidade que parecia ser minuciosamente conhecida por ele. Costuma se referir a sua constituição física, social e política durante seu presente, num recorrente exercício de comparação entre esse tempo e o passado. Considerando-se um escritor interessado em auxiliar a república romana a partir do exercício de uma escrita da história, Tito Lívio se preocupa em comentar as dificuldades pelas quais passou para a execução de sua *immensa opera*⁷¹.

Obra a que atribui o termo *labor* e, portanto, a considera um resultado de seu sofrimento, sua pena, seu sacrifício. Idéia que aparece numa espécie de “prefácio” que escreveu no livro XXXI, ao afirmar que os sofrimentos (*laboris*) dos que participaram da guerra púnica foram por ele compartilhados, ao deslocá-los para sua escrita⁷². Em seu prefácio, afirma que o prêmio para seu *labor* seria a possibilidade de se afastar, pelo menos por um tempo, dos males que então afligiam sua época⁷³. Porém, mais relevante do que isso no exercício do conhecimento dos fatos, seria a exposição de *exempla* providos de ensinamentos, úteis aos leitores. Ato que faria de Lívio ao mesmo tempo um historiador e um

⁶⁷ Costuma usar três termos no texto para se referir aos homens de “baixa condição”: *plebs* (plebe), *populus* (povo) e *volgus* (vulgo).

⁶⁸ TITO LÍVIO, XXII, 35, p. 52, v. III.

⁶⁹ TITO LÍVIO, XXII, 38, p. 55-56, v. III.

⁷⁰ Cargos públicos.

⁷¹ Imensa obra.

⁷² TITO LÍVIO, XXXI, 1, p. 197, v. IV.

⁷³ TITO LÍVIO, prefácio, p. 17.

homem público, fronteiras tênues no mundo antigo. Ainda que, à diferença de outros escritores antigos, Lívio não tivesse cargos públicos oficiais, a relação entre o historiador e o homem público torna-se visível, sobretudo quando se observa sua preocupação em construir uma imagem do *princeps* Augusto associada à “restauração” moral, política e física de Roma.

Há indícios, além dos que se vislumbram em toda a *Ab urbe condita*, de que Lívio mantinha com Augusto relações de *amicitia*⁷⁴, termo que neste caso, talvez, poderemos associar à idéia de “clientela”⁷⁵. Dessa forma, consideramos Lívio uma espécie de “cliente” do “patrono” Augusto; relação que não implica num financiamento da obra pelo segundo. Indica, acima de tudo, um tipo de elo político, construído, de um lado, pela defesa do projeto augustano por Lívio e, de outro, pelo fomento aos costumes tradicionais pelo *princeps* que, assim, agia conforme as intenções moralistas/ tradicionais do historiador. Hipóteses que se respaldam nas referências explícitas e implícitas a Augusto na *Ab urbe condita*. Lívio o elogia a partir de referências ora à “paz” que afirma marcar a Roma de seu tempo, ora a ações de outros políticos que se destacaram no passado e que recebem na obra feições que os aproximam de Augusto.

Apologias explícitas à “paz” do principado de Augusto foram observadas em raras passagens da obra de Lívio, suficientes, no entanto, para o argumento antes elaborado: “(...) no reinado de César Augusto, após a batalha de Ácio, quando os deuses permitiram que a nossa geração pudesse ver restabelecida a paz na terra e no mar”⁷⁶; “Ouvi pessoalmente César Augusto, que construiu e restaurou todos os nossos templos (...)”⁷⁷; “(...) que perdure o amor por essa paz na qual vivemos e a preocupação em manter a concórdia entre os cidadãos”⁷⁸.

Se a obra de Lívio foi ou não de algum modo patrocinada por Augusto; se o historiador costumava ou não freqüentar a casa do *princeps*, como nos diz Tácito, não podemos afirmar como certo e nem o importa. Porém, podemos considerá-lo verossímil, pois que nas representações elaboradas por Lívio se vislumbra um esforço por justificar o poder e o projeto político de Augusto a partir de uma exaltação às suas práticas e, sobretudo, a partir de uma tentativa de moralização da sociedade romana da época.

⁷⁴ TÁCITO. *Anais*. Trad.: J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre/Recife: W. M. Jackson Inc. Editores, 1965, p. 174.

⁷⁵ Veyne associa as nomeações no campo da política via recomendação como *amicitiae*, atribuindo a essa a tradução de “clientela”. Cf.: VEYNE, Paul. Op., cit., p. 106.

⁷⁶ TITO LÍVIO, I, 19, p. 45, v. I.

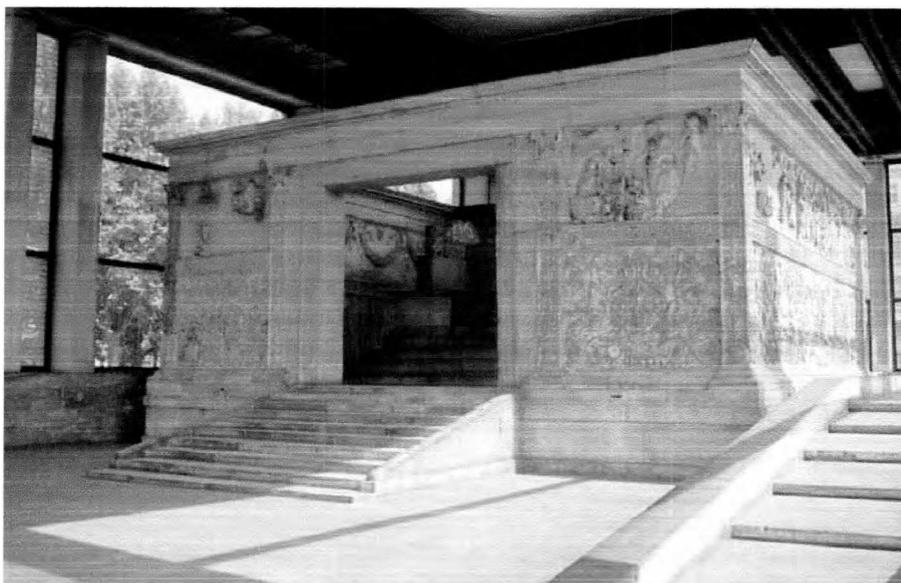
⁷⁷ TITO LÍVIO, IV, 20, p. 325, v. I.

⁷⁸ TITO LÍVIO, VIII, 19, p. 234, v. II.

Neste contexto, outros escritores do séc. I a.C., figuram entre aqueles que celebraram a “paz” de Augusto, caso de Ovídio:

O próprio poema conduziu-nos até o altar da Paz.
 O dia é o segundo a contar do final do mês.
 Vem, Paz, de cabelos atados com as ramagens de Áccio,
 Deixa-te ficar gentil na terra inteira.
 E embora faltem inimigos e faltem também motivos para os triunfos,
 Tu serás glória maior do que a guerra para os nossos generais.
 Que o soldado traga armas apenas para conter as inimigas armas,
 Que a feroz tuba jamais cante a não ser nos solenes cortejos.
 Que o mundo, o mais perto e o mais longínquo, viva em terror dos filhos de Eneias,
 E se alguma terra houver que não tema Roma, que a ame.
 Trazei incenso, sacerdotes, para as chamas do altar da Paz,
 Que uma alva vítima caia, a fronte golpeada.
 E implorai aos deuses, que são favoráveis aos piedosos votos,
 Que a casa que garante a paz em paz para sempre viva⁷⁹.

O poeta se refere ao monumento *Ara pacis Augustae*, fazendo um chamamento para que todos para ele se deslocassem a fim de que promovessem sacrifícios e, com isso, celebrassem a “paz” conquistada por Augusto após suas vitórias na Hispânia e na Gália em 13 a. C., ano em que, para celebrá-las, o Senado decretou a construção do monumento. Inaugurado em 9 a.C., a obra foi “escolhida” pelo *princeps* dentre as variadas sugestões do Senado⁸⁰, constituindo um material que justificava seu programa político.



*Ara Pacis Augustae*⁸¹

⁷⁹ OVÍDIO. *Fastos* (1,709-719) Apud ALBERTO, Paulo. F. O simbólico na construção da imagem e do programa ideológico de Augusto: os mitos da fundação de Roma. *Revista Agora*, Lisboa, n. 6, 2004, p. 11.

⁸⁰ ALBERTO, Paulo. F. Op., cit., p. 01.

⁸¹ O Altar da Paz de Augusto. “*O Ara Pacis é uma edificação retangular, de mármore, dentro da qual se encontra o altar propriamente dito (junto ao chão, há orifícios para escoar o sangue dos animais sacrificados).*”

Augusto comenta em sua *Res gestae* sobre uma “disposição espontânea”⁸² do Senado em honrá-lo, como se a mesma não resultasse de suas articulações políticas, num momento em que tal instituição não tinha o mesmo poder que vemos em toda a narrativa de Lívio sobre a República:

Quando eu retornei da Espanha e da Gália a Roma, após ter realizado com sucesso minhas empreitadas nessas províncias (...), o Senado decidiu consagrar para meu retorno o altar da Paz de Augusto sobre o Campo de Marte, sobre o qual ele ordenou que os magistrados, os senadores e as Vestais fizessem um sacrifício anual⁸³.

A obra constitui-se de uma série de símbolos da herança cultural romana, distribuídos em diferentes baixos-relevos. Neles, há representações de Enéas, dos espaços de fundação da cidade e dos gêmeos Rômulo e Remo, do deus Marte, dentre outras⁸⁴. Elementos que evidenciam usos feitos por Augusto da simbologia da tradição romana para a construção de seu programa político.

Apesar de exaltar a paz de Augusto, no poema em que se refere ao *Ara pacis*, Ovídio parece ter se destacado, sobretudo por seus poemas de amor. Ainda que se trate de uma obra com intenções voltadas, acima de tudo, para ensinamentos no campo da conquista do Amor, na *Ars amatoria*⁸⁵, Ovídio também direciona elogios a Augusto: “(...) *criança, ele comanda guerras acima das capacidades de uma criança*”⁸⁶. Prossegue, relacionando o *princeps* a César, considerando-o um governante legitimado pelos auspícios do pai: “*É sob os auspícios e com a alma de seu pai, criança, que você irá comandar a armada, e você vencerá sob os auspícios e com a alma dele. Semelhante começo convém a um tão grande nome, você que hoje é o príncipe da juventude deve sê-lo um dia da velhice*”⁸⁷.

Por outro lado, colocando-se como homem de seu tempo, Ovídio censura a moral romana tradicional, localizada no passado, por considerar que negava a vivência dos prazeres do amor. “*Que outros sintam simpatia pelo passado! Eu me felicito por ter vindo ao mundo só agora. Este século me agrada*”⁸⁸. Distanciando-se, portanto, da idéia de fomento à tradição, Ovídio faz um elogio a Roma de seu tempo, considerando a do passado, marcada por

As paredes externas são cobertas de frisos que retratam temas mitológicos e uma procissão religiosa atendida por Augusto, sua família e amigos”. Disponível em <www.cbca-ibs.org.br>. Acesso em 12 de junho de 2007.

⁸² AUGUSTE. Op., cit.

⁸³ Idem, ibidem, cap. 12.

⁸⁴ ALBERTO, Paulo. F. Op., cit., p. 02.

⁸⁵ OVÍDIO. *A arte de amar*. Trad.: Dúnia Marinho da Silva. Porto Alegre: L&PM, 2006.

⁸⁶ Idem, ibidem, p. 25.

⁸⁷ Idem, ibidem, p. 25.

⁸⁸ Idem, ibidem, p. 84-85.

uma “simplicidade rústica”, não aprazível aos seus olhos enquanto poeta do presente e admirador do espaço da *urbs*, em detrimento do campo:

Agora, Roma está resplandecente de ouro e possui imensas riquezas do mundo que ela dominou. Vejam o Capitólio de hoje e o de outrora (...). Hoje a Cúria é verdadeiramente digna de tão nobre assembléia; ela era de palha quando o rei Tácio exercia o poder. O Palatino onde se erguem brilhantes edifícios, sob a proteção de Apolo e de nossos fundadores, o que era? Uma pastagem para bois de lavoura⁸⁹.

Ovídio se refere ao Palatino como um dos espaços em que se observa o esplendor e a riqueza da Roma de seu tempo, após o domínio da cidade sobre o mundo. Augusto, todavia, com um movimento de fomento à simplicidade na vida cotidiana⁹⁰, construiu sua imagem como um morador de uma casa modesta, localizada no monte/bairro Palatino, espaço que, a partir dele, tornou-se exclusivo aos Césares⁹¹. Monte ainda em que Rômulo, primeiro dos sete reis de Roma, foi criado pelo pastor Fáustulo. Foi aí onde o rei lançou os primeiros fundamentos de Roma, segundo Tito Lívio⁹². Lugar, enfim, por esse sacralizado a fim de associá-lo ao “divino” Augusto.

Ovídio não se mostra diretamente contrário às ações políticas de Augusto, pois que chega a enaltecê-lo como o político que estava prestes a dominar todo o universo, restando, para isso, apenas a conquista do Oriente. O ataque, todavia, era direcionado às tradições romanas que, no séc. I a.C., eram substituídas por práticas consideradas viciosas pelos moralistas, a exemplo do adultério⁹³. A esse, Ovídio fazia apologias, ao valorizar o amor em detrimento do casamento. O próprio Augusto, ao perceber a recorrência do adultério, estabeleceu leis que exilava os adúlteros e confiscava seus bens, impedindo ainda o seu casamento⁹⁴. Leis que visavam a manter as tradições, elemento essencial para a formatação do projeto político do *princeps*.

À diferença do “poeta do Amor”, exilado por Augusto⁹⁵, os poetas do chamado “círculo literário”, como Virgílio, Horácio e Propércio, produziram boa parte de suas obras sob a tutela de Mecenas, aristocrata da confiança de Augusto, que rodeou esse de letrados⁹⁶. Prática que constituía uma tradição antiga em Roma, pois que os generais romanos

⁸⁹ OVÍDIO. Op., cit., 2006, p. 84.

⁹⁰ GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1981, p. 77-78.

⁹¹ CARCOPINO, Jérôme. Op., cit., p. 37.

⁹² TITO LÍVIO, I, 5-7, p. 26-28, v. I; 12, p. 36, v. I.

⁹³ CARCOPINO, Jérôme. Op., cit., p. 122.

⁹⁴ Idem, ibidem, p. 122.

⁹⁵ GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1997, p. 76.

⁹⁶ Idem, ibidem, p. 55.

costumavam contratar poetas para celebrar suas vitórias. Além disso, as famílias aristocratas traziam para seu “círculo”, homens de letras para que esses perenizassem seus feitos, desviando-os do esquecimento⁹⁷. No caso do “círculo augustano”, tratou-se, sobretudo, de um empreendimento que visava a fomentar a produção de obras que servissem para um presente imediato e menos para a imortalização da glória do *princeps*.

Formou-se, então, um “círculo” de escritores a serviço do *princeps* para construir suas representações e as de Roma com elementos que pudessem justificar seu poder e torná-lo “eterno”. À escrita caberia boa parte dessa função, sobretudo às obras poéticas que, num momento de seu esplendor, se sobrepunham ao universo da prosa⁹⁸. O chamado período clássico da literatura latina, marcado pelas produções de Virgílio, Horácio, Propércio, dentre outros poetas, foi contemporâneo à ascensão de Augusto ao poder, o que sugere um forte elo entre poesia e política⁹⁹. Elo que se sobrepunha ao vínculo entre história e política¹⁰⁰.

Virgílio escreveu a *Eneida*¹⁰¹, obra que se tornou um clássico já no período de Augusto, chegando a ser usada na educação da época. Encomendada por Mecenas ou pelo próprio *princeps*, o fomento à epopéia resultava do interesse político desse que nela vislumbrava uma possível contribuição para a reorganização do poder que, então, tentava estabelecer em Roma¹⁰².

O poeta narra a trajetória do herói Enéas, enviado pelos deuses para construir uma “Nova Tróia” na região do Lácio, península itálica, após a derrota dos troianos pelos gregos. Juntamente com seu filho Ascânio, descendente da *gens Iulia*, seu pai Anquises, sua esposa Creusa e outros troianos, Enéas levava consigo os deuses penates e os objetos de culto, bases para a fundação de Roma, a Tróia reconstruída. Constituição familiar que representa o formato idealizado pela moral tradicional romana, segundo a qual se tinha a figura do *pater familias*, a mulher, os filhos e os seres divinos¹⁰³.

Virgílio coloca Enéas sempre entre a ira de Juno e a proteção de Vênus. Foi-lhe necessário, para heroicizar o troiano, descrever também um percurso envolto por perigos resultantes das articulações da deusa Juno. Contudo, trata-se de perigos que sempre são superados pelos deuses que impulsionam Enéas ao Lácio. Cada momento vivenciado por Enéas constitui uma etapa que levará ao seu destino maior e, assim, a Virgílio foi necessário

⁹⁷ GRIMAL, Pierre. Op., cit, 1997, p. 55.

⁹⁸ Idem, ibidem, p. 76.

⁹⁹ Idem, ibidem, p. 56.

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 76.

¹⁰¹ VERGÍLIO. *Eneida*. Trad: Carlos Alberto Nunes. São Paulo: A Montanha Edições, 1981.

¹⁰² GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1997, p. 61.

¹⁰³ ROBERT, Jean-Noël. Op., cit., p. 18.

colocar o herói experimentando os mais terríveis sofrimentos, impossíveis de serem por ele controlados; sofrimentos que, por sua vez, teriam um fim já estabelecido: fundar as bases de Roma.

Virgílio pretende, assim, demonstrar que os destinos de Enéas e de Roma eram inexoráveis e conjugados. Mais do que isso, o poeta aspirava construir um elo entre o herói troiano e o *princeps* Augusto, elaborando versos em que Enéas aparece como uma representação desse que, à semelhança de Augusto, tinha uma missão preparada pelos deuses de “refundar” uma cidade: Tróia/Roma.

Augusto, portanto, justifica seu poder a partir de uma associação a Enéas, enviado dos deuses, que possui, além dos caracteres morais por ele preconizados, um vínculo com a própria *gens Julia*, da qual o *princeps* fazia parte por ser filho adotivo de Júlio César¹⁰⁴. Assim, a *Eneida* possui uma dupla função para o projeto augustano: estabelece uma ligação entre Enéas e Augusto por sugerir que ambos advêm de uma mesma *gens*; justifica que ambos possuíam um destino de (re) fundar Tróia/Roma.

Além disso, Virgílio articula outras estratégias textuais para justificar o poder de Augusto. Ao descrever o sofrimento e morte de alguns troianos motivados pelos planos maléficos da deusa Juno, coloca que o deus Netuno interveio na terrível situação restituindo a mansidão do mar. Gesto que compara com a ação de um homem que acalma uma cidade então marcada por revoltas, donde sugere-se uma representação possível de Augusto:

Como por vezes ocorre em cidades de muitos vizinhos,
quando rebenta revolta e dispara o povinho sem brio,
já voam pedras e fochos, as armas a luta improvisa;
mas, se de súbito surge um varão de aparência tranqüila
e comprovado valor, todos calam e atentos o escutam;
com seu discurso as vontades compõe, o furor dulcifica:
da mesma forma cessou o barulho das vagas (...)¹⁰⁵.

O poeta parece estar se referindo ao período da *pax romana*, para a descrição da qual Horácio¹⁰⁶, por sua vez, cria em seus poemas metáforas que evocam a harmonia da natureza, chamando o leitor para fugir aos males de uma “ímpia geração”¹⁰⁷ e a se dirigir a lugares onde

(...) o tigre ao cervo crie,
o milhafre¹⁰⁸ à pombinha unir-se venha,

¹⁰⁴ GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1997, p. 64.

¹⁰⁵ VERGÍLIO. Op., cit., p. 13.

¹⁰⁶ HORÁCIO. *Odes e epodos*. Trad.: Bento Prado de Almeida Ferraz. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

¹⁰⁷ Idem, *ibidem*, p. 233.

o rebanho confiante ao fero lobo
 não tema e o bode, lisa a pele, da água
 do mar se dessedente (...) ¹⁰⁹.

Horácio coloca que até a água do mar matará a sede do bode; que o lobo conviverá harmonicamente com o rebanho. Todos se encontram numa perfeita paz, ao passo que apenas o “povo indócil” permanece no “lugar maldito” ¹¹⁰. O poeta cria um cenário campestre, ao qual Augusto costumava se associar para se construir como um “homem simples”. Espaço de “felizes campos” e “ilhas fortunadas”; de “terra fértil” onde a vinha florescia; de “montanhas elevadas” e campos em que chuva e sol se equilibravam. Lugar onde a violência inexistia e nenhuma doença penalizava os rebanhos. Representação da “idade de ouro”, para onde os romanos deveriam afluir a fim de se desviarem da corrupção dos costumes, que pairava sobre Roma:

(...) Essas paragens, Jove
 as reservou para uma raça pia,
 quando inquinou de ferro a idade de ouro;
 endureceu os séculos, primeiro,
 com o bronze; depois, mais com o ferro,
 dos quais fuga se deu ao homem pio,
 sendo eu próprio o profeta que o predisse ¹¹¹.

Horácio justificou, então, o projeto de Augusto, deslocando para a poesia, com uma beleza e um encantamento que lhe eram singulares ¹¹², representações do que, segundo ele, se experimentava e/ou dever-se-ia se experimentar durante o principado daquele: a paz, a harmonia, a concórdia. Representações que se ligam a valores que em seu tempo se dissipavam e que evocam o campo como um espaço onde se poderia deparar com uma felicidade não acessível na cidade, lugar onde os prazeres se disseminavam já no séc. II a.C. ¹¹³ Assim, seus textos, mais do que uma representação do real, constituíam uma representação do que desejava que o fosse ¹¹⁴.

Nesse sentido, Tito Lívio escreveu a *Ab urbe condita* num contexto de vastas produções no campo da poesia, cujos escritores se aproximavam dele em dois pontos

¹⁰⁸ Ave de rapina européia.

¹⁰⁹ HORÁCIO. Op., cit., p. 233.

¹¹⁰ Idem, ibidem, p. 235.

¹¹¹ Idem, ibidem, p. 237.

¹¹² GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1997, p. 79.

¹¹³ GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1993, p. 163.

¹¹⁴ CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 19.

principais: vivenciaram uma Roma marcada por tensões políticas e práticas “viciosas”, no momento da transição da República para o Principado; representaram uma Roma associada aos valores da tradição. Dessa forma, construíram discursos guiados por suas intencionalidades, vinculadas ao projeto de quem se queria responsável por reestruturar a *urbs*: o *princeps* Augusto.

A poesia, com sua “linguagem divina”, era considerada o gênero por excelência que poderia celebrar os feitos e o programa político do “divo” Augusto¹¹⁵. À diferença dos últimos anos da República, em que prosa e poesia se equilibravam, com as produções de Júlio César, Salústio, Cícero, Lucrécio e Catulo, por exemplo, o período do principado augustano caracterizou-se por uma maior presença da poesia¹¹⁶. Pierre Grimal¹¹⁷ associa essa mudança à instauração de um novo regime político. Período em que os discursos oratórios perderam o espaço que tiveram no seio da política durante a República.

O gênero da história, por sua parte, poderia contribuir para os intentos políticos de Augusto a partir de um exercício pelo qual mostraria como as tradições romanas foram se desgastando e como era possível e preciso “restaurá-las”¹¹⁸. Lívio assume esse papel, retomando um modelo antigo de história, produzido pelos analistas, que narravam os feitos do povo romano, a cada ano, desde suas origens. Distingue-se, pois, de seus contemporâneos, cujas produções tratavam de acontecimentos particulares¹¹⁹.

De um lado, Lívio representa uma Roma desarmônica, com narrativas sobre disputas entre seus concidadãos e sobre práticas viciosas e, de outro, uma Roma em que a harmonia, a simplicidade e a concórdia constituíam os elementos que orientavam as ações humanas. Se a primeira se associa a Roma que Lívio visualiza em seu tempo, marcado por intensas disputas de poder, a última trata-se de uma Roma por ele idealizada para aquele; uma Roma em que a paz e a concórdia deveriam dá o tom à sociedade¹²⁰.

Neste último caso, percebe-se uma representação da sociedade romana muito mais como resultado dos anseios de Lívio que, dessa forma, tentava também modificar as práticas dos romanos de seu tempo. O tempo em que os prazeres e os vícios, para ele, arruinavam Roma já estava sendo finalizado pelas ações de Augusto, pois que se Lívio interroga-se em seu prefácio sobre como “(...) o relaxamento dos costumes e como sua decadência cada vez mais acentuada levou-os à queda brusca de nossos dias, quando a corrupção tanto quanto

¹¹⁵ GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1997, p. 79.

¹¹⁶ Idem, ibidem, p. 76.

¹¹⁷ Idem, ibidem.

¹¹⁸ Idem, ibidem, p. 77.

¹¹⁹ Idem, ibidem, p. 78.

¹²⁰ TITO LÍVIO, VIII, 19, p. 234, v. II.

*seus remédios nos parecem insuportáveis*¹²¹, por vezes, no *corpus* da obra, como já colocamos, exalta a “paz” que considerava caracterizar seu tempo. A despeito das guerras civis que marcaram o período dos chamados primeiro e segundo triunvirato¹²², anteriores à ascensão do *princeps*, durante seu principado, Roma, aos olhos de Lívio, já dava claros sinais de “restauração”.

Todavia, segundo Grimal, conforme já comentamos, o “século de Augusto”¹²³ foi marcado por redefinições de valores e práticas, pelas quais os jovens resistiam à moral tradicional. Paul Veyne coloca como já entre os sécs. I a.C. e I d. C., as ações políticas na sociedade romana eram caracterizadas pela corrupção, pois que os indivíduos agiam em função, sobretudo de suas intenções privadas, para alcançar o poder público¹²⁴.

Tem-se, portanto, no contexto augustano, disputas entre práticas e representações: de um lado, há um conjunto de textos que pretende moldar a realidade, o que não significa que consegue, e, de outro, uma série de práticas que vai de encontro ao que tais textos preconizavam. Assim, vemos uma relação entre autor (Lívio) e leitor (aristocratas romanos) caracterizada, de um lado, pela tentativa do primeiro em fomentar na sociedade aristocrata de sua época a retomada de práticas virtuosas de outrora e, de outro, uma recepção do leitor que promove desvios quando das apropriações dos textos que, podem, por outro lado, nem ao menos terem sido lidos. De toda forma, temos em mãos um conjunto de representações que constroem uma versão sobre o real ou do que queriam que esse fosse¹²⁵.

Para conferir embasamento a sua obra, Tito Lívio encontrou um argumento considerável: Roma possuía um destino (*fatum*)¹²⁶, palavra ligada ao verbo falar (*falare*), que indica a própria “fala dos deuses”¹²⁷. Trata-se de um fim já estabelecido pelas divindades, mas que dependia das ações humanas para ser efetivado. Daí a tese que perpassa sua obra: Roma possuía um destino como “maior *imperium*”¹²⁸ do mundo” para a execução e/ou manutenção do qual necessitava do exercício das práticas e costumes da tradição. A Augusto, “consagrado pelos augures”¹²⁹, cabia o cumprimento desse destino, que se confundia com o seu. O nome *augustus* deriva de *augur* que significa “presságio favorável” ou ainda, “aquele que dá os

¹²¹ TITO LÍVIO, prefácio, p. 18.

¹²² GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1993, p. 50.

¹²³ GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1997.

¹²⁴ VEYNE, Paul. Op., cit., p. 103-121.

¹²⁵ Idéias construídas a partir de: CHARTIER, Roger. Op., cit., p. 123.

¹²⁶ “*Mas o destino (fatis) exigia, creio eu a fundação desta grande cidade e a criação do maior império do mundo abaixo do poder dos deuses*”. In: TITO LÍVIO, I, 4, p. 25, v. I.

¹²⁷ ERNOUT, A. MEILLET, A. Op., cit., p. 360.

¹²⁸ Poder soberano, supremo poder, comando militar. Daí a associação do termo a um Estado Imperial. Cf.: FARIAS, Ernesto. Op., cit., p. 265.

¹²⁹ ERNOUT, A. MEILLET, A. Op., cit., p. 84.

presságios assegurando a elevação de uma empresa”¹³⁰. Daí a escolha desse nome que o tornava um ser “escolhido pelos deuses”.

Consideramos que Lívio usa de forma estratégica a crença no destino, colocando-se como um indivíduo que nele crê a fim de dificultar a percepção por seus leitores de suas intenções políticas, vinculadas ao *princeps*. Age, portanto, como um mediador entre Augusto e os cidadãos romanos, utilizando como instrumento sua *memoria rerum gestarum*¹³¹.

A obra de Lívio contempla um período de mais de setecentos anos: da chegada de Enéas ao Lácio até a morte de Druso em 9 a.C., filho do que viria a ser o segundo *princeps* romano, Tibério. Para alguns, Lívio iniciou a escrevê-la aproximadamente entre 29 e 27 a.C., dedicando mais de quarenta anos para a realização de um trabalho¹³² que tinha Roma como tema central.

O material que nos restou da *Ab urbe condita*, pode ser subdividido em duas partes principais: do livro I ao X, Lívio articula sua escrita a partir do uso da tradição oral e da escrita (historiadores predecessores); no livro I, dá conta do período da Realeza (753-509 a.C.), narrando a fundação de Roma e como a mesma foi sendo edificada física e moralmente a partir da criação de suas instituições e das guerras com povos vizinhos; a partir do livro II, aparece uma Roma republicana, já marcada por graves disputas internas entre patrícios e plebeus, que chegavam a superar as guerras externas contra povos, como os volscos, gauleses e samnitas; finaliza essa primeira década, com uma narrativa da vitória dos romanos sobre os samnitas em 293 a.C. Do livro XXI ao XLV, Lívio enfoca, de um lado, as guerras (segunda guerra púnica e guerras macedônicas) que levavam Roma cada vez mais ao seu lugar como “senhora do mundo” e, de outro, as experiências na cidade, ora virtuosas, ora viciosas.

Em toda a obra, Lívio intercala acontecimentos internos e externos, narrando, pois, desde as guerras até as práticas sociais dos romanos em seu cotidiano. Observamos que na “primeira parte”, as questões do cotidiano são mais presentes, talvez pelo próprio uso que o historiador promoveu de tradições orais, que aparecem com mais frequência na primeira década. Nessa, da tradição dos analistas, sobressaem-se Licínio Mácer, Valério Ântias e Élio Tuberão¹³³. Na “segunda parte”, se sobressai o uso de Políbio como fonte básica, bem como, de alguns analistas, como Célio Antípatro, Cláudio Quadrigário e Valério Ântias¹³⁴.

¹³⁰ Idem, *ibidem*, p. 84.

¹³¹ Memória (escrita) dos feitos acontecidos. No caso de Lívio, trata-se da memória das ações do povo Romano.

¹³² ALBERTO, Paulo F. Op., cit., 1993, p. 10.

¹³³ Idem, *ibidem*, p. 13.

¹³⁴ Idem, *ibidem*, p. 14.

Além do prefácio que introduz a obra, Lívio apresenta outros três, a partir dos quais observamos um plano de escrita baseada em pêntades ou em décadas. No livro VI, resume o que escreveu nos cinco anteriores, dando a impressão que planejou sua obra em pêntades:

Em cinco livros expus os feitos realizados pelo povo romano desde a fundação de Roma até sua conquista, história [res] que abrange primeiro o domínio dos reis e, em seguida, o dos cônsules, dos ditadores, dos decênviros e dos tribunos consulares. Relatei as guerras no exterior e as discórdias civis¹³⁵.

Em seguida, comenta sobre a dificuldade de narrar sobre coisas em demasiado antigas, dada a raridade de materiais; por fim, afirma que passará a relatar os feitos da cidade após sua “refundação”, levada a efeito por Marco Fúrio Camilo, diante de seu incêndio pelos gauleses¹³⁶. No livro XXI, há um outro prefácio em que Lívio introduz o leitor numa parte de sua obra em que narrará a chamada segunda guerra púnica. Faz um comentário que se aproxima do que escreveu Tucídides¹³⁷ em seu prólogo:

Ao encetar esta parte de minha obra, seja-me permitido dizer o que a grande maioria dos historiadores coloca ao começar suas obras: que passo a narrar a mais memorável de todas as guerras jamais acontecidas, a que, sob o comando de Aníbal, os cartagineses moveram ao povo romano¹³⁸.

No início do livro XXXI, comenta sobre seu alívio em concluir a narrativa das guerras púnicas, deixando indícios que planejou sua obra também em décadas:

Também eu me alegro – como se estivesse partilhado pessoalmente seus sofrimentos e perigos – por ter chegado ao fim da guerra púnica. Com efeito, após ousar escrever toda a história [res] de Roma, seria mais que inconveniente para mim demonstrar cansaço a cada etapa de uma obra tão longa¹³⁹.

A obra de Lívio teve como material de escrita o *volumen* e não o *codex* que substituiu o rolo apenas no séc. II d.C.¹⁴⁰: “Tenho ainda o que contar das guerras samnitas, cuja narrativa, ininterruptamente continuada, já nos levou a meu quarto volumen¹⁴¹ (...)”¹⁴². Cada

¹³⁵ TITO LÍVIO, VI, 1, p. 09, v. II.

¹³⁶ TITO LÍVIO, VI, 1, p. 09, v. II.

¹³⁷ “O ateniense Tucídides escreveu a história da guerra entre os peloponésios e os atenienses, começando desde os primeiros sinais, na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores, pois via que ambas as partes estavam preparadas em todos os sentidos”. Cf.: TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1986, p. 19.

¹³⁸ TITO LÍVIO, XXI, 1, p. 365, v. II.

¹³⁹ TITO LÍVIO, XXXI, 1, p. 197, v. IV.

¹⁴⁰ CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da Leitura no Mundo Ocidental*. São Paulo: Ática, 2002, V. I, p. 17-18.

¹⁴¹ Rolo de papiro usado para se escrever obras. Sobre a passagem do *volumen* ao *codex*. Cf.: CAVALLO, Guglielmo. *Entre o volumen e o codex: a leitura no mundo romano*. In: idem, *ibidem*, p. 71-102.

¹⁴² TITO LÍVIO, X, 31, p. 328, v. II.

volumen corresponde a um livro, conforme as transcrições e traduções contemporâneas, pois que, com efeito, Lívio escreveu quatro livros (do VII ao X) sobre as guerras contra os samnitas. Durante a República, as obras, após escritas, eram copiadas nas casas de seus próprios escritores e/ou de seus protetores para, em seguida, serem distribuídas às pessoas com quem estabeleciam relações. Todavia, simultaneamente às construções de bibliotecas públicas, após a primeira ter sido fundada por Júlio César, foi aparecendo em Roma, à época imperial, ocupação dos livreiros-editores, dos quais tinha-se “*Dorus aonde se ia comprar Tito Lívio e Séneca*”¹⁴³.

Obras que, até o séc. II d.C., tinham os livros de rolo como suporte, que não permitia ao leitor/autor escrever simultaneamente ao ato da leitura, como o fazemos contemporaneamente, visto que as duas mãos ficavam mobilizadas para se segurar o rolo de papiro ou de pergaminho. No máximo, o leitor poderia ditar suas reflexões acerca do texto lido a um escriba, informação que diferencia os historiadores antigos da imagem do pesquisador moderno: estudioso rodeado por uma série de fontes e livros, estando possibilitado a comparar e consultar variadas obras ao mesmo tempo¹⁴⁴. Para Roger Chartier, “*imaginar Platão, Aristóteles ou Tito Lívio como autores supõe imaginá-los como leitores de rolos que impõem suas próprias limitações*”¹⁴⁵.

Nesse contexto, entendemos que a obra selecionada para nossa investigação possui especificidades próprias ao seu tempo. Ao ser por nós manipulada, no entanto, ela viveu, junto conosco, uma espécie de “ritual de renovação”, com o qual experimentamos novos ares, descobrimos, a cada página (re)lida, sensações diferentes. Experiência de leitura da *Ab urbe condita* de Tito Lívio.

* * *

O interesse pelo tema da história em Tito Lívio se desenvolveu no decorrer do primeiro semestre de 2005, durante o curso da disciplina *Roma: sociedade e cultura na época imperial*¹⁴⁶. A oportunidade de estabelecer um ensaio de pesquisa, numa disciplina de

¹⁴³ CARCOPINO, Jérôme. Op., cit., p. 238.

¹⁴⁴ CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad.: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes, São Paulo: editora da UNESP, 1998, p. 24.

¹⁴⁵ Idem, ibidem, p. 24.

¹⁴⁶ Disciplina ministrada pela Prof.^a Marinalva Vilar de Lima.

graduação, que resultou na produção de um artigo¹⁴⁷, abriu caminhos para uma pesquisa mais sistematizada que passamos a desenvolver sobre a temática da história em Lívio.¹⁴⁸

Naquele momento, os clássicos começaram a se sobrepor à neblina que durante muito tempo os tornaram invisíveis no curso de História da UFCG. Heródoto, Tucídides e o próprio Tito Lívio eram conhecidos “por ouvir falar” via alguns textos de comentadores. Seus textos não eram tomados como fontes para se estudar o mundo antigo¹⁴⁹. Informe que se tornou mais evidente quando percebemos que o projeto do qual fazíamos parte, foi o primeiro da área de História antiga no curso de História da UFCG a ser aprovado pelo PIBIC/CNPq.

Consideramos que essa situação resulta(va), talvez, do pouco estímulo a estudos de textos de uma “cultura clássica”, distante da nossa “cultura regional”, a quem deveríamos canalizar nossos esforços, em razão da proximidade espacial, temporal e, até mesmo, “cultural”, que manteria conosco. Nesse sentido, no máximo, acessávamos a historiografia antiga a partir de manuais que se pretendiam dá conta de toda a produção historiográfica, desde a antiguidade à contemporaneidade¹⁵⁰.

Podemos resumir em alguns pontos a visão convencional sobre a historiografia antiga e a forma como essa é/foi pensada por boa parte de seus comentadores: 1) Direção da maior parte dos estudos para o mundo grego, donde os romanos são construídos como meros preservadores da cultura historiográfica produzida pelos gregos¹⁵¹; 2) Produção de um tipo de análise sobre os pares do passado em que se estabelece listas dos mesmos, concedendo-se um espaço restrito para a referência sobre suas respectivas produções¹⁵²; 3) Ausência de estudos

¹⁴⁷ CORDÃO, Michelly P. S.; LIMA, Marinalva V. *Olhares sobre a historiografia latina: um diálogo com Tito Lívio*. In: ARAÚJO, Orlando L.; LIMA, Marinalva V. *Ensaio em Estudos Clássicos*. Campina Grande: UFCG, 2006, p. 171-184.

¹⁴⁸ A pesquisa foi realizada a partir de 2005, sob a orientação da Prof.^a Marinalva Vilar de Lima, mediante a execução de um projeto, intitulado *Nas trilhas livianas: história e tramas da Roma imperial*, encaminhado ao PIBIC/CNPq. Projeto que foi renovado pela segunda vez em 2007, e que tem previsão de ser finalizado em julho de 2008.

¹⁴⁹ Ressalte-se que esses diálogos com os textos clássicos só se tornaram possíveis com o incentivo da Prof.^a Marinalva Vilar de Lima que, ao assumir as disciplinas referentes à antiguidade clássica em 2005, passou a utilizá-los como material principal, possibilitando aos alunos o contato com o vasto universo da produção da escrita clássica.

¹⁵⁰ Trata-se de espécies de manuais que geralmente visam a possibilitar uma iniciação ao estudo da história. No geral, estabelecem como preocupação produzir listas de historiadores desde a antiguidade até a contemporaneidade, apresentando meras informações acerca da história e dos historiadores e, portanto, não abrindo espaço para problematizações. Cf.: BESSELAAR, José van den. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Editora Herder, 1968; GLÉNISSON, Jean. *Iniciação aos estudos históricos*. São Paulo-Rio de Janeiro: Difel, 1979. Cite-se também trabalhos de “historiadores da literatura” que montam uma vasta lista de escritores do mundo latino, incluindo literatos e historiadores, descrevendo “vida e obra” dos autores e, por vezes, se referindo ao estilo com que escreveram seus textos. Cf.: PARATORE, Ettore. *História da literatura latina*. Trad.: Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1987.

¹⁵¹ Visão que aparece, por exemplo, em: MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004.

¹⁵² Exercício comum nos manuais, sobre os quais comentamos em nota anterior.

específicos sobre cada historiador, a partir dos quais fosse possível se construir um tipo de compreensão que se distanciasse das convencionais generalizações; 4) Promoção de análises das idéias dos autores desencarnadas do contexto social que as tornaram possíveis.

Nossa análise se fundamenta num tipo de interesse que se pretende estudar: *como* e com quais intenções as representações livianas foram construídas; quais as marcas que peculiarizam a obra de Lívio como historiográfica; como esse concebe a idéia de história e como se relaciona com outros escritores; como, enfim, dialoga com a sociedade da qual era partícipe.

Roger Chartier¹⁵³, ao convidar seus pares para uma reflexão sobre como a história foi pensada e escrita ao longo dos tempos, nos ajudou a perceber a necessidade de se analisar Lívio. Suas teorizações se circunscreveram num contexto de “crise de identidades”, num “tempo de incertezas”, em que a história, sob o convite da revista dos *Annales*, no final da década de 1980, passava por intensos debates epistemológicos concernentes ao estatuto do que o historiador fabricava. As críticas eram direcionadas aos paradigmas que tinham sido hegemônicos nas décadas de 1960 e 1970: o marxismo e o estruturalismo¹⁵⁴. Os historiadores afirmavam se encontrar num momento de dúvidas e incertezas sobre o que produziam. As certezas que haviam sido elaboradas por esses paradigmas, caíram por terra, incitando os historiadores a encontrar nas produções passadas elementos que pudessem lhes fornecer respaldos para o estatuto dos textos que produziam. Pareciam acreditar que a revisão do que foi feito pelos antecessores poderia amenizar as agonias de um tempo em que a identidade do historiador havia sido abalada.

Conforme François Hartog¹⁵⁵, o materialismo histórico, o estruturalismo e a história quantitativa, compreensões renovadas da história como ciência em relação ao “positivismo” do século XIX, dirigiram as produções no século XX. Então, se torna inteligível o “clima” de tensão na década de 1980, em que os referidos paradigmas pareciam insuficientes para o historiador dialogar com um contexto em que as certezas se encontravam debilitadas. Necessitava-se, a partir daquele momento, interrogar os pares do passado¹⁵⁶.

Dos estudos produzidos sobre o tema da História que tomam as idéias e os conceitos como instâncias desencarnadas, característico da chamada história das idéias e/ou

¹⁵³ Tais textos, escritos na década de 1980, podem ser vistos na seguinte obra: CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990.

¹⁵⁴ CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad.: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002, p. 61-62.

¹⁵⁵ HARTOG, François. *O século XIX e a História: o caso de Fustel de Coulanges*. Trad.: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.

¹⁵⁶ Idem, *ibidem*, p 15.

intelectual¹⁵⁷, tentamos promover um tipo de exercício historiográfico que desde a década de 1980 tem se tornado freqüente e necessário na Academia. São estudos que, se apropriando, por exemplo, da compreensão de Michel de Certeau¹⁵⁸, segundo a qual uma “operação historiográfica” se constitui de um lugar social, de uma prática e de uma escrita, passaram a analisar as produções dos pares do passado enquanto *corpus* escriturísticos resultantes de um lugar singular e da forma como o historiador com ele dialoga. O historiador, nesse sentido, passa a ser visto como um sujeito ativo e como produtor de textos detentores de uma historicidade específica, percepção que nos leva a sobre eles discorrer a partir de um respeito as suas condições de possibilidades.

Respalado nesses argumentos, é que Hartog¹⁵⁹, ao analisar como Heródoto representa o “outro” em suas *Histórias*, construiu para essas representações que desviaram o historiador do lugar, para ele construído no séc. XIX, ora como o “historiador das guerras médicas”, ora como o “mentiroso”, tornando-o um “rapsodo da alteridade”¹⁶⁰. Apropriando-se de Certeau, Hartog construiu uma espécie de “método” de estudo que se propõe a “fazer com” o texto, explorando-o e dele pouco saindo, visto o pouco conhecimento sobre a biografia e o contexto sociocultural e político de Heródoto. Coloca que, por isso, é necessário considerar a organização interna da narrativa, questionando sobre os códigos e símbolos nela implícitos e sobre como é estruturada a partir do interesse em alcançar um destinatário grego do séc. V a.C. Considera que nesse tipo de exercício de análise, é que reside a contribuição teórica da história antiga, pois que leva a reflexões sobre o que é fonte e o que é documento¹⁶¹.

¹⁵⁷ Cf.: CHARTIER, Roger. *História intelectual e história das mentalidades: uma dupla reavaliação*. In: op., cit.

¹⁵⁸ CERTEAU, Michel de. *A operação historiográfica*. In: *A escrita da história*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 65-119.

¹⁵⁹ HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

¹⁶⁰ Idem, ibidem, p. 316-317.

¹⁶¹ HARTOG, François. Op., cit., 1999, p. 319.

Em nível de Brasil¹⁶², já há um interesse pelos pares do passado. Alguns estudiosos já se dispuseram a analisar os historiadores antigos a partir de uma discussão sobre o estatuto de seus textos ou sobre elementos que os caracterizam. Porém, são produções difíceis de serem acessadas: a maior parte não é publicada, caso de teses, dissertações e monografias¹⁶³, algumas se encontram em artigos publicados, esparsamente, em revistas especializadas no mundo clássico¹⁶⁴, outras provavelmente são publicadas, mas não são veiculadas com facilidade, com exceção de algumas que conseguimos acessar¹⁶⁵.

Observamos a ausência de trabalhos específicos sobre o “Lívio historiador”, diante da leitura de um quadro de comentadores que o dissociam desse lugar, ao alegarem, a partir de uma leitura dicotômica de sua obra, que essa estaria mais associada aos gêneros poético e retórico do que ao gênero historiográfico¹⁶⁶. Estudar o tema da história se tornou, a nosso ver, necessário a fim de argumentarmos que a obra de Lívio se constitui como parte desse gênero que, a despeito dos deslocamentos pelos quais passou ao longo dos séculos, se mantém como uma tradição na contemporaneidade.

Por ser pouco estudada no universo acadêmico brasileiro, selecionamos a obra de Lívio como material de estudo, sobretudo por percebermos os elementos de possíveis contribuições para o debate concernente à escrita da história na contemporaneidade. Consideramos, portanto, que a fonte principal deste trabalho se constitui como uma espécie de

¹⁶² Das primeiras discussões no Brasil sobre a escrita da história, cite-se LAPA, José Roberto do Amaral. *Historiografia brasileira contemporânea: a história em questão*. Petrópolis: Vozes, 1981. Ao estabelecer uma discussão sobre a historiografia brasileira contemporânea na década de 1970, sistematiza os conceitos de História, conhecimento histórico e historiografia. Para ele, *História* constitui a “realidade objetiva”, sobre a qual o que designa de *conhecimento histórico* produz uma representação de caráter científico mediante regras, leis teóricas e métodos. A *historiografia*, por outra parte, constitui uma análise crítica do conhecimento histórico e de seu processo de produção, donde se estuda as vicissitudes e a “evolução” pelas quais aquele passou. Por outro lado, Jurandir Malerba organizou um livro, publicado em 2006, endereçado ao público brasileiro, com o objetivo de apresentar os problemas para a construção de uma teoria da historiografia, exercício que justifica como caminho relevante para um aprimoramento da prática do que chama de “história da historiografia”: uma análise da escrita da história. A coletânea reúne textos que contemplam desde discussões concernentes ao conceito de historiografia a reflexões sobre uma epistemologia da história, apresentando discussões de escritores “pós-modernos” e “modernos”. Preocupa-se em chamar a atenção dos historiadores para uma reflexão teórica acerca de um campo de investigação que, aos seus olhos, se encontra em experimentação no Brasil: a historiografia. Cf.: MALERBA, Jurandir (org.). *A História Escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006.

¹⁶³ Cf.: MORELO, Sonila. *A relativização da verdade em Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (dissertação de mestrado).

¹⁶⁴ Cf.: JOLY, Fábio Duarte. *Teleologia e metodologia históricas em Tácito*. In: *História Revista*. Goiânia: UFG (editora de mestrado em História), jul./dez. 2001.

¹⁶⁵ Maria Aparecida Silva publicou sua dissertação, em que analisa Plutarco (séc. I d.C.) como historiador, problematizando as leituras sobre ele construídas que o viam como um mero biógrafo, dissociado da tradição historiográfica. Cf.: SILVA, Maria Aparecida de Oliveira. *Plutarco historiador: análise das biografias espartanas*. São Paulo: EDUSP, 2006.

¹⁶⁶ Citamos e problematizamos esses comentadores no Capítulo II deste trabalho. Há uma monografia de especialização que estuda a idéia de cidade em Tito Lívio, constituindo um dos poucos trabalhos dos que conhecemos a conceder um espaço textual maior a Lívio. Cf.: SÁ, Maria Yacê Carleial F. de. Op., cit.

onda impulsionadora, que nos coloca num movimento de idas e vindas entre o mundo clássico e o contemporâneo.

Por outro lado, realizar uma pesquisa em historiografia clássica no Nordeste brasileiro nos impôs algumas limitações, com as quais tivemos que lidar a fim de que não se tornassem empecilho para o desenvolvimento da pesquisa: 1) dificuldade de acesso ao vasto *corpus* documental produzido por escritores clássicos que ainda nos alcançou; 2) ausência de traduções em língua portuguesa de obras que poderiam nos auxiliar na construção de argumentos mais consolidados acerca da historiografia romana; 3) dificuldade técnica de acesso a materiais, seja fontes clássicas, seja textos de comentadores (monografias, teses e dissertações não publicadas), existentes em outras universidades do Brasil, a exemplo da Universidade de São Paulo (USP); 4) por fim, assinala-se ainda que a obra de Lívio, base de nossa pesquisa, possui uma dupla problemática: trata-se de uma tradução portuguesa; o texto latino ao qual tivemos acesso, não constitui, em verdade, o “original”, visto se tratar de uma de suas transcrições feitas *a posteriori*¹⁶⁷. No caso da última ressalva, todos os classicistas se encontram com essa limitação, pois que são via transcrições, feitas em larga escala no período medieval, que acessam os textos clássicos.

Consideramos, no entanto, que o trabalho se tornou viável a partir de um exercício que se apropriou da tradução portuguesa sistematizada por Paulo Matos Peixoto da *Ab urbe condita*, da transcrição dessa em latim¹⁶⁸, de outras traduções portuguesas de partes da obra de Lívio¹⁶⁹, de textos de comentadores do mundo greco-romano e de Tito Lívio e de outras fontes clássicas (Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Políbio, Cícero, etc.)¹⁷⁰. Portanto, se não pudemos acessar um material mais vasto, queixa de todo pesquisador, o que localizamos nos abriu plurais caminhos para o que pretendemos promover: uma “história da história”¹⁷¹ de Tito Lívio.

¹⁶⁷ Sobre a tradução e a transcrição do texto em latim que utilizamos, já comentamos no início desta Introdução em nota.

¹⁶⁸ A leitura de alguns conceitos em latim da obra de Lívio se tornou possível a partir das aulas de Latim ministradas pela Prof.^a France Murachco, seja quando do curso de extensão oferecido pela Unidade Acadêmica de Letras da UFCG, seja em “aulas particulares”. Salientamos ainda que os prováveis erros dos termos usados em latim, resultam do nível de incipiência de nosso estudo da língua. Contudo, consideramos necessário usá-los, pois que apenas assim pudemos construir argumentos minimamente fundamentados sobre a concepção de história liviana.

¹⁶⁹ SEBASTIANI, Breno Battistin. *O prefácio de Tito Lívio*. In: Tito Lívio e Cipião Africano: a construção da personagem histórica. São Paulo: 2002, p. 21-23. (tradução do prefácio); TITO LÍVIO. *História de Roma – Ab urbe condita libri, livro I*. Trad.: Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Inquérito, 1993 (edição bilingüe); TITO LÍVIO. *Ab urbe condita, prefácio* Apud HARTOG, François. A História de Homero a Santo Agostinho. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 203-207.

¹⁷⁰ Ver referências desses materiais nos itens Bibliografia e *Corpus* Documental, ao final deste trabalho.

¹⁷¹ Terminologia apropriada de: CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990. Para este autor, tal exercício implica num estudo que articula obra, autor, destinatário e contexto. Percepção que contribui para estudarmos Lívio.

Com um movimento de constante diálogo entre teóricos contemporâneos da história, comentadores da escrita clássica e a fonte principal de nossa investigação, é que pudemos construir uma metodologia que levasse em conta as especificidades de uma escrita do mundo antigo e, ao mesmo tempo, tentasse articulá-la com a produção e os interesses contemporâneos.

Acreditamos que, se de um lado, não é possível renunciar aos conceitos de teóricos da história, âncoras de uma pesquisa historiográfica, por outro, faz-se necessário uma atenção redobrada quando da sua ligação com a fonte em questão. Isso porque se as lentes teóricas do historiador constituem um guia indispensável para a leitura do passado, podem, por outro lado, levá-lo a caminhos confusos, influenciando-o na construção de um passado desprovido de um mínimo de referência de si próprio, na medida em que pode ser completamente encoberto por uma neblina de conceituações do presente.

Nesse sentido, utilizamos, de início, as discussões de Roger Chartier¹⁷² pelas orientações que nos concedeu para o estudo da obra de Tito Lívio a partir da relação entre a mesma e seu contexto de produção. Para Chartier, “*as representações do mundo social (...) são sempre determinadas pelos interesses do grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos preferidos com a posição de quem os utiliza*”¹⁷³. Concepção que nos permitiu problematizar a relação de Lívio com o projeto político de Augusto e, dessa maneira, observar, em sua escrita, o que Certeau designa de “não-dito”¹⁷⁴.

A partir do conceito de Representação, associado a dois significados principais (memória de uma ausência, exibição de uma presença), Chartier considera possível aos historiadores dialogarem com o passado e/ou com o presente¹⁷⁵. Cabe a eles localizarem as representações em seus respectivos contextos de produção a fim de que possam atentar para seus vínculos com outras produções da mesma época, com o universo de leitores para quem são endereçadas e, por fim, com as intenções de outros atores sociais. Chartier chama a atenção ainda para a forma como as representações podem ser apropriadas por seus leitores, propondo estudos que analisem como elas “*(...) afetam o leitor e conduzem a uma nova forma de compreensão de si próprio e do mundo*”¹⁷⁶. No caso da fonte em questão, tivemos dificuldade em estudar sua recepção dentro do universo de leitores da Roma entre os séculos I

Preferimos não estabelecer uma separação entre “história” e “historiografia”, conceituações que costumam gerar confusões. Entendemos que a “história”, e não apenas a “historiografia”, constitui uma narrativa sobre o acontecimento.

¹⁷² CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990.

¹⁷³ Idem, ibidem, p. 17.

¹⁷⁴ CERTEAU, Michel de. Op., cit., p. 67.

¹⁷⁵ CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990, p. 20-21.

¹⁷⁶ Idem, ibidem, p. 24.

a.C. e I d.C., dada a ausência de indícios da época que a denunciasses. Dos quatro elementos (obra, autor, contexto e leitor), então, sugeridos por Chartier¹⁷⁷ para se estabelecer uma “história da história”, nos detemos aos três primeiros, ainda que tenhamos construído hipóteses sobre a relação dos leitores com a obra.

No máximo, a partir de alguns latinistas, como Jean-Noël Robert¹⁷⁸, pudemos perceber que a tentativa de Lívio em moralizar a sociedade de seu tempo não surtiu o efeito por ele desejado. Segundo aquele autor, a partir do contexto de Augusto, cada vez mais se vivia “prazeres em Roma”. Mais do que uma representação do real, a obra de Lívio constituiu também uma representação do que se queria que fosse real, pois que as representações do mundo social, “(...) *descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse*”¹⁷⁹.

Dois conceitos, portanto, resumem as discussões de Chartier que apropriamos para a nossa pesquisa: representação e cultura. Não mais concebendo a cultura como restrita a um campo particular de práticas de produções, Chartier considera que é preciso observar como “(...) *todas as relações, incluindo as que designamos por relações econômicas ou sociais, se organizam de acordo com lógicas que põem em jogo, em acto, os esquemas de percepção e de apreciação dos diferentes sujeitos sociais (...)*”. Repensar a referida noção, “(...) *exige concebê-la como um conjunto de significações que se enunciam nos discursos ou nos comportamentos aparentemente menos culturais (...)*”¹⁸⁰.

Assim, distintas instâncias sociais, como a economia e a política, por vezes vistas como dicotômicas, se intercalam num só conceito: cultura. Esse constitui e é constituído por uma totalidade social que pode ser analisada a partir das representações para ela elaboradas por seus atores sociais. Percepção que nos permitiu, por exemplo, analisar a *Ab urbe condita* atentando para as imbricações entre práticas nela representadas (cerimônias religiosas, disputas por poder, ritos funerários, entre outras) e um campo considerado durante muito tempo como “menos cultural”: a política¹⁸¹.

Por outro lado, as discussões de Michel de Certeau¹⁸², ao proporem uma leitura dos textos a partir do “não-lugar”¹⁸³, contribuíram para visualizarmos na obra de Lívio práticas culturais que ultrapassam as que o historiador estava interessado em representar. Assim,

¹⁷⁷ CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990, p. 16.

¹⁷⁸ ROBERT, Jean-Noël. Op., cit.

¹⁷⁹ CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990, p. 19.

¹⁸⁰ CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990, p. 66-67.

¹⁸¹ No Capítulo IV, discutimos a relação entre historiografia e civismo/política em Lívio.

¹⁸² CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁸³ Idem, *ibidem*, p. 61.

rompe-se com o exercício que via os documentos como “lugares institucionais” que não poderiam ser interrogados, pois que seriam detentores de uma “verdade” a eles intrínseca e que, por isso, não poderia ser re-significada.

Analisamos a obra de Lívio enquanto um texto provido de um “lugar próprio” que pode/deve ser extraviado, manipulado, alterado, desviado¹⁸⁴. Texto pelo qual transitamos, utilizando-o de maneiras diversas em relação às pretendidas por seu autor. Fizemos reempregos dos significados atribuído por Lívio às tramas narradas, sem deles fugir, construindo para elas sentidos que, provavelmente, não foram os mesmos por ele pensados. Se tinha intenções moralistas ao descrever certas práticas, pudemos observar, por um olhar “tático”, intenções, sobretudo políticas. Arte de “fazer com”¹⁸⁵ a partir de uma fonte clássica, que ao invés de ter seu “lugar” rejeitado ou aceito passivamente, recebeu “usos” que a agitou, a deslocou, a reinventou. Construímos, pois, uma leitura da fonte em questão a partir das perguntas e dos interesses de nosso tempo, “atualizando-a”, sem, no entanto, perder de vista seu lugar de produção. Apenas a partir de uma “arte de fazer com” o texto, pois, pudemos dialogar com um autor sobre o qual encontramos poucos materiais.

Assim, é que interrogamos o que está “dito” e “não-dito” em Lívio: qual/quais é/são sua(s) concepção(ões) de história e como dialoga com seus pares do passado?; quais as marcas que nos permitem situar sua obra no rol das que faziam parte do gênero da História na antiguidade?; que intenções lhe guiaram para a produção da *Ab urbe condita*?; como dialoga com a comunidade de possíveis leitores e com os escritores de seu tempo?; qual/quais o(s) eixo(s) que articula(m) sua escrita e a(s) tese(es) que a perpassa?

São algumas das questões que nos guiaram durante a produção deste trabalho, que sistematizamos a partir de quatro preocupações principais. Num primeiro momento, discutimos como o gênero historiográfico foi sendo construído enquanto um discurso peculiar, que mantém aproximações com os outros gêneros (poesia e retórica), mas que deles se distingue por possuir marcas que lhe são próprias. A partir disso, passamos a analisar os elementos da obra de Lívio que nos permitem pensá-lo como historiador, a exemplo de sua preocupação em construir um discurso verossímil, mediante usos ativos das fontes com as quais dialogou. Daí, nossa preocupação em dedicar um capítulo específico para uma discussão sobre como Lívio recepcionou elementos de uma obra/fonte – a *História* de Políbio –, produzindo desvios e reempregos a fim de que ela pudesse contribuir para a construção de seus argumentos. Por fim, analisamos a *Ab urbe condita* a partir dos eixos historiografia e

¹⁸⁴ CERTEAU, Michel de. Op., cit., 1994, p. 61.

¹⁸⁵ Idem, ibidem, p. 93.

civismo, mediante o mapeamento do quadro de suas representações sociais. Exercícios que, articulados, nos permitiram observar o interesse de Lívio em atuar como historiador.

Optamos por não estabelecer separações no *corpus* do texto entre uma parte “teórica” e outra “empírica”. A cada capítulo, fazemos referência aos conceitos de teóricos que no momento consideramos interessante para a discussão em foco. Além disso, construímos um texto constituído por ensaios independentes, ainda que todos se encaixem num só eixo e objetivo de discussão¹⁸⁶.

¹⁸⁶ Justificamos aqui, o uso da imagem da capa deste trabalho. Trata-se da obra *O rapto das sabinas*, de Jacques-Louis David (1748-1825), pintor francês que se apropriou da lenda do rapto das sabinas, narrada por Lívio no livro I de sua *Ab urbe condita*, no contexto de uma França “revolucionária”. Período em que houve uma forte recepção dos clássicos nas mais distintas produções, a exemplo da própria História, com Voltaire. Imagem disponível em <http://upload.wikimedia.org-wikipedia-commons-thumb-7-70-Sabine_women_jpg> Acesso em 02 de setembro de 2007.

CAPÍTULO I

História e historiografia antigas: a construção de um gênero discursivo

Xenofonte¹ (séc. V-IV a.C.) escreveu história ao narrar a vida do rei persa Ciro, com uma quase completa ausência de referências a evidências? A *Ciropedia* (A educação de Ciro) não teria sido apenas um texto literário ou biográfico, cujo autor teria tomado um personagem “real” como tema a ser narrado? Xenofonte se propõe a entender como Ciro conseguiu, com sua arte de governar, colocar sob seu domínio tantos povos, distantes de seu reino persa, deixando uma lição aos seus leitores de que tal tarefa era possível. Por isso, produz uma narrativa em que procura demonstrar elementos que justificariam as conquistas do rei persa: sua origem, sua educação, seu caráter, suas batalhas e outros acontecimentos de sua vida. Uma das poucas marcas explícitas que o evidenciam como historiográfico se resume a um rápido comentário, incorporado ao prefácio: “*Narraremos o que dele ouvimos, e o que podemos alcançar por investigação própria*”².

Comentário que, aliado aos objetivos de Xenofonte, nos permite conceber sua obra enquanto parte do gênero da história, visto denunciar que narrará feitos acontecidos a partir do que “ouviu” e do que investigou por conta própria. Provavelmente, o trabalho do historiador grego não receberia credibilidade se se tratasse de um texto moderno ou contemporâneo, pois que as exigências do nosso tempo são outras, ainda que, ao menos parte dos historiadores, continue ligada aos historiadores antigos por uma tradição que se pretende narrar o que aconteceu. Contudo, em se tratando do mundo antigo, expor no texto que pretendia dizer o que aconteceu, por vezes, era suficiente ao historiador para convencer o leitor da credibilidade de sua obra³; de que narrava, a partir seu exercício investigativo e autoral, coisas que aconteceram e que eram verdadeiras.

Nesse sentido, como o gênero discursivo da História foi sendo construído a partir das relações dos historiadores entre si e de seus diálogos com outros gêneros? Como, pois, nosso tema de pesquisa, a História, foi pensado períodos anteriores e, em parte, posteriores a Tito Lívio? Como os historiadores se apropriaram da poesia e do discurso retórico? Quais as marcas que caracterizavam suas obras? Quais as distâncias e aproximações entre historiadores

¹ XENOFONTE. *Ciropedia*. Trad.: João Félix Pereira. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1970.

² Idem, *ibidem*, p. 7.

³ Idéia corroborada por: VEYNE, Paul. *Acreditaram os gregos em seus mitos?*. Trad.: Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 40.

gregos e romanos? Como concebem noções, como verdade e verossimilhança? São essas as principais questões que nos guiam neste capítulo.

Com o objetivo de narrar o verdadeiro, foi que Hecateu de Mileto, já no séc. VI a.C., propôs-se a escrever a tradição a partir de uma crítica dos relatos (*lógoi*) de seus contemporâneos: “Assim fala (*mytheítai*) Hecateu de Mileto: escrevo isso como me parece ser verdadeiro (*dokei alethéa*); pois os relatos (*lógoi*) dos gregos são, como me parecem, muitos e ridículos”⁴. Hecateu já atribui a si um lugar distintivo, ao se colocar como um escritor que narrará o verdadeiro, a partir de uma sistematização dos relatos que, por serem muitos, não se ligavam a esse conceito. Heródoto, embora o utilize, dele se distancia, por considerá-lo apenas um contador de relatos (*logopoiós*)⁵ e, por hipótese, um escritor que não realizou a investigação (*historié*)⁶.

Semelhante aos poetas, Heródoto⁷ procurou preservar do esquecimento os feitos que se passaram. Inscreveu, no entanto, seu lugar como historiador ao se colocar como o autor de uma obra que necessitou de uma investigação (*historié*), além da narração (*apodéksis*), para ser elaborada. Não foram as Musas quem lhe informaram o que dizer. Ele próprio, Heródoto de Halicarnassos, foi quem promoveu suas investigações cujos resultados foram transformados em escrita. Promove todo um jogo comparativo entre as informações orais de diversos povos a que teve acesso, demonstrando uma preocupação, em de algum modo, dizer a verdade⁸, embora a considere inalcançável, dada a vasta quantidade de opiniões sobre os atos humanos. Segundo Sonila Morelo⁹, dizê-la para Heródoto, implicou em relativizá-la a partir da inserção de várias opiniões (*doksa*), além da grega, que lhe iam sendo oferecidas pelas vozes dos distintos povos com quem dialogava. A verdade, então, em Heródoto seria formada por uma opinião; ou melhor, por opiniões em que se inserem a de seu ouvinte/leitor, para quem o historiador sempre deixava a liberdade para escolher a que lhe parecesse mais verossímil.

⁴ MILETO, Hecateu de. *Fragmento 1, Jacoby*. Apud HARTOG, François. A história de Homero a Santo Agostinho. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 41. A partir dessa coletânea de Hartog, em que reúne excertos (bilíngües) de vários historiadores e outros escritores antigos, por ele também comentados, podemos acessar alguns materiais que contribuíram para a execução de nossa pesquisa.

⁵ HARTOG, François. Op., cit., p. 41.

⁶ Todos os termos em grego da monografia foram retirados dos textos bilíngües de escritores antigos estabelecidos por Hartog. Cf.: Idem, *ibidem*. Para todas as traduções do grego, consultamos o vocabulário inserido no livro: MURACHCO, Henrique. *Língua Grega: visão semântica, lógica, orgânica e funcional*. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 2003 (v. II). Assim, optamos por não mais fazermos referência ao mesmo, a cada uso de um termo em grego.

⁷ HERÓDOTOS. *Histórias*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988.

⁸ MORELO, Sonila. *A relativização da verdade em Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (dissertação de mestrado), p. 17.

⁹ Idem, *ibidem*.

Observamos, também, que Heródoto se preocupa em esclarecer que, as versões das testemunhas dos feitos sobre os quais historia, precisam da confirmação de seu “olho” para serem consideradas mais verossímeis. Heródoto coloca que após ouvir dos egípcios indícios de que o deus Heraclés era anterior ao nascimento da Hélade, não se conforma com a versão que havia ouvido dos helenos, conforme a qual o referido deus era heleno. Assim, “(...) *desejando obter conhecimento claro desse assunto na medida do possível, embarquei em uma nau para Tiro, na Fenícia, onde eu ouvira dizer que existia um templo especialmente venerável a Heraclés (...)*”. Contudo, Heródoto não se satisfaz com o que “ouviu”: “(...) *tive oportunidade de vê-lo, ricamente adornado com muitas variadas oferendas (...)*”. Sente de novo necessidade de obter informações orais, ao ouvir os sacerdotes do templo: “*Com efeito, de acordo com suas palavras o templo do deus remontava à fundação de Tiro, ou seja, dois mil e trezentos anos antes*”. Indícios que lhe impulsionam a continuar investigando: “*Então fui também a Tasos, onde encontrei um templo de Heraclés construído pelos fenícios (...); tais acontecimentos datavam de cinco gerações antes do nascimento na Hélade de Heraclés (...)*”. Com todo esse percurso investigativo que envolveu um constante cotejo entre o que ouvia das testemunhas orais e o que “via”, Heródoto chega a uma conclusão: “*Logo, minhas investigações evidenciam que Heraclés é um deus antigo*”¹⁰. Não era heleno, portanto.

Neste caso, a relativização da verdade é suprimida diante de uma tentativa exaustiva de alcançar uma versão mais verdadeira. Portanto, de um lado, Heródoto se preocupa apenas em expor o que colheu de suas testemunhas: “*Quanto a mim, meu objetivo ao longo de toda a obra é registrar tudo que me foi dito tal como ouvi de cada informante*”¹¹. De outro, porém, desconfia do que ouve: “*em verdade, minha obrigação é expor o que se diz, mas não sou obrigado a acreditar em tudo (essa expressão deve aplicar-se a toda a minha obra)*”¹². Gestos que evidenciam sua intenção em construir uma memória dos feitos humanos respaldada numa prática investigativa que a ela conferia um estatuto de verdade.

Heródoto desloca de seu texto a presença das Musas enquanto únicas detentoras de um saber, que transmitiam aos poetas para que a fama (*kléos*) dos heróis pudesse ser imortalizada. Os versos de Homero são condicionados pelo que lhes diziam as Musas. Apenas elas, enquanto seres divinos que tudo presenciavam e que tudo sabiam, poderiam lembrar o que se passou em Tróia:

A multidão eu próprio não diria nem nomearia

¹⁰ HERÓDOTOS. Op., cit., p. 103.

¹¹ Idem, ibidem, p. 128.

¹² Idem, ibidem, p. 382.

Nem se dez línguas e dez bocas eu tivesse,
 Voz infrangível e brônzeo peito em mim houvesse,
 Se as Olimpíades Musas, de Zeus que tem a égide
 Filhas, não lembrassem quantos a Tróia foram.
 Os chefes assim das naus direi e as naus todas¹³.

Filhas da memória (*mnemosýne*), as Musas inspiram o aedo Homero a cantar a guerra de Tróia com uma visão de ambos os lados nela envolvidos, como se fosse Zeus¹⁴. O lugar divino confere às Musas uma condição privilegiada que lhes permitem dizer o que desejam. Assim, é que se colocam ao dirigir palavras a Hesíodo, num momento em que esse pastoreava as ovelhas:

Pastores agrestes, maus opróbios, ventres só,
 Sabemos muitas mentiras dizer a fatos semelhantes
 E sabemos, quando queremos, verdades proclamar¹⁵.

As mentiras (*pseúdea*) e as verdades (*alethéa*) eram acessíveis apenas aos deuses que, assim, controlavam o que queriam que fosse imortalizado. “Servo das Musas”, o aedo canta a “fama dos primeiros homens”¹⁶. Servidão da qual o historiador se desprende, ao dessacralizar a verdade, tornando-a um elemento possível de ser alcançado pelo exercício de investigação que promove para alcançar o conhecimento. Se Heródoto utiliza mais o termo *doksa* (opinião) do que *alethéia* (verdade), construindo credibilidade, sobretudo para seu discurso a partir do primeiro¹⁷, não importa. Se a verdade nem sempre poderia ser alcançada por ele, também não importa, pois que isso resultava não mais por caber apenas aos deuses, mas pela dificuldade de se acessá-la, dada a vasta quantidade de opiniões sobre as ações humanas que recolhia.

Platão¹⁸, por sua vez, utiliza dois conceitos distintos para se referir ao conhecimento. Afirma que a loucura dos deuses é superior à sabedoria humana, associada à arte dos augures que, por sua vez, é chamada de *oiônistikê*, termo que aglutina o pensamento humano (*oiêses*), a inteligência (*noûs*) e o conhecimento (*historía*)¹⁹. Portanto, esse, que, segundo Platão, constitui algo adquirido, se distancia da *epistemé*, termo que significa o conhecimento rememorado com o exercício da dialética e que se liga ao universal. O transitório é, por Platão, associado a outras realidades que podem chegar a alcançar, no máximo, opiniões (*doksa*). Apenas ao filósofo seria possível, a partir do exercício de rememoração, alcançar as

¹³ HOMERO. *Iliada*. Apud HARTOG, François. Op., cit., p. 23.

¹⁴ HARTOG, François. Op., cit., p. 34.

¹⁵ HESÍODO. *Teogonia*. Apud idem, ibidem, p. 25.

¹⁶ Idem, ibidem, p. 25.

¹⁷ MORELO, Sonila. Op., cit., p. 62.

¹⁸ PLATÃO. *Fedro*. Trad.: Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães editores, 2000.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 55.

verdades eternas e universais, localizadas na alma imortal. A prática da investigação para alcançar um conhecimento é desqualificada, então, por Platão que elogia a filosofia como o conhecimento por excelência; o único que conseguiria atingir a Verdade e que era detentor de uma essência, protegida de qualquer possibilidade de mudança. Conhecer a alma, eis a tarefa do filósofo, pois que se trata de

(...) um saber que nada tem a ver com este que conhecemos, sujeito às mudanças futuras, que se mantém sempre diversificado na diversidade dos objectos aos quais se aplica e aos quais, nesta existência, damos o nome de Seres. Ela é verdadeiramente a Ciência que tem por objecto o Ser dos seres²⁰.

A filosofia, segundo Platão, possui um saber dissonante do que a sabedoria humana pode conhecer, pois que, ao contrário dessa, não estaria passível a mudanças. Heródoto, antes de Platão, anuncia que narrará em sua história, tanto as pequenas como as grandes cidades dos homens, “(...) pois muitas cidades outrora grandes agora são pequenas, e as grandes no meu tempo eram outrora pequenas. Sabendo portanto que a prosperidade humana jamais é estável, farei menção a ambas igualmente”²¹. Heródoto, como historiador, possui sensibilidade para o que é histórico, mutável, inaugurando um tipo de compreensão que passará a fazer parte da tópica histórica.

Tópica que tem como marco o exercício de investigação (*historié*), que advém de *hístōr*, cuja raiz etimológica o remete a “ver” e a “saber”²². Para si, Heródoto confere o estatuto de quem sabe por que “viu” e não por ter sido inspirado pelas Musas. Ele assina seu nome no prólogo das *Histórias*, tomando para si um lugar de saber que será construído a partir do “método” da investigação: “Daí em diante, para ‘ver’ é preciso arriscar-se (ir ver) e aprender a ver (recolher testemunhos, reunir as diferentes versões, relatá-las, classificá-las em função do que se sabe por outras fontes e também em função do grau de verossimilhança)”²³.

A *historié* substitui a sabedoria das Musas, permitindo a Heródoto que narre apenas as ações humanas²⁴, pois que se os deuses ainda aparecem em seu texto, não se trata mais de suas ações em si, mas da relação dos homens com eles estabelecida.

A partir daí, observa-se no discurso, que passará a prevalecer entre os historiadores, um esforço por se distanciar do estatuto da produção dos poetas. Esforço que pretendia demarcar um território próprio, autônomo, peculiar: o território do historiador.

²⁰ PLATÃO. Op., cit., p. 65.

²¹ Idem, ibidem, p. 20.

²² HARTOG, François. Op., cit., p. 51.

²³ Idem, ibidem, p. 51.

²⁴ Idem, ibidem, p. 52.

Tucídides²⁵ escreveu acerca da guerra entre os peloponésios e os atenienses, ocorrida nas últimas três décadas do séc. V a.C., “(...) *na expectativa de que ela seria grande e mais importante que todas as anteriores (...)*”, pois que de acordo com as evidências (*tekmerion*) dos feitos anteriores a ela e, sobretudo dos mais antigos, considera que esses “(...) *não foram realmente grandes, seja quanto às guerras mesmas, seja quanto a outros aspectos*”²⁶. Homero, “a melhor evidência disto”²⁷ (*tekmerioi de málista*), contribuiu para o historiador justificar que a fraqueza da Hélade dos tempos antigos resultava da ausência de seu caráter uno antes da guerra de Tróia.

Ao longo dos primeiros capítulos do livro I, chamados de “arqueologia”, em que retroage a um passado mais distante da Hélade a partir de evidências (*tekmerion*) dos poetas e de poucos sinais “arqueológicos” (*semeion*), Tucídides procura demonstrar que os fatos (*ergois*) que escolheu para narrar são os maiores. Superam, por exemplo, a expedição contra Tróia que, no máximo, pode ser considerada maior que as anteriores, “(...) *apesar de menor que as do presente, se aqui novamente se pode dar crédito (eikós) à poesia de Homero*”²⁸. De toda forma, mesmo com os adornos de Homero, que, para Tucídides, quis tornar os fatos mais grandiosos, a guerra de Tróia ainda foi inferior à que se dispôs a narrar. Com base em seu conhecimento militar e, sobretudo em sinais “arqueológicos” (*semeion*), Tucídides aponta dados inverossímeis da obra do poeta, a exemplo da informação de que havia um grande número de tripulantes nas naus. Para ele, essas não suportavam mais passageiros que os reis e outras autoridades importantes, dada a ausência de convés, característica de naus construídas à maneira antiga²⁹.

Nesse sentido, Tucídides considera que os feitos da guerra de Tróia foram mais notáveis que os anteriores, contudo “(...) *foi, como os fatos demonstram, inferior à sua fama e à repercussão que até hoje, graças à influência dos poetas, tem continuidade*”³⁰. Para ele, os relatos (*logoi*) dos poetas engrandecem os fatos com o fito de torná-los providos de uma fama eterna. Após promover uma descrição sobre os fatos antigos da Hélade a partir de *tekmerion*, afirma ser “(...) *difícil dar crédito a todos os testemunhos nesta matéria*”. Pois, “*os homens, na verdade, aceitam uns dos outros relatos de segunda mão dos eventos passados, negligenciando pô-los à prova, ainda que tais eventos se relacionem com sua própria*

²⁵ TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1986.

²⁶ Idem, *ibidem*, p. 19.

²⁷ Idem, *ibidem*, p. 20.

²⁸ Idem, *ibidem*, p. 23.

²⁹ Idem, *ibidem*, p. 23.

³⁰ Idem, *ibidem*, p. 24.

terra”³¹. Mesmo sobre algumas coisas que permanecem em seu presente, Tucídides coloca que os gregos não constroem idéia correta: “*A tal ponto chega a aversão de certos homens pela pesquisa meticulosa da verdade (aletheías), e tão grande é a predisposição para se valer para o que está ao alcance da mão!*”³².

Tucídides esclarece bem a distinção entre a tarefa dos poetas e a sua como historiador, afirmando que, se a partir de uma dupla evidência (*tekmeríon* e *semeíon*), construiu uma descrição dos fatos da antiguidade anteriores à guerra do peloponeso muito próxima de como eles aconteceram, os cantos dos poetas, constituídos por adornos e ampliações, bem como, o exercício dos logógrafos, cujas obras teriam se preocupado, sobretudo em agradar aos ouvidos do público, não possuíam credibilidade. Pois, as coisas que narraram “(...) *não podem ser verificadas, e eles em sua maioria se enveredaram, com o passar do tempo, para a região da fábula (mythôdes) (...)*”³³. Tucídides observa que a diferença essencial da história em relação à poesia era localizada no exercício, promovido apenas pelo produtor da primeira, de investigar, a partir de *tekmeríon* (evidências, indícios) e de *semeíon* (sinais arqueológicos), o caráter verdadeiro dos fatos. Evidências (*tekmeríon*) encontradas nas próprias obras dos poetas que, ao menos para o estudo das coisas antigas, poderiam contribuir, desde que fossem tratadas pelo historiador com um trabalho de cotejamento com o que era possível acontecer e com os sinais arqueológicos (*semeíon*) a que teve acesso.

Por outro lado, Tucídides, ao perceber as dificuldades de narrar com precisão os discursos que ouviu e/ou aqueles que lhes foram ditos por “informantes”, visto não os recordar, afirma que os reproduzirá com as palavras que considerava que os oradores deveriam ter usado, dada a circunstância e a necessidade da época. Ressalta ainda que aderiu “(...) *tão estritamente quanto possível ao sentido geral do que havia sido dito*”³⁴.

O uso de indícios (*tekmeríon*) parece ter sido promovido, sobretudo para o estudo das coisas antigas que, a partir deles, poderiam ser vistas ao menos como verossímeis. Porém, para os eventos presentes que escolheu narrar, Tucídides toma sua própria visão como fonte possível de levá-lo à verdade (*alethéia*). No máximo, recorre ainda a terceiros a fim de narrar os fatos após “(...) *investigar cada detalhe com o maior rigor possível, seja no caso de eventos dos quais eu mesmo participei, seja naqueles a respeito dos quais obtive informações de terceiros*”. Com muito esforço, é que, com esse duplo exercício, os feitos iam sendo desvelados, “(...) *pois as testemunhas oculares de vários eventos nem sempre faziam os*

³¹ TUCÍDIDES. Op., cit., p. 27.

³² Idem, ibidem, p. 27.

³³ Idem, ibidem, p. 28.

³⁴ Idem, ibidem, p. 28.

*mesmos relatos a respeito das mesmas coisas, mas variavam de acordo com suas simpatias por um lado ou pelo outro, de acordo com sua memória*³⁵.

As palavras *tekmeríon* (evidências), *semeíon* (sinais) e *eikós* (verossímil) caracterizam os primeiros capítulos da obra de Tucídides, conhecidos como a “arqueologia”³⁶. No restante da narrativa, procura se colocar como um historiador interessado com a *alethéia*³⁷ (verdade), possível de ser descoberta, sobretudo a partir do que “viu” e, em menor escala, do que “ouviu”.

“Contradição” que levou Jacqueline Romilly³⁸ a analisar a obra de Tucídides, se preocupando em observar como toda ela se constitui como resultado da construção subjetiva, da interpretação e da criação do historiador que, com base em sua inteligência e razão, “(...) realizou o paradoxo de servir-se da objetividade mais rigorosa para a elaboração mais pessoal”³⁹. Dos discursos “criados” aos fatos “reproduzidos”, Romilly observa usos de “procedimentos de relato” na obra do historiador, não compreendendo o texto da “arqueologia” provido de um caráter diferenciado do restante da narrativa por serem apenas prováveis, ao passo que essa demonstraria uma maior preocupação com a verdade.

De toda forma, por ter vivido a guerra, inicialmente como general e, por fim, na condição de exilado de Atenas, Tucídides se considera mais apto para narrá-la verdadeiramente: “Vivi a guerra inteira, tendo uma idade que me permitia formar meu próprio juízo, e segui-a atentamente, de modo a obter informações precisas”⁴⁰. Coloca-se como o único historiador capaz de torná-la um acontecimento, que em sua obra recebe ares de verdade, útil à posteridade.

Tucídides parece criticar Heródoto, ao colocar que sua obra foi construída para ser uma aquisição para sempre, e não uma narrativa que visava apenas a agradar aos ouvidos do público, como considera ter sido a de seu predecessor, que teria escrito “(...) uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio”⁴¹. Por outro lado, o tipo de atitude que tomou em relação aos discursos foi duramente censurado por Políbio no séc. II

³⁵ TUCÍDIDES. Op., cit., p. 28.

³⁶ Ginzburg faz uma discussão sobre o diálogo de Tucídides com esses conceitos, colocando que sua intenção, ao usá-los, era provar os feitos de um tempo remoto sobre o qual narra. Cf.: GINZBURG, Carlo. *Sobre Aristóteles e a história, mais uma vez*. In: Relações de Força. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

³⁷ Palavra que está ligada a um exercício que desvela algo que estava encoberto, revelando-o, descobrindo-o, etc.

³⁸ ROMILLY, Jacqueline. *História e razão em Tucídides*. Trad.: Tomás Rosa Bueno. Brasília: UnB, 1998.

³⁹ Idem, ibidem, p. 15.

⁴⁰ TUCÍDIDES. Op., cit., p. 255.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 28.

a.C., ao comentar que o historiador não “(...) deve atribuir aos personagens palavras que poderiam ter sido ditas (...)”⁴².

Cada historiador, então, procura de algum modo inovar o estatuto de sua obra em relação à de seus predecessores, na pretensão de torná-la provida de mais autoridade. Paul Veyne⁴³, cujas teorizações sobre a história foram elaboradas a partir de diálogos com os historiadores antigos, entende a história como uma “luta pela verdade”: “o lugar dessa luta é a tópica; os repertórios de tópicos enriquecem-se e aperfeiçoam-se com a sucessão das gerações de historiadores, e é por isso que não é possível improvisar-se historiador (...)”⁴⁴. Além disso, entendemos que a história possui “regras”⁴⁵ que lhe são próprias, porém são deslocadas pelos historiadores que delas vão se apropriando ao longo dos tempos.

Na tradição grega, quanto mais o historiador se colocava como um investigador voraz, que vai ao encontro dos acontecimentos ou de informações a seu respeito, mais possuía credibilidade em relação aos seus próprios pares que viriam a acessá-los no futuro. Nesse sentido, Políbio⁴⁶ adota uma perspectiva que já aparece em Heródoto, é mais valorizada por Tucídides e é por ele ainda mais reforçada: a investigação através dos “olhos”, pois que entre a audição e a visão, considera essa mais verdadeira (*alethinotéras*)⁴⁷. Critica Timeu, sobre o qual afirma ter escolhido o caminho mais fácil, porém o pior, para suas investigações: o uso do instrumento da audição. Além de tudo, por ser essa dividida em duas espécies (a audição de “informantes” e o acesso a obras), coloca que Timeu adotou apenas o exercício de consulta a obras de memorialistas, ainda mais fácil que uma investigação baseada no diálogo com testemunhas dos eventos. Isso porque:

As pesquisas em livros podem ser feitas sem perigos ou dificuldades, e dependem apenas do acesso a uma cidade onde haja abundância de documentação ou uma biblioteca disponível. Depois disso resta ao pesquisador apenas realizar tranqüilamente a sua tarefa, cotejando os relatos de escritores diferentes sem enfrentar qualquer problema⁴⁸.

⁴² POLÍBIOS. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996, p. 123.

⁴³ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad.: Alda Baltar; Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. UnB, 1998.

⁴⁴ Idem, *ibidem*, p. 180.

⁴⁵ Ao pensarmos assim, estamos assumindo uma postura que mais se aproxima de Michel de Certeau do que de Paul Veyne, na medida em que para esse a história não se baseia em “regras”, pois que possui apenas uma “tópica”. Porém, entendemos que a história possui elementos que lhe são próprios; elementos que, como nos sugere Certeau, são deslocados de seus “lugares próprios”, pois que não são cristalizados. Para essa compreensão, tomamos como base as discussões por ele empreendidas em suas duas obras principais: CERTEAU Michel de. *A escrita da história*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense, 2002; CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

⁴⁶ POLÍBIOS. Op., cit.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 417.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 417-418.

Idéia de que o modelo de historiador, para Políbio, está longe de ser a figura que apenas circula comodamente por bibliotecas, sem experimentar nenhum sofrimento, mas apenas observando, com o físico imóvel, o que já disseram seus predecessores. Para ele, o historiador mais admirável é o que presencia os acontecimentos por meio de viagens cansativas. “*A investigação pessoal, ao contrário, requer trabalho árduo e é dispendiosa, mas é extremamente valiosa e constitui a parte mais importante da História [histórias]*”⁴⁹. Ser historiador implica em ser um “homem de ação” que anda, viaja, peregrina, semelhante ao que fez o Ulisses de Homero, “homem de espírito fértil”, que “entrou por cidades de inúmeros povos”; “suportou no mar sofrimentos sem número”; enfrentou “homens na guerra e ondas cruéis”⁵⁰.

Políbio finaliza sua descrição sobre o perfil do historiador, afirmando que a história irá bem apenas quando esses “homens de ação”, por considerarem-na “*a mais necessária e mais bela das tarefas*”, resolverem a ela se consagrar por completo durante toda sua vida. Além disso, “*(...) quando os aspirantes a historiadores considerarem a preparação mediante o envolvimento em atividades reais um pré-requisito indispensável para escrever a História. Enquanto não for assim os erros dos historiadores [historiographon] nunca cessarão*”⁵¹. A autoridade do historiador na Grécia, portanto, era construída na medida em que promovia um exercício fático de investigação. Idéia que vai ter ressonâncias em Tito Lívio que faz questão de afirmar que a produção de sua *immensa opera*⁵² resultou do *labor* nela despendido⁵³.

Adiante, Políbio atribui a Timeu um lugar de ignorância por afirmar que ele se isentou de toda participação militar e política, bem como, das experiências de viagens. Por isso, ironiza o lugar de Timeu enquanto alguém que “*(...) tem a fama de encabeçar o pomposo cortejo dos historiadores [syngraphéos]*”⁵⁴. Por hipótese, Políbio utiliza o termo *historiographon* (o que escreve as investigações) para se referir ao “verdadeiro” historiador e *syngraphéos* (o que escreve a partir do material que reuniu) para o que se assemelha a Timeu. Esse último, portanto, não se encaixava nos caracteres que preconiza para seu perfil de historiador.

⁴⁹ POLÍBIOS. Op., cit., p. 418.

⁵⁰ Idem, ibidem, p. 418.

⁵¹ Idem, ibidem, p. 418.

⁵² Imensa obra.

⁵³ TITO LÍVIO, prefácio, p. 18.

⁵⁴ Esse comentário sobre Timeu não aparece na tradução de Mário da Gama Kury. Então, usamos: POLÍBIO. *Histórias*. Apud HARTOG, François. Op., cit., p. 125.

O *syngraphéos* aparece, com uma concepção distinta, na descrição que Luciano de Samósata⁵⁵ vai fazer no séc. II d.C. do perfil do historiador e de como deveria escrever a história. Tomando Tucídides como modelo, Samósata coloca que, antes de tudo, o historiador (*syngraphéos*) deve ser “(...) *sem medo, incorruptível, livre, amigo da franqueza e da verdade [aletheias]*”⁵⁶. Os fatos podem ser adornados, sob medida, a partir do uso da poesia que, por seu espírito elevado, tornava as batalhas mais grandiosas: “*então, será necessário algum sopro poético para inflar as velas com bons ventos e elevar a nau sobre a crista das ondas*”⁵⁷. As expressões poéticas só não podem cair na desmedida, no “delírio poético”, pois que o historiador não pode permitir que os fatos se aproximem do acaso. É preciso “(...) *ao preço de mil penas e sofrimentos, comprová-los e, sobretudo se são atuais, presenciá-los*”⁵⁸. O historiador assemelha-se a Zeus, assumindo um lugar divino, pois que deve narrar os fatos com a perspectiva de quem os vê do alto, observando a tudo e a todos, imparcialmente. Deve ter visão do conjunto, abordando tudo de forma sincrônica e evitando desmedidas⁵⁹.

Em síntese, o historiador preconizado por Samósata devia, inicialmente, dizer o que se passou mediante produção de um memorial e, em seguida, ordená-lo, embelezá-lo, colori-lo e ritmá-lo⁶⁰. Não devia criar os fatos, pois que esses já existiam. Devia dizer o que se passou, se preocupando, então, não em buscar os fatos, mas em *como* ordená-los, de modo a torná-los o mais claro possível. É aí onde devia residir sua arte⁶¹. Por fim, Samósata orienta o seu leitor/historiador para que escreva para o futuro e a esse, peça uma recompensa para seu trabalho, cuja glória não deve ser recebida no presente: “*Assim, é preciso que também a história [historian] seja escrita com a verdade [alethei], visando à esperança futura, mais que com bajulação, visando ao prazer dos presentes elogios. Aí tens o cânon e o prumo de uma história justa*”⁶².

Idéia que aparece em Tucídides e em Políbio e que em muito se distancia do que teremos em Roma, ao menos na *Ab urbe condita* de Tito Lívio, que escreve para seu presente. É nesse que desejava receber sua fama que, em seu caso, viria associada à conquista de seu objetivo principal: “restaurar” Roma. Nesse sentido, a história em Lívio possui um sentido mais imediato se a pensarmos na relação com a produzida pelos gregos. O que não significa que o historiador não tivesse interesse em deixar sua obra para a posteridade.

⁵⁵ SAMÓSATA, Luciano de. *Como se deve escrever a história*. Apud HARTOG, François. Op., cit.

⁵⁶ Idem, ibidem, p. 225.

⁵⁷ Idem, ibidem, p. 227.

⁵⁸ Idem, ibidem, p. 227.

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 229.

⁶⁰ Idem, ibidem, p. 229.

⁶¹ Idem, ibidem, p. 231.

⁶² Idem, ibidem, p. 233.

Samósata escreveu esses comentários num tratado intitulado *Como se deve escrever a história*, publicado em 165, com o qual apresentou uma resposta a um conjunto de histórias que, para ele, mais se aproximavam do gênero poético do que da história⁶³, sobretudo aquela que observou em Tucídides. Assim como esse, não abandona por completo o diálogo com a poesia, que deve, no entanto, ser usada sem descomedimento.

Aristóteles⁶⁴, ao sistematizar as diferentes espécies do gênero poético, se preocupou em apresentar fronteiras entre a poesia e a história. Considera que a forma (verso ou prosa) não permite estabelecer a distinção entre ambos os gêneros. Eles se diferenciam porque a história conta os feitos particulares que realmente aconteceram, ao passo que a poesia imita o possível (*dynatà*) e esse é do “(...) ponto de vista da verossimilhança ou da necessidade”⁶⁵. A poesia (epopéia, tragédia, comédia, etc), para ele, se distingue entre os gêneros discursivos, por seu caráter verossímil (*eikós*) e pela unidade das ações imitadas (*mythoi*), que possuem início, meio e fim. O poeta se caracteriza mais por ser criador de *mythos* a partir da mimetização de ações, do que de versos, pois que é poeta pela *mímesis*⁶⁶. É criador também de coisas que aconteceram e, nem por isso, perde seu caráter como seu criador/imitador.

O tragediógrafo, para Aristóteles, usa também nomes de pessoas que existiram, pois que o que aconteceu sugere uma crença imediata de que foi possível: “*se impossível não teria acontecido*”⁶⁷. Essa idéia se assemelha à posição de Tucídides em relação à inserção de discursos em sua obra a partir do que seria possível ter sido dito, conforme já comentamos. Por outro lado, o que não aconteceu, para ser possível, dependerá de sua verossimilhança e de sua necessidade. Há, pois, o possível que não aconteceu e é, no entanto, verossímil e o possível que aconteceu, donde o historiador mais se aproximaria do último.

Platão⁶⁸ já havia conceituado a noção de *mímesis*, ao associá-la também ao exercício do poeta, cujas produções se encontrariam afastadas em três graus da realidade superior (a Idéia), na medida em que imitavam obras do “mundo material”, constituídas, por sua vez, por aparências do real. Tomando Homero como exemplo, Platão considera que o imitador não alcança a ciência das coisas que representa, nem possui a opinião reta. Para ele, o poeta produz apenas fantasmas, se localizando numa “*infinita distância do verdadeiro*”⁶⁹. Aristóteles toma essa percepção como ponto de partida para definir a poesia como imitação

⁶³ HARTOG, François. Op., cit., p. 223.

⁶⁴ ARISTÓTELES. *Arte poética*. In: _____ et al. *A poética clássica*. Trad.: Jaime Bruna. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.

⁶⁵ Idem, ibidem, p. 28.

⁶⁶ ARISTÓTELES. Op., cit., p. 29.

⁶⁷ Idem, ibidem, p. 29.

⁶⁸ PLATÃO. *A república*. Trad.: J. Guinsburg. São Paulo: Difel, 1973 (v. II).

⁶⁹ Idem, ibidem, p. 235.

das ações humanas. Todavia, à diferença de Platão, valoriza a poesia enquanto *mimesis*, considerando-a uma ciência que engloba o geral⁷⁰.

Por outro lado, embora Platão acredite numa verdade superior, não nega, ao menos, o caráter verossímil das outras espécies de realidades. A idéia da coisa é a realidade; a obra material (a do artesão, por exemplo) que imita a idéia é a aparência do real; por fim, a pintura/poesia é a imitação da aparência do real e, dessa maneira, se localiza num espaço mais distante da Idéia. Platão não conceitua as imitações como falsas, pois que elas são opiniões, realidades inferiores à Verdade universal.

Aristóteles esclarece que o verossímil da poesia (o *eikós*) por ele comentado não constitui o “falso” que, por sua vez, se refere ao que seria impossível de acontecer, considerando-se a unidade de uma obra. Por outro lado, Aristóteles considera o que chama de *mythoi* episódicos como criações menores, por constituírem uma composição não decorrente da verossimilhança e/ou da necessidade.

Lígia Militz da Costa⁷¹, em estudo sobre a poética de Aristóteles, afirma que nessa há um vínculo entre a *mimesis* e um referente “exterior”, visto que aquela está associada ao possível, “(...) integrado por referências presentes e passadas (as coisas como são ou foram) pela opinião pública (como dizem que são ou parecem) e pela situação ideal (como deveriam ser)”⁷².

Horácio, poeta latino do séc. I a. C., considera que “*a pintores e poetas sempre assistiu a justa liberdade de ousar seja o que for*”⁷³, todavia aponta limites para essa liberdade, ao admoestar ao poeta que não lhe é permitido reunir objetos que, uma vez juntos, não resultassem em unidade. Não seria cabível, por exemplo, estabelecer uma ligação entre uma cabeça humana e um pescoço de cavalo, pois que sua combinação não resultaria num ser uno, o ideal da poesia, segundo Horácio. Esse desmerece poetas que inserem objetos em situações impossíveis de acontecer, donde se observa uma influência de Aristóteles, criticando aquele que “(...) *recorre ao maravilhoso para dar variedade a matéria una e acaba pintando golfinhos no mato e javalis nas ondas*”⁷⁴.

Ao considerar ainda que a poesia não se distancia da realidade, uma vez que narra coisas úteis e agradáveis à vida, Horácio coopera na nossa argumentação de que na antiguidade, poesia não estava associada à idéia de ficção, conceito por vezes usado

⁷⁰ PLATÃO. Op., cit., 1973, p. 138.

⁷¹ COSTA, Lígia Militz da. *A poética de Aristóteles: mimese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 1992.

⁷² Idem, ibidem, p. 41.

⁷³ HORÁCIO. *Arte poética*. In: ARISTÓTELES et al. Op., cit, p. 55.

⁷⁴ Idem, ibidem, p. 55-56.

contemporaneamente para se designar os textos literários. Dessa forma, ao associarmos história e poesia, não estamos construindo para a segunda um lugar como um discurso ficcional, visto que poesia, ao menos na antiguidade, se associava ao possível, campo ao qual a história também se associava, ainda que estabelecesse uma relação diferenciada com ele.

Políbio⁷⁵, em provável resposta a Aristóteles, procurou demarcar fronteiras rígidas entre a história e a espécie da poesia chamada tragédia, colocando que a esta caberia criar experiências que poderiam ter acontecido, mediante o uso de expedientes que provocassem emoções no público. Ao historiador, todavia, cumpriria tão somente “(...) registrar os fatos e as palavras reais por mais banais que sejam (...)”⁷⁶. Ao colocar que o tragediógrafo pode/deve fascinar os ouvintes com a verossimilhança dos discursos (*pithanotáton lógon*) e que, ao historiador, por sua vez, caberia instruir aquele com uma narrativa verídica dos fatos, Políbio tenta retirar da escrita da história o elo que a ligava à poesia: a idéia de verossimilhança. Além disso, responde às teorizações de Aristóteles, tentando construir uma superioridade para a história em relação à poesia⁷⁷.

Segundo François Hartog⁷⁸, o historiador grego concebe a tragédia enquanto um discurso associado ao verossímil/persuasivo (*pithanón*), termo que se difere do verossímil (*eikós*) aristotélico, visto se associar ao engano/falso (*pseudos*). O *eikós* se articula à atividade mimética do poeta, criador de mitos (*mythoi*), segundo Aristóteles. Por outro lado, Políbio afirma se pautar num discurso verdadeiro (*alethinón lógon*), voltado para o benefício daqueles que desejam aprender⁷⁹, afirmando se distanciar de uma noção, o verossímil (*pithanón*), que se baseia apenas em crenças e não em fatos (*pragmatos*). Daí a noção de uma história pragmática, cuja condição para ser útil aos leitores, era seu estatuto de verdade.

A *mimesis* aristotélica, conforme Hartog⁸⁰ se constitui de representações de ações, se tratando de um conceito ligado especificamente à poesia. Assim, para Aristóteles, a história não constitui uma imitação (*mimesis*) nem uma criação (*poíesis*). Constitui uma narrativa que diz o que aconteceu (*légein tà genόμενα*), ao passo que a poesia cria o que aconteceu (*poieîn tà genόμενα*), com base no verossímil. Por outro lado, Hartog coloca que Políbio considera a história como *mythos*, conforme o significado aristotélico, por concebê-la também como uma narração de uma única ação, provida de início, meio e fim, característica que, para Aristóteles,

⁷⁵ POLÍBIOS. Op., cit.

⁷⁶ Idem, ibidem, p. 123.

⁷⁷ HARTOG, François. Op., cit., p. 139.

⁷⁸ Idem, ibidem, p. 139.

⁷⁹ Idem, ibidem, p. 119.

⁸⁰ Idem, ibidem, p. 119.

seria específica à poesia. A história, para esse, expõe um único tempo e não uma única ação⁸¹; daí se constituir de uma narrativa de eventos particulares, localizados num só tempo, ao passo que a poesia daria conta do geral, do universal.

Hartog coloca que Políbio desloca para a história a noção de *mythos*, “(...) *mas ignora tranqüilamente a questão da mimesis*”⁸². Logo, “*se a história é um mythos (mesmo verídico), deve logicamente corresponder à mimesis e estar do lado da poiesis*”⁸³. Contudo, Hartog diz ainda que isso não quer dizer muita coisa, visto que, para Políbio, o historiador lida com experiências e, a partir do “olho”, narra o verdadeiro.

Políbio promove, aos nossos olhos, uma separação considerável entre poesia e história, tanto ao afirmar que a história não deve escrever textos agradáveis para emocionar o público, já que se trata de um conhecimento pragmático, como ao considerar que o verossímil está ligado apenas à poesia, visto que a história se associa ao verdadeiro. Contudo, por se referir a um verossímil dissociado do campo do possível, o *pithanón*, consideramos que Políbio não rejeita, em verdade, a noção de *eikós*, o verossímil aristotélico. Esse aparece em sua obra, ao afirmar que não é verossímil (*eikós*) que as histórias de fatos particulares contemplem todo o mundo habitado⁸⁴.

De toda forma, Políbio procura se distanciar de Tucídides, cuja obra possui uma dimensão poética, no sentido de narrar (e afirmar, por vezes, fazê-lo) o verossímil (o *eikós*), na medida em que afirma produzir uma escrita essencialmente pragmática, termo que advém em grego de *pragmatos* (fato, coisa, prático). Sua crítica a Tucídides tem como argumento a idéia de que esse teria narrado o verossímil (*pithanón*) enquanto uma crença desprovida de fundamentos, quando da inserção de discursos que haviam sido pronunciados com base apenas no que poderia ter sido dito. Porém, o termo usado por aquele para dizer o verossímil foi *eikós*, associado ao campo do possível.

De toda forma, toda essa argumentação de Políbio é conduzida por sua intenção em construir uma história pautada num discurso verdadeiro sobre o que aconteceu, concepção do *lógos* que, em certo sentido, já aparece em Platão.

No diálogo *Sofista*⁸⁵, Platão demonstra sua concepção de discurso (o *lógos*) enquanto resultado da relação entre nomes, ligados a sujeitos, e verbos, ligados a ações. Não denomina de discursos os enunciados que apenas nomeiam, pois que considera como *lógos* os discursos

⁸¹ ARISTÓTELES. Op., cit., p. 45.

⁸² HARTOG, François. Op., cit., p. 140.

⁸³ Idem, ibidem, p. 140.

⁸⁴ POLÍBIOS. Op., cit., p. 44.

⁸⁵ PLATÃO. *Sofista*. In: Diálogos. Trad.: Jorge Paleikat; João Costa. São Paulo: Editor Victor Civita, 1972, p. 135-203.

relativos a coisas que “são”, “foram”, “se tornaram” ou “ainda serão”. O discurso narra ações que aconteceram e não apenas nomeia idéias, articulando verbos e nomes. “Assim, dissemos que ele [o *lógos*] discorre, e não somente que nomeia, e, a esse entrelaçamento, demos o nome de discurso”⁸⁶. Platão já apresenta elementos de uma tradição de escritura clássica que tem como preocupação promover imitações das ações humanas. Nesse sentido, coloca com um tom emblemático: “o discurso, desde que ele é, é necessariamente um discurso sobre alguma coisa; pois sobre o nada é impossível haver discurso”⁸⁷.

Platão prossegue, afirmando que os discursos tratam de coisas falsas e verdadeiras, elaborando uma percepção que será, posteriormente, apropriada por Aristóteles⁸⁸. No *Sofista*, o Estrangeiro, um dos personagens do diálogo, após construir dois curtos discursos sobre Teeteto, o outro personagem, afirma que ambos possuem qualidades distintas, pois que um era falso e o outro era verdadeiro. Este diz “o que é tal como é” e o falso diz “outra coisa que aquela que é”, isto é, diz aquilo que não é⁸⁹. Platão, nesse sentido, considera que há seres e não-seres, compreensão que se contrapõe à percepção dos sofistas de que todos os discursos poderiam ser igualmente verdadeiros. Esforça-se para assegurar ao discurso da filosofia um lugar entre os gêneros que dizem o Ser. Daí sua querela contra pessoas que, segundo ele, desejavam separar “tudo de tudo”, na medida em que isolavam a *coisa* de todo o resto e, logo, separavam o *lógos* do Ser. Referindo-se a este, Platão coloca: “Se dele fôssemos privados, recusando-lhe absolutamente o ser, isso significaria negar-nos toda possibilidade de discorrer sobre o que quer que fosse, e dele estaríamos privados se concordássemos que absolutamente nada se associa a nada”⁹⁰.

No *Fedro*⁹¹, Platão constrói um diálogo sobre a retórica, iniciando-o com uma colocação em que apresenta uma determinada concepção que reduz a retórica a “ilusões”:

(...) ouvi dizer que para quem deseja tornar-se um orador consumado, não se torna necessário um conhecimento perfeito do que é realmente justo, mas sim do que parece justo aos olhos da maioria, que é quem decide, em última instância. Tão-pouco precisa de saber realmente o que é bom ou belo, bastando-lhe saber o que parece sê-lo, pois a persuasão se consegue, não com a verdade, mas com o que aparenta ser verdade⁹².

Para refutar essa opinião, Platão constrói argumentos que o levam a conclusão de que, com efeito, os discursos retóricos constituem apenas uma aparência do real, contudo, trata-se

⁸⁶ PLATÃO. Op., cit., 1972, p. 196.

⁸⁷ Idem, ibidem, p. 196.

⁸⁸ ARISTÓTELES. Op., cit.

⁸⁹ PLATÃO. Op., cit., 1972, p. 195.

⁹⁰ Idem, ibidem, p. 193.

⁹¹ PLATÃO. Op., cit., 2000.

⁹² Idem, ibidem, p. 87.

daqueles elaborados pelos indivíduos que comungam com essa opinião: os sofistas. Homens que, segundo ele, apenas procuram a sabedoria por não a terem introduzida na alma, como ocorre com os “verdadeiros sábios”. Para Platão, há uma retórica louvável, constituída por uma verdade e não por opiniões⁹³, ao contrário do que dizem Tísias e Górgias, homens que “(...) demonstraram que o provável deve ser mais respeitado do que o verdadeiro e que, por magia da palavra, as coisas aparentemente pequenas se tornam grandes e as grandes pequenas”⁹⁴. Para Platão, as artes dos sofistas, “falsos sábios”, por ele criticados na maioria de seus diálogos, não constituem a verdadeira “arte retórica” que, por sua vez, é provida de regras próprias, visando à verdade e não a uma aparência dessa.

O conceito de falso, tanto para Platão como para Aristóteles, está, a nosso ver, associado à produção dos sofistas, figuras que nem constroem *lógos*, nem *mythos* e, portanto, se localizam em espaços distintos daqueles por onde historiadores e poetas circulavam.

Nesse sentido, ainda que suas referências se associem ao *lógos* construído pelos “bons” filósofos, Platão nos permite argumentar que o historiador é também um produtor e narrador de *lógos*, termo que aparece nas obras de Heródoto (os *logoi* dos persas, por exemplo), Tucídides e Políbio. Por outro lado, com a leitura dos comentários de Aristóteles sobre a arte poética, percebemos que o poeta é um criador de *mythos*. Considerando que *lógos* e *mythos*, segundo Hartog⁹⁵, constituíam conceitos imbricados no mundo antigo/grego, poderemos dizer que história e poesia também o eram.

De toda forma, observamos que nas obras dos citados historiadores a idéia de *lógos* prevalece, donde compreendemos que nisso poderia residir a diferença principal entre história e poesia entre os antigos/gregos. Conforme Marcel Detienne⁹⁶, por exemplo, em todos os nove livros de Heródoto, a palavra *mythos* aparece apenas duas vezes. Para ele, o historiador grego narrou, sobretudo, os *logoi* dos povos com quem estabeleceu contatos. Tucídides coloca que em sua obra não se encontrará o *mythôdes* (o fabuloso). Políbio afirma que o historiador lida com *lógon alethinôn* (discursos verdadeiros).

À semelhança de Aristóteles, Cícero⁹⁷ se preocupou em estabelecer as marcas que, aos seus olhos, singularizavam a oratória em relação aos outros gêneros discursivos (poesia, história, filosofia e sofística), apontando características que afastam seus respectivos estilos do elaborado pelo orador.

⁹³ PLATÃO. Op., cit, 2000, p. 94.

⁹⁴ Idem, ibidem, p. 104.

⁹⁵ HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Trad.: Sonia Lacerda et al. Brasília: UnB, 2003, p. 35-51.

⁹⁶ DETIENNE, Marcel Apud MORELO, Sonila. Op., cit., p. 40.

⁹⁷ CICERÓN. *El orador*. Trad.: E. Sánchez Salor. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

Para Cícero, semelhante à oratória, a história se constitui de elegantes narrativas de lugares e batalhas, de disputas e exortações, porém nela ausenta-se o estilo vivo/eloqüente⁹⁸, específico à oratória (discurso forense). Em Heródoto e em Tucídides, Cícero encontra um estilo fluido e apeteçível, responsável por levá-lo a considerar esses historiadores os primeiros a doarem à história um aspecto adornado que, por sua vez, os distinguia dos sofistas, cujo estilo, para Cícero, era marcado por um excesso de refinamentos⁹⁹. O estilo dos filósofos, por sua vez, em muito se distancia da oratória, por sua preocupação, segundo Cícero, com o conteúdo e não com a forma de dizê-lo. Considera que a poesia, por outra parte, se interessa mais pela forma do que pelo conteúdo, possuindo mais liberdade que a oratória durante a criação e composição das palavras. Ambas se aproximam, para Cícero, apenas pelo gosto na escolha dessas¹⁰⁰.

Nesse sentido, Cícero considera que a poesia se distancia tanto da oratória como da história, pois que as últimas se interessam, sobretudo pelos fatos que aconteceram. À poesia, dirige valorosos elogios num discurso¹⁰¹ em que defende a cidadania romana do poeta de origem grega, Árquias. Elogios que, portanto, tomam um sentido pragmático. Argumenta que um homem de tamanha excelência no exercício da arte poética, não poderia ser condenado. Além do mais, se o valor das outras matérias resulta do ensino, das regras e da teoria, “(...) o poeta tem valor pela sua própria natureza e é estimulado pelas forças intelectuais e é inspirado, digamos assim, por uma espécie de bafejo divino”¹⁰². Se a oratória resultava de uma dedicação baseada em estudos intensivos, a poesia constituía um dom divino, transferido pelas Musas para alguns escolhidos.

Por outro lado, no *De oratore*¹⁰³, onde afirma que a história era função do orador, Cícero chama a atenção para a necessidade do historiador adornar os fatos narrados, por meio da eloqüência forense. Rebaixa a produção dos chamados analistas, historiadores anteriores e contemporâneos a Lívio, que constituíam uma continuidade dos “grandes Anais”. Material oficial que resultava da gravação dos feitos da cidade numa tábua branca por um pontífice máximo que, em seguida, o expunha em sua casa para que o povo dele tomasse

⁹⁸ Ressalte-se que essa história sobre a qual Cícero comenta se trata da escrita dos Anais, por ele rebaixada na obra *De oratore*, na medida em que considera necessário se estabelecer uma história com base na eloqüência forense, exercício não desenvolvido pelos analistas, segundo ele.

⁹⁹ CÍCERÓN. Op., cit., p. 45.

¹⁰⁰ Idem, ibidem, p. 57.

¹⁰¹ CÍCERO. *Defesa de Árquias*. In: _____. *As Catilinárias et al.* Trad.: Américo Ramalho et al. São Paulo-Lisboa: Verbo, 1974.

¹⁰² Idem, ibidem, p. 190-191.

¹⁰³ CÍCERO. *Do orador*. Apud HARTOG, François. Op., cit., 2001.

conhecimento¹⁰⁴. Registrava acontecimentos que demonstravam a situação das relações dos indivíduos com os deuses; acontecimentos que eram escolhidos pela cidade para serem memorizados (as vitórias, as calamidades e os prodígios)¹⁰⁵ e que passavam a fazer parte de sua história “oficial” ou “religiosa”. Essa, segundo Cícero, teve continuidade com os analistas, por ele considerados meros narradores de fatos e, por isso, produtores de obras desprovidas de embelezamento e eloquência, elementos necessários à história. Ao historiador preconizado por Cícero, caberia promover uma articulação entre os fatos e a eloquência, ato que poderia levá-lo a inovar a tradição da historiografia romana.

Esse exercício parece ter sido promovido por Tito Lívio que, aos nossos olhos, se apropriou das teses ciceronianas para a construção de sua *Ab urbe condita*, obra marcada por um caráter literário e oratório que, todavia, não diminui seu aspecto historiográfico. A partir de Lívio, observamos uma relação cruzada entre oratória e história no mundo antigo/latino, visto que ambas tinham como preocupação narrar o verossímil, ainda que possuíssem especificidades. Se Fábio Pictor (séc. III a.C.) foi o primeiro historiador de Roma¹⁰⁶, Lívio foi, provavelmente, o primeiro a escrever a história a partir de um diálogo mais próximo com a retórica e, portanto, a atribuir beleza e elegância aos fatos, conforme o ensinava Cícero¹⁰⁷.

A ausência da ornamentação dos fatos, que implica, no caso de um texto de história, num tipo de exercício que àqueles concedia uma ordenação própria, foi apontado pelos historiadores latinos como justificativa para não se associar a *Bellum civile* (Guerra Civil) de Júlio César¹⁰⁸ ao gênero da História. Trata-se de uma obra que em sua época de produção, foi designada de *comentariis* (memórias), tipo de gênero discursivo recorrente no mundo antigo, que se vincula, em latim, à palavra *mens* (“fazer pensar”, “lembrar”)¹⁰⁹. Esse termo é a raiz de *moneo*¹¹⁰ que se associa à palavra *monumentum*¹¹¹, cujo significado constitui tudo que recorda uma lembrança e, particularmente, o que recorda a lembrança de um morto: túmulo, estátua, inscrição, etc. Materiais usados por Lívio para fazer história, visto se tratarem de documentos que evocavam a memória do passado.

¹⁰⁴ CÍCERO Apud HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 145.

¹⁰⁵ HARTOG, François. Op., cit., p. 180.

¹⁰⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004, p. 129.

¹⁰⁷ Para SHOTWELL, James T. *A interpretação da história e outros ensaios*. Trad.: Murillo Bastos Martins. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967, p. 139, até a primeira metade do séc. I a.C., a história de Roma foi escrita em forma de anais, situação que mudou com o incentivo à ornamentação retórica na “era ciceroniana”. Salústio, teria sido o primeiro historiador a combinar “arte” e “ciência”. Porém, Lívio teria sido o “grande historiador” retórico.

¹⁰⁸ CÉSAR, Caio Júlio. *Bellum civile* (a guerra civil). Trad.: São Paulo: Estação liberdade, 1999.

¹⁰⁹ ERNOUT, A; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932, p. 574.

¹¹⁰ Idem, ibidem, p. 596.

¹¹¹ Idem, ibidem, p. 598.

Dessa forma, a obra de César constituía em seu tempo um tipo de memória a ser utilizada como fonte pelos historiadores, pois que não possuía marcas específicas ao gênero da história e, por isso, “(...) teve o sentido de livro de reflexões, caderno de apontamento, lembrete, diário, texto escrito ao correr da pena, conciso e destituído de ornamento”¹¹². Para os historiadores da época, constituía um material a ser reescrito a partir de elementos artísticos¹¹³, considerados por Cícero necessários ao historiador.

Para Cícero, por produzirem apenas *monumenta*¹¹⁴ de fatos, é que os analistas deveriam ser superados por um perfil de historiador que se preocupasse em orná-los, o que seria possível a partir do uso de elementos da eloquência forense. Além disso, ao colocar que o orador deve também se apropriar da história, se refere às leis dessa que lhe possibilitariam dizer a verdade: “Com efeito, quem ignora que a primeira lei da história é não ousar dizer algo falso? Em seguida, não ousar dizer algo que não seja verdadeiro? Que não haja, ao se escrever, qualquer suspeita de complacência?”¹¹⁵. Cícero, então, convida historiadores e oradores para se apropriarem uns dos outros, pois que a história permitiria aos últimos a construção de discursos verdadeiros e, ao mesmo tempo em que a eloquência forense permitiria aos primeiros um discurso mais ornamentado e aprazível. Com esse movimento recíproco de apropriação entre esses dois gêneros, ambos seus produtores poderiam tornar seus discursos mais críveis.

Consideramos que Lívio recepcionou essas idéias ciceronianas, pois que sua obra pode ser compreendida como um imenso discurso oratório em defesa de Roma, o que não a dissocia do discurso historiográfico.

Em Tito Lívio¹¹⁶, a escrita da história se caracteriza pela presença dos elementos que deveriam constituir, aos olhos de Cícero, parte de um discurso oratório: *inventio*, *dispositio*, *elocutio*, *memoria* e *pronuntiatio*¹¹⁷. A *dispositio*, por exemplo, conforme Cícero, constitui um recurso retórico que permite organizar no discurso os fatos descobertos com a *inventio*, exercício que busca coisas verdadeiras e/ou verossímeis, a serem usadas para tornar provável

¹¹² MENDONÇA, Antonio da Silva. *Introdução*. In: CÉSAR, Caio Júlio. Op., cit., p. 27.

¹¹³ Idem, *ibidem*, p. 27.

¹¹⁴ CÍCERO Apud HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 145.

¹¹⁵ Idem, *ibidem*, p. 151.

¹¹⁶ Discutiremos o estatuto do texto de Lívio, de forma específica, no Capítulo II. Daí, não entrarmos em detalhes sobre ele nesse momento.

¹¹⁷ Vejamos o que comenta sobre esses elementos: “*Invenção* é a descoberta de coisas verdadeiras ou verossímeis que tornem a causa provável. *Disposição* é a ordenação e distribuição dessas coisas: mostra o que deve ser colocado em cada lugar. *Elocução* é a acomodação de palavras e sentenças adequadas à invenção, *Memória* é a firme apreensão, no ânimo, das coisas, das palavras e da disposição. *Pronúnciação* é a moderação, com encanto, de voz, semblante e gesto”. Cf.: CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005, p. 55.

a causa então defendida. A *inventio* perpassa todas as seis partes que formam um discurso, conforme Cícero: exórdio, narração, divisão, confirmação, refutação e conclusão¹¹⁸. Constitui, pois, a base para a doação ao mesmo de um estatuto verossímil.

Nesse sentido, se entre os escritores gregos, nota-se uma preocupação em discutir a relação entre história e poesia, exercício promovido por Tucídides, Aristóteles e Políbio, em Roma muitos deles se preocuparam em comentar a relação entre história e oratória, a exemplo de Cícero. Por outro lado, Quintiliano, orador do início do séc. I d. C., em suas *Instituições oratórias*, segue o caminho inverso de Cícero, ao alertar os oradores a evitarem a maior parte das qualidades da história. Pois, essa “(...) *está muito próxima dos poetas, é uma espécie de poema em prosa, escreve-se para narrar, não para provar – e a totalidade da obra é composta não para a realização de algo ou para um combate presente, mas para a memória da posteridade e a fama do talento*”¹¹⁹.

O conceito de história enquanto narrativa estaria associado ao gênero da poesia e não à noção de prova que, por sua vez, era necessária ao orador. Daí, Quintiliano considerar, à diferença de Cícero, que o orador não deveria dialogar com a história, sobretudo porque essa estaria preocupada mais com o futuro do que com as questões imediatas, típicas da oratória. Cícero também considera inútil um conhecimento que não fornece exemplos a serem imitados e, por isso, as investigações ligadas à história,

(...) se servem para que imitemos os homens ilustres, são realmente úteis; se porém servirem tão-somente para renovar a recordação e a memória antiga, não passam de curiosidade. E, assim, exortamos-te todos a que imites, na medida do possível, esses homens cujas pegadas vimos seguindo¹²⁰.

Quintiliano e Cícero criticam algo que Tácito¹²¹ (séc. I d.C.) defende: a escrita de uma história para a posteridade. O historiador do império romano se contrapõe à história que, segundo ele, apenas atendia a interesses imediatos, qual seja, a história produzida por uma vasta quantidade de escritores que narravam os feitos de Roma desde sua fundação com “eloqüência e liberdade”¹²². Tácito considera que esses “grandes talentos” acabaram paralelamente ao período em que Roma alcançou a “paz”, com a vitória de Augusto no Ácio. Parece compreender que os escritores da república tinham o único interesse pragmático de justificar o poder de políticos. Daí considerar que no período republicano, anterior ao “Ácio”,

¹¹⁸ CÍCERO. Op., cit., 2005, p. 57.

¹¹⁹ QUINTILIANO. *Instituições oratórias*. HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 165.

¹²⁰ CÍCERO, Marco Túlio. *Do sumo bem e do sumo mal*. Trad.: Carlos Ancêde Nougê. São Paulo: Martins Fontes, 2005, 160.

¹²¹ TÁCITO. *Histórias (prefácio)*. Apud HARTOG, François. Op., cit., 2001.

¹²² Idem, *ibidem*, p. 209.

“a verdade [ueritas] foi fraturada de múltiplas formas”¹²³, pois que a maioria dos escritores se preocupava apenas em bajular ou em expor seu ódio pelos poderosos. “Assim, nem uns, nem outros preocupavam-se com a posteridade, divididos entre hostis e submissos”¹²⁴.

Tácito considera sua obra um “novo gênero”, por não mais estar preocupado em narrar desde a fundação de Roma, como o fazia os historiadores republicanos. Coloca-se como um historiador do império, para o qual constrói uma história em suas duas obras: *Histórias* (da morte de Nero a Domiciano) e *Anais* (da morte de Augusto a Nero)¹²⁵.

Nos *Anais*¹²⁶, Tácito delimita um ponto de partida próximo de seu tempo (o principado de Tibério, após Augusto), justificando seu recorte temporal ao afirmar que muitos escritores já escreveram sobre as coisas antigas do povo romano e, além de tudo, sobre as coisas de Augusto. Por outro lado, a fim de construir credibilidade para seu discurso, afirma que os escritos já produzidos do período sobre o qual narrará se constituem de mentiras, visto resultarem do medo de seus escritores, num tempo em que o ódio era ainda presente: “Tudo quanto se escreveu no governo de Tibério, de Cláudio, de Caio, e de Nero é mentiroso em consequência do medo: e o que depois da morte deles se publicou tem o mesmo carácter, por estarem os ódios ainda muito recentes”¹²⁷. Em seguida, aponta o ponto de partida de sua obra, colocando ainda que, diferentemente dos outros escritores, narrará os fatos sem ódio ou afeição, logo imparcialmente: “Lembrei-me pois de dizer pouco de Augusto, e só os últimos acontecimentos de sua vida: e continuar logo com os de Tibério, e seus sucessores, sem ódio nem afeição, porque nenhuns motivos tenha para isso”¹²⁸.

Aqui, Tácito apresenta o *tópos* da imparcialidade, elemento que considera ausente nos escritores republicanos que, para ele, escreveram uma história parcial, desprovida de crédito. Tácito, a fim de se construir como diferente desses escritores republicanos, em cujo rol Lívio pode ser enquadrado, admite que sua carreira política deveu-se aos imperadores Vespasiano, Tito e Domiciano, contudo diz que isso não corromperá sua imparcialidade, pois que “(...) os que professaram credibilidade inalterável devem falar de quem quer que seja sem amor e ódio”¹²⁹.

¹²³ TÁCITO. Op., cit., 2001.p. 209.

¹²⁴ Idem, ibidem, p. 209.

¹²⁵ HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 215.

¹²⁶ TÁCITO. *Anais*, trad.: J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre/Recife: W. M. Jackson Inc. Editores, 1965.

¹²⁷ Idem, ibidem, p. 03.

¹²⁸ Idem, ibidem, p. 03.

¹²⁹ TÁCITO Apud HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 209.

Apresenta, então, parcos comentários sobre seu “método”, que eram “exigidos” pela tópica histórica, embora fossem pouco expostos pela maioria dos historiadores, a exemplo do próprio Tácito e de Lívio. De toda forma, usavam a ocasião do prefácio, para fazê-lo.

Dionísio de Halicarnasso¹³⁰, grego que afluíu para Roma após a vitória de Augusto no Ácio, descreveu em seu prefácio o que hoje chamaríamos de “método” historiográfico, ao informar o assunto escolhido, as fontes utilizadas e os detalhes de sua obra (o recorte temporal, os fatos selecionados e a forma discursiva). Aponta, então, o que precisou fazer para a escrita de suas *Antiguidades Romanas*, obra em que se preocupa em demonstrar que as origens de Roma eram gregas a partir de uma investigação que remonta à fundação da cidade¹³¹. Há, pois, uma preocupação em se referir às regras que deveriam ser seguidas pelo historiador: “(...) *devem primeiramente escolher argumentos belos, cheios de prestígio e que sejam úteis para os futuros leitores – e em seguida buscar as fontes adequadas para a abordagem do assunto, com muito cuidado e amor pelo trabalho*”¹³².

De início, Dionísio informa o assunto escolhido, o domínio romano sobre o mundo, “(...) *que nenhum discurso ainda adornou dignamente*”¹³³. Após esse passo, é preciso “(...) *falar das fontes que utilizei quando estava a ponto de começar a escrever*”, a fim de que não surja suspeitas a seu respeito por aqueles que leram escritores, como Políbio e Timeu, que com sua “negligência”, não teriam apresentado os registros por ele apresentados¹³⁴.

Assim, além de citar as fontes, descreve cada um de seus movimentos enquanto historiador:

Pessoalmente, desembarquei na Itália no momento em que César Augusto pôs fim à guerra civil, no meio da centésima oitogésima sétima Olimpíada, e, a partir daquela época até o presente, vivi em Roma vinte e dois anos, aprendi a língua dos romanos e tomei conhecimento da literatura nacional; em todo esse tempo, consagrei-me constantemente às atividades que tinham relação com meu assunto. Por uma parte, recebi o ensinamento dos homens sábios, com os quais convivi; por outra, li cuidadosamente as histórias que escreveram os escritores louvados pelos próprios romanos, Pórcio Catão, Fábio Máximo, Valério Antias, Licínio Mácer, bem como os Élios, os Gélios, os Calpúrnios e muitos outros, homens que não são obscuros, cujas obras levei em conta (elas são parecidas com os anais gregos), pondo-me então a escrever¹³⁵.

Dionísio coloca que os que escrevem sobre fatos muito antigos apenas para adquirirem fama ou para se mostrarem superiores pela arte da oratória, o fazem de forma negligente e,

¹³⁰ HALICARNASSO, Dionísio. *Antiguidades romanas*. Apud HARTOG, François. Op., cit., 2001.

¹³¹ HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 189.

¹³² HALICARNASSO, Dionísio. Op., cit., p. 189.

¹³³ Idem *ibidem*, p. 191.

¹³⁴ Idem, *ibidem*, p. 201.

¹³⁵ Idem, *ibidem*, p. 201.

por isso, não serão elogiados pela posteridade. É preciso seguir regras e, além das duas já apresentadas, restava: “(...) *falar da própria história: a quais limites cronológicos a restrinjo, de quais fatos faço a narrativa e qual é a forma que dou à minha obra*”¹³⁶. Sobre a forma, Dionísio coloca que optou por escolher um discurso misto, distinto, segundo ele, dos que já foram produzidos por outros historiadores, pois que com ele poderá alcançar leitores variados:

(...) trata-se de uma mistura de todos os gêneros, tanto do forense quanto do especulativo, a fim de que fique claro, para os que se ocupam dos discursos políticos, para os que se consagram à especulação filosófica, assim como para todos os que podem querer distrair-se sem incômodo com leituras históricas, que esta obra os atende¹³⁷.

A partir da exposição das regras da investigação historiográfica, Dionísio concebe a história como um gênero próprio, ainda que resulte da articulação de vários outros.

Não encontramos no prefácio de Lívio e/ou em sua obra esse tipo de exercício detalhado em que expõe a “metodologia” adotada¹³⁸, embora tenha vivido a mesma época que Dionísio. Isso sugere que os historiadores produziam discursos peculiares, embora se unissem por fazerem parte de uma só tradição.

A nosso ver, a história na antiguidade, observada nos citados historiadores greco-romanos, foi se construindo enquanto um gênero discursivo específico na medida em que seus produtores procuraram se distanciar dos outros gêneros com os quais dialogavam. Mas, além disso, durante esse percurso no mundo antigo, a história foi sendo construída a partir das “disputas intelectuais” entre os escritores, pois que, ao tentarem se colocar como distintos/superiores de/a seus antecessores, foram promovendo deslocamentos na tradição historiográfica. Conforme coloca Hartog,

(...) na construção continuada dessa escrita, foram feitas certas escolhas, produziram-se “esquecimentos”, deslocamentos e também reformulações: de Heródoto a Luciano e a Santo Agostinho, passando por Cícero e Tito Lívio, a mesma palavra não designou sempre a mesma mercadoria¹³⁹.

Porém, o gênero da história possui especificidades, em relação aos demais, que se generalizam entre esses historiadores. Ele não se diferencia da poesia apenas por narrar o que aconteceu, conforme afirmou Aristóteles¹⁴⁰, mas também por constituir um exercício de

¹³⁶ HALICARNASSO, Dionísio. Op., cit., p. 201.

¹³⁷ Idem, ibidem, p. 203.

¹³⁸ Paul Jal afirma que os comentadores da obra de Lívio costumam reclamar dessa por ser desprovida de comentários explícitos sobre o “método”. O que força de seu estudioso uma análise minuciosa, que observe em seu *corpus* indícios de sua visão da história Cf.: JAL, Paul. *Tite-Live et le métier d'historien dans la Rome d'Auguste*. In: Bulletin Budé, Paris, 1989.

¹³⁹ HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 10.

¹⁴⁰ ARISTÓTELES. Op., cit., p. 28.

investigação do passado por meio de indícios que o evocam. A história nasce como *historie* (investigação) com Heródoto, tornando-se também *historia* (narrativa sobre os fatos acontecidos) com Aristóteles, idéia que prevaleceu nos historiadores latinos, a exemplo de Tito Lívio. Essa, talvez, constitui uma diferença substancial entre gregos e romanos, pois que, para esses, o termo história ou memória, estava ligado à escrita sobre os acontecimentos.

Dessa forma, a história se tornou, já na antiguidade, tanto prática como discurso, definição que a aproxima da conceituação contemporânea empreendida por alguns historiadores, a exemplo de Michel de Certeau¹⁴¹.

Das teses que discutem a relação entre os historiadores antigos e os modernos, uma delas considera que a História surgiu como gênero literário na antiguidade clássica, apresentando-se dessa forma em Hecateu de Mileto, Heródoto e no próprio Tucídides. Os historiadores antigos eram antes literatos do que cientistas, à diferença dos contemporâneos, cuja concepção de história teria derivado da sistematização empreendida pelos modernos no séc. XIX¹⁴². Com efeito, a história não aparece como “ciência” entre os antigos, porém, além de ser uma “narrativa sobre”, era também uma “investigação de”.

A referida tese que tem a ver com a idéia de que no séc. XIX, os historiadores desenvolveram métodos para crítica e análise das fontes, estabelecendo, com isso, os limites de seu campo de ação e, por extensão, levando a história ao estatuto de ciência e lhe concedendo autonomia em face das ciências humanas¹⁴³.

Creemos que esse tipo de compreensão confunde a criação no séc. XIX de “métodos rigorosos” para a forma de se relacionar com as fontes, a partir de uma crítica interna e externa delas¹⁴⁴, com a idéia de que apenas nesse período teria surgido a necessidade de delas se desconfiar. A impressão, com isso, é que há uma negação da historiografia anterior ao séc. XIX, a exemplo da produzida pelos antigos. Se, com efeito, em muito nos distanciamos dos antigos, sobretudo no que toca ao significado que atribuíam à história enquanto uma narrativa

¹⁴¹ Para ele, a história implica uma prática (uma disciplina), seu resultado (uma escrita), um lugar social e a relação entre essas “fases”. Cf.: CERTEAU Michel de. Op., cit., 2002, p. 45-47.

¹⁴² Cf.: FUNARI, Pedro Paulo. *Filologia, literatura e lingüística e os debates historiográficos sobre a antigüidade clássica*. In: Os debates historiográficos sobre a Antigüidade Clássica e as ciências humanas: Filologia, Literatura e Lingüística. Anuário de Filologia, Studia Graeca et Latina, 20, D, 8, 29-38 (publicado em 1999), p. 1-2; Essa idéia aparece também em Veyne, que se diferencia por considerar que, apesar das distinções, os antigos e modernos se interagem por escreverem uma só tradição: a história: VEYNE, Paul. Op., cit., s/d.

¹⁴³ Cf.: GRESPAN, Jorge. *Considerações sobre o método*. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p. 291.

¹⁴⁴ PINSKY, Carla Bassanezi. Op., cit., p. 11.

exemplar, de caráter útil, por outro lado, deles nos aproximamos no que toca ao estatuto que atribuímos a um texto de história enquanto uma “representação do real”¹⁴⁵.

Para Michel de Certeau¹⁴⁶ a “operação historiográfica” constitui uma combinação entre a *prática* da investigação que envolve materiais, métodos, técnicas e regras próprias ao historiador, a *escrita*, que constitui a inversão daquela em texto e, por fim, um *lugar social*¹⁴⁷. Para Certeau, história e ficção se distinguem em razão do *lugar*, uma *prática social* que constitui a fronteira que separa esses dois conceitos. É a práxis, a experiência da pesquisa que faz o historiador ser o que ele é; que distancia seu discurso do ficcional.

Assim, pois, “a representação – mise en scène literária – não é ‘histórica’ senão quando articulada com um lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática do desvio, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos”¹⁴⁸. Para Certeau, o lugar social ocupado pelo historiador numa “instituição de saber” constitui o principal elemento que define suas escolhas¹⁴⁹. Sem ele, a prática e a escrita, a representação seria ficcional.

Roger Chartier¹⁵⁰ complementa essa colocação de Certeau, ao questionar a dicotomia realidade/ficção. Compreende que tanto os textos “documentais”, vistos como mais verdadeiros/ reais, como os textos “literários”, associados a um mundo ficcional, devem ser pensados pelo historiador como representações do real¹⁵¹. Pensá-los desse modo, implica numa dupla discordância: de um lado, da percepção de que os conceitos não possuem uma relação com as práticas, idéia que afirma aparecer em Michel Foucault; de outro, da concepção de que os discursos traduzem fielmente a realidade. Nesse sentido, considera que a preocupação não consiste mais em saber se um discurso traduz ou não a realidade, mas em analisar *como* representa práticas sociais. O real é, pois, constituído pela articulação entre práticas e discursos, existindo enquanto Representação. Portanto, não mais importa o exercício de observar quais discursos são verdadeiros ou ficcionais, “(...) mas em

¹⁴⁵ Referência à teoria com qual corroboramos, segundo a qual existe um real a ser representado. Cf.: CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuel Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

¹⁴⁶ CERTEAU, Michel de. Op., cit., 2002.

¹⁴⁷ Idem, ibidem, p. 66. Ressalte-se, por outro lado, que há discordâncias quanto à assertiva de que a história se caracteriza por ser definida, sobretudo por regras próprias. Para VEYNE, Paul. Op., cit., “a história não tem método, uma vez que não pode formular sua experiência sob a forma de definições, de leis e de regras” (p. 127). O “método” existe como uma “experiência histórica” que longe de se tratar de “regras absolutas”, se constitui “(...) de tudo que um historiador pode aprender aqui e ali em sua vida, em suas leituras e em sua convivência com outrem” (p. 126).

¹⁴⁸ Idem, ibidem, p. 93.

¹⁴⁹ CHARTIER, Roger. Op., cit., 2002, p. 102.

¹⁵⁰ CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990.

¹⁵¹ Idem, ibidem, p. 63.

compreender como a articulação dos regimes de prática e das séries de discursos produz o que é lícito designar como a 'realidade', objecto da história"¹⁵².

Chartier coloca que pensar a história "hoje" (década de 1980) é concebê-la como verossímil, idéia que nem desconsidera as imposições que recebe, nem anula por completo a possibilidade de compreender práticas do passado por meio de representações. Implica num exercício de questionamento dos discursos, pois que é preciso "(...) *verificar as suas condições de possibilidade e de produção, os seus princípios de regularidade, os seus condicionamentos e apropriações*"¹⁵³. Chartier critica a forma como certos historiadores se contrapuseram à objetividade dos "positivistas" por sugerirem que, contrariamente às certezas daqueles que associavam verdade ao real, afirmaram que o trabalho a partir de indícios para reconstruir o passado não passava de uma ilusão. Estabelece, pois, uma postura mediana entre o relativismo absoluto e a verdade absoluta, chamando-nos para uma espécie de terceira via, a qual resta apenas "postular"¹⁵⁴.

Por outro lado, um dos conceitos de história para os modernos do séc. XIX, a *geschichte* na língua alemã, constituía o próprio acontecimento, a chamada realidade histórica¹⁵⁵. Conceito que é utilizado por Leopold von Ranke¹⁵⁶, ao se referir, por exemplo, a uma *Französische Geschichte* (História da França). Dos postulados que informavam sua concepção de história, cite-se: o historiador não deveria "*julgar o passado nem instruir os seus contemporâneos mas simplesmente dar conta do que realmente se passou*"¹⁵⁷; a história (*geschichte*) constituía o próprio acontecimento e possuía uma forma pré-estabelecida que era possível de ser acessada pelo conhecimento; ao historiador caberia registrar os fatos a partir de documento seguros¹⁵⁸. Assim, é que Ranke "mostra" as ações políticas do rei francês Henrique IV¹⁵⁹, sem apresentar questionamentos, diferentes versões sobre os fatos ou comentários "parciais". Para ele, sua escrita era o próprio fato e, assim, não admitia que sua obra constituía apenas uma versão possível sobre os fatos.

Idéia que evidencia sua concepção de que o texto do historiador deveria ser uma tradução fiel dos acontecimentos; deveria ser o próprio acontecimento, pois que o historiador

¹⁵² CHARTIER, Roger. Op., cit., 1990, p. 80.

¹⁵³ Idem, ibidem, p. 87.

¹⁵⁴ Idem, ibidem, p. 88.

¹⁵⁵ SAIITA, Armando Apud MALERBA, Jurandir. *Teoria e história da historiografia*. In: _____ (org.) *A história escrita: teoria e história da historiografia*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 18.

¹⁵⁶ RANKE, Leopold von. *História*. Org.: Sérgio Buarque de Holanda. Trad.: Trude von Laschan Solstein. São Paulo: Ática, 1979.

¹⁵⁷ BOURDÉ, Guy; MARTIN, Hervé. *A escola metódica*. In: *As escolas históricas*. Trad.: Ana Rabaça. Lisboa: Europa-América, s/d, p. 114.

¹⁵⁸ Idem, ibidem, p. 114.

¹⁵⁹ RANKE, Leopold von. *Ação política e personalidade de Henrique IV*. In: _____. Op., cit., p. 80-91.

não escrevia a história, mas relatava aquilo que já estava posto. Era, enfim, apenas um interventor neutro que permitia que os fatos fossem levados para a escrita, que não era outra coisa se não os próprios fatos.

As concepções de história de Certeau e de Chartier, ao articularem prática e escrita, nos remetem aos historiadores antigos. A expressão *memoria rerum gestarum*, usada por Lívio sugere que sua obra constitui uma escrita sobre os feitos do povo romano. Por outro lado, Lívio promoveu uma exaustiva pesquisa, construindo um texto verossímil a partir do uso de materiais que iam dos documentos escritos, às obras dos seus predecessores e à tradição oral¹⁶⁰. Sua escrita da história, vista aqui como representação, permite, pois, estudarmos as práticas sociais dos romanos e, ao mesmo tempo, seu lugar como historiador.

Nesse sentido, consideramos que a concepção dos antigos se aproxima da visão de alguns historiadores contemporâneos, sobretudo dos que concebem a história, antes de tudo, como uma escrita sobre experiências humanas; uma escrita que constitui também criação, invenção, manipulação, mas que não perde seu caráter representacional.

Para os historiadores antigos, os pares história/poesia e história/retórica não eram vistos como dicotômicos. Eles os viam como complementares. Por construírem obras marcadas por esses cruzamentos, terminaram, por vezes, sendo vistos, a partir de um olhar de estranhamento, como “menos historiadores”, por alguns historiadores modernos e contemporâneos. Esses se apropriam da idéia, construída no séc. XIX, de que história e poesia são noções completamente opostas¹⁶¹ e, com isso, designam os historiadores antigos enquanto figuras de reduzida importância para a tradição contemporânea, o que se observa na própria quantidade de estudos sobre os mesmos. O “método” moderno, sim, caracterizado por um tipo de produção baseado num vasto conjunto de regras, deveria ser elogiado e considerado como a base da produção historiográfica contemporânea.

Assim, entendemos que o diálogo promovido pelos historiadores antigos entre o discurso historiográfico e o poético constitui um exemplo de aproximação com a produção dos historiadores contemporâneos: de um lado, cada vez mais interessados em se apropriarem da literatura, seja como fonte, seja como modelo de escritura a ser imitado do ponto de vista do estilo; de outro, preocupados em escrever um discurso baseado em marcas, próprias a sua tradição de escritura. Marcas que localizamos na historiografia antiga.

¹⁶⁰ Essa questão é melhor discutida no Capítulo II.

¹⁶¹ Segundo, SCHAPOCHNIK, Nelson. *As figurações do discurso da história*. In: MALERBA, Jurandir (org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996, p. 169, a separação entre história e poesia, levada a efeito pelos historiadores do século XIX, constituiu uma estratégia, montada pelos historiadores que naquele século se profissionalizaram, para legitimarem a historiografia enquanto provida de uma cientificidade, caráter que poderia ser elevado com a supressão do aspecto narrativo da representação histórica.

Dessa maneira, é que procuramos analisar a obra de um historiador antigo, Tito Lívio e sua *Ab urbe condita*, nos preocupando em construir uma compreensão sobre seu conceito de História e o que a ele se articula.

CAPÍTULO II

Escrita e oralidade, *uerus* e *uerus similis*: estatutos da *memoria rerum gestarum* de Tito Lívio

Roma encontra-se em perigo. Um imenso abismo, provável resultado da ação de um terremoto, forma-se no Fórum. Lança-se terra na cavidade para preenchê-la, porém, por aviso dos deuses, descobre-se que apenas com a consagração da principal força do povo romano naquele espaço, o risco de um iminente fim da República poderia ser eliminado. Apresenta-se Marco Cúrcio, jovem virtuoso, cuja coragem superava os outros cidadãos romanos que, então, hesitavam-se à tarefa de salvar a urbs. Após a supressão de imenso tumulto no Fórum romano, Cúrcio gesticula aos Imortais, com os olhos erguidos ao Capitólio. Ritualmente, estende as mãos para o céu e para o precipício formado no Fórum. O momento do sacrifício se aproxima. Cúrcio direciona-se, bravamente, até seu cavalo, ricamente ajazado; monta-o; corre até o abismo, onde lança seu corpo com todas as suas armas, conforme pedido dos deuses. Impressionados com o gesto audacioso e intrépido do jovem patriota, a multidão que então preenchia o espaço do Fórum e que acabara de ser salva por um único homem, oferece-lhe oferendas expiatórias¹.

Ação exemplar construída por Tito Lívio a partir de uma *fama* romana, com a qual pôde narrar um grande feito patriota de um romano que, por isso, se tornou *famosus*². Comenta que dela se apropriou para explicar a origem do nome atribuído ao lago Cúrcio³, considerando que não haveria outra forma de fazê-lo e que, ao mesmo tempo, pudesse levá-lo a encontrar a verdade sobre a questão: “Eu não teria poupado esforços, se houvesse outro caminho ao pesquisador para encontrar a verdade [uerum]. Mas foi preciso ater-me à tradição [fama], uma vez que a antiguidade do fato não permite comprovar sua autenticidade [fidem]”⁴. Lívio, ao se referir à *fama*⁵, termo que advém do verbo falar e que pode se ligar à

¹ Trata-se de uma paráfrase da narrativa de Lívio. Cf.: TITO LÍVIO, VII, 6, p. 80, v. II.

² De acordo com ERNOUT, A; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932, p. 314: O que faz por onde para ser falado.

³ No livro I, Lívio coloca que o lago Cúrcio passou a assim ser chamado após o combate entre romanos e sabinos, no qual o cavalo do rei sabino Métio Cúrcio atirou-se num pântano mediante perseguição romana. Com o fim do combate e a aliança entre os dois povos, atribuiu-se, em memória da guerra, o nome de lago Cúrcio ao local onde o cavalo depôs Cúrcio a seco, após sair do pântano. (TITO LÍVIO, I, 13, p. 38, v. I). Nota-se, portanto, a existência de diferentes *famae* a respeito da cavidade que, segundo Paulo Alberto, existia de fato e foi coberta no tempo de Sula. Cf.: TITO LÍVIO. *História de Roma – Ab urbe condita libri*, livro I. Trad.: Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Inquérito, 1993, p. 72. (informação em nota-de-rodapé).

⁴ TITO LÍVIO, VII, 6, p. 8, v. II.

⁵ Conforme ERNOUT, A; MEILLET, A. Op., cit., temos: *fama* ou *famosi*: “o que se diz de qualquer um, famoso, reputação boa ou má”. Ao plural, tem-se “notícias que correm”. *Fama* tinha de início um sentido indiferente, tomando, depois, um valor laudativo. (p. 313-314). Liga-se à *gloriae* (*kléos* no grego) “renomado”, “bom renome, glória” (p. 408). Palavra itálica: do grego (dórico) *phama* e do grego (jônio-ático) *phéme*: “reputação, rumor público”. A raiz era *bha* (p. 314) que nos leva para *for*, *faris*, *fatus sum*, *fari*. Desses termos, os dois primeiros eram pouco usados. Emprega-se apenas *fatur*, *fantur* e, por extensão, *fare*: “falar”. Além desse sentido, tinha um caráter poético e arcaico que, a partir do séc. II a.C., era encontrado apenas na língua literária e

fala dos deuses (*fatum*), associa seu discurso a um elemento poético. Ele deixa claro que a *fama rebus*⁶ constituiu um dos caminhos possíveis para seu exercício de escritura da história, ainda que não lhe possibilitasse encontrar o verdadeiro (*uerus*)⁷, dado o caráter antigo do fato e a dificuldade de encontrar sua *fides*, ligada ao verbo confiar (*fidare*). Possui uma raiz religiosa, ainda que no latim esse significado tenha se perdido. Lívio parece usá-la mais no sentido de “garantia da palavra dada”, que se liga à língua de direito ou, talvez, no sentido da “Boa-Fé”, significado que resulta da divinização da *fides*.⁸

Lívio, ao menos neste caso, entende que a memória dos feitos se encontra dissociada da necessidade de sua comprovação por meio de outras fontes que lhe permitissem construir um aspecto mais crível para elas. Para ele, parecia importar, com a narração do ato de Cúrcio, a edificação das almas corrompidas de seu tempo.

Poder-se-ia, então, concluir que, conforme aponta alguns comentadores, a preocupação de Lívio consistiria em, antes de fazer história, moralizar os romanos de seu tempo? Ou ainda, que sua postura moralizadora o excluiria de um lugar como historiador? A concepção de uma história *magistra vitae* é incompatível à escritura de um texto verossimilhante?

Neste capítulo, problematizamos a visão lugar-comum sobre Lívio como escritor de uma história moralista, dissociada de elementos próprios a um texto historiográfico. Discutimos a recepção no texto de Lívio da compreensão dicotômica, vista em Aristóteles,⁹ de que a história constituiria um gênero discursivo vinculado ao que aconteceu, ao passo que a

em certas fórmulas (p. 360). Há ainda o participio desse verbo, *fatus* e, por extensão, *fatum*: “destino” na qualidade de inevitável e imposto aos homens (p. 322). Por ser ligado ao verbo *fare*, *fatum*, pois, constitui a fala dos deuses. Lívio, então, ao se referir à *fama*, termo que advém de *fare* (falar) se liga a um elemento poético e/ou ao que é dito pelos deuses. De toda forma, a ação de Cúrcio inclui-se na noção de *fama* por constituir a reputação (o que se diz de um homem que fez por onde ser a ela ligado). Ressalte-se que para todas as outras referências à etimologia das palavras, recorreremos ao dicionário que aqui citamos.

⁶ A expressão significa: o que se diz sobre as coisas acontecidas.

⁷ Segundo ERNOUT, A; MEILLET, A. Op., cit., *uerus*: adj. “verdadeiro, autêntico, verídico”. Oposto a *falsus*; subst. *uerum*: “o verdadeiro”. Derivados e compostos: *ueritas*: “verdade, realidade”; *uerax*: verídico (formado sobre *fallax*, *mendax*, que significam o falso, a mentira, aos quais se opõe) (p. 1052). Vínculo com *uerbum*: “palavra”; opõe-se à *res* (coisa). Na terminologia gramatical, designa o “verbo”, por oposição a *uocabulum* (nome, derivado de voz) (p. 1046). *Uerbum*, pois, se opõe tanto à coisa, como ao/à nome/voz. Se está ligado a *uerus*, pode se tratar de um tipo de linguagem, uma palavra escrita, que sugere crença. O dicionário não apresenta uma etimologia muito clara dessa palavra.

⁸ *Fides*: raiz *bheidh/bhidh*; liga-se a *credo*, de raiz *kred-dhé*. Primeiro sentido: *Fides* serve de substantivo ao verbo *credo* (“crer”, “pôr sua confiança em”). Ambos são termos de origem religiosa, mas que, desde o antigo latim, tomaram empregos cada vez mais profanos por consequência do fim da velha cultura indo-européia e da dominação do mundo mediterrâneo pela cultura material. O verbo *fidare* (“confiar”) tinha um valor profano em toda a época latina. Apenas com o Cristianismo, lhe foi restituído a função religiosa. Segundo sentido: na língua de direito, a palavra tomou o sentido de “garantia dada”, “empenho solene”. A noção *fides* foi divinizada: “a Boa-Fé”. Cf.: Idem, ibidem, p. 341 (para *fides*); p. 220 (para *credo*).

⁹ ARISTÓTELES. *Arte poética*. In: _____ et al. *A poética clássica*. Trad.: Jaime Bruna. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997, p. 28.

poesia estaria ligada ao possível/verossímil. Análise que caminha junto com a discussão que fizemos em torno das distintas fontes usadas por Lívio, que agrupamos em três blocos maiores: as tradições oral (*fama* e *fabula*¹⁰) e escrita (*memoria* dos analistas) e os documentos escritos (*monumenta litterarum*)¹¹. A partir de uma discussão sobre a relação de Lívio com essas fontes, pudemos observar em seu texto elementos peculiares a uma tradição de escrita ligada ao gênero discursivo chamado História. Distancia-se dos gêneros retórico e poético, ainda que os recepcione em sua obra, formando nessa uma espécie de triângulo discursivo.

A *Ab urbe condita* durante muito tempo foi considerada um manual de instrução aos leitores romanos e, por isso, seu historiador não estaria preocupado em estabelecer uma verdade dos feitos narrados. Lívio, pois, não teria assumido uma prática própria à tradição de escritura historiográfica. Seu interesse estaria canalizado para a produção de uma obra que causasse um efeito moralizante em seu público, desejo que dele tornaria mais um moralista do que um historiador e, portanto, do que um escritor impelido por intenções de produzir um texto caracterizado por um aspecto verdadeiro. Alguns alegam, por exemplo, que Lívio teria escrito um texto com tônicas retóricas/poéticas a fim de torná-lo mais apazível e persuasível, tornando essa característica um elemento que justificaria sua dissociação com a tradição historiográfica. Seu texto é reduzido a um manual de *exempla* dirigido aos seus leitores, cujas vidas, por meio dele, passariam a ser orientadas.

Representações que, a nosso ver, são informadas por uma série de pares dicotômicos: verdade/mentira, real/falso, ciência/arte, história/retórica, história/poesia, dentre outros. Assim, é que Lívio recebeu leituras, para as quais se ele não narrou a verdade, logo sua

¹⁰ *Fabula*: derivado de *fama* e, portanto, ligada ao verbo falar. Logo, primeiro sentido: “conversação, sujeito (ou objeto) de conversação, relato”; em sentido particular: “relato dialogado e posto sobre a cena, peça de teatro ou fábula/conto”. Segundo sentido: *fabula* como *verbum*, “palavra”, se opondo à coisa; *facta* (“feito”) designa um “relato mentiroso ou fictício”. Denominativo: *fabulari*: “conversar, falar”; *rem fabulare*: “contar, inventar”. Cf.: ERNOUT, A; MEILLET, A. Op., cit., p. 314. Por vezes, assume no texto de Lívio o sentido ligado à encenação teatral.

¹¹ Conforme idem, ibidem, temos: *Monumentum* (p. 598): *moneo*: raiz *men*: “pensar”; *mens*: “fazer pensar, lembrar”; por conseqüência: “chamar a atenção sobre, advertir/avisar”. *Monumentum* em grego: *mnemeion*, ligado à idéia de memória (*mnemosyne*). Então, *monumentum* (*moni*-): “é tudo que recorda uma lembrança e, particularmente, o que recorda a lembrança de um morto: túmulo, estátuas, inscrições, etc.” (p. 596). *Littera*: “grafia atestada/certificada”, “letra de alfabeto”. Corresponde ao grego *gramma*. É provável que possua origem nessa palavra grega, imitada pelos latinos, com intermediação dos etruscos (p. 528). Portanto, ao se referir a *monumenta litterarum*, Lívio trata dos escritos que evocam uma memória, uma lembrança do passado, donde: estátuas, inscrições e túmulos são usados por ele como fonte, pois que a eles se refere em várias partes de sua obra, conforme veremos nesse texto. Cícero, no *De oratore*, considera as obras dos analistas meros *monumenta*, por considerar que são desprovidos de ornamentos, conforme colocamos no Capítulo I. Consideramos que Lívio não os toma necessariamente como *monumenta*, por localizarem num tempo posterior aos fatos que narraram. Eles escreveram uma *memoria*: memória, lembrança; no plural *memoriae*: “memórias, monumentos comemorativos”. Derivado de *memor*, *oris*: “o que se lembra”; “que faz lembrar”. *Memorare*: recolocar em memória, recordar/rememorar (p. 573). Pois, a *memoria*, para Lívio, seja a que ele constrói, seja a dos analistas, está associada a materiais que evocam lembrança (os *monumenta*).

história se constitui de seu inverso: mentiras, falsidades, irrealidades. Se Lívio narra feitos que não aconteceram, mas feitos possíveis de terem acontecido, logo diz-se que não seguiu uma característica que seria específica à história: narrar coisas que aconteceram.

A obra de Lívio, após publicada, teve uma considerável repercussão em Roma, passando a ser vista como a “maior das produções” da historiografia romana¹². Sua perspectiva exemplar exerceu influências em escritores modernos que, ao dela se apropriarem, produziram numerosas “histórias nacionais”, caso de Maquiavel¹³. No séc. XIX, Lívio foi considerado o maior historiador da antiguidade romana mais por suas qualidades literárias e menos pelo relato de fatos verídicos¹⁴. Visão que passou a prevalecer em boa parte das posteriores representações construídas sobre o historiador, a exemplo das que tivemos acesso a partir de textos esparsos: capítulos de livros, anotações contidas em capítulos que tratam de forma genérica da historiografia greco-romana, notas introdutórias às traduções de sua obra a que tivemos acesso.

Desses poucos comentadores da obra de Lívio, cite-se, inicialmente, seu tradutor. Paulo Matos Peixoto¹⁵, ao introduzir sua tradução portuguesa da *Ab urbe condita*, aponta que, diferentemente do pragmatismo de Políbio, a obra de Lívio é atravessada por um tom romancado, caráter que se adequava aos seus objetivos moralizantes. Considera que o “método literário” de Lívio lhe possibilitou transformar “pequenos” episódios em “grandes” acontecimentos, ressaltando ainda que sua distância temporal em relação às experiências narradas, teria lhe impossibilitado a escritura de uma narrativa “correta”¹⁶. Ao contrário dessa,

¹² Cf. BESSELAAR, José van den. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Editora Herder, 1968, p. 15.

¹³ Cf.: MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Edusc, 2004, p. 120. Maquiavel produziu uma história de sua cidade, Florença, com um estilo e uma perspectiva da história semelhante à de Lívio, pois que a pensa como *exemplum*. Cf.: MAQUIAVEL, Nicolau. *História de Florença*. Trad.: Nelson Canabarro. São Paulo: Musa editora, 1998.

¹⁴ Cf.: DOSSE, François. *O relato*. In: A História. Trad.: Maria Elena O. Assumpção. Bauru-SP: EDUSC, 2003, p. 107-108.

¹⁵ PEIXOTO, Paulo Matos. *Introdução*. In: TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989, V. 1, p. 09.

¹⁶ Temos a impressão de que esse tipo de leitura, presente também em muitos comentadores de outros historiadores antigos, está de algum modo associada às teses sofisticas, segundo o olhar de Platão, sobre a retórica. Isso porque, assim como Platão critica os sofistas ao afirmar que esses demonstram mais respeito pelo provável do que pelo verdadeiro permitindo que “(...) por magia da palavra, as coisas aparentemente pequenas se tornam grandes e as grandes pequenas” (PLATÃO. *Fedro*. Trad.: Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães editores, 2000, p. 104), os referidos comentadores compreendem que exercício semelhante foi articulado por alguns historiadores antigos, em cujo quadro Lívio se encontraria. Para Platão, os discursos escritos, promovidos pelos sofistas, traziam em si um grande número de fantasias, pois que não necessitavam de muito esforço para a sua composição, sendo utilizados apenas como instrumento de persuasão, compreensão que possui ressonância na forma como, contemporaneamente, se costuma lê os historiadores antigos. Nesse sentido, Platão considera que os discursos retóricos/escritos, cujos oradores não visavam a conhecer a verdade, mas aquilo que parecia sê-lo aos olhos da maioria, buscavam conseguir a persuasão dessa a partir do conhecimento da aparência do verdadeiro real. Idéia que possui eco nas teses de Hayden White, conforme as quais, a verdade de uma interpretação histórica limitaria a sua eficácia e que se aproxima da leitura de alguns comentadores de

Lívio teria distorcido a verdade histórica, uma vez que provavelmente suprimia outros episódios que não estivessem de acordo com seus objetivos moralizantes. Peixoto, como um estudioso ligado aos estudos literários, entende, então, que o trabalho de seleção e de ordenação dos fatos, característico da figura do historiador, desligaria Lívio desse lugar, pois que demonstraria sua parcialidade.

Perspectiva defendida por P. G. Walsh¹⁷, analista que se refere a uma “distorção da história” promovida por Lívio. Walsh constrói argumentos a partir da análise de algumas experiências por Lívio narradas, estabelecendo comparações com a escrita de Políbio. Observa que Lívio elimina elementos, como o jocoso, as disputas políticas, dentre outros, de suas narrativas sobre as virtuosas ações de homens e mulheres do passado romano. Com isso, segundo Walsh, tentava edificar uma imagem moralizante de seus personagens, exercício que o teria desviado do relato verídico dos fatos. Conforme Walsh, na narrativa de Políbio encontra-se as mesmas experiências descritas por Lívio, contudo estão presentes os itens excluídos por esse historiador. Walsh toma Políbio como a referência de escrita historiográfica provida de um sólido respaldo na verdade, a fim de representar Lívio enquanto um historiador que teria distorcido os “fatos históricos”. Nesse sentido, sua preocupação é ainda em investigar se o historiador narra ou não a verdade ou se ele dá conta ou não do “evento real”, perspectiva compreensível considerando a época em que escrevera: década de 1950.

Peixoto comenta ainda acerca da versão da crítica moderna sobre Lívio, afirmando que essa reprova suas concepções políticas, militares e religiosas, assim como, critica sua incapacidade em discutir as fontes. Para outros autores, Lívio “*não era pesquisador metódico, nem se demorava muito em examinar rigorosamente os documentos*”¹⁸. Além disso, suas “*qualidades literárias chegam até a prejudicar, às vezes, a objetividade serena, tão necessária a um historiador*”¹⁹. Daí produzir uma obra em que se percebe “*(...) mais uma concepção artística do que uma síntese científica*”²⁰. São recepções que tomam uma concepção de história, ligada à idéia de ciência, para construir suas leituras sobre Lívio.

historiadores antigos, como os que neste capítulo citamos. Cf.: WHITE, Hayden. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. Trad.: José Laurêncio de Melo. São Paulo: Edusp, 1995.

¹⁷ WALSH, P. G. *Livy's preface and the distortion of history*. In: *The American Journal of Philology*. V. 76, N° 4, 1955, p. 369-383.

¹⁸ BESSELAAR, José van den. Op., cit., , p. 15.

¹⁹ Idem, ibidem, p. 16.

²⁰ Idem, ibidem, p. 16.

Para R. G. Collingwood²¹, Lívio elaborou toda sua obra a partir do método de “cola e tesoura”, visto que sua narrativa se constitui do resultado da reunião dos documentos tradicionais da história primitiva de Roma. Aponta, por outra parte, que Lívio ao menos procurou agir de forma crítica em sua relação com as fontes, embora haja acusações de que teria deturpado-as. Considera que se não o fez de forma sistemática, tratou-se de um resultado da ausência, em sua época, da crítica metódica dos historiadores modernos. Nesse sentido, Collingwood pondera que por ter ao seu redor um conjunto vasto de lendas, restou a Lívio reproduzi-las com a única ressalva de que não poderia confirmá-las, nem contestá-las. Para ele, Lívio copia a tradição de forma quase idêntica ao modo como a encontra, estabelecendo, no máximo, “(...) *a mais grosseira tentativa de atingir a crítica histórica*”²². Collingwood faz uma rápida tentativa de compreender Lívio sem modernizá-lo, mas logo em seguida o critica por considerar que não promoveu a crítica histórica tão bem quanto entende que os modernos o fazem. Fala de um lugar como leitor moderno, pouco se esforçando por estudar Lívio a partir de seu contexto de produção.

Demonstrando-se preocupado, sobretudo em anunciar aquilo que Lívio “não fez”, como se estivesse interessado tão somente em acusá-lo, Collingwood coloca que o historiador *não* demonstra nenhum esforço para “*descobrir como evoluiu a tradição*”²³. Com o mesmo, afirma que Lívio poderia denunciar os motivos para ela ter chegado a sua época de forma “deformada”, lhe abrindo caminhos para que promovesse sua reinterpretação. Por fim, Collingwood alega que Lívio adotou um método excessivamente simples para a consecução da narrativa complexa que ousou estabelecer, afirmando que “*a sua narratividade da história antiga de Roma está demasiado profundamente impregnada de elementos fabulosos para ser colocada entre as maiores obras do pensamento histórico*”.²⁴

Collingwood²⁵ estabelece como eixo de compreensão da história uma noção de “ciência”, por ele concebida enquanto o exercício de descoberta das coisas por meio da investigação e que, por isso, constitui o *tópos* que torna um texto parte do gênero discursivo chamado História. Por isso, demonstra uma tendência a valorizar historiadores, como Tucídides e Heródoto, por considerar suas obras providas de uma cientificidade que as teriam distanciado da “história teocêntrica”, cujo centro era o mundo divino. Heródoto, nesse sentido, teria sido o primeiro a se preocupar em descobrir as coisas por ele mesmo sem o

²¹ COLLINGWOOD, R. G. *A historiografia greco-romana*. In: A idéia de História. Trad.: Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, s/d, pp. 27-78.

²² Idem, *ibidem*, p. 66.

²³ Idem, *ibidem*, p. 66.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 69.

²⁵ Idem, *ibidem*, p. 69.

auxílio do mundo divino. Produzindo uma teia de generalizações, com um estudo de “filosofia da história”²⁶, tipo de visão que durante muito tempo marcou pesquisas de “caráter historiográfico”, Collingwood localiza a idéia de história, pautada na sua noção de “ciência”, nos historiadores gregos, Heródoto e Tucídides. Pouco ou quase não se preocupa em estabelecer estudos específicos sobre a obra de cada um dos historiadores antigos.

Ao mesmo tempo, Collingwood desqualifica a produção de Tito Lívio, ao afirmar que sua narrativa é plena de elementos fabulosos, caráter que dela retiraria o lugar enquanto uma “grande” obra do pensamento histórico.

Por não localizar Lívio em seu contexto, entendemos que Collingwood perde de vista um tipo de compreensão que associa o historiador a seu lugar social e que, assim, nos permite estudá-la a partir do *não-dito*²⁷. Fazê-lo, contribui para percebermos as estratégias narrativas usadas pelo historiador ao utilizar, por exemplo, a *fabula*. Elemento, por vezes, usado para a defesa de interesses políticos, seja do *princeps* Augusto, seja da aristocracia romana de maneira geral.

León Dujovne²⁸, ao tentar encontrar na historiografia greco-romana um pensamento histórico-filosófico, analisa variadas teses de helenistas que nela tentaram visualizar um “sentido histórico”. Menciona Robert Flint²⁹, segundo o qual Lívio foi meramente um analista, por não apresentar uma compreensão filosófica dos fatos, que poderia levá-lo a observar as causas determinantes do curso da história romana³⁰. Não seria possível, então, entender a obra de Lívio como resultado de um pensamento bem ordenado, capaz de revelar a “consciência histórica” da época. Pois, ela teria sido uma mera descrição factual de Roma desde suas origens.

François Dosse³¹ também considera que Lívio deu continuidade aos métodos da tradição dos analistas romanos. Para ele, Lívio explica os motivos da corrupção dos costumes romanos, ao mesmo tempo em que apresenta uma história não tão preocupada com a noção de

²⁶ Collingwood aponta três conceitos de “filosofia da História”: inventada no séc. XVIII por Voltaire, significava naquele momento uma “história crítica ou científica”; para Hegel, em fins do séc. XVIII, tratava-se de uma “história universal”; para muitos positivistas do séc. XIX, por outra parte, filosofia constituía as leis gerais que comandavam o curso da história. Por outra parte, concebe-a enquanto um pensamento que se preocupa em estudar o pensamento histórico ao longo dos tempos. Daí sublinhar a necessidade do historiador ser também um filósofo, qualificação que lhe possibilita refletir sobre as idéias de seus pares do passado. Cf.: COLLINGWOOD, R. G. Op., cit., p. 09-10.

²⁷ Cf.: CERTEAU Michel de. *A escrita da história*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 67.

²⁸ DUJOVNE, León. *El pensamiento histórico en la antigüedad grecorromana*. In: La filosofía de la historia en la Antigüedad y en la Edad Media. Buenos Aires – Argentina: Galatea – Nueva Visión, 1958.

²⁹ FLINT, Robert Apud Idem, ibidem.

³⁰ Idem, ibidem, p. 96.

³¹ DOSSE, François. Op., cit.

verdade, pois que o historiador teria buscado, antes de tudo, uma finalidade moral. Segundo essa concepção, Lívio teria transferido suas preocupações para a construção de uma história exemplar/útil, recuperando do passado uma série de *exempla* para a edificação do espírito dos romanos de seu tempo³². Exercício que, para Dosse, anulou de sua obra o estatuto de uma representação de experiências verossímeis.

Dosse³³ afirma ainda que Lívio, construído no século XIX como o maior historiador da Antiguidade romana mais pelo tom literário de seu texto do que pela credibilidade dos relatos narrados, valoriza situações que se dão em meio aos “grandes feitos”, como as alegrias e angústias sentidas nas guerras. Assim, acredita que os homens que circulam pelo texto de Lívio são personagens e que suas ações são fictícias, usadas para ilustrar e engrandecer as batalhas e seus soldados. Além disso, a *Ab urbe condita*, segundo Dosse, se caracteriza, sobretudo, por revelar as inquietações da época de seu escritor, na medida em que demonstra as turbulências de uma República aflita. Tratar-se-ia, então, de uma obra da qual não se poderia esperar a veracidade dos fatos narrados, nem tampouco, sua verossimilhança.

Com efeito, a narrativa de Lívio representa o contexto específico em que foi elaborada, visto que as representações do passado são sempre representações do presente. Argumento que cabe tanto aos antigos, como aos modernos e que, todavia, não significa que devamos anular qualquer possibilidade de percebermos um caráter verossímil do que narram sobre o passado. Dosse³⁴ parece considerar que a um historiador seria possível narrar o passado sem levar consigo aquilo que vivencia em seu presente, já que critica Lívio por não representar fatos verdadeiros do passado romano, pois que sua obra representaria, em verdade, seu próprio tempo.

Por ser também um criador/ imitador de ações humanas, no sentido aristotélico da expressão, acreditamos que não cabe pensarmos sua obra como “ficcional”, pois que o ato de criação, para os antigos, se dava dentro dos limites da verossimilhança das ações criadas. Compreensões apresentadas por Aristóteles³⁵ e Horácio³⁶ em seus comentários sobre a arte poética.

Para Dosse, Lívio não utilizou “fontes originais”, pois que “*o essencial de sua documentação é constituído pelos escritores que o precederam, sem verificar a autenticidade*

³² DOSSÉ, François. Op., cit., p. 107.

³³ Idem, *ibidem*.

³⁴ Idem, *ibidem*.

³⁵ ARISTÓTELES. Op., cit.

³⁶ HORÁCIO. *Arte Poética*. In: ARISTÓTELES *et al.* Op., cit.

de suas fontes”³⁷. Com efeito, Lívio se apropria em demasiado dos escritores da tradição, deixando bem claro que, a partir deles, conseguirá alcançar apenas o verossímil. Além disso, conforme veremos neste capítulo, costuma estabelecer confrontos entre as fontes usadas pelos escritores e suas interpretações, o que indica uma intenção de problematizar a produção de seus antecessores.

Consideramos que Dosse³⁸ elabora uma leitura superficial da obra de Lívio, expondo argumentos que intencionam apresentar supostas fragilidades “metodológicas” da mesma. Assim como os demais comentadores, estabelece juízo de valor entre a produção moderna e a de Lívio, considerando esse “menos historiador” por não ter exercido práticas que, aos seus olhos, são tipicamente modernas, a exemplo do que chama de verificação da autenticidade das fontes.

Lívio costuma receber elogios por ter sido um “grande escritor”, um verdadeiro “artista”. Contudo, recebe censuras por não ter estabelecido uma crítica das fontes e por narrar com imprecisão os fatos. Para James Shotwell³⁹, Lívio foi “(...) *um historiador popular, artista natural e retórico treinado (nos discursos); mas tão desprovido de crítica e impreciso quanto foi brilhante*”⁴⁰. Dessa forma, Lívio não teria se encaixado nas exigências do “ambiente científico” (meados do séc. XX) de Shotwell, para quem uma obra de história caracterizava-se por duas operações diferentes: a investigação (*historie*), conceito que nasce com Heródoto e que é associado à idéia de ciência; e a narrativa, conceito que aparece apenas com Aristóteles que, assim, atribui a noção de arte à história. Lívio, por ter, segundo o autor, se limitado à arte, foi um historiador com pouco crédito.

Para essa leitura, Shotwell provavelmente se apropriou de uma concepção de história, construída no séc. XIX, segundo a qual as narrativas historiográficas só poderiam receber crédito enquanto tais se, a partir de seu confronto com as “fontes primárias”, refúgios da verdade, se percebesse que elas diziam-na⁴¹. Estabelece distinções entre textos e materiais arqueológicos, por exemplo, considerando esses últimos mais “verdadeiros”.

Por sua vez, compreendemos os dois tipos de documentos como representações, o que implica que ambos foram construídos a partir de interesses dos grupos que os forjaram e, por

³⁷ DOSSE, François. Op., cit., p. 107-108.

³⁸ Idem, ibidem.

³⁹ SHOTWELL, James T. *A interpretação da história e outros ensaios*. Trad.: Murillo Bastos Martins. Rio de Janeiro: Zahar editores, 1967.

⁴⁰ Idem, ibidem, p. 39.

⁴¹ Idem, ibidem, p. 50.

isso, devem igualmente ser problematizados a partir de um estudo acerca das intenções de quem os produziram⁴².

Consideramos que os comentadores até aqui analisados estabelecem uma série de juízos de valor em suas leituras sobre Lívio, a partir de uma concepção que visualiza no “método” moderno de fazer história o elemento que tornaria a produção de seus historiadores superior à de seus antecedentes, a exemplo do próprio Lívio.

Paul Veyne⁴³ adota um caminho distinto para refletir sobre os historiadores antigos. Sua preocupação consiste em analisar a concepção de história daqueles a partir dos próprios sentidos que imprimiam ao mundo, observando seus conceitos específicos. Faz questão de destacar as distâncias entre os antigos e os modernos, esforçando-se por ver os primeiros sem tomar os últimos como referência.

Para Veyne⁴⁴, essas distâncias significam apenas que a “tópica histórica” vivenciou mudanças desde que foi inaugurada pelos gregos, se tornando mais rica ao longo dos séculos, dada a existência do que chama de um “progresso casuístico” da historiografia⁴⁵. “Progresso” que Veyne vislumbra nos distintos conceitos que vão sendo construídos ao longo dos tempos pelos historiadores para dialogarem com o passado, na medida em que entende que os conceitos não são universais. Assim, Veyne argumenta que Heródoto e Tucídides, por exemplo, não poderiam construir uma “história social” ou “religiosa”, ainda que em seu tempo houvesse fatos que lhe permitissem promovê-las. Isso porque, ausentava-lhes o que chama de “instrumentos intelectuais”: os conceitos⁴⁶. Entende que a “tópica histórica” cada vez mais se aperfeiçoa a partir de cada “experiência histórica”, que contempla o acúmulo de “(...) tudo que um historiador pode aprender aqui e ali em sua vida, em suas leituras e em sua convivência com outrem”⁴⁷. Nesse sentido, “se a história não tem método (e é por isso que é possível improvisar-se historiador), ela tem uma tópica (e é por isso que é preferível não se improvisar historiador)”⁴⁸.

Com essa argumentação, boa parte construída a partir de um diálogo com a historiografia antiga, Veyne quer deixar claro que a história não possui “métodos” cristalizados; tampouco, se constitui de conceitos universais. Ele termina nos aproximando

⁴² CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 17.

⁴³ VEYNE, Paul. *Acreditaram os gregos em seus mitos?*. Trad.: Antonio Gonçalves. Lisboa: Edições 70, s/d.

⁴⁴ VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Trad.: Alda Baltar; Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: Ed. UnB, 1998.

⁴⁵ Idem, *ibidem*, p. 169.

⁴⁶ Idem, *ibidem*, p. 181.

⁴⁷ Idem, *ibidem*, p. 127.

⁴⁸ Idem, *ibidem*, p. 180.

dos antigos, ao entender que, assim como eles não possuíam “métodos”, nós contemporâneos, também não o possuímos. Pois, a história existe enquanto uma tradição. Para Veyne, a despeito de suas mudanças e deslocamentos, desde os sucessores de Aristóteles, a história constitui, nesses mil e duzentos anos de acúmulo, uma narrativa de acontecimentos reais⁴⁹.

Além de tudo, suas teorizações constituem uma considerável contribuição para o estudo da historiografia antiga, na medida em que possibilita vê-la a partir de suas próprias conceituações, e, nesse sentido, orienta para que não se exija de seus componentes posturas que não seriam possíveis no seio de sua “cultura histórica”.

Nesse sentido, Veyne⁵⁰ considera que os historiadores antigos tomavam como base para a produção de suas histórias a tradição (oral ou escrita) veiculada/elaborada por seus predecessores. Para ele, os antigos não citavam fontes, entendendo-se essa noção como os materiais produzidos à época dos eventos narrados. A eles, segundo Veyne, não interessava questionar a diferença entre fontes “originais” e secundárias (tradição), exercício feito apenas pelos modernos. Apenas lidavam com a tradição, cuja autoridade era inquestionável. Autoridade que era conquistada ao longo do tempo e não como efeito da exposição de citações/referências em suas obras. Era, pois, uma espécie de “vulgata”.

Os historiadores antigos, então, recopiavam-se uns aos outros, não pela ausência de outros materiais, mas por considerarem as versões de seus predecessores uma tradição: obras providas de autoridade/verdade. Assim, “*a história nasce como tradição e não se elabora a partir de fontes*”⁵¹. Ela teria nascido do respeito aos textos dos predecessores, sobre os quais não apresentava desconfiança, sentimento específico à relação dos modernos com as fontes. Daí os historiadores antigos não citá-las. Portanto, “*(...) um historiador antigo não utiliza as fontes e documentos: é ele próprio fonte e documento*”. Ele próprio é uma autoridade em potência. Da mesma forma, “*(...) a história não se elabora a partir das fontes: ela consiste em reproduzir o que delas disseram os historiadores, corrigindo e completando, eventualmente, o que nos dão a saber*”⁵².

Poucas eram as vezes em que o historiador antigo utilizava fontes, segundo a concepção de Veyne. Eram usadas, no máximo, para suprimir alguma provável lacuna existente na tradição ou nos momentos em que o historiador duvidava de algum pormenor nela presente. Por vezes, criticava seus antecessores, o que não tem a ver com o “método

⁴⁹ VEYNE, Paul. Op., cit., 1998, p. 12.

⁵⁰ VEYNE, Paul. Op., cit., s/d.

⁵¹ Idem, ibidem, p. 20.

⁵² Idem, ibidem, p. 21.

crítico” moderno, pois que, no máximo, corrigia alguns de seus defeitos, não reconstruindo a obra a partir de sua base.

Veyne supõe que a concepção de história dos antigos como “vulgata” advém do nascimento da história como “investigação”, ocorrido na Grécia, diferentemente do surgimento da história como “controvérsia”, que se deu entre os modernos. Dessa forma, não era necessário aos historiadores antigos listar em seus textos seus “informantes”, restando-lhes apenas colocar expressões, como “isso foi o que me disseram” ou “conforme o que observei”. Se eles verificavam as informações colhidas a partir de materiais que o permitiriam, não era necessário expô-lo no texto, visto não provocarem controvérsia a partir do que diziam. Conforme Veyne, os historiadores antigos “*distinguiam muito bem, diga-se o que se disser, a fonte primária (testemunho visual ou, na sua falta, tradição) e as fontes de segunda mão, mas guardavam esses pormenores para si*”⁵³.

Tucídides, segundo Veyne, se refere à necessidade do historiador verificar a autenticidade das informações recebidas, contudo não comenta no *corpus* de sua obra que o fará. Dizê-lo era suficiente para a conquista da credibilidade dos leitores. Por terem vivido antes da “idade da controvérsia” e da “idade de Nietzsche”, aos antigos era necessário apenas relatar os fatos, não sendo exigido prová-los, nem interpretá-los, pois que os fatos existiam por si. Seu trabalho de investigação e suas virtudes (diligência, competência e imparcialidade), lhe tornavam distintos da multidão por possibilitar-lhe acessar a verdade do passado⁵⁴. Aos historiadores modernos, contudo, exige-se a inserção em seus textos das referências usadas. Desse modo, conforme Veyne, conferem aos leitores meios pelos quais eles próprios poderão verificar a verdade do que narram, assim como, construir outras interpretações.

Veyne justifica essas diferenças entre antigos e modernos a partir da referência aos seus distintos perfis de leitores. Assim, compreende que os historiadores modernos, por escreverem para outros historiadores, necessitam promover e expor no texto o exercício metódico estabelecido com as fontes a fim de receberem credibilidade. Presenciaram o fenômeno da ascensão da Universidade, espaço em que “(...) *um historiador já não escreve para simples leitores, como fazem os jornalistas ou os ‘escritores’, mas para os outros historiadores, seus colegas; o que não era o caso dos historiadores da Antiguidade*”⁵⁵. Os antigos, por sua vez, por terem um público de leitores heterogêneo e não especializado, não se

⁵³ VEYNE, Paul. Op., cit., s/d, p. 23.

⁵⁴ Idem, ibidem, p. 26.

⁵⁵ Idem, ibidem, p. 24.

viam obrigados a explicitar as fontes utilizadas⁵⁶ ou a descrever o “método” adotado: “(...) certos leitores procuram um divertimento, outros lêem a história com um olho mais crítico, alguns são mesmo profissionais da política ou da estratégia”⁵⁷.

No caso dos antigos, a autoridade seria suficiente para tornar seu texto crível diante dos leitores, fenômeno pouco provável entre os modernos que, pelo vínculo a uma instituição acadêmica, necessitam, por exemplo, apresentar citações nos textos. Elemento ausente entre os antigos, para Veyne.

A partir desses argumentos, Veyne coloca que Lívio e Dionísio de Halicarnasso, ao contarem os quatro séculos da “história primitiva de Roma” a partir da reunião do que sobre eles já haviam dito seus antecessores, não questionaram se o que esses diziam era verdade. Ambos se limitaram a “(...) *excluir os pormenores que lhes pareceram falsos ou, sobretudo, inverossímeis e fabulosos*”. Para eles, o predecessor sempre dizia a verdade, ainda que fosse “(...) *vários séculos posterior aos acontecimentos que contava*”. Nesse sentido, “(...) *a tradição era aquela e ela era a verdade simplesmente*”⁵⁸.

Diferentemente dos outros comentadores com os quais dialogamos, Veyne não critica os antigos ou o próprio Lívio por não terem promovido uma discussão das fontes, pois que entende que esse exercício não fazia parte de sua “tópica histórica”. Os antigos não eram menos historiadores por respeitarem a tradição e por não estabelecerem uma relação de desconfiança com ela nem com as “fontes” utilizadas. Eles eram apenas, para Veyne, bem distintos dos historiadores modernos. Assim, justifica uma série de características que considera peculiares à “experiência histórica” dos antigos, analisando-os a partir de sua historicidade.

Toda essa discussão empreendida por Veyne fundamenta-se na idéia de que a história possui uma tradição e não um “método”, “(...) *uma vez que não pode formular sua experiência sob a forma de definições, de leis e regras*”⁵⁹. Ele se apropria da historiografia antiga para pensar a história na contemporaneidade, encontrando na noção de tradição o elo que as articula. Nisso, cremos que reside sua contribuição.

⁵⁶ Vimos no Capítulo I como os historiadores antigos tinham uma intensa preocupação em se construírem como superiores aos seus antecessores, embora não os rejeitassem. Vimos, por exemplo, como Dionísio de Halicarnasso se preocupou em expor as fontes a fim de que não surgissem suspeitas a seu respeito por aqueles que leram escritores, como Políbio e Timeu, que segundo ele, não teriam apresentado os registros por ele apresentados. Se não havia entre os antigos, a necessidade de demonstrar sua credibilidade aos pares do presente, através de referências, como há entre os modernos, havia, por outro lado, uma necessidade de se afirmarem como superiores diante de seus pares do passado. E, uma forma de fazê-lo, era demonstrando que construíram uma obra mais crível, por ter sido resultado de maiores esforços investigativos.

⁵⁷ VEYNE, Paul. Op., cit., s/d, p. 25.

⁵⁸ Idem, ibidem, p. 20.

⁵⁹ VEYNE, Paul. Op., cit., 1998, p. 180.

Por outro lado se, com efeito, Lívio pensa, por vezes, seus predecessores como escritores providos de autoridade (*auctoritas*), não vemos essa compreensão como uniforme em toda sua obra. Consideramos que Veyne generaliza em seus comentários, ao afirmar que os historiadores antigos quase sempre respeitam a tradição de seus predecessores, principal material, por eles utilizado, segundo ele, por considerá-lo uma autoridade. Isso porque, observamos que Lívio, por variadas vezes, utiliza/expõe outros materiais que lhe foram úteis para a confecção de sua obra. Além disso, poucas são as vezes em que considera que os analistas, escritores que lhe antecederam, lhe fornecem a verdade. Mesmo quando afirma que não os contestará, o faz por não ter outra saída e não necessariamente por acreditar em sua autoridade. O respeito à tradição existe, mas os antigos, ao menos Lívio, agem também com desconfiança em relação a ela, já apresentando um tipo de exercício que, com os modernos, se tornou mais maduro: a “crítica” das fontes. Se a história, como nos diz Veyne, constitui desde os gregos uma narrativa dos acontecimentos, idéia com a qual corroboramos, trata-se também, a nosso ver, de uma prática investigativa que envolve uma série de elementos que podem ser vistos como “regras”. Porém, são regras que a cada momento são deslocadas pelos historiadores que vão se sucedendo.

Por vezes, Lívio demonstra respeito em relação ao que dizem os escritores a ele anteriores, sobretudo se suas versões contribuírem para a narrativa de ações exemplares. Assim, é que lamenta ser obrigado a admitir que a ocorrência de um terrível fato, num funesto ano em Roma, foi efeito de ações de “pérfidas mulheres”: a mortandade de vários cidadãos, atacados pelos venenos produzidos por essas “mentes perturbadas”. *“Gostaria, pois nem todos os historiadores [auctores]⁶⁰ relatam esse fato, que tivesse havido engano [falso] ao atribuir-se veneno a mortandade daquele ano que se tornou célebre como um ano de epidemia”*. Contudo, se assim o contam os escritores da tradição, não cabe questionar sua autoridade: *“(…) exporei os fatos tal como foram relatados, sem pôr em dúvida a autoridade [fidem] dos testemunhos [auctorum]⁶¹*. Comentário que Lívio elabora a partir do recurso à retórica, pois que pretende narrar o caso da traição feminina, a partir do que sobre ele contam esses escritores, não necessariamente por respeitar sua autoridade, mas, sobretudo, por considerar suas versões profícuas para tornar o fato exemplar.

⁶⁰ Conforme ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., cit., temos: *auctor*: advém de *augeo*, *augere* (“fazer crescer, aumentar, amplificar”). Temos: aquele que faz crescer, que faz impelir”. Em alguma expressões, como significa às vezes, “aquele que amplifica” e “aquele que funda/cria/constrói”, “fundador, autor”. Além disso, a palavra se associa a dois outros significados principais: “responsável”, de acordo com a língua jurídica; “vendedor”, derivado de *auctoritas* (“fato de ser autor”, “opinião predominante”, etc.) que implica uma idéia de “posseção”. Onde, o vendedor de uma coisa era aquele que a possuía. Daí: “direito de propriedade” (p. 85).

⁶¹ TITO LÍVIO, VIII, 18, p. 166-67, v. II.

Lívio, por vezes, chega a estabelecer uma hierarquização das versões acessadas, com a qual torna a dos analistas a mais verdadeira. Ao especular sobre os motivos da morte de Coriolano, romano que traíra a pátria se colocando do lado dos volscos, comenta:

Diz-se que Coriolano morreu vítima do ódio que atraíra sobre si. *Outros narram* sua morte de maneira diversa. *Segundo Fábio*, o mais antigo de nossos historiadores, ele vivera até a velhice. Pelo menos relata que Coriolano costumava dizer: ‘o exílio é penoso sobretudo para um ancião’ [grifos nossos]⁶².

Primeiramente, Lívio cita “o que se conta”; em seguida, o que outros comentam e, por fim, a versão de um antigo escritor. Embora não afirme explicitamente, através da própria disposição seqüencial com que coloca as versões no texto, Lívio nos permite supor que considera a versão do escritor antigo como a mais verossímil, sobretudo em virtude de sua proximidade com os fatos narrados. Mesmo aqui, Lívio sugere que não crê na autoridade de Píctor, pois que, apesar de tudo, ele não presenciou o dito acontecimento. No máximo, crê em sua verossimilhança.

Píctor ganha mais respaldo de Lívio quando narra feitos dos quais ele próprio participou, saindo, pois, do lugar da tradição e se tornando fonte, pois que, para Lívio, apenas os escritos à época dos acontecimentos narrados o são. Somente um contemporâneo do evento, a batalha de Trasimeno contra os cartagineses no séc. III a.C., poderia apontar com mais precisão a quantidade de seus mortos. Lívio considera um exagero os números descritos por outros escritores, restando-lhe o auxílio de Píctor: “*No dizer de alguns, grande foi a carnificina de parte a parte; no que me diz respeito – pouco inclinado a exagerações, defeito comum entre os historiadores –, prefiro fiar-me a Fábio, contemporâneo do acontecimento*”⁶³. Escritor cujos escritos constituem um documento de época, por Lívio considerado o principal material que favorecerá a construção da verdade.

Por isso, prefere não apresentar conjecturas sobre os motivos que levaram Públio Cipião à eleição pelos senadores como o melhor dos cidadãos, por não tê-los encontrado nos textos dos escritores menos distantes da época:

E foi Públio Cipião, filho de Cneu Cipião tombado na Espanha, jovem que sequer fora questor, o escolhido como o melhor dos cidadãos. Com base em que virtudes? Como, se isso nos tivesse sido relatado pelos escritores mais próximos da época, eu o transmitiria de bom grado à posteridade, assim também não imiscuirei aqui suposições pessoais para tentar adivinhar uma coisa sepultada pelos anos⁶⁴.

⁶² TITO LÍVIO, II, 40, p. 161, v. I.

⁶³ TITO LÍVIO, XXII, 7, p. 18, v. III.

⁶⁴ TITO LÍVIO, XXIX, 14, p. 100, v. IV.

Ausentando-lhe as fontes mais pertinentes que lhe dariam suporte para a escritura sobre a referida questão, Lívio prefere se omitir, a fim de não estabelecer comentários pessoais, desprovidos de respaldos documentais.

Lívio admite as complicações para o exercício de reconstituição das datas e da seqüência cronológica dos consulados devido à distância temporal que o separa dos fatos e, sobretudo, que separa esses dos escritores que sobre eles já escreveram:

Mas são tantas as dúvidas cronológicas quanto à sucessão dos magistrados, em consequência da diversidade de tradições, que nem a série dos cônsules nem a data das ocorrências é possível ser reconstituída a um tal distanciamento, não só dos fatos como de seus historiadores [*auctorum*]⁶⁵.

Dessa forma, Lívio se aproxima da perspectiva grega, segundo a qual a história de um passado longínquo só se torna possível a partir do “olho” e/ou do “ouvido”. Portanto, sobre acontecimentos recentes. Lívio se distancia, contudo, dos historiadores gregos, pois não é o próprio contemporâneo dos eventos e necessita do intermédio de fontes “secundárias”, caso dos analistas, para fazer história.

Escritores dos quais Lívio não apenas discorda com freqüência, como também costuma apontar seus problemas a partir do cotejo entre suas versões e as fontes que as embasaram. Esforço que visa ao alcance de uma versão mais verossímil sobre um evento que lhe coloca dúvidas:

Segundo informações de Licínio Mácer, no ano seguinte foram reeleitos os cônsules Júlio, pela terceira vez, e Virgínio, pela segunda. Valério Âncias e Tubero, entretanto, registraram os nomes de Marco Mânlio e Quinto Sulpício como os cônsules daquele ano. Apesar de se centralizarem, Tubero e Mácer invocam a autoridade [*auctores*] dos livros líneos. Ambos declaram que, naquele ano, conforme os historiadores [*scriptoribus*]⁶⁶ antigos, houve tribunos militares. Licínio, sem dúvida, preferiu seguir os livros de tela e Tubero não sabe onde está a verdade [*ueri*]. Como tantos outros problemas suscitados por sua Antigüidade, deixemos também este por resolver⁶⁷.

Em meio à dificuldade de encontrar a verdade, dada a distância temporal dos eventos, Lívio deixa ao leitor a tarefa de solucionar o problema, isentando-se de fazê-lo. De toda forma, promove comparações entre os escritores, informando as fontes por eles utilizadas, como se com esse gesto quisesse expor ao leitor que fez o possível para alcançar o verdadeiro,

⁶⁵ TITO LÍVIO, XXI, 21, p. 134, v. II.

⁶⁶ Lívio designa o historiador de *scriptor*, ainda que às vezes use *auctor*. Esse, por sua vez, associa-se não apenas aos escritores, mas a qualquer tipo de material que Lívio considera provido de autoridade. Neste exemplo, o utiliza para se referir à autoridade de uma fonte: os livros líneos. *Scriptor* deriva de *scribere* (escrever), possuindo o sentido de escritor. Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., cit., p. 869.

⁶⁷ TITO LÍVIO, IV, 23, p. 329, v. I.

mas, diante de tantos dilemas, não o conseguiu. Mostrar, ao menos seu esforço, parecia suficiente para que o leitor percebesse sua seriedade como historiador.

Por vezes, no entanto, após confrontar diferentes escritores, Lívio seleciona aquele cuja credibilidade lhe aparenta superior à dos demais:

A crer em Valério, que exagera desmesuradamente todas as cifras, foram mortos quarenta mil homens e aprisionados – aqui a mentira [*mendacium*] é mais controlada – cinco mil e setecentos, com duzentos e quarenta estandartes. Cláudio relata também que pereceram trinta e dois mil inimigos, tendo sido capturados quatro mil e trezentos. No que nos diz respeito, não escolhemos os números por nos parecerem mais dignos de crédito: seguimos Políbio, historiador cujo valor não se põe em dúvida no que respeita aos feitos dos romanos, sobretudo na Grécia⁶⁸.

Crítica a tradição ao discordar de um escritor, também do séc. I a.C., que considera exagerado em suas colocações na maior parte das vezes que sobre ele se refere em toda a obra. Escritor a cuja obra atribui o adjetivo de *mendacium*⁶⁹ que se contrapõe ao significado que Lívio confere a Políbio, por ele considerado nessa e em outras passagens da *Ab urbe condita* como uma referência da verdade. Daí apontá-lo como um *non incertum auctorem*⁷⁰. Para a escrita de sua obra, Lívio evidencia que costumava ler variadas versões de autores distintos sobre um mesmo fato. Imitava-os, no sentido aristotélico do termo. Ao perceber que alguns deles discordavam entre si, fazia questão de expô-lo ao seu leitor, como se quisesse transferir para esse a tarefa de selecionar a informação mais verossímil ou mostrar ao menos sua intenção em ser honesto.

A investigação do verdadeiro (*uerus*) é, para Cícero⁷¹, uma das partes que compõe e gera a maior das virtudes: a honestidade. Própria ao homem, sua busca permite o conhecimento das “realidades ocultas”, úteis para uma vida feliz⁷². Sábio e prudente é o homem que “(...) examina cuidadosamente o que há de mais verdadeiro em cada coisa (...)”⁷³. Lugar em que Lívio tenta se inserir ao se mostrar interessado em investigar o verdadeiro que, por isso, além de se tratar de um exercício característico da tópica histórica, era também, em seu caso, um exercício para o alcance da virtude.

Lívio costuma discordar dos autores da tradição a partir da recorrência a seu conhecimento sobre a questão que gera dúvidas, a fontes “primárias” (os *monumenta*) e a

⁶⁸ TITO LÍVIO, XXXIII, 10, p. 317, v. IV.

⁶⁹ Significa mentira, palavra ligada a *mendax* (mentiroso), que vem de *mendum* (“falha”, no sentido físico ou num texto, “incorreção”). Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., cit., p. 574.

⁷⁰ Autor não duvidoso.

⁷¹ CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. Trad.: Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁷² Idem, *ibidem*, p. 10.

⁷³ Idem, *ibidem*, p. 11.

testemunhos orais. Todos articulados com um único intento: estabelecer uma versão mais verdadeira:

Reproduzi os historiadores [*auctores*] que me precederam ao atribuir a Aulo Cornélio Cosso o cargo de tribuno militar na ocasião em que levou os segundos despojos opimos ao templo de Júpiter Ferétrio. Ora, sabe-se que o nome de despojos opimos só era dado aos que um general arrebatava a outro general, e não se reconhecia como general senão aquele sob cujos auspícios se fazia a guerra. A própria inscrição gravada nesses despojos confirma, contra esses historiadores que reproduzi, que foi na qualidade de cônsul que Cosso os ofereceu. Ouvi pessoalmente César Augusto, que construiu e restaurou todos os nossos templos, dizer que havia entrado no templo de Júpiter Ferétrio, mandando reconstruí-lo mais tarde pois se achava em ruínas, e havia lido essa inscrição na couraça líntea. Na minha opinião, seria quase um sacrilégio privar Cosso e seus despojos do testemunho [*auctorem*] de César, restaurador do próprio templo⁷⁴.

Lívio narra a primeira vez em que um general romano consagrou os despojos opimos ao deus Júpiter ao se referir ao rei Rômulo, que instituiu esse cerimonial após vencer batalhas contra vários inimigos, derrotando seus reis e generais⁷⁵. Esse conhecimento contribuiu para Lívio não acreditar que Cosso era tribuno militar, pois que apenas aos despojos adquiridos por um general de um outro general, dava-se o nome de opimos e apenas um cônsul poderia sê-lo. Além disso, Lívio nega a versão dos escritores que o antecederam, confrontando-a com um material de época (uma inscrição), que se insere no conceito de *monumentum* e, assim, poderia lhe permitir alcançar uma versão mais verossímil: Cosso havia sido cônsul. Para conferir mais autoridade a sua versão, confirmando-a, Lívio diz ainda que tomou o próprio *princeps* Augusto como testemunha (*auctor*), indivíduo que, por suas virtudes divinas, provavelmente falaria a verdade. Assim, poderia conceder ao texto de Lívio maior credibilidade aos olhos do destinatário, provavelmente constituído pelos aristocratas da época.

Articula, pois, suas conjecturas, baseadas no que conhecia sobre a história de Roma, uma fonte da época sobre a qual narra e uma testemunha de seu tempo. Dos três elementos, apenas a inscrição se aproxima do que Lívio considera fonte, visto ser um material produzido à época do acontecimento narrado. Os outros dois, no entanto, são por ele utilizados como se fossem fontes, ainda que não se encaixem em sua conceituação sobre elas. Em se tratando do testemunho do *princeps*, constitui a fonte mais provida de *auctoritas*.

Poderíamos concordar com Veyne quando diz que a tradição dos predecessores não era vista como fonte pelos antigos, pois que Lívio, com efeito, não a conceituava dessa maneira. No entanto, consideramos que, se conforme Veyne, a idéia de fonte pressupõe um exercício de desconfiança e, por isso mesmo, seria específica à concepção moderna de

⁷⁴ TITO LÍVIO, IV, 20, p. 326, v. I.

⁷⁵ TITO LÍVIO, I, 10, p. 34, v. I.

história, localizamos esse “conceito”, guardadas suas especificidades, em Lívio. Pois, problematiza os materiais que lhe fundamentam, a exemplo da própria tradição dos que o precederam. Além disso, conforme vimos no exemplo, utiliza “fontes primárias”, caso da inscrição, não apenas para preencher lacunas e pormenores, mas como um dos principais materiais que lhe poderiam garantir o alcance da verdade ou de uma versão mais verdadeira.

Por outro lado, em toda a obra de Lívio, observamos compatibilidades onde os comentadores encontram dicotomias, ao conceberem a tônica moralista e o uso de tradições orais, por exemplo, como elementos destoantes com a prática do historiador.

Consideramos que se, de um lado, Lívio constrói um discurso a partir do uso de recursos retóricos a fim de produzir efeitos moralizantes, de outro, se preocupa em encontrar o verdadeiro ou o que é mais próximo desse, pois que mantém uma relação de suspeita com as fontes, seja os *monumenta litterarum*, seja as tradições oral e escrita. Além disso, a permanência em seu texto de elementos vislumbrados em textos poéticos, como o uso da oralidade, bem como, a criação/imitação de ações humanas constitui objeto de discussão para os leitores modernos, acostumados, talvez, com o discurso historiográfico como desligado da arte poética. O que não era o caso do mundo antigo.

Ao final do prefácio de sua *Ab urbe condita*, Lívio procura esclarecer que sua função como historiador se distingue da prática dos poetas, na medida em que esses se sentiam livres para rogar aos deuses auxílio para a execução de sua empresa. Vejamos: “*e se os votos e as preces aos deuses e às deusas fossem costume entre nós como entre os poetas, preferiria pedir-lhes, no começo desta obra tão vasta, que me proporcionassem um feliz resultado*”⁷⁶.

Há, pois, distinções entre o gênero poético e o historiográfico, porém ambos não se opõem.

Lívio desloca os motivos poéticos, usando-os para construir a imagem que desejava para a memória de Roma; imagem que estava ligada aos seus interesses como um aristocrata tradicionalista, bem como, às pretensões políticas de Augusto. A história segundo Lívio, se diferencia da poesia também por constituir um exercício de investigação do passado por meio de indícios que o evocam. Concebe-a como uma memória sobre os feitos humanos que deve passar antes por uma investigação, realizada quando da relação com as fontes. Dessa forma, ela era, para Lívio, tanto prática como discurso⁷⁷; era uma representação verossímil do que aconteceu.

⁷⁶ TITO LÍVIO, prefácio, p. 19, v. I.

⁷⁷ Definição que a aproxima da conceituação contemporânea empreendida por Michel de Certeau. Para ele, a história implica uma prática (uma disciplina), seu resultado (um discurso) e a relação entre essas “fases”. Cf.: CERTEAU, Michel de. Op., cit., p. 45-47.

Para construir uma história com um estatuto de verossimilhança, Lívio se interessa, também, por expor elementos que indicam o caráter inverossímil do que dizem seus predecessores. Desse modo, é que discorda de alguns autores sobre o que comentam a respeito de um romano de nome Lúcio Minúcio: *“Encontrei em certos autores [auctores] a informação de que esse Minúcio passou de patrício a plebeu e que, eleito décimo primeiro tribuno pela corporação, debelou uma revolta motivada pela morte de Mélio”*. Informação que refuta por considerar custoso acreditar que o Senado teria consentido o aumento de tribunos da plebe. Pior do que isso, seria impossível que um *exemplum* tão execrável em que um patrício demanda uma função plebéia, tenha sido exercido por Minúcio. Considerando-se sua ânsia por poder, *“(...) é inadmissível que a plebe ao obter essa vantagem não a tenha utilizado ou, pelo menos, tentado utilizá-la daí por diante”*. Por fim, usa uma lei, prova irrefutável, para concluir seu argumento: *“Mas o que indiscutivelmente contraria o título que foi inscrito por engano [falsum] em sua estátua é o fato de poucos anos antes uma lei ter proibido aos tribunos eleger um colega”*⁷⁸.

Lívio deixa “não-dito” que a afirmação dos autores de que Minúcio tornou-se plebeu, resultou da observação desse título na estátua erigida em sua homenagem, após ter castigado Espúrio Mélio, rico romano da ordem eqüestre que havia distribuído trigo aos plebeus a fim de alcançar cargos públicos. Lívio refuta os autores com uma discussão da própria fonte por eles utilizada. Percebe a “falsidade” que caracterizava a inscrição na estátua a partir de seu conhecimento sobre as relações tensas entre patrícios e plebeus, bem como, de uma dada lei que impedia a cooptação entre tribunos. Por último, o próprio lugar de Lívio como aristocrata o leva a não acreditar ou a não admitir que um nobre poderia chegar ao ponto de se tornar plebeu. No entanto, conforme vimos a partir de suas próprias representações, essa mobilidade política era comum em Roma.

Demonstra, pois, uma preocupação em comprovar um fato ao leitor, descrevendo no texto os passos que seguiu, para que esse pudesse tirar também suas próprias conclusões. Sente-se na tarefa de expor, como historiador, que um fato presente na tradição como verdadeiro pode ser “falso” ou, pelo menos, inverossímil. Idéia que aparece em Políbio, ao se colocar no lugar de quem irá desvelar os “erros” das versões de historiadores que lhe precederam, como Fábio Pictor, Filinos e Éforo, afirmando que, ao contrário do que fizeram os mesmos, descreverá a verdade dos fatos.⁷⁹

⁷⁸ TITO LÍVIO, IV, 16, p. 321, v. I.

⁷⁹ POLÍBIOS. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996, p. 50-51.

Lívio, nesse sentido, questiona a autoridade de seus antecessores ao descobrir indícios, em outros materiais, que o levam a desconfiar de sua *fides*. O que ocorre, ao tentar explicar o motivo da nomeação de um ditador pelo cônsul Caio Licínio Calvo, usando a versão de um escritor que era também parente desse:

Licínio Mácer escreveu que o cônsul Licínio nomeou um ditador apenas para presidir as eleições, pois ao perceber que seu colega, ao invés de ocupar-se com a guerra, estava mais empenhado em apressar a realização das eleições para manter-se no consulado, quis frustrar aquela ambição digna de censura⁸⁰.

Considera que essa explicação, que torna o cônsul Licínio um homem público exemplar, fatalmente se invalida por ter sido elaborada por um escritor cujo interesse era “(...) *exaltar um membro de sua própria família*”⁸¹. Dessa forma, a Lívio restou apresentar uma versão possível, com base nos acontecimentos de então, pois que nem em seu último refúgio, os anais, havia referência ao fato: “*Como não encontrei qualquer alusão ao fato nos mais antigos anais, inclino-me a acreditar que o motivo da nomeação de um ditador foi a guerra com os gauleses*”⁸². Com tantas dúvidas, Lívio ao menos teve certeza de algo: “*O certo é que naquele ano os gauleses acamparam na via Salária, do outro lado da ponte sobre o Ânio, no terceiro marco da cidade de Roma*”⁸³. As dúvidas se ligam aos pormenores dos fatos, pois que, ao menos sobre esses, Lívio tem um mínimo de “certezas”.

Lívio procura tornar público as dúvidas e incertezas que as informações contidas na tradição dos analistas lhe impõem. Admite a dificuldade de encontrar versões verossímeis sobre as experiências que já se passaram por perceber o exercício intencional com que seus *monumenta* são elaborados. Assim, ao questionar qual teria sido a função do ditador romano Aulo Cornélio “naquele ano” (comandante da guerra contra os samnitas ou presidente dos Jogos Romanos?), apresenta uma série de posicionamentos que indiciam sua desconfiança das fontes utilizadas pelos escritores, que então lhe serviam de base:

Não é fácil escolher entre um fato e outro, optar por esse ou aquele historiador. Estou convencido de que os elogios fúnebres [*memoriam funebribus laudibus*] e as falsas inscrições nos retratos dos antepassados alteraram as recordações do passado, pois as famílias procuram através de fraude e mentiras [*mendacio*] cobrir-se com a glória dos altos feitos e das magistraturas. Essa é a origem da confusão quanto aos atos de cada cidadão e quanto aos monumentos públicos [*publica monumenta*] do passado. *Não há um só historiador [scriptor] dessa época em cujo testemunho [auctore] se possa confiar inteiramente* [grifo nosso]⁸⁴.

⁸⁰ TITO LÍVIO, VII, 9, p. 84, v. II.

⁸¹ TITO LÍVIO, VII, 9, p. 84, v. II.

⁸² TITO LÍVIO, VII, 9, p. 84, v. II.

⁸³ TITO LÍVIO, VII, 9, p. 84, v. II.

⁸⁴ TITO LÍVIO, VIII, 40, p. 199-200, v. II.

Lívio suspeita da autoridade de seus predecessores que já escreveram sobre o caso que lhe põe em dúvida, por terem produzido suas obras a partir de fontes (memória dos louvores aos mortos e os epitáfios) que, ao seu olhar, falsificam a memória do passado. Procura também levar seu destinatário à percepção de que os elementos da memória do passado são, por vezes, construídos a partir de interesses políticos e que, por isso, devem ser tratados com suspeita. Tem-se, pois, um exercício que, se não pode ser considerado uma “verificação da autenticidade das fontes”, expressão muito moderna, constitui, a nosso ver, uma discussão da tradição através de uma crítica a suas fontes. Lívio mantém um tipo de exercício com as fontes, já presente na tradição historiográfica que lhe antecede.

Conforme Arnaldo Momigliano⁸⁵, em Heródoto já se tem uma crítica das fontes e é isso que concede à historiografia grega o que ela tem de específico. Visão que resulta, em parte, de sua intenção em mostrar “as raízes clássicas da historiografia moderna”, o que o leva a, por vezes, usar expressões em demasiado modernas para se referir aos antigos. De toda forma, vemos, com efeito, em Heródoto uma preocupação, se não em criticar as fontes, ao menos em não aceitá-las passivamente: “*Em verdade, minha obrigação é expor o que se diz, mas não sou obrigado a acreditar em tudo (essa expressão deve aplicar-se a toda a minha obra)*”⁸⁶. A Heródoto era relevante expor todas as versões que via e ouvia; não vinha ao caso, porém, acreditar em todas elas. Daí porque desconfia dos testemunhos orais que lhe foram fornecidos em suas viagens, sem deixar de introduzi-los em seu texto: “*Dizem que ele é roubado aos grifos pelos arimaspos, homens de um olho só; não creio tampouco na existência de homens iguais aos outros em tudo mais, porém dotados de um olho só*”⁸⁷.

À semelhança dessa desconfiança de Heródoto, Lívio costuma expor as versões de seus predecessores e, em seguida, questioná-las a partir, por vezes, de uma discussão das próprias fontes por eles utilizadas, conforme vimos antes. Por reconhecer a impossibilidade de narrar experiências verdadeiras, dada a natureza parcial das fontes, poderia, ao menos, informar ao leitor sobre seus “problemas”. Como se quisesse elaborar inovações em relação aos seus pares do passado, que teriam aceitado como indiscutíveis essas fontes “problemáticas”, Lívio se coloca como o historiador que, à diferença deles, as problematizou a partir da apresentação de seu nível de parcialidade. Se Lívio não necessitaria questionar as fontes para adquirir credibilidade em face de seus leitores contemporâneos, como nos diz

⁸⁵ MOMIGLIANO, Arnaldo. Op., cit., p. 62-63.

⁸⁶ HERÓDOTOS. *Histórias*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988, p. 382.

⁸⁷ Idem, *ibidem*, p. 186.

Veyne, considerou essencial fazê-lo para se mostrar superior aos historiadores a ele anteriores.

Nesse sentido, Lívio promove um tipo de exercício que ele próprio desconsidera em seu prefácio, ao colocar nesse que mais agradável do que acrescentar coisas novas ao que já foi dito pelos escritores da tradição e do que ultrapassar a “*rude antiguidade pela arte de escrever*”, será ocupar-se da “*memória dos feitos realizados pelo povo que é senhor da terra*”⁸⁸. São cuidados que, para Lívio, apenas inquieta o espírito dos escritores, ainda que não os distancie do verdadeiro (*uerus*). Porém, em toda sua obra, a arte retórica e os acréscimos aos predecessores apresentam-se como exercícios freqüentes. Esse próprio argumento que insere em seu prefácio, foi construído a partir do recurso à retórica, com a qual pretende se mostrar distinto da multidão de escritores presentes em seu tempo e, com isso, conquistar a benevolência do leitor. De toda forma, interessa também nesses comentários, sua compreensão de que a “arte de escrever” não se dissocia da preocupação com o *tópos* do verdadeiro.

A Lívio não bastava contar informações verossímeis sobre o passado romano; era preciso saber fazê-lo de modo a torná-lo exemplar. Os usos da retórica e de elementos poéticos contribuíram para pôr em prática essa sua dupla preocupação. As narrativas de guerras constituíam uma ocasião propícia para embelezar seu discurso e, com isso, elogiar o patriotismo dos jovens do passado, sem, no entanto, esquivar-se do campo do possível. Assim, é que no contexto da guerra contra os latinos, amplifica um ato de sacrifício do cônsul Públio Décio pela salvação da pátria, tornando-o heróico a partir de sua descrição detalhada:

Cingindo sua toga à moda de Gábios, saltou com todas as armas sobre seu cavalo e lançou-se no meio das fileiras inimigas, à vista dos dois exércitos. Parecia um ente sobre-humano, um enviado do céu para expiar a cólera dos deuses, libertar seu povo de um flagelo e fazê-lo recair sobre o inimigo. Assim, o terror e o pânico penetraram com eles nas primeiras fileiras do exército latino e logo depois se propagaram a todo o exército. Ficou provado [*evidentissimum*]⁸⁹ que por onde quer que passasse seu cavalo, os inimigos se aterrorizavam como se atingidos por um astro maldito. No momento em que caiu

⁸⁸ Cf.: TITO LÍVIO. *Ab urbe condita, prefácio*. In: HARTOG, François. A história de Homero a Santo Agostinho. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p.205. A tradução desse trecho pelo tradutor que é base desse trabalho, se distancia em demasiado com o termo latino, modernizando-os. Para a expressão *memoria rerum gestarum*, usa “celebração dos altos feitos” (PEIXOTO, Paulo Matos. Op., cit., p. 17). Expressão que banaliza o significado da noção de memória que, para Lívio, está associada à escrita dos acontecimentos, logo, a própria história que não necessariamente queria “celebrar” os feitos romanos. Assim, Peixoto reduz a história para Lívio a uma mera “celebração” dos feitos dos romanos, para a execução da qual não seria necessário se preocupar com fundamentos em fontes, por exemplo.

⁸⁹ Superlativo de *evidens*: evidente, claro, visível; digno de crédito. Cf.: FARIAS, Ernesto. *Dicionário escolar latino português*. Rio de Janeiro: FAE, 1991, p. 203.

transpassado pelos dardos⁹⁰, as coortes latinas, tomadas de pânico incontrolável, debandaram, deixando o terreno inteiramente livre⁹¹.

Lívio procura assinalar a verossimilhança desse feito, ao comentar que o corpo de Décio, logo após as buscas, foi encontrado “(...) *sob um montão de cadáveres inimigos, crivado de dardos*”⁹². Além disso, se preocupa em demonstrar que conhecia bem esse costume da tradição romana, ao descrevê-lo com todos os detalhes⁹³, como se dessa forma quisesse dizer ao leitor que o feito de Décio era possível de acontecer num tempo em que os costumes civis de Roma eram respeitados. Sacrificar-se em prol da pátria constituía um costume das instituições ancestrais, cuja *memoria*, segundo Lívio, estava sumindo paralelamente a sua substituição por costumes novos e estrangeiros⁹⁴. Apenas ele, como historiador, poderia impedir esse desaparecimento a partir da narrativa de feitos exemplares que, sobretudo num passado distante, tiveram plenas possibilidades de terem acontecido.

Observamos que Lívio se coloca como um historiador, cuja ligação com o verdadeiro (*uerus*), se existir, em muito se distancia da relação com ele estabelecida por outros historiadores de seu tempo. Argumento que se justifica com a passagem a seguir, em que, para elevar o caráter glorioso de uma batalha vitoriosa dos romanos contra os samnitas, sublinha que mesmo os historiadores que se detêm à verdade, que não parece ser o seu caso, consideraram-na gloriosa: “*Grande foi a glória dessa batalha em que se combateu no território de Sentino, mesmo para quem se atém à verdade [uero]*”⁹⁵. Assim, Lívio eleva a verossimilhança da glória resultante da batalha, visto que não foi apenas ele, com seu patriotismo, que a considerou, mas também os próprios escritores que prezam pelo verdadeiro. Apresentando uma postura que tem como base o possível, cujas fronteiras, segundo ele, devem ser respeitadas, Lívio realça o caráter impossível de certas informações

⁹⁰ *Ubi uero corruit obrutus telis* (em verdade, no momento desabou aniquilado pelos dardos). No texto que utilizamos, não se tem a tradução de *uero*.

⁹¹ TITO LÍVIO, VIII, 9, p. 153-154, v. II.

⁹² TITO LÍVIO, VIII, 10, p. 155, v. II.

⁹³ Veja-se toda a descrição do costume pelas palavras de Lívio: “Devo explicar que um cônsul, um ditador ou um pretor, quando dedica as legiões inimigas aos deuses, não é obrigado a sacrificar-se a si próprio, podendo escolher livremente qualquer outro cidadão, desde que pertença a uma legião romana. Se o homem escolhido morre, considera-se o sacrifício completamente consumado. Mas se ele sobreviver, sepulta-se então uma estátua de sete ou mais pés de altura e sacrifica-se uma vítima expiatória. O magistrado romano não pode, sem cometer sacrilégio, pisar no local onde é enterrada a estátua. Se o chefe quer sacrificar-se a si mesmo, como o fez Décio, e não morre, qualquer ato religioso, público ou particular, realizado por ele será considerado impuro, seja o sacrifício de uma vítima, seja outro qualquer. Aquele que se sacrifica tem o direito de consagrar suas armas a Vulcano ou a outra divindade. O dardo sobre o qual o cônsul pisou durante sua prece não deve cair nunca em poder do inimigo. Mas se tal acontecer oferece-se um suovetaurílio em expiação a Marte”. Cf.: TITO LÍVIO, VIII, 10, p. 155-156, v. II.

⁹⁴ TITO LÍVIO, VIII, 11, p. 156, v. II.

⁹⁵ TITO LÍVIO, X, 30, p. 326, v. II.

que encontra nos escritores antigo: “*Mas alguns historiadores, com seus exageros, ultrapassam os limites do que se pode crer [fidem], atribuindo ao exército inimigo trezentos e trinta mil infantes, quarenta e seis mil cavaleiros (...)*”⁹⁶.

Lívio entende o verossímil enquanto um conceito que se distancia, sobretudo do falso e que mantém uma relação de proximidade com o verdadeiro. Para defender o jovem Cipião, então acusado pelos senadores por corrupção da disciplina militar, admite que elas são verossímeis, por serem “falsas”⁹⁷ e verdadeiras ao mesmo tempo: “*Embora essas acusações fossem em parte verdadeiras [uera], em parte falsas [mixta] – e por isso mesmo verossímeis [similia ueris] –, a opinião que prevaleceu foi a de Quinto Metelo, que em tudo apoiou Máximo, mas poupou Cipião*”. Contudo, afirma que Cipião foi poupado após sua defesa por Quinto Metelo que atua na narrativa como um “porta voz” de Lívio, enumerando os feitos do passado do réu para livrá-lo das acusações do presente:

Com efeito, disse ele, não seria nada lógico, depois de se escolher há pouco aquele jovem como general indicado para recuperar a Espanha; depois de, recuperada a Espanha, nomeá-lo cônsul para pôr fim à guerra púnica; depois de, com grandes esperanças, contar com ele para arrancar Aníbal da Itália e conquistar a África, chamá-lo de repente de sua província, praticamente condenado sem sequer ter apresentado defesa⁹⁸.

Lívio se desloca de seu lugar como historiador, deslizando-se para um papel provisório: o de orador. Assim, utiliza uma das seis partes que compõem o discurso retórico segundo Cícero: a refutação, conceituada como a “destruição dos argumentos contrários”⁹⁹. A acusação a Cipião se encaixa na causa jurídica¹⁰⁰, constituída por várias divisões e subdivisões, das quais tem-se a noção da súplica. Por meio dessa, o réu poderia ser defendido, a partir do argumento de que havia cometido muitos atos justos e virtuosos no passado, que superaríamos seus “erros”¹⁰¹. Não seria decoroso, então, permitir que o romano mais virtuoso entre todos fosse condenado, ainda que suas acusações fossem verossímeis.

Portanto, se Lívio considera verossímil as ações de Cipião, contrárias à disciplina romana, usa um argumento retórico que torna aquele aspecto superável. Todavia, trata-se de

⁹⁶ TITO LÍVIO, X, 30, p. 326, v. II.

⁹⁷ *Mixta* advém do verbo *miscere* que significa “misturar”, “mesclar”. Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., cit., p. 588. Liga-se ainda a algo que se encontra confundido. FARIAS, Ernesto. Op., cit., p. 342-43. Noções que se associam, por hipótese, à idéia de falsidade, de algo que não se encontra em seu “lugar correto”.

⁹⁸ TITO LÍVIO, XXIX, 20, p. 108-109, v. IV.

⁹⁹ CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005, p. 57.

¹⁰⁰ Idem, *ibidem*, p. 77.

¹⁰¹ Idem, *ibidem*, p. 79.

um argumento também verossímil, pois que baseia-se em fatos do passado, que aconteceram ou poderiam ter acontecido¹⁰². Defende, enfim, o verossímil, o crível, o possível.

Conceitos que Lívio associa às duas tradições presentes em seu texto: a escrita (*memoria*) de seus predecessores e a oralidade (*fabula e fama*). Sobre esta, Lívio considera que, por seu vínculo com o universo da *fabula poetica*, não lhe cabe a ousadia de aceitá-la, nem de abandoná-la. Porém, se para tornar mais digno e augusto o passado de Roma é relevante recorrer a ela, ele o fará:

(...) a essas tradições mais ilustradas por lendas poéticas [*fabulis poeticis*] do que apoiadas no testemunho irrecusável da história [*rerum gestarum monumentis*], não pretendo afirmá-las nem contestá-las. Concede-se aos antigos a permissão de introduzir a interferência divina nas ações humanas, para tornar mais veneráveis as origens da cidade...¹⁰³

Recepciona as *fabulae* por considerar que poderiam contribuir em sua construção de um passado romano exemplar. A elas, opõe os *monumenta rerum gestarum*, documentos escritos que evocam a memória dos feitos de Roma. De toda forma, os usos da tradição oral, que no mundo antigo era extensiva aos distintos gêneros discursivos, constituem mais uma estratégia narrativa do que uma ingenuidade de Lívio, cujas intenções, implícitas em seu texto, parecem não terem sido observadas pelos comentadores sobre os quais discorreremos. Escreve a partir de elementos ligados ao mundo divino/religioso com uma perspectiva pragmática que, no entanto, é encoberta por sua “arte de dizer”.

Lívio admite que, nos primeiros cinco livros da *Ab urbe condita*, usou como principal material para sua produção, as tradições escrita e oral, em virtude da inexistência, segundo ele, de documentos escritos (*litterae*) à época dos fatos. Comenta, ao iniciar o livro VI, acerca do caráter “obscuro” das coisas sobre as quais narrou nos livros anteriores, argumentando que elas se situavam a uma distância temporal considerável em relação ao seu tempo. Acrescentando-se a isso, havia pouca quantidade de outros *monumenta*, que contribuíssem para escrever sobre tempos tão remotos. Sua maioria havia sido destruída em incêndios ocorridos em Roma:

É uma história [*res*] demasiado obscura, em parte por sua antiguidade, que a torna semelhante aos objetos difíceis de perceber a grande distância, em parte pela insuficiência e raridade de documentos escritos [*litterae*] na época, única testemunha fiel dos feitos

¹⁰² Cícero se refere à Narração, uma das partes do discurso oratório, como o momento em que o orador expõe fatos que aconteceram ou que poderiam ter acontecido a fim de tornar sua causa provável. Cf.: CÍCERO. Op., cit., 2005, p. 57.

¹⁰³ TITO LÍVIO. prefácio, p. 18, v. I.

passados [*una custodia fidelis memoriae rerum gestarum*], uma vez que até os documentos registrados nos comentários dos pontífices [*commentariis pontificum*] e outros monumentos públicos e privados [*publicis priuatisque monumentis*] foram na maior parte destruídos no incêndio da cidade.¹⁰⁴

A antiguidade dos feitos, então, encobre o passado, tornando-o inacessível e desconhecido. Haveria um caminho possível para iluminá-lo: o recurso aos *litterae*, únicos guardiões (*custodiae*)¹⁰⁵ da memória dos feitos do passado, por serem nesse produzidos. São eles, segundo Lívio, que protegem os fatos do perigo de seu esquecimento, conservando-os para que, posteriormente, pudessem ser narrados pelos historiadores. São eles ainda que podem permitir ao historiador a construção de uma narrativa verdadeira, dada sua *fides*. Porém, esses materiais, vistos por Lívio como os únicos possíveis para se alcançar o verdadeiro, também não existem no passado remoto sobre o qual narrou. Ainda restariam outras possibilidades, embora providas de menor credibilidade que os *litterae*: as anotações dos pontífices e os monumentos públicos e privados. No entanto, todos esses documentos se perderam com a ação dos incêndios em Roma, acontecimento comum que provavelmente prejudicou o exercício de escrita dos historiadores.

De toda forma, Lívio não desistiu de escrever uma história verossímil, acessível também a partir das *fabulae*. A despeito da pluralidade de documentos escritos, então, inacessíveis, foram elas, além dos analistas, que lhe permitiram construir uma obra que rememorasse um passado excessivamente distante.

Lívio opina sobre o estatuto das *fabulae*, ao considerar que não as aceita, nem as rejeita, como se quisesse se tornar neutro e, assim, apresentar-se como íntegro ao seu leitor. Costuma acrescentá-las aos feitos apropriados ora da tradição dos analistas, ora da memória “oficial” de Roma (os anais dos pontífices máximos). Através de uma *fabula*, é que explica como os romanos conseguiram, de início, sair de um túnel que haviam construído, como estratégia militar, sob as muralhas de Véios e, por fim, como invadiram o espaço supraterrâneo da cidade, atacando-a. Lívio faz uma rápida digressão, em meio à narrativa da guerra dos romanos contra os veientes, para contar essa *fabula*:

Aqui se insere uma história fantástica [*fabula*]. Estava o rei de Véios imolando uma vítima quando a voz do arúspice, dizendo que o homem que cortasse as entranhas da vítima alcançaria a vitória, teria chegado até o túnel e movido os soldados romanos a saírem do subterrâneo, arrebataram as entranhas e levá-las ao ditador. Contudo, tratando-se de fatos tão remotos [*rebus tam antiquis*], eu me daria por satisfeito se o verossímil

¹⁰⁴ TITO LÍVIO, VI, 1, p. 09, v. II.

¹⁰⁵ Significa “guarda”, “guardião”, ligado à vigília, na língua militar. Não possui etimologia Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., p. 239.

[*similia ueri*] pudesse passar por verdadeiro [*ueris*]. Mas histórias dessa natureza, mais adequadas à encenação teatral [*ostentationem scenae gaudentis*], que se compraz mais com a apresentação do maravilhoso [*miraculis*] do que com a verdade histórica [*fidem*], não vale a pena afirmá-las nem contestá-las.¹⁰⁶

Os deuses não permitiriam que os romanos, mesmo estando num espaço bem distante da voz do arúspice, deixassem de ouvir um presságio que definiria os vencedores da batalha. Ouviram-no, fizeram o que lhes orientava e partiram para a vitória, que se torna mais gloriosa com o uso da *fabula*, por Lívio associá-la ao universo do divino. Porém, não exclui o caráter verossímil da narrativa sobre a guerra.

Lívio desloca a *fabula* de seu “lugar próprio”, o gênero poético, para o gênero da história. Pois, embora afirme que ela convém mais ao gênero teatral, ligado a uma exibição/simulação (*ostentatio*)¹⁰⁷, geradora de alegria e prazer (*gaudium*)¹⁰⁸, não se isenta de recepcioná-la. Preocupa-se em esclarecer a diferença entre o gênero teatral/poético, ligado ao verossímil e ao maravilhoso (*miraculis*)¹⁰⁹, e o gênero historiográfico, associado ao verdadeiro e à “boa-fé” (*fides*). No entanto, com um exercício de “tradução”, tornam usáveis à história os elementos próprios ao primeiro.

Neste exemplo, aparece a distinção entre *fabula poetica*, ligada ao *uerus similis*¹¹⁰ e o que chama no prefácio de *incorruptus rerum gestarum monumentum*¹¹¹, ligado ao *uerus*. Distinções que existem, mas que não tornam esses conceitos dicotômicos. Lívio considera que sua escrita sobre os feitos do povo romano, então, associa-se a fontes que lhe fornecem um caráter verdadeiro dos fatos, a exemplo dos materiais escritos a sua época e, em última instância, dos textos dos analistas dela mais próximos. Por outro lado, liga-se também a

¹⁰⁶ TITO LÍVIO, V, 21, p. 410, v. I.

¹⁰⁷ *Ostendo*: “expor”; *ostentum*: na língua augural, “presságio”; *ostentatio*: “mostrar com afetação/fingimento ou ostentação”. Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., p. 682.

¹⁰⁸ *Gaudeo* (“alegria”) possui algumas complicações em sua etimologia que a torna pouco clara. Cf.: Idem, ibidem, p. 394.

¹⁰⁹ Derivado de *mirus* (“espantoso, estranho, maravilhoso”). Donde, *miraculum*: “coisa espantosa” e, na língua religiosa, “prodígio, milagre”, tomou um sentido laudativo. A etimologia, apenas plausível, de *mirus* o liga a “sorrir” que, em latim, não se associa nem a admirar, nem a se espantar. Mas, em sua língua de origem (skr.-*smeráh*) se liga a alegre, admirável, agradável. Cf.: Idem, ibidem, p. 587-588.

¹¹⁰ Conforme Idem, ibidem, temos: *similis*: semelhante, igual. Corresponde a dois substantivos derivados: *simultas* (“o que é junto”, “rivalidade, competição, hostilidade recíproca, inimizade”) e *similitudo* (“semelhança, afinidade”, na língua da retórica, “analogia e comparação”). De *similis*, surgiu *similo-as*: “representar exatamente, copiar, imitar”, por oposição ao objeto real/verdadeiro, ao modelo. Donde: “tomar a aparência de”, “fingir/simular/imaginar”. À época do baixo império aparece *similare*. Donde: *simulacrum*: “imagem, representação (pela pintura, escultura, espelho, etc.)”, “espectro, simulacro”. Na filosofia, se opõe à *res, corpus*. (p. 901). *Res*: exprime “o que existe, a coisa, a realidade” (p. 822). Nesse sentido, entendemos o *uerus similis* como semelhante ao verdadeiro que, por sua vez, existe enquanto um conceito, uma idéia. Através dele, Lívio elabora uma narrativa semelhante ao verdadeiro que, para ele, era praticamente inalcançável, ainda que buscasse alcançá-lo. Lívio admite que sua história é, antes de tudo, uma narrativa verossímil.

¹¹¹ Monumento incorruptível dos feitos acontecidos.

tradições orais que, a seu ver, lhe possibilitam construir um passado augusto para Roma, associado ao verossímil.

Temos a impressão que Lívio associa o adjetivo *incorruptus* às idéias de intacto e puro¹¹², como se concebesse o estatuto de sua memória a partir de uma perspectiva moralista, que o conduziria a se esforçar ao máximo para alcançar o que se assemelha ao verdadeiro (*uerus similis*), caso o verdadeiro (*uerus*) não fosse plenamente possível. Sua diferença conceitual entre o verdadeiro e o verossímil se aproxima, pois, à que estabelecemos na contemporaneidade.

Cícero¹¹³, de quem Lívio se apropriou, conceitua a *fabula* como ações que não são nem *ueras* (verdadeiras) nem *ueri similes* (verossímeis), associando-a às experiências relatadas no gênero poético da tragédia. Difere-se de Aristóteles, para quem o *mythos* era uma imitação dos poetas do ponto de vista da verossimilhança e da necessidade¹¹⁴. Já para Cícero, a fábula não poderia ser encaixada no campo da verossimilhança, visto constituir-se de uma narração “falsa”. Lívio reemprega a compreensão de Cícero, não negando o caráter verossímil da fábula e, assim, aproxima-se mais de Aristóteles.

São noções que Lívio desloca para construir uma *memoria rerum gestarum*, que se pauta ora no *uerus*, ora no *uerus similis*, compreendendo esse como um elemento sinalizado pelas fontes, que não fazem parte do exercício de mimetização dos poetas. Para Lívio, a história deve narrar com base no *uerus*, contudo mediante sua ausência, o *uerus similis* da poesia apresenta-se quase sempre como bem vindo. A ele, o historiador costuma conceder um tratamento historiográfico, retirando, por exemplo, elementos que pudessem afastar completamente a experiência das possibilidades de sua ocorrência e, logo, do campo do possível. Lívio justifica o verossímil e, por outras vezes, assinala seu inverso: o impossível, que não caberia em sua produção historiográfica.

Nesse sentido, Lívio promove um tipo de exercício, descrito por Paul Veyne como sendo uma tentativa de separação entre o trigo e o joio¹¹⁵, ao se referir à *fabula* dos gêmeos, sobre a qual diz a tradição (*fama*) que as tetas de uma loba teriam alimentado Rômulo e Remo após ambos serem lançados ao rio. Prossegue, colocando que o pastor Fáustulo, ao ver os gêmeos perdidos e sem lar, os levou para seu recinto a fim de criá-los junto com sua esposa, Larência. Lívio, então, articula elementos divinos e humanos, concluindo que, outras versões

¹¹² FARIAS, Ernesto. Op., cit., p. 271.

¹¹³ CÍCERO. Op., cit., 2005, p. 64-65.

¹¹⁴ ARISTÓTELES. Op., cit., p. 28.

¹¹⁵ VEYNE, Paul. Op., cit., s/d, p. 27.

consideram que Larência era uma *lupa*¹¹⁶, termo que em latim significava também prostituta: “*Outros julgam que Larência era uma prostituta, uma ‘loba’, como chamavam os pastores. Teria sido esta a origem da lenda maravilhosa [fabulae miraculo]*”¹¹⁷. Dessa maneira, Lívio atribui à *fabula* um tratamento historiográfico, ao se preocupar em informar sua procedência. Desvia dela o que considera inverossímil: duas crianças serem amamentadas por uma loba.

Tipo de desvio que promove também ao fazer usos da própria memória “oficial” de Roma: os Anais. Considera como fora do campo do possível uma informação que neles encontra, conforme a qual os romanos teriam combatido também em Fidenas num ano de muitas guerras contra os povos itálicos:

A frota também combateu em Fidenas, conforme registram certos anais [*annales*]. É um fato [*rem*] igualmente difícil e inconcebível [*incredibilem*], pois mesmo agora o rio não é suficientemente largo para a navegação e, segundo nos transmitiram os antigos, naquela época ainda era mais estreito.

Lívio aciona seu conhecimento do presente para se contrapor aos anais, pois que, conforme ele próprio observou, o rio, através do qual os romanos poderiam chegar a Fidenas, era assaz estreito para tornar impossível a navegação. Argumenta ainda que o máximo que poderia ter acontecido seria a simulação de uma guerra a partir da junção de “(...) *um pequeno número de barcos, cuja importância, como em geral acontece, teria sido exagerada para se incorporar aos feitos a inútil glória de uma vitória naval*”¹¹⁸ Então, considera o feito inacreditável (*incredibilis*) por sua impossibilidade de ter acontecido, ao menos da forma grandiosa com que o trata os anais.

Por outras vezes, Lívio chega a construir narrativas com base apenas no que poderia ter acontecido, apresentando um tipo de exercício que resulta, a nosso ver, da recepção de um dos conceitos do possível segundo Aristóteles¹¹⁹. Para esse, havia o possível que não aconteceu, mas que era verossímil, e o possível que aconteceu¹²⁰. É o primeiro conceito que vemos recepcionado na digressão que Lívio elabora para descrever como os romanos teriam reagido ao exército de Alexandre Magno caso tivessem com ele combatido. Toma como ponto de partida, uma referência ao “glorioso” general romano Papírio Cursor que chegara em triunfo a Roma após gloriosa vitória contra os samnitas: “*Houve quem julgasse que, como*

¹¹⁶ Loba; sentido figurado: prostituta. Cf.: FARIAS, Ernesto. Op., cit., p. 322.

¹¹⁷ TITO LÍVIO, I, 4, p. 25, v. I.

¹¹⁸ TITO LÍVIO, IV, 34, p. 344, v. I.

¹¹⁹ ARISTÓTELES. Op., cit.

¹²⁰ Idem, *ibidem*, p. 29.

general, ele se teria equiparado a Alexandre, o Grande, se este após subjugar a Ásia tivesse empunhado armas contra a Europa”¹²¹.

A partir disso, é que sente necessidade de fazer a digressão, justificando-a ao afirmar que desde o início da obra procurou seguir a cronologia dos fatos. Porém, “(...) *ao mencionar tão grande rei e general, sinto-me levado a registrar aqui as reflexões que mais de uma vez me ocuparam secretamente o pensamento. Permitti-me, pois, analisar qual teria sido, para o Estado romano, o resultado de uma guerra contra Alexandre*”¹²².

Considerando a fama do macedônio, construir um combate entre seu exército e o romano, constituiria um exercício que a Lívio permitiria engrandecer ainda mais esse.

Lívio considera que a quantidade de soldados e sua coragem, o talento dos comandantes e a sorte são os principais elementos que definem a vitória numa guerra. Dessa forma, “(...) *o Império Romano teria facilmente permanecido invicto diante de Alexandre, do mesmo modo que diante de outros reis e nações*”. Argumenta que boa parte da glória de Alexandre explica-se por ter morrido jovem, logo na fase de crescimento da Macedônia, e por não ter vivenciado os azares da sorte. Passa a estabelecer comparações entre os feitos de Alexandre e de vários “heróis” romanos, interrogando, em tom de afirmação, se o macedônio teria os vencido:

Os feitos de Alexandre como soldado não o tornaram menos notável, mas teria ele feito recuar em combate, se os tivesse como adversários, Mânlio Torquato ou Valério Corvo, ilustres como soldados antes de sê-lo como generais? Teria ele feito recuar os Décios, que se sacrificaram lançando-se entre os inimigos? Teria ele feito recuar Papírio Cursor, com sua força física e firmeza de espírito?¹²³

Lívio usa, pois, a referência de Alexandre para elevar a grandeza dos romanos, visto que coloca esses não apenas equiparáveis ao macedônio, mas a ele superiores. Por outro lado, afirma que, provavelmente, se Alexandre tivesse vivido mais tempo, seus vícios teriam aumentado. Mais um elemento que facilitaria a vitória dos romanos:

Que teria acontecido se tivesse aumentado cada vez mais seu amor ao vinho? Se o mesmo tivesse acontecido com sua cólera selvagem e terrível (digo apenas o que foi afirmado pelos historiadores)? Podemos acreditar que tais vícios não viessem a prejudicar suas qualidades de general?¹²⁴

Toda a argumentação de Lívio gira em torno do objetivo de persuadir seu destinatário de que a glória dos romanos superava a grandeza de Alexandre; grandeza que se restringia a

¹²¹ TITO LÍVIO, IX, 17, p. 228, v. II.

¹²² TITO LÍVIO, IX, 18, p. 228, v. II.

¹²³ TITO LÍVIO, IX, 18, p. 229, v. II.

¹²⁴ TITO LÍVIO, IX, 20, p. 230-231, v. II.

um único indivíduo e a pouco mais de dez anos. Entre os romanos, contudo, a grandeza foi e era distribuída entre vários magistrados e existia desde a fundação da cidade. Assim, o exército de Alexandre provavelmente passaria por grandes perigos, caso enfrentasse o romano, pois que “(...) os macedônios possuíam um só Alexandre, exposto a inúmeros azares da guerra e até se oferecendo a eles, ao passo que os romanos possuíam muitos generais semelhantes a Alexandre por sua glória ou pela grandeza de seus feitos”¹²⁵. Além disso, se os romanos já venceram tantas outras batalhas, com seus soldados, inigualáveis no exercício dos trabalhos e na superação das fadigas, não haveria dúvidas que venceriam também Alexandre e seus soldados.

Em meio a informações que poderiam ter acontecido, Lívio admite que “(...) os romanos não tiveram encontros com Alexandre e com as forças intactas da Macedônia”. Porém, “(...) tiveram os macedônios como inimigos em suas lutas contra Antíoco, Filipe e Perseu, sem sofrerem derrota nem sequer grave ameaça”¹²⁶. Seja como for, Lívio tem uma compreensão certa acerca do soldado romano: “Ele, porém, repeliu e repelirá mil exércitos mais bem-equipados do que o dos macedônios e o de Alexandre, desde que perdure o amor por essa paz na qual vivemos e a preocupação em manter a concórdia entre os cidadãos”¹²⁷. A condição, pois, para a glória de Roma era a manutenção da “paz” que Lívio afirma presenciar em seu tempo; manutenção que deveria ocorrer a partir do fomento à harmonia civil, possível apenas com a prática dos costumes tradicionais.

A inserção dessa digressão em sua obra, contribuiu para Lívio elevar ainda mais a coragem e a glória do exército romano, na medida em que apontou evidências verossímeis, considerando as vitórias anteriores, de que o mesmo teria vencido o tão famoso e invencível exército de Alexandre, caso com ele combatesse. Trata-se de uma estratégia narrativa, a partir da qual Lívio coloca seus romanos no ápice da grandeza e do heroísmo. Em momento algum, o historiador constrói situações impossíveis de terem acontecido, tendo como base os feitos dos romanos do passado. Narra, pois, um verossímil; um verossímil que denuncia um fato que poderia acontecer, se se considerarmos a grandeza dos romanos de outrora, aos olhos de Lívio, verossímeis. A vitória seria inverossímil, se a guerra ocorresse num tempo em que os costumes tradicionais, como o patriotismo, foram corrompidos, o que não é o caso do tempo sobre o qual Lívio narra.

¹²⁵ TITO LÍVIO, IX, 18, p. 232, v. II.

¹²⁶ TITO LÍVIO, IX, 19, p. 234, v. II.

¹²⁷ TITO LÍVIO, IX, 19, p. 234, v. II.

A idéia de verossimilhança, conforme Lívio, associa-se também às opiniões que se vê quase obrigado a construir sobre os fatos, diante da ausência de fontes mais fiéis sobre eles. Aponta várias explicações prováveis para entender os motivos das intermináveis batalhas dos romanos contra os volscos e os équos e, além disso, o que teria levado tais povos a constantemente formarem novos exércitos para a luta contra os romanos:

Os antigos silenciam sobre a matéria. Que poderia eu então propor senão uma opinião [*opinionem*], como cada leitor poderá formar a sua através de suas próprias conjecturas? É provável [*simile ueri*] que nos intervalos entre duas guerras, como atualmente ocorre nos alistamentos romanos, os volscos se tenham servido de nova classe de jovens para iniciar a guerra. É provável também (...). É ainda provável (...).

Pode alcançar apenas o que é semelhante ao verdadeiro (*simile veri*) num momento em que se vê num fogo cruzado, dada a pluralidade de interpretações possíveis. De toda forma, adota ao término de suas cogitações, uma das versões, confirmando o que já havia sido dito pelos demais escritores. “*Contudo, como afirmam todos os autores [auctores], o exército dos volscos era na verdade imenso, apesar dos últimos golpes descarregados sob os auspícios e o comando de Camilo*”¹²⁸. Afirmar que irá lançar uma opinião, mas termina corroborando a tese dos escritores e, com isso, privilegia o universo da escrita enquanto mais pertinente para a construção de sua memória, o que não quer dizer muita coisa, dada a quantidade de referência à tradição oral que encontramos em sua obra.

Ao se referir a um tratado estabelecido entre albanos e romanos à época do reinado de Túlio Hostílio, comenta que se trata do tratado mais antigo da “tradição”. Neste caso, usa o termo *memoria*, o que nos leva a crer que esse está associado ao que é escrito pela tradição dos analistas, já que Lívio, ao se referir a sua escrita, a designa como uma *memoria rerum gestarum*. Trata-se de algo diferente de *fama*, associada ao mundo da oralidade: “*Este foi o mais antigo tratado que a tradição [memoria] nos conservou*”¹²⁹. Vejamos outro exemplo: “*Nenhum fato digno de memória [dignum memoria gestum] ocorreu na guerra com os veientes*”¹³⁰. Digno, portanto, de escrita.

Observa-se, diante desses e outros exemplos do *corpus* liviano, que o conceito de memória no mundo romano estava associado à escrita, próximo, em parte, de seu significado no mundo grego. Heródoto pensa a memória como a exposição (*apodéksis*) dos resultados de sua investigação, a fim de que os feitos de bárbaros e helenos não caiam no esquecimento¹³¹.

¹²⁸ TITO LÍVIO, VI, 12, p. 25. v. II.

¹²⁹ TITO LÍVIO, I, 24, p. 52, v. I.

¹³⁰ TITO LÍVIO, II, 43, p. 166, v. I.

¹³¹ HERÓDOTOS. Op., cit., p. 19.

Produziu uma história tendo como principal fonte a tradição oral que, por sua vez, foi preservada do esquecimento ao se tornar uma memória escrita através da história¹³². A tradição oral, para a maior parte dos historiadores gregos, era o segundo elemento relevante para a feitura de uma história do presente, pois que antes dela, valorizava-se o “olho” do historiador, próprio testemunho dos fatos e, por isso, fonte mais fiel. Lívio, todavia, concebe a escrita como a fonte mais fiel, ainda que utilize em demasia a oralidade. Com isso, nos dá a impressão que essa sua idéia foi apropriada pelos historiadores do século XIX, que pensavam a escrita como a única fonte detentora da verdade.

Semelhante ao que faz Heródoto¹³³ quando expõe o que “ouviu” e o que “viu”, Lívio se preocupa, de um lado, em apresentar marcas que indicam seus usos da tradição oral (“diz-se”, “conta-se”, etc.); de outro, em assinalar os variados materiais escritos que utilizou, subdivididos em “fontes primárias” (livros dos magistrados, tratados entre Roma e outras cidades, livros líneos, livros sibilinos, registros dos anais pontífices máximos, monumentos públicos e privados, inscrições, estátuas, túmulos, epitáfios, etc.) e na tradição de escritores predecessores (Licínio Mácer, Fábio Píctor, Pisão, Valério Âncias, Célio Antípatro, Tubero, Cláudio Alimento, Políbio, dentre outros). Apenas esse último foi possível de ser acessado. De Píctor, tem-se apenas poucos fragmentos, o que nos impossibilitou um exercício de cotejo entre ele e os outros escritores romanos com a obra de Lívio. Apesar das distinções que fizemos entre eles, compreendemos todos esses materiais como as fontes usadas por Lívio.

Lívio comenta ainda sobre as dissonâncias que atravessavam os mundos da oralidade e da escrita, ao associar a primeira à noção de opinião: “*Eis o que era preciso referir a propósito de tão grande homem, malgrado os desacordos entre as opiniões [opinionibus] e as fontes escritas [monumenta litterarum]*”¹³⁴. Trata-se da narrativa sobre o noivado da filha de Cipião Africano com T. Graco, sobre o qual não se tinha certeza se havia ocorrido antes ou depois da morte de Cipião. Diante das dúvidas, Lívio ainda elogia Cipião, por ter concedido a mão da filha a Graco, mesmo após os conflitos com ele enfrentados, limitando-se a narrar o que lhe era possível tendo em vista as incongruências entre as fontes orais, ligadas à *opinio*¹³⁵ e as escritas, ligadas aos *monumenta litterarum*. Neste caso, Lívio não estabelece

¹³² MORELO, Sonila. *A relativização da verdade em Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (dissertação de mestrado), p. 24.

¹³³ Tucídides e Políbio pouco fazem esse exercício, visto em Heródoto e Tito Lívio, pois que não pensavam a história a partir da concepção de que há várias versões possíveis sobre um mesmo evento. Para eles, existia uma verdade dos fatos e cabia ao historiador, narrá-la.

¹³⁴ TITO LÍVIO, XXXVIII, 57, p. 273, v. V.

¹³⁵ Opinião, suposição, conjectura, crença, etc. Cf.: FARIAS, Ernesto. Op., cit., p. 378.

hierarquizações entre os mundos do oral e do escrito, já que não aponta a superioridade de um ao outro, apenas informando que há muitas discordâncias entre eles.

A tradição oral, para Lívio, estaria dissociada da noção de verdade, idéia que aparece de forma mais categórica nos escritos de Tácito, para quem, por estar associada ao *populus*, ela não possuiria credibilidade. No livro IV dos *Anais*, em uma das poucas discussões estabelecidas pelo historiador sobre as fontes, Tácito refuta os “rumores” do povo sobre a morte de Druso, filho do então *princeps* Tibério, afirmando que, à diferença do que aqueles divulgavam, Tibério não foi o culpado da morte do próprio filho, pois que nem mesmo os historiadores inimigos do *princeps* o culpavam. Dessa forma, Tácito demonstra confiança apenas no que alguns autores escreveram e, portanto, no mundo da escrita “oficial”, retirando o valor do que chama de “boatos populares”. Sente-se num dever, como historiador, de desvelar a verdade, denunciando “fábulas horrorosas”, criadas pelo *populus*:

A razão, porém, porque me cansei em escrever estas patranhas foi para com este exemplo tão claro poder *desmentir outras calúnias históricas* [grifo nosso], e acautelar os que me houveram de ler para que não creiam de leve em tudo o que se conta por isso só que é maravilhoso, e mais do que agrado da multidão; nem o prefiram às verdades singelas em que não entram milagres¹³⁶.

Tácito caracteriza o *populus*, o *vulgus* ou a *plebs* como grupos “(...) carentes de sabedoria e avessos à elaboração de um juízo crítico que almeje a verdade”¹³⁷, colocando-os à prova e, por fim, refutando sua versão, pois que a “(...) a opinião do vulgo repousa em uma falsa indução, corroborada pelo viés parcial que tem do episódio”¹³⁸.

Lívio, por outra parte, sugere a compreensão de que as fontes escritas constituíam, aos seus olhos, o único meio para atingir o *uerus*, porém, não o único meio para escrever história, conceito que está associado também ao *uerus similis*. Este, por sua vez, se liga às *fabulae* e/ou às *famae*, bem como, aos textos dos analistas, pois que ambos não constituem uma escrita construída à época dos feitos narrados. Deste modo, embora não conceba a tradição oral, por exemplo, como documento, Lívio as utiliza como se o fosse, demonstrando uma incongruência entre o que teoriza e o que promove; entre o “dito” e o “não-dito”.

Se Tácito mostra-se intransigente em seu menosprezo aos “rumores” do *populus*, Lívio não deixa de usá-los, apresentando-se como um historiador que não renuncia a qualquer tipo de material se considerá-lo de algum modo relevante para a construção de sua história. Narrar

¹³⁶ TÁCITO. *Anais*. Trad.: J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre/Recife: W. M. Jackson Inc. Editores, 1965, p. 160.

¹³⁷ Cf.: JOLY, Fábio Duarte. *Teleologia e metodologia históricas em Tácito*. In: História Revista. Goiânia: UFG (editora de mestrado em História), jul./dez. 2001, p. 31.

¹³⁸ Idem, *ibidem*, p. 32.

sobre um passado distante, por exemplo, só lhe foi possível, em grande medida, pelo diálogo estabelecido com a tradição oral, ainda que a desautorize enquanto desprovida de credibilidade para o alcance da verdade.

De toda forma, se Lívio considera as fontes escritas (*monumenta litterarum*) mais providas de *fides*, não significa, aos nossos olhos, que constituíram o principal recurso para a produção de sua obra, pois que foram por ele pouco utilizadas. Nela, prevalece, de um lado, o uso da tradição dos analistas, escritos *a posteriori* e, de outro, a tradição oral, cuja presença não se resume, pois, aos primeiros livros, mas é extensiva a toda sua obra. Deslocamos os sentidos que Lívio atribui à noção de fonte, considerando que essa se constitui de uma articulação entre os materiais que lhe possibilitaram rememorar o passado: a oralidade, a escrita dos analistas e os “documentos escritos”.

Consideramos que o exercício com esse universo plural de fontes constitui uma inovação de Lívio em relação aos gregos, cujas bases eram a oralidade e a visão. Por outro lado, um exemplo de aproximação conosco, já que valorizamos as articulações entre os usos da escrita e o da oralidade, entendendo-as, a maior parte das vezes, como fontes que se complementam. Trata-se do elemento que distingue a história da poesia, permitindo ao historiador a construção de um texto provido de um estatuto verossímil e, por isso, crível.

Por fim, temos que se Lívio considera que narra o verdadeiro (*uerus*) apenas quando do uso de documentos escritos (*monumenta litterarum*) e que, por outro lado, narra o verossímil (*uerus similis*) quando do uso dos textos, escritos *a posteriori* pelos analistas e/ou daquilo que se conta (*fama e fabula*), o último exercício prevalece em seu *corpus* textual, já que teve pouco acesso aos *litterae*. O estatuto textual da *Ab urbe condita* a remete, pois, a um conceito considerado pela tradição dos historiadores antigos como intrínseco, sobretudo ao universo da poesia: a verossimilhança. Por outro lado, a desvia de uma noção considerada por eles como peculiar ao discurso historiográfico: a verdade.

CAPÍTULO III

História *magistra vitae* em Tito Lívio: recepções da escrita pragmática de Políbio

Os etruscos se aproximam, alcançam as imediações de Roma, há pouco tempo “livre” com a implantação da República. A cidade encontra-se sob a expectativa de ser tomada pelo inimigo, no entanto a bravura de Horácio Cocles, “o baluarte da salvação de Roma”, é acionada por Lívio para a salvação de sua *urbs*. Seus atos heróicos – guardou a ponte que separava Roma dos etruscos, desafiou sozinho os inimigos, foi atingido por inúmeros dardos, lançou-se ao rio Tibre, retornou aos seus intacto – impediram que os etruscos invadissem a Cidade¹.

A partir da narrativa de uma “*façanha audaciosa, mais digna de admiração do que de crédito*”², Lívio preocupou-se em heroificar um *exemplum* a ser imitado pelos jovens de seu tempo que, para ele, não mais tinham suas ações guiadas pelo anseio de proteger a pátria. Lívio queria também tornar mais grandioso o passado da cidade, cuja imagem deveria refletir no presente, por meio de sua escrita, e em seguida edificá-lo.

Por sua vez, os atos de Cocles já prefiguram na obra de Políbio e nela recebem uma leitura pragmática. Idéia que tem a ver com ações praticadas não pelo desejo subjetivo do indivíduo, mas como resultado das estratégias do Estado ao fomentar nos jovens o ardor pela pátria a partir de promessas de que receberão grandes benefícios em troca. Para Políbio, muitos jovens romanos agiam com patriotismo, morrendo em batalha pela pátria, para conquistar a glória e, com ela, ser valorizado pelo Estado com grandiosos funerais e edificação de estátuas. Homenagens que os tornariam heróis diante da sociedade para todo o sempre. Assim, ao descrever os atos de Cocles, Políbio acrescenta um pormenor ausente no texto de Lívio. Coloca que após lançar-se ao rio, o romano sacrificou sua vida, “(...) *considerando a segurança de sua pátria e a glória que se ligaria ao seu nome no futuro mais importantes que sua própria existência e o tempo restante de sua vida*”³. Ato que causa grande admiração em Políbio e que é por ele utilizado para a construção de seu argumento: o patriotismo dos jovens romanos constituía efeito do incentivo promovido pelas instituições romanas para que seus jovens defendessem o Estado. “*Chegam a esse ponto, como se vê, a coragem e a emulação para a prática de feitos nobilitantes insuflados nos jovens romanos*

¹ TITO LÍVIO, II, 10, p. 119-120, v. I.

² TITO LÍVIO, II, 10, p. 120, v. I.

³ POLÍBIOS. *História*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1996, p. 346.

por suas instituições”⁴. Para Políbio, os costumes e as leis romanas eram os principais elementos que tornavam os romanos superiores aos outros povos, como os cartagineses. O historiador aponta-os como justificativa para a conquista por Roma de um lugar como “senhora do mundo”.

Os objetivos moralistas de Lívio se diferem do objetivo pragmático de Políbio, cuja intenção era explicar aos leitores gregos e romanos do séc. II a.C. “(...) *como e sob que espécie de constituição os romanos conseguiram em menos de cinquenta e três anos submeter quase todo o mundo habitado ao seu governo exclusivo*”⁵. No texto de Políbio há referências tipicamente gregas, como o valor exemplar da “bela morte”, efeito do desejo dos jovens em conquistar glória na guerra, por meio da morte heróica, de modo a ser lembrado no futuro⁶. Onde, observa-se sua concepção de uma história útil à posteridade. Essa leitura das ações de Cocles resulta, então, de sua visão de mundo grega, pois que a busca por glória, no caso de Roma, era instigada muito mais por um objetivo imediato, associado a conquistas por poder e por glória no presente. Idéia a que, no entanto, Lívio tenta não fazer referência, a fim de deixar claro que resultava de um sentimento “verdadeiro” dos romanos, sobretudo os dos tempos de outrora, por ele idealizados em seu tempo. Contudo, deixa evidências dos significados da glória em Roma, ao colocar, por exemplo, que Cocles, além de uma estátua, recebeu terras do Estado e víveres do povo.

Embora não o explicita em seus textos⁷, foi pelo desejo de se ver celebrado quando vivo que Cícero, por exemplo, pediu ao amigo Lucéio para que escrevesse a história de seu consulado, através da qual pretendia reforçar sua força política em Roma após a volta do exílio⁸. A história deveria consistir de seus feitos em benefício da república. Cabia ao seu escritor retroagir ao início do consulado de Cícero, fazer referência à descoberta e exorcização dos planos conspiratórios de seu inimigo Catilina e, por fim, alcançar seu presente, quando de seu retorno do exílio. Para edificar uma imagem para si no presente, Cícero pede ao amigo que supere as próprias “leis da história”, fazendo “(...) *brilhar os fatos com mais ardor do que talvez sintas (...)*”⁹. O que importava, antes de tudo, era que a história lhe fosse útil em seu presente para a construção de sua imagem pública.

⁴ POLÍBIOS. Op., cit., p. 346.

⁵ Idem, ibidem, p. 41.

⁶ VIDAL-NAQUET, Pierre. *O mundo de Homero*. Trad.: Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 117.

⁷ CÍCERO. *Ad familiares* Apud HARTOG, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 153.

⁸ HARTOG, François. Op., cit., p. 153.

⁹ CÍCERO. Op., cit., p. 155.

Portanto, de início, tem-se duas concepções distintas de história como um conhecimento útil: a história pragmática grega, vista em Políbio, conforme a qual o conhecimento deveria ter como base fatos (*pragmatoi*) que, por serem evidenciados como verdadeiros, dada sua funcionalidade já comprovada, eram úteis aos leitores. A história *magistra vitae* latina, presente em Cícero¹⁰, que tinha como base exemplos do passado que, por serem virtuosos, seriam úteis aos leitores do presente, independentemente se eram verdadeiros ou apenas verossímeis. São concepções que se cruzam no texto de Lívio, visto terem sido por ele apropriadas para a construção de sua *memoria rerum gestarum*¹¹.

Lívio considera os costumes romanos da tradição os elementos justificadores da ascensão de Roma como “senhora do mundo”. Em toda sua obra, atribui um imenso valor ao exercício dos mesmos, por considerá-los um dos principais itens da sociedade romana que contribuiu para sua assinalação mundial. “*A meu ver, o que é preciso estudar com toda a atenção é a vida e os costumes de outrora, é a obra dos homens que na paz e na guerra ajudaram a construir e engrandecer o império*”¹².

Nesse sentido, visualizamos apropriações da leitura de Políbio sobre a conquista universal de Roma. Para esse historiador, as leis e os costumes romanos eram utilizados de forma pragmática pelos estadistas para tornar justa e honesta as vidas pública e privada dos cidadãos¹³. Aspectos fundamentais para a harmonia do Estado que, para além das vitórias externas, precisava, para que viesse a ascender, fomentar a concórdia no espaço da Cidade. Políbio considera essas ações pragmáticas dos romanos modelos exemplares aos homens de Estado do futuro. Daí por que, para ele, era preciso conhecer os fatos (*pragmatoi*) “verdadeiros” para aquisição de lições úteis àquele tempo: “*os eventos pretéritos nos levam a dar a devida atenção ao futuro, se realmente efetuamos uma pesquisa séria do passado em cada caso*”¹⁴. Associa história (*historía*), fato (*pragmatos*), verdade (*alethéia*) e utilidade (*ksrestai*).

Por outro lado, Lívio diz que o passo seguinte de sua escritura se refere à necessidade de observar e publicizar

(...) como o paulatino enfraquecimento da disciplina acarretou, por assim dizer, o relaxamento dos costumes e como sua decadência cada vez mais acentuada levou-os à

¹⁰ Em seu *De oratore*, Cícero escreve a máxima: *Historia vero testis temporum, lux veritatis, vita memoriae, magistra vitae, nuntia vetustatis*. (Em verdade, a história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mestra da vida, a mensageira dos tempos antigos). Cf.: www.thelatinlibrary.com.br.

¹¹ Memória dos feitos acontecidos.

¹² TITO LÍVIO, prefácio, p. 18.

¹³ POLÍBIOS. Op., cit., p. 340-41.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 417.

queda brusca de nossos dias, quando a corrupção tanto quanto seus remédios nos parecem insuportáveis¹⁵.

Se, para Políbio, foi o fomento à prática dos costumes pela constituição romana, que tornou Roma a cidade mais poderosa entre todas, pois que incentivava os cidadãos a agirem em favor dela, para Lívio sua ausência provocou a corrupção da sociedade romana que visualiza em seu tempo. Lívio recepciona a tese polibiana no que toca à função pragmática dos costumes em Roma, deslocando-a de seu lugar “próprio”¹⁶, na medida em que explora o aspecto corruptivo dos mesmos como justificativa para o que observava em seu tempo.

Por fim, Lívio se preocupou em apresentar *exempla* a serem imitados ou rejeitados por seus leitores, visto que intencionava “restaurar” a sociedade romana de sua época. Pois, acreditava que a prática dos mesmos era fundamental para a consecução do destino de Roma:

O que é sobretudo salutar e produtor, no conhecimento da história, são os exemplos instrutivos de toda espécie que se descobrem à luz da obra. Nela se encontram, para o teu benefício, e o de teu país, modelos dignos de imitação assim como ações vergonhosas, cujas causas e conseqüências é preciso evitar¹⁷.

Lívio, então, endereça sua obra a um público, aos seus olhos, corrompido, a quem concederá exemplos edificantes. Daí a necessidade de deslocar de Políbio sua compreensão acerca do papel dos costumes em Roma, já que, para Lívio, esses não mais possuíam o sentido que a eles o historiador grego atribuiu. Eles se encontravam desgastados e precisavam ser reabilitados. O historiador romano “traduziu” o pragmatismo polibiano para, a partir dele, construir uma história útil ao seu presente. Uma história que retroagiu à fundação de Roma com a intenção de buscar, num tempo longínquo, valores que considerava ausentes em seu contexto. Foi para os leitores do presente que Lívio endereçou um conjunto de *exempla* da tradição romana, caso de Horácio Cocles.

Neste sentido, analisamos neste capítulo a história exemplar/útil de Tito Lívio enquanto efeito do exercício de recepção da história pragmática de Políbio. Os conceitos de usos de Certeau, apropriação de Chartier e tradução de Hartog¹⁸, ligados ao campo da história

¹⁵ TITO LÍVIO, prefácio, p. 18.

¹⁶ Cf.: CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.

¹⁷ TITO LÍVIO, prefácio, p. 18.

¹⁸ Michel de Certeau considera “usos” como sendo uma “arte de fazer com”. “Arte” promovida pelo chamado “homem ordinário” que, por sua criatividade, consome os produtos culturais das mais distintas formas, deslocando os seus sentidos supostamente “originais”, sem deles fugir por completo. Cf.: CERTEAU, Michel de. Op., cit., p. 93-94. Roger Chartier reformula o conceito de “apropriação” a partir de um diálogo com Certeau, entendendo-a como uma noção central da história cultural que permite estudar como as representações sociais recebem construções de sentidos (usos) diversos ao longo dos tempos e quais os elementos sociais, institucionais e culturais que as determinam. Cf.: CHARTIER, Roger. *História cultural: entre práticas e representações*. Trad.:

cultural, contribuíram para problematizarmos teses de helenistas¹⁹ que consideram os historiadores romanos apenas “reprodutores”, no sentido tradicional do termo, do que os gregos já haviam produzido. Em se tratando de Lívio, alguns comentadores, consideram que parte de sua obra se constitui de uma mera transcrição em latim da *História*, escrita em grego, de Políbio²⁰.

Políbio vive o período áureo da República romana no séc. II a.C., momento em que Roma se torna um império universal após as últimas guerras vitoriosas contra cartagineses e macedônios. Um período em que a fortuna impulsionou todos os eventos para um único escopo: o domínio universal de Roma. Políbio necessitava, conforme diz, construir a memória dessa que foi a “(...) *mais bela e mais instrutiva obra da Sorte*”²¹. Exercício impossível apenas pelo conhecimento de fatos particulares que, aos seus olhos, não permitiam uma percepção do todo, do verdadeiro. O prazer e a utilidade da história só seriam possíveis se se elaborasse uma História universal²², cuja produção resultou também do diálogo que Políbio estabeleceu com o seu contexto: “*nosso tempo, como terei ocasião de explicar claramente mais adiante, contribuiu para a materialização de meu plano*”²³.

A noção de pragmatismo constitui o elemento a partir do qual Políbio procura tornar sua *História* um conhecimento proveitoso aos que vierem a acessá-la no futuro. “*Em relação a esses eventos, quem refletir corretamente sobre eles descobrirá muitos ensinamentos capazes de melhorar a vida dos homens*”²⁴. Para ele, havia duas maneiras dos homens tornarem-se melhores: através dos infortúnios próprios ou dos alheios. Se a primeira era mais eficaz, a segunda era menos penosa, sendo possível de ser alcançada pelas experiências narradas num tipo de escrita da história que no séc. II a.C. se tornou lugar-comum na antiguidade, ainda que já tivesse aparecido há pelo menos dois séculos antes com Tucídides²⁵: a história como um conhecimento útil. Para Políbio, “(...) *a experiência adquirida através da*

Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, p. 26-27. François Hartog, também se apropriando de Certeau, se refere à expressão “operação de tradução” como um exercício que permite levar o “outro” ao “próprio”, tornando-o inteligível dentro do último. Exercício, pois, que implica em inversões, desvios, deslocamentos do “outro” pelo “próprio”. Cf.: HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999, p. 251-252.

¹⁹ Cf.: DUJOVNE, León. *El pensamiento histórico en la antigüedad grecorromana*. In: La Filosofía de la Historia en la Antigüedad y en la Edad Media. Buenos Aires – Argentina: Galatea – Nueva Visión, 1958; MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: Edusc (Imprensa Oficial do Estado), 2004; TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: história de uma civilização*. Trad.: Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1969.

²⁰ KURY, Mário da Gama. *Introdução*. In: POLÍBIOS. Op., cit., p. 36.

²¹ POLÍBIOS. Op., cit., p. 43.

²² Idem, *ibidem*, p. 43.

²³ Idem, *ibidem*, p. 109.

²⁴ Idem, *ibidem*, p. 70.

²⁵ HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 171.

*história pragmática é a melhor disciplina para a vida real, pois somente ela faz de nós os juízes mais competentes quanto ao que é melhor em cada ocasião e em cada circunstância sem nos causar qualquer pena*²⁶. O historiador pretende transmitir ensinamentos a homens públicos que viessem a viver situações parecidas com a dos estadistas que conduziram Roma à situação por ele presenciada. Daí porque afirma que demonstrará em sua obra como o gênero da história pragmática (*pragmatikés historías tropos*) apresenta muitas vantagens para quem deseja instruir-se²⁷.

Políbio faz questão de deixar claro ao leitor que foram as ações pragmáticas dos romanos que os levaram à condição política que alcançaram. Dá vários exemplos de comandantes romanos que construíram estratégias para vencer as batalhas das quais foram partícipes. Atos que justificam as conquistas romanas e, ao mesmo tempo, servem como lição de exemplo aos homens do futuro. Nesse sentido, Políbio constrói as imagens do general cartaginês Aníbal e do cônsul romano Públio Cornélio Cipião, à época da segunda guerra púnica, como dois comandantes estrategistas, cujas ações merecem se tornar exemplos ao futuro a partir de sua textualização. Descreve recursos utilizados por Aníbal para instigar seus soldados à luta vitoriosa na guerra, sobressaindo-se, em uma das referências, prêmios que estimulam todo soldado à vitória, seja mantendo-se vivo, seja morrendo pela pátria:

(...) para eles o prêmio da vitória não seria a posse de cavalos e casacos, e sim o mais cobiçado por todos os homens – a conquista de todos os bens que faziam a prosperidade de Roma; os mortos em combate teriam a sorte de partir da vida no calor da luta, pelejando até o último alento pelo mais nobre dos objetivos e sem ter de experimentar novos males (...)²⁸.

O “Cipião de Políbio” aparece como um político perspicaz; um militar cujos discursos convenciam seus soldados sobre os assuntos da guerra. Apresentando aos soldados, sobretudo argumentos com base no presente imediato que então viviam, Cipião tenta convencê-los sobre sua superioridade em relação aos cartagineses: “*as forças dos romanos deveriam considerar extremamente ultrajante que cartagineses ousassem enfrentá-los, a eles, romanos, que os haviam vencido tantas vezes (...)*”²⁹. Por fim, Cipião tenta fomentar a coragem nos soldados a partir de referências a si próprio, colocando-se como um general, ao lado de quem, todos, menos o “inimigo”, poderiam se sentir seguros:

²⁶ POLÍBIOS. Op., cit., p. 70.

²⁷ Idem, ibidem, p. 42.

²⁸ Idem, ibidem, p. 175.

²⁹ Idem, ibidem, p. 176.

Valendo-se de todos esses argumentos Cipião tentou convencer os seus soldados de que bastaria a sua presença diante do inimigo para atemorizá-lo, e exortou-os acima de tudo a sentir-se encorajados por sua presença, pois jamais ele teria deixado a sua frota e a expedição à Ibéria para a qual havia sido designado, e teria tido tanta pressa em voltar à Itália, se não achasse evidente que tal serviço asseguraria a vitória³⁰.

Antes de tudo, para Políbio, cabia ao comandante de guerra conhecer bem o caráter de seu adversário a fim de observar seus pontos fracos no que toca ao espírito para, a partir deles, elaborar suas estratégias. Nesse sentido, perfila o bom comandante a partir de referências a ações que, aos seus olhos, não podiam por ele ser promovidas nas batalhas. Um comandante entregue às bebidas e desprovido de coragem, provavelmente, levaria seu povo à derrota:

Há de fato muitos homens que, por causa de sua incúria ou apatia em geral, põem a perder não somente os recursos públicos mas igualmente seus bens particulares, da mesma forma que há homens tão dependentes do vinho que não podem sequer dormir sem se entorpecer com a bebida, e outros que, devido à sua incontinência sexual e ao conseqüente desequilíbrio espiritual, não somente arruinam suas cidades e seu patrimônio como também levam sua vida a um fim vergonhoso³¹.

Pior do que isso, tais características levam o mal à vida pública: *“Mas a covardia e a obtusidade são defeitos que, sendo aviltantes na vida privada para quem os tem, quando encontrados num comandante são a maior das calamidades na vida pública”*³². Elementos que tornam um exército impotente e levam os comandantes e soldados a grandes perigos. Daí por que: *“(...) a temeridade, a audácia irracional e o ódio cego, tanto quanto a vaidade e o orgulho são facilmente exploráveis pelo inimigo e ainda extremamente perigosos aos amigos; o comandante com tais defeitos é vítima fácil de todos os tipos de maquinações, emboscadas e embutes”*³³. Por ter percebido as falhas de Cipião e delas ter tirado vantagem, é que Aníbal, segundo Políbio, o derrotou.

Políbio constrói todos esses argumentos, tanto para conceder lições aos comandantes do futuro, como para explicar as vitórias e derrotas dos povos nas guerras. Por não ter como eixo de preocupação valorizar apenas os romanos, já que é um grego e faz uma história universal, coloca que, tanto Aníbal, como Cipião empreenderam ações a serem evitadas e a serem imitadas pelos estadistas do futuro, a quem endereça sua obra.

A fim de tornar Aníbal um exemplo a ser rejeitado, Lívio exclui, dos argumentos usados pelo “Aníbal de Políbio”, a referência à morte pela pátria. Ato que seria muito honroso a soldados cartagineses, sobre quem Lívio quer construir uma imagem desvirtuosa. O

³⁰ POLÍBIOS. Op., cit., p. 176.

³¹ Idem, ibidem, p. 189.

³² Idem, ibidem, p. 189.

³³ Idem, ibidem, p. 189-190.

historiador romano constrói um discurso para Aníbal, explorando o excerto em que o cartaginês afirma que, caso os seus vencessem, seriam recompensados pelos bens, pela prosperidade e pela posse dos romanos³⁴. Nesse sentido, Lívio recepcionou de Políbio apenas os elementos que, para ele, poderiam contribuir para a imagem que pretendia elaborar para Aníbal. Promoveu desvios nos sentidos dados por Políbio ao cartaginês, instaurando reempregos a partir de usos criativos do texto do historiador grego.

Lívio recepcionou também o pragmatismo polibiano em suas representações do comandante romano Cipião, atribuindo a esse, outras características que o tornam uma figura bem distante do político, explicitamente pragmático, representado no texto de Políbio. Lívio insere o discurso direto de Cipião, à diferença de Políbio, que considera esse recurso incabível ao historiador³⁵, usando, de início, o argumento da clemência, virtude típica dos romanos: “*Ouvimos as preces deles, deixamo-os ir quando já os tínhamos nas mãos; fizemos a paz com os vencidos, passamos a considerá-los nossos protegidos quando a guerra na África os oprimia. Em paga dessas, ora vêm atacar nossa pátria encabeçados por um jovem ensandecido!*”. Prossegue o “Cipião liviano”, argumentando a partir da urgente necessidade de salvação da península itálica que então se impunha: “*Prouvesse aos céus que aqui tivésseis de combater apenas pela honra e não pela salvação de Roma! Já não é pela posse da Sicília e da Sardenha, como outrora, que empunhais as armas: é pela preservação da Itália!*”. Por fim, usa os valores da família e, acima de tudo, o amor à *res publica*:

Cada um de vós pense proteger com as armas não a si próprio, mas à esposa e aos filhinhos. Não baste, no entanto, esse cuidado da família: recordai-vos de que hoje os olhares do Senado e do povo romano estão fixos em nossos braços. A fortuna da Cidade e do império romano depende inteiramente de nossa força e de nossa coragem!³⁶.

No texto de Lívio, destacam-se concepções tipicamente romanas: a *clementia* aos adversários, a *fides*, a *virtus* (força e coragem), o valor à família e, por último, o amor à pátria. Além disso, Lívio não afirma que Cipião apresentou argumentos pragmáticos aos soldados, como o faz Políbio. Ele apenas deixa ao leitor elementos que lhes permitem elaborar esse tipo de interpretação. Trata-se de um dos desvios mais visíveis quando da recepção da obra de Políbio por Lívio que, se se apropria da noção de pragmatismo, usa a retórica para encobri-la, tornando-a implícita em seu texto. Gesto que faz dos romanos, por Lívio idealizados, indivíduos “verdadeiramente” virtuosos.

³⁴ TITO LÍVIO, XXI, 43, p. 410, v. II.

³⁵ “*Mas um escritor que (...) nos apresenta exercícios retóricos imaginários e discursos longamente elaborados por si mesmo, destrói as qualidades específicas da História*” In: POLÍBIOS, op., cit., p. 415.

³⁶ TITO LÍVIO, XXI, 41, p. 409, v. II.

Para torná-los ainda mais virtuosos, Lívio se apropria dos argumentos de Políbio, historiador com vasta experiência militar, sobre como deveria ser um bom comandante. Em seguida, os aplica às imagens que elabora para estadistas, como Aníbal e Cipião, dentre outros.

Nesse sentido, Lívio constrói Aníbal, por exemplo, a partir dos caracteres do “mal comandante” polibiano. Representa-o com uma imagem dúbia: de um lado, um jovem enérgico, vivaz, corajoso, audaz, sóbrio, simples³⁷; de outro, um jovem cheio de vícios que contrabalanceavam suas virtudes: “*Crueldade desumana, perfídia mais que púnica; para ele não havia verdades, coisas sagradas, medo dos deuses, fé de juramento ou religião*”³⁸. Seja como for, Aníbal aparece como um “grande general”, à semelhança da sua imagem polibiana: “*Com essa natureza feita de qualidades e defeitos, serviu três anos sob Asdrúbal, sem jamais negligenciar o que se espera de um general que deseja ser grande*”³⁹.

Por outro lado, daí em diante, dificilmente Lívio perde a oportunidade de neutralizar qualquer possibilidade de edificar Aníbal como virtuoso. Assim, em uma das vezes, afirma que o comandante cartaginês, logo após empreendimentos guerreiros, deslocou-se junto com seu exército para Cápua, “*(...) cidade dada a todos os excessos graças uma sorte duradoura e à indulgência da fortuna – mas, sobretudo à corrupção geral e à licença da plebe, que gozava ali de uma liberdade jamais vista*”⁴⁰. Cidade cujos valores se distanciavam dos que se observava ou dever-se-ia observar em Roma e para onde apenas um exército como o cartaginês poderia afluir. Lívio atribui ainda a Aníbal características repudiáveis a sua “alma” estoica e à sociedade romana moralista de sua época, a partir da descrição de um ato terrível do cartaginês: “*Não queria, porém, que o julgasse mas propenso à ganância que à cólera, e juntou a crueldade à cupidez: mandou arrastar para seu acampamento a mulher e os filhos de Altínio, e após interrogá-los sobre as circunstâncias da fuga e a quantidade de ouro e prata que deixara em casa, mandou queimá-los vivos*”⁴¹.

No texto de Lívio, não se tem a menor dúvida de que Aníbal constitui um exemplo a não ser imitado, pelo óbvio e simples fato de não ser romano. Lívio insere Aníbal em seu texto, no máximo, para iluminar ainda mais as virtudes dos romanos, sobretudo as de Cipião. Sua obra se constitui de uma memória sobre os feitos romanos, realizados, sobretudo no

³⁷ TITO LÍVIO, XXI, 4, p. 368, v. II.

³⁸ TITO LÍVIO, XXI, 4, p. 369, v. II.

³⁹ POLÍBIOS. Op., cit., p. 369.

⁴⁰ TITO LÍVIO, XXIII, 2, p. 90, v. III.

⁴¹ TITO LÍVIO, XXIV, 45, p. 214, v. III.

espaço da *urbs*⁴². A Aníbal, pois, Lívio atribui os mais desprezíveis aspectos aos olhos de um romano moralista do séc. I a.C. A força e a coragem presentes no discurso de Políbio sobre o cartaginês pouco aparecem no texto de Lívio ou, quando aparecem, têm sua relevância obscurecida na narrativa a partir da descrição de experiências cometidas pelo mesmo que fugiam à moral romana do tempo de Lívio. Eram experiências marcadas pelo prazer, luxo, crueldade, dentre outros vícios.

Inserido num contexto caracterizado pela “corrupção” dos costumes tradicionais e por intensas disputas pelo poder, Lívio elaborou uma escrita marcada por esses elementos. Do rigor dos costumes e leis que, segundo Políbio, chegavam a impedir práticas de suborno entre os cidadãos romanos, tem-se no texto e no contexto de Lívio, sobretudo práticas que visavam apenas aos interesses privados. Distinções que resultam da “tradução” empreendida por Lívio da concepção polibiana, o “outro” do seu texto, pois que: “*se a narrativa se desenvolve justamente entre um narrador e um destinatário implicitamente presente no próprio texto, a questão é então perceber como ela ‘traduz’ o outro (...)*”⁴³. A Lívio, então, não caberia construir uma Roma harmônica, como o faz Políbio, visto que necessitava narrar as ações que foram desarmonizando a cidade até chegar ao seu tempo. De toda forma, Lívio e Políbio se assemelham num ponto: entendem que os costumes da tradição romana constituíam o elemento principal para a manutenção da concórdia e do poderio da Cidade. Políbio afirma presenciar essa situação; Lívio anseia presenciá-la, usando sua obra como instrumento para tanto.

À *Ab urbe condita*, Lívio incorpora teses polibianas que, ao entrarem em seu texto, são “traduzidas” a fim de ganharem sentido no contexto do historiador romano. A diferença de Políbio só é visualizada no momento em que se encontra na narrativa de Lívio, onde se assinala. Assim, coube a Lívio o exercício de levá-la ao “próprio”, seu texto, a partir de procedimentos de “tradução” que visam a tornar o “outro” polibiano inteligível aos leitores que fazem parte do universo do “eu” liviano. Isto porque:

Um narrador, pertencente ao grupo *a*, contará *b* às pessoas de *a*: há o mundo em que se conta e o mundo que se conta. Como, de modo persuasivo, inscrever o mundo que se conta no mundo em que se conta? Esse é o problema do narrador. Ele confronta-se com um problema de *tradução*⁴⁴.



⁴² Sobre o nível de identificação de Lívio com Roma (o civismo), tratamos com mais detalhes no Capítulo IV.

⁴³ HARTOG, François. Op., cit., 1999, p. 228.

⁴⁴ Idem, ibidem, p.229.

Como Lívio traduziu, portanto, concepções de um historiador do séc. II a.C. para o séc. I a.C., contextos bem distintos da cultura romana? A história pragmática de Políbio necessitou ser encaixada por Lívio em seu texto de modo a se tornar provida de inteligibilidade aos seus leitores e aos seus objetivos como historiador. Nesse sentido, coube a Lívio torná-la um elemento de contribuição para a “restauração”, por ele preconizada, da sua Roma. Se Políbio estava interessado em explicar a situação política mundial que lhe era contemporânea e oferecer exemplos ao futuro, Lívio queria solucionar a situação de corrupção que vislumbrava em seu tempo. O esquema temporal que se sobressai em sua obra pode ser pensado a partir da relação presente-passado-presente. Lívio encontra-se num presente, aos seus olhos, “corrompido”; retroage a um passado remoto, que é por ele utilizado para a edificação do presente. A referência ao futuro pouco aparece em sua obra.

Assim, se apropria da noção de pragmatismo de Políbio a fim de construir uma história que, mais do que uma memória para a posteridade, deveria, antes de tudo, constituir um material a ser usado pela política augustana no presente imediato. Uso pragmático que visualizamos apenas com uma leitura com base no “não-dito”⁴⁵ do texto de Lívio.

Políbio, ao narrar os feitos na região da Ibéria empreendidos por Cipião Africano⁴⁶, filho do Cipião antes comentado, procura desmontar a imagem “idealizada” que, acerca dele, muitos autores elaboraram a partir de “enganos”, “falsidades” e de um conhecimento desprovido de “realidade”⁴⁷, por não estar fundamentado em fatos. Políbio se coloca distante dos outros autores que, para ele, não dizem a verdade, afirmando que não cabe acreditar que era pelas orientações dos sinais divinos que os generais agiam: “*Não devemos imaginar que Licurgos tenha concebido a constituição dos espartanos sob a influência de superstição e inspirado somente pela Pítia, nem que Cipião tenha conquistado um império tão vasto para a sua pátria seguindo as sugestões de sonhos e presságios*”⁴⁸.

Conclui sua argumentação, afirmando que Cipião induzia seus soldados à crença de que seus planos, estrategicamente elaborados, eram de ordem divina:

(...) Cipião deu aos homens sob o seu comando maior intrepidez e disposição para enfrentar cometimentos perigosos levando-os a crer na inspiração divina de seus planos. Minhas palavras seguintes evidenciarão que todos os seus feitos foram fruto de cálculo e premeditação, e os resultados de todas as suas ações corresponderam às suas previsões⁴⁹.

⁴⁵ Cf.: CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 67-68.

⁴⁶ Comandante que derrotou os cartagineses de Aníbal na África, daí o cognome Africano.

⁴⁷ POLÍBIOS. Op., cit., p. 385.

⁴⁸ Idem, ibidem, p. 385.

⁴⁹ Idem, ibidem, p. 386.

Políbio apresenta um exemplo do caráter que atribui a Cipião como um comandante calculista, ao narrar seus planos, que deram certo, para a conquista da magistratura da edilidade. Em seguida, critica as pessoas que, por não possuírem um conhecimento pragmático dos acontecimentos (as circunstâncias, as causas e os efeitos), “(...) *seja por falta de capacidade natural ou por inexperiência e indolência atribuem aos deuses e à Sorte eventos devidos na realidade à perspicácia, à reflexão e ao descortino*”⁵⁰.

Políbio se refere, com frequência, à função pragmática da religiosidade entre os romanos, o que visualizamos numa narrativa no contexto da segunda guerra púnica. Aliados cartagineses, enviados por Aníbal ao acampamento romano, tentaram impedir o reabastecimento de água neste. Contudo, os soldados romanos estavam sempre prontos a defender seus concidadãos. Coloca ainda que em Roma todos se entregaram à religiosidade, “(...) *pois nos momentos de perigo os romanos são extremamente propensos a recorrer à ajuda dos deuses ou dos homens, e nessas ocasiões não há prática alguma desse gênero de que eles se abstenham por parecer indecorosa ou ignóbil*”⁵¹.

Lívio pouco admite que os romanos estabeleciam relações com os deuses apenas por interesses imediatos, mas narra práticas em toda sua obra que o evidenciam. Basta observarmos como, nas narrativas de guerra, costuma deixar claros indícios da necessidade que os romanos tinham de terem suas ações guerreiras legitimadas pelos auspícios divinos. Isso acontece ao se referir à necessidade dos romanos de esperar os sinais divinos para a deflagração de uma guerra contra os etruscos:

Por alguns instantes todos ficaram imóveis e em silêncio. Os etruscos não queriam tomar a iniciativa do ataque e o ditador, com os olhos voltados para a cidadela de Roma, aguardava o sinal que os áugures deveriam dar quando os pássaros, de acordo com os ritos, permitissem o início das operações. Assim que o avistou, mandou avançar os cavaleiros (...) ⁵².

Tenta se construir como “neutro” ao não afirmar que os atos resultaram ou de uma “verdadeira” crença ou de uma estratégia política. Ao leitor, deixa possibilidades variadas de interpretação. Contudo, quando Lívio quer apresentar exemplos a não serem imitados, faz questão de considerar como sendo interesseiras as relações com os deuses. Assim, narra o gesto de um romano, o rei Tulo Hostílio, que usou a religiosidade apenas num momento em que não possuía recursos humanos/naturais para solucionar seus problemas. Conhecido por sua falta de religiosidade, ao estar próximo da morte, após ser tocado por sintomas de uma

⁵⁰ POLÍBIOS. Op., cit., p. 388.

⁵¹ Idem, ibidem, p. 214-215.

⁵² TITO LÍVIO, IV, 18, p. 324, v. I.

peste que então assolava Roma, Tulo resolve direcionar súplicas aos deuses. Descobre alguns sacrifícios solenes do rei anterior, Numa Pompílio, e tenta realizá-los sozinho, sem saber como fazê-lo. Por essa razão, “(...) não só nenhuma divindade celeste se lhe apresentou, como também Júpiter atingiu-o com seu raio, irritado com sua falta de religiosidade, fulminando-o juntamente com o seu palácio”⁵³. Com um pragmatismo “não-dito”, Lívio usa esse exemplo para alertar seus leitores acerca do que pode vir a eles acontecer caso desrespeitem os deuses.

Políbio explica o domínio universal de Roma com o argumento de que o fato ocorreu mediante o respaldo nos costumes e nas leis usadas estrategicamente pelo Estado para fomentar a harmonia entre os cidadãos. É esse elemento que, segundo ele, distingue a constituição romana de outras, como a de Cartago e a de Esparta, tornando-a a essas superior. Dos costumes usados pelos romanos, considera a religiosidade o que mais conferiu ao Estado o sucesso e a superioridade que identificou durante o tempo vivido em Roma: “(...) na minha opinião o que entre outros povos constitui um defeito reprovável – refiro-me à superstição – é o sustentáculo da coesão de Roma”⁵⁴. Elemento usado de forma pragmática pelos homens públicos em seu “teatro” cotidiano: “Essas práticas revestem-se de tanta teatralidade e se integraram a tal ponto em sua vida privada, que nada os exclui para a surpresa de muitos observadores”⁵⁵.

Políbio escreve sobre Roma como alguém “de fora”, lugar que lhe confere um distanciamento que permite interpretar determinadas práticas como pragmáticas. Um historiador que se quer mostrar patriota, como Lívio, sente dificuldades em fazê-lo, visto desejar construir uma memória virtuosa da cidade, o que não seria possível se considerassem todos os seus costumes como atos pragmáticos.

Nesse sentido, Políbio critica os que concebem a prática religiosa como um gesto irrefletido, argumentando que o seu valor pelos romanos não resulta de um mero acaso. É por se pensar dessa forma na Hélade que os helenos, segundo Políbio, agem desonestamente diante das autoridades governamentais. Entre os romanos, no entanto, visualiza-se uma conduta honesta como efeito de um juramento aos deuses promovido pelos cidadãos, a pedido dos estadistas: “É raro encontrar em outros lugares homens capazes de manter as mãos afastadas dos dinheiros públicos, de conduta inatacável sob esse aspecto; entre os romanos,

⁵³ TITO LÍVIO, I, 31, p. 63-64, v. I.

⁵⁴ POLÍBIOS. Op., cit., p. 346.

⁵⁵ Idem, ibidem, p. 346-347.

porém, raro é encontrar um homem culpado de desonestidade”⁵⁶. Idéia que aparece recepcionada em Lívio, ao afirmar que nos primórdios de Roma, o respeito aos deuses era suficiente para que os romanos agissem de acordo com suas instituições ancestrais: “(...) o pensamento constante nas divindades e o sentimento de que a vontade celeste interferia nas atividades humanas impregnavam os corações de tanta religiosidade que o respeito aos juramentos substituiu o temor às leis e castigos como norma de governo”. Além disso, os próprios inimigos, “(...) viram se obrigados a venerá-la a ponto de considerarem um sacrilégio atacar uma nação inteiramente voltada para o culto dos deuses”⁵⁷.

Para a construção de Cipião, modelo por excelência de homem público romano, Lívio se apropria tanto do pragmatismo religioso de Políbio, como do estoicismo grego⁵⁸. Ao comandante romano, atribui as virtudes instituídas para Augusto pelo Senado romano quando de sua ascensão ao posto de *princeps* em 27 a.C.: *clementia*, *virtus*, *iustitia* e *pietas*⁵⁹. Dessas características, Aníbal recebe de Lívio, no máximo, a *virtus*, ligada ao valor guerreiro do comandante⁶⁰. As outras três são típicas do romano idealizado por Lívio que, ao invés de crueldade, exprime clemência, justiça e piedade em face dos povos derrotados. Dessa forma, é que descreve um ato de clemência de Cipião em face de mulheres reféns de Cartagena, cidade por ele derrotada. Após atender aos seus pedidos para que fossem bem tratadas pelos guardas, Cipião ainda concede a elas um guardião para que delas não fosse violado “‘(...) aquilo que em toda parte é sagrado para nós’”⁶¹.

Por outro lado, às “qualidades reais” que Cipião tenta deixar transparecer em seus discursos, como sua “grandeza de espírito”, que iria levar os romanos à vitória contra Cartago, Lívio acrescenta uma “arte singular”:

Cipião, com efeito, não foi admirável apenas por suas qualidades reais, mas empenhou-se desde a juventude em fazê-las valer com uma arte singular, apresentando à multidão a maior parte de suas propostas como se estas tivessem sido inspiradas por visões noturnas ou advertências divinas, fosse porque cultivasse uma superstição particular, fosse porque suas ordens e conselhos, vindo como que de um oráculo, recebessem imediato cumprimento⁶².

⁵⁶ POLÍBIOS. Op., cit., p. 347.

⁵⁷ TITO LÍVIO, I, 21, p. 48, v. I.

⁵⁸ SEBASTIANI, Breno Battistin. *Tito Lívio e Cipião Africano: a construção da personagem histórica*. São Paulo: USP, 2002, p. 60.

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 61.

⁶⁰ Idem, ibidem, p. 61.

⁶¹ TITO LÍVIO, XXVI, 49, p. 354-55, v. III.

⁶² TITO LÍVIO, XXVI, 19, p. 312, v. III.

Lívio coloca que Cipião costumava ir aos templos para mostrar-se religioso, elaborando todo um “teatro” em torno de si, a fim de edificar para si uma imagem aceitável aos romanos:

Preparando desde o começo os espíritos a nunca duvidarem disso, desde que tomou a toga viril não executou ação alguma, pública ou privada, sem ir primeiro ao Capitólio, entrar no templo, assentar-se geralmente sozinho e à parte, e lá permanecer por muito tempo. Esse costume, que conservou a vida toda, fez com que alguns dessem fé à suspeita – espalhada de propósito ou por acaso – de que fosse de estirpe divina⁶³.

O “Cipião de Lívio” associa sua origem a um prodígio: *“Corria novamente o boato, outrora adjudicado a Alexandre, o Grande, mas tão insubstancial quanto fabuloso, de que nascera de uma serpente monstruosa”*. Lívio finaliza, colocando que Cipião se apropriava dessas crenças sobre sua origem, porém, não as divulgava publicamente: *“O próprio Cipião jamais riu a crença em semelhantes milagres, antes a reforçou recorrendo ao expediente de não negar que houvesse algo do gênero sem, no entanto, afirmá-lo abertamente”*⁶⁴.

Dos comentários de Lívio sobre Cipião, nesses se observa uma visível apropriação da concepção pragmática de Políbio sobre a religião romana. Por outro lado, Lívio tenta contrabalancear os atos pragmáticos de Cipião, narrando suas práticas a partir também e, sobretudo, de uma moral estóica. Coloca, por exemplo, que a temperança não o deixava se levar pelos encantos das prisioneiras, nem aderir ao “império das paixões”⁶⁵. Não vivia os prazeres, próprios da juventude, nem se entregava, sequer, a um amor “legítimo e regular”, mediante o casamento⁶⁶. O “Cipião de Lívio” é, pois, quase um deus, um ente sobre-humano, distinto de todos os outros homens. Por isso, é que agia tão somente em favor da república; imagem próxima do político ideal segundo Cícero⁶⁷.

O “Cipião de Lívio” possui uma imagem dúbia: de um lado, é provido das mais valorosas virtudes romanas; de outro, caracteriza-se como um estrategista, agindo de conformidade com os comentários de Políbio sobre o pragmatismo religioso e sobre como deveria se comportar um estadista. Esse Cipião se distancia em demasiado do primeiro, construído por Lívio a partir de elementos estóicos. De toda forma, consideramos que Lívio se apropria do pragmatismo polibiano para deixar ao leitor elementos para que perceba, por trás de suas práticas religiosas, estratégias políticas.

⁶³ TITO LÍVIO, XXVI, 19, p. 312, v. III.

⁶⁴ TITO LÍVIO, XXVI, 19, p. 312, v. III.

⁶⁵ TITO LÍVIO, XXX, 14, p. 153, v. IV.

⁶⁶ TITO LÍVIO, XXXI, 50, p. 355, v. IV.

⁶⁷ CÍCERO, Marco Túlio. *Da república*. In: AURÉLIO, Marco *et al.* Trad.: Amador Cisneiros. São Paulo: Editor Victor Civita, 1973, p. 148.

Com este jogo discursivo, elaborado a partir de apropriações, tanto de Políbio, como de um estoicismo que observamos em Cícero, Lívio torna Cipião um jovem com as virtudes mais apazíveis de Roma. De toda forma, tanto o “Cipião de Lívio”, como o de Políbio, constituem uma referência de exemplo aos generais do presente e do futuro.

A Roma da época de Lívio não é mais a república conquistadora do séc. II a.C., em que tinha-se um vasto número de generais dispostos a torná-la o maior império do mundo, como vimos no texto de Políbio. Trata-se de uma Roma que experiencia a passagem da República para o Principado num contexto de guerras civis e recorrentes disputas de poder. Roma não mais se encontrava no ápice da glória; pelo contrário, assistia à sua própria “corrupção”. Construir, então, a imagem de Cipião como o virtuoso por excelência, constituiu a Lívio um exercício textual necessário para edificar as almas dos políticos de seu tempo que, ao contrário de Cipião, promoviam atos viciosos. Por outro lado, cremos que Lívio o fez com um interesse ainda mais específico: contribuir para a justificação do poder do *princeps* Augusto, já que as virtudes atribuídas a Cipião se aproximam das pretendidas por aquele para edificação de sua imagem pública. Se fizéssemos uma leitura polibiana de Augusto, diríamos que foi um estadista que usou estrategicamente os costumes da tradição romana a fim de estabelecer a “paz” em Roma. Lívio permite esse tipo de leitura apenas a partir do “não-dito”. É dessa maneira que o pragmatismo polibiano se encontra, a maior parte das vezes, em seu texto.

* * *

Políbio chega como refém a Roma em 167 a.C., durante o período de “helenização”⁶⁸ da cidade em que iria passar cerca de quarenta anos⁶⁹. Momento de intensa euforia na cidade, então prestes a se tornar um império universal. Com uma imagem de Roma como a cidade por excelência, é que faz toda a descrição de sua “perfeita” constituição a fim de fornecer à posteridade instruções às cidades e sistemas políticos. Roma, para ele, é o exemplo máximo de cidade grandiosa e conquistadora, por ter tido homens que elaboraram instituições que, além de tudo, fomentavam nos jovens a coragem que a levava a vitórias.

Como em Roma havia uma máxima segundo a qual era necessário aos “intelectuais”, durante a “helenização”, se submeterem à “ordem dominante”, “a maioria dos escritores se

⁶⁸ Para Lévêque, a chamada “helenização” romana, concepção que resguarda uma visão demasiado tradicional sobre a relação Grécia/Roma, já se observava no séc. IV a. C. Cf.: LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Trad.: Teresa Meneses. Lisboa: Edições 70, s/d, p. 19.

⁶⁹ Idem, *ibidem*, p. 111.

sujeitou e foi recompensada”⁷⁰. Dentro desse mundo, Políbio ingressou no chamado “círculo dos Cipiões”, agindo nele a partir de uma relação de “clientela”⁷¹ com Cipião Emiliano, sobre quem comenta em sua obra⁷². Informações que justificam, ao menos em parte, sua defesa e elogio da cidade.

Segundo Momigliano, Políbio não constrói uma história de Roma por preferi-la à da Grécia. Sua pretensão era explicar uma situação mundial que tinha os romanos como figuras centrais, já que se contrapunha a histórias de eventos particulares. Para o autor, “*no período 160-60 a.C. houve gregos que estudaram a história e as instituições romanas, não para lisonjear os romanos (como tantos fizeram), mas para entender as conquistas romanas*”⁷³.

Assim, é que Políbio se propõe a explicar a situação política que lhe era contemporânea. Por considerar a constituição de uma cidade o elemento que lhe permite fazê-lo, Políbio afirma que a constituição romana, com a articulação entre as três principais formas de governo (aristocracia, democracia e monarquia), era a mais “perfeita” entre todas de seu tempo. Modelo que é posto em sua narrativa como meio de conceder a seus futuros leitores o conhecimento das causas de um acontecimento que, segundo ele, constituía o resultado da interligação de todos os feitos mundiais.

Para Políbio, os romanos chegaram ao mesmo resultado que os espartanos, cuja constituição mista, edificada a partir de um conhecimento de Licurgo sobre a origem e a evolução naturais das constituições, lhe permitiu preservar a liberdade de Esparta. No entanto, os romanos possuíam um pormenor a mais:

(...) não chegaram a ela mediante qualquer processo de raciocínio, mas graças às lições hauridas em muitos embates e dilemas, e escolhendo sempre o melhor à luz da experiência ganha em desastres obtiveram assim o mesmo resultado de Licurgo, ou seja, a melhor de todas as constituições existentes em nosso tempo⁷⁴.

Assim, considera a constituição romana como melhor por ter resultado do aprendizado adquirido por meio da experiência e não apenas de raciocínios abstratos, caso da espartana. Para Políbio, todos os eventos mundiais confluíram para um único escopo: o domínio universal de Roma. Experiência que não resultou da ação da Sorte, mas da coragem dos romanos, fomentada pelo Estado:

⁷⁰ MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Trad.: Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991, p. 24-25.

⁷¹ Idem, *ibidem*, p. 24-25.

⁷² POLÍBIOS. Op., cit., p. 554.

⁷³ MOMIGLIANO, Arnaldo. Op., cit., 1991, p. 25-26.

⁷⁴ POLÍBIOS. Op., cit., p. 332.

(...) a ascensão dos romanos não foi obra da Sorte nem espontânea, como pensam os helenos; se tivermos em vista o seu aperfeiçoamento em tão vastos e perigosos cometimentos, é perfeitamente natural que os romanos não somente tenham tido a coragem de aspirar ao domínio mundial, como também tenham transformado seus planos em realidade⁷⁵.

Ao elaborar uma visão pragmática sobre a história, Políbio parece ter sido influenciado, tanto por sua visão de mundo grega, como por um tipo de compreensão romana. Foi observando as ações pragmáticas do Estado romano em relação à religião, por exemplo, que percebeu no pragmatismo o caminho para explicar a superioridade de Roma.

Cícero procura distinguir a “identidade” romana a partir do valor à experiência, que se contrapõe, segundo ele, ao pensamento “abstrato” dos gregos. A utilidade dos escritos romanos, nesse sentido, se sobressairia à dos gregos, que, para Cícero, produziam um conhecimento meramente deleitante: *“pelo que, se os estudos dos gregos tanto vos deleitam, nem por isso deixa de haver outros melhores e mais livres latinos, que já aos usos da vida, já aos negócios da República podemos aplicar.”*⁷⁶ Cícero, através de uma fala de Cipião, ressalta sua “identidade” como romano, num visível esforço de reafirmar sua diferença em relação aos gregos: *“Sou romano antes de mais nada, educado pelos cuidados de meu pai no gosto dos estudos liberais, estimulado desde pequeno pelo desejo de aprender, mas formado muito mais pela experiência e pelas lições domésticas do que pelos livros”*⁷⁷. O elemento da experiência, então, aparece como um dos principais pontos de distinção entre gregos e romanos, segundo a percepção ciceroniana.

Consideramos que a concepção de utilidade da história para Políbio, resulta de sua visão de mundo grega e, ao mesmo tempo, de seu diálogo com o universo romano do séc. II a.C.

Nesse sentido, Políbio representa a constituição mista dos romanos, composta pela aristocracia (senado), pela monarquia (consulado) e pela democracia (povo), como a mais “perfeita” entre todas. Constrói a “teoria dos ciclos das constituições”⁷⁸ ou “teoria das transformações naturais das constituições”⁷⁹ para pensar, sobretudo o caso do Estado romano,

⁷⁵ POLÍBIOS. Op., cit., p. 93.

⁷⁶ CÍCERO. Op., cit., 1973, p. 153.

⁷⁷ Idem, ibidem, p. 154.

⁷⁸ POLÍBIOS. Op., cit., p. 331.

⁷⁹ Idem, ibidem, p. 326-327. Para Políbio, há, na verdade, seis formas de governo. De um lado, as três convencionais (monarquia, aristocracia e democracia). De outro, suas respectivas constituições afins (autocracia, oligarquia e oclocracia). A primeira espécie de governo, que surgiu natural e espontaneamente, foi a *autocracia*; em seguida, teve-se a *monarquia*, necessária para a correção dos defeitos que emergiram da autocracia; degenerada em tirania, a monarquia se transforma em *aristocracia*; esta, por sua vez, se corrompe em *oligarquia*; com a insatisfação da multidão diante das injustiças da espécie de governo anterior, implantou-se a *democracia*;

pois considera que a mesma “(...) nos capacitará a chegar a um conhecimento de sua formação, crescimento e perfeição máxima, e igualmente da mudança para pior que certamente ocorrerá algum dia”⁸⁰.

Em seu período de estadia em Roma, Políbio observou a cidade no auge de seu crescimento. Daí a compreensão da constituição romana como “perfeita”, dada a harmonia com que as três formas de governo, aos seus olhos, se relacionavam:

O espírito de equidade e a noção de conveniência sob todos os aspectos demonstrados em todas as esferas governamentais no uso desses três elementos para estruturar a constituição e para a sua aplicação subsequente eram tão grandes que, mesmo para um cidadão romano, seria impossível dizer com certeza se o sistema em seu conjunto era aristocrático, democrático ou monárquico. E tal sentimento era natural⁸¹.

Políbio coloca como cada um dos poderes políticos dependia um do outro para terem suas funções exercidas. Assim, os cônsules necessitavam do beneplácito do povo e do senado para empreenderem sua autoridade de fato⁸². Por outro lado, as decisões do Senado ficavam a mercê da opinião do povo. Elas podiam ser anuladas caso um único tribuno da plebe a elas se opusesse; tribunos que, segundo Políbio, atuavam conforme os interesses do povo: “Cabe observar aqui que os tribunos são sempre obrigados a agir segundo a vontade do povo e a levar em consideração os seus desejos”⁸³. Por fim, afirma que o povo era submisso ao Senado, bem como, aos cônsules, visto estar sujeito às suas decisões e autoridades⁸⁴.

Admira a constituição mista dos romanos pela cooperação que observa nos três poderes, caráter que faz dela, aos olhos de Políbio, o melhor sistema político entre todos. Isto porque quando uma das partes conhece a corrupção, as outras a neutraliza, devolvendo-lhe o seu lugar de início. Os males que rompem com a prosperidade, como a adulação e a ociosidade geram uma dissonância entre os poderes, pois que um anseia por superar os outros com a conquista de uma supremacia superior à deles⁸⁵. Contudo, para Políbio, a composição mista do Estado possui remédios, a ela intrínsecos, para agir contra tais vícios.

Segundo Momigliano, os argumentos de Políbio sobre os romanos se fundamentam em três itens principais: ausência de conflitos, resultantes da defesa de interesses particulares, na “classe alta” romana; facilidade da “classe alta” em controlar as “classes inferiores” e

com degeneração em violência e ausência da prática das leis dessa, gerou-se a *oclocracia*, marcada por um “império da violência”.

⁸⁰ POLÍBIOS. Op., cit., p. 331.

⁸¹ Idem, ibidem, p. 333.

⁸² Idem, ibidem, p. 336.

⁸³ Idem, ibidem, p. 337.

⁸⁴ Idem, ibidem.

⁸⁵ Idem, ibidem, p. 338.

povos aliados; por fim, racionalidade e pouca dificuldade no objetivo de conquistar o mundo. Momigliano coloca que para observar os conflitos no seio da “classe dominante”, é necessário recorrer a outras fontes, como a obra de Tito Lívio⁸⁶. Para ele, “o silêncio de Políbio talvez não signifique nada além de que ele tendia a ignorar as diferenças de opinião entre os seus protetores romanos”⁸⁷. Mais do que isso, consideramos que a imagem da Roma de Políbio resulta do contexto do historiador, em que a cidade se sobressaía em face das outras, no que toca ao poderio mundial.

Momigliano diz ainda que “(...) não pode ser por acaso que enquanto a parte grega da sua narrativa é repleta de conflitos internos, a história da Itália é milagrosamente isenta de conflitos”⁸⁸. Porém, pouco analisa a questão, chegando a colocar, no máximo, que ao não levar em conta os conflitos entre romanos e não-romanos no império universal de Roma, “(...) Políbio criou uma atmosfera em que as conquistas romanas se tornavam fáceis de compreender e difíceis de contestar”⁸⁹.

Acreditamos que, com esse estratégico “silêncio”, é que Políbio conseguiu construir a imagem de Roma enquanto a cidade mais gloriosa entre todas, já que “é óbvio que Políbio se identifica com o sucesso romano”⁹⁰. Momigliano se limita em sua análise, não problematizando o lugar que Políbio acabou assumindo em Roma enquanto indivíduo inserido no “ciclo dos Cipiões”. Lugar que o levou a defender interesses dos romanos, justificando a ascensão romana ao domínio universal como resultado de sua bem fundamentada constituição política.

Consideramos que Lívio não ou pouco se apropriou da concepção da constituição romana elaborada por Políbio. O que mais se observa em sua obra são disputas no seio dos três poderes. Do livro II ao X, por exemplo, nos quais Lívio narra as conquistas de Roma no espaço da península itálica, a escrita liviana é permeada por discussões políticas entre a plebe e o patriciado. São disputas entre os tribunos da plebe contra os cônsules e senadores e vice versa, entre os cônsules e os senadores, entre os próprios cônsules, assim como, entre os senadores. Narrá-las contribuiu para Lívio demonstrar, através de exemplos, que foram as guerras internas que levaram Roma à ruína que então presenciava⁹¹.

Nesse sentido, se Políbio se refere a uma harmonia entre o povo e o senado, Lívio dá um exemplo logo nas primeiras páginas de sua obra de como a relação entre ambos era

⁸⁶ MOMIGLIANO. Op., cit., 1991, p. 30.

⁸⁷ Idem, ibidem, p. 31.

⁸⁸ Idem, ibidem, p. 31.

⁸⁹ Idem, ibidem, p. 31.

⁹⁰ Idem, ibidem, p. 32.

⁹¹ Sobre as disputas por poder, tratamos com maior detalhamento no Capítulo IV.

marcada por disputas de poder. Durante um período de interregno, após a morte do rei Rômulo, “(...) os cem senadores resolveram compartilhar o poder”, dividindo-se em dez decúrias, cada uma liderada por um representante. Assim, dez homens exerciam o poder, mas apenas um recebia suas insígnias que eram revezadas a cada cinco dias. Situação que causou indignação na plebe que reclamava a transferência do poder, que antes era localizado na figura de um homem, para cem reis. A plebe, então, exige não apenas a volta do comando de Roma por um único rei, mas, sobretudo, a participação em sua escolha. Diante disso, os senadores, a fim de acalmar os ânimos da plebe, decidiram oferecer-lhe “(...) espontaneamente o que iriam perder de qualquer forma”: uma participação legítima na eleição do rei. Deste modo, “consequiram obter as boas graças do povo entregando-lhe o poder supremo, mas de tal modo que conservavam maior soma de direitos (...)”. Isto porque a decisão da plebe seria condicionada pela deliberação do senado: “decidiram, com efeito, que o rei eleito pelo povo só seria reconhecido depois de confirmado pelos senadores”⁹². Lívio comenta, por fim, sobre a permanência da prática em seu tempo: “Ainda hoje, quando se trata de votar leis ou nomear magistrados, os senadores conservam esse direito, que todavia constitui mera formalidade. São convocados a dar sua aprovação antes das eleições, quando ainda não são conhecidos os resultados”⁹³.

Insera a fala em assembléia popular de um inter-rei, em que deixa claro que só aceitará a escolha da plebe se a mesma for do agrado do Senado: “*Quirites, para nosso bem, nossa prosperidade e nossa felicidade, escolhei um rei, pois assim desejam os senadores. Se elegerdes um cidadão que seja o digno sucessor de Rômulo, eles aprovarão a escolha*”⁹⁴. Discurso em que se percebe toda a “teatralização” no campo da política. Lívio coloca, por fim, que a ação política dos senadores, agradou tanto ao povo que esse decidiu transferir ao Senado a escolha do rei.

Lívio desloca experiências de seu tempo para o passado, projetando nesse o que lhe era contemporâneo. Na maior parte de suas representações, ele deixa claro, de um lado, como o Senado passava por cima dos interesses e decisões do povo e, de outro, como os tribunos defendiam, sobretudo, interesses particulares. Práticas bem distantes do que observamos no texto de Políbio.

Entendemos que Lívio inverte do texto de Políbio sobre a constituição romana, ao deslocá-lo para o seu. Exercício que confere inteligibilidade à constituição romana do tempo

⁹² TITO LÍVIO, I, 17, p. 43, v. I.

⁹³ TITO LÍVIO, I, 17, p. 43, v. I.

⁹⁴ TITO LÍVIO, I, 17, p. 43, v. I.

de Lívio, na medida em que a torna um espaço político, antes de tudo, desarmônico. Lívio, pois, narra sobre um mesmo tema narrado por Políbio, no entanto, o inverte para que se torne inteligível em seu texto⁹⁵.

Exercício de recepção que observamos na apropriação promovida por Lívio do *tópos* polibiano dos funerais, através dos quais o historiador grego coloca como as instituições romanas fomentavam nos jovens o interesse em morrer pela pátria a partir do argumento de que, desse modo, conquistariam uma glória que seria publicizada e eternizada no pomposo ritual funerário para eles oferecido.

Morto, o homem “ilustre” era conduzido em seu funeral “(...) *com toda pompa até o Fórum*”⁹⁶, espaço público por excelência de Roma. Na ocasião, em que toda a multidão se encontra presente, um filho ou outro parente, “(...) *pronuncia um discurso alusivo às suas qualidades e aos seus sucessos e feitos ao longo da vida*”⁹⁷. Momento em que toda a multidão, tomada por um tamanho estado de empatia ao ouvir os feitos do morto, expressa suas sensações de perda que se uniam aos atos dos que o pranteavam. Sepulta-se o morto, realizando-se as devidas cerimônias e, por fim, “(...) *coloca-se uma imagem do defunto no lugar mais visível de sua casa, numa espécie de tabernáculo de madeira*”⁹⁸. Máscara que simboliza o morto, consistindo numa “reprodução fiel” de seu aspecto e de suas feições. A cerimônia ainda não se finaliza neste momento. O morto ainda era lembrado nos dias de festas religiosas públicas a partir da exposição e ornamentação de sua imagem. Além disso, durante outros funerais de membros de sua família, as máscaras eram para eles levadas “(...) *por homens que pareçam assemelhar-se mais a cada defunto em estatura e compleição*”⁹⁹. Vestes que simbolizavam os cargos públicos de cada um dos mortos, eram utilizadas pelos homens. E, para se tornar ainda mais pomposa a cerimônia,

Tais homens são levados num carro precedido por fasces, machados e outras insígnias às quais cada um dos personagens por eles encarnados tinha direito de acordo com a função que exercera em vida, quando eles chegam aos Rostros [no Fórum], sentam-se em cadeiras de marfim enfileiradas¹⁰⁰.

Cerimonial demasiado notável e edificante para os jovens que almejassem à fama/glória e à excelência. “*De fato, quem não se sentiria estimulado pela visão das imagens*

⁹⁵ Sobre a idéia de inversão, cf.: HARTOG, François. Op., cit., 1999, p. 230.

⁹⁶ POLÍBIOS. Op., cit., p. 344.

⁹⁷ Idem, ibidem, p. 345.

⁹⁸ Idem, ibidem.

⁹⁹ Idem, ibidem.

¹⁰⁰ Idem, ibidem.

de homens famosos por suas qualidades excepcionais, todos reunidos como se estivessem vivos e respirando? Poderia haver um espetáculo cívico mais belo que esse?”¹⁰¹.

Além disso, Políbio acrescenta que o orador que pronunciava o discurso fúnebre ao morto, evocava também os sucessos dos feitos dos outros defuntos, o que concedia ao ato um caráter ainda mais nobilitante/edificante do espetáculo:

Por esse meio, por essa renovação constante das referências às qualidades dos homens ilustres, a fama dos autores de feitos nobilitantes é imortalizada, e ao mesmo tempo o mérito de quem prestou bons serviços à pátria chega ao conhecimento do povo, constituindo um legado para as gerações futuras¹⁰².

A idéia de que seus feitos serão imortalizados, é que contribui para os jovens defenderem o bem público. Eis o objetivo pragmático do Estado romano ao fomentar a coragem nos jovens: *“O resultado mais importante, porém, é que os jovens são estimulados assim a suportar qualquer provação pelo bem da coletividade, na esperança de obterem a glória que acompanha os homens valorosos”¹⁰³.*

Compreensão construída por Políbio a partir da observação dos fatos, pois que vários romanos, segundo ele, apresentaram elogiável empenho nas batalhas enfrentando a morte, seja na guerra para salvar companheiros, seja na paz, para salvar a pátria¹⁰⁴, conforme vimos com o exemplo de Horácio Cocles.

Ao narrar as mortes de um dos membros da família dos Fábios e de um cônsul em guerra dos romanos contra veientes e etruscos, Lívio comenta sobre os seus funerais, ressaltando a glória conquistada por Cesio Fábio ao promover o elogio fúnebre do irmão Quinto e do cônsul Cneu Mânlio: *“Providenciou em seguida os funerais de seu irmão e de seu colega, fazendo ele próprio o elogio fúnebre de ambos. Ao atribuir-lhes seus próprios méritos, conquistava para si mesmo uma glória ainda maior”¹⁰⁵.* Glória conquistada nos funerais pelo “vivo”, como passo para a conquista de popularidade.

Lívio comenta sobre festividades realizadas no Fórum romano para a celebração dos funerais de Públio Licínio, evidenciando como aquelas eram utilizadas, sobretudo, para seus realizadores se mostrarem em público: *“Para honrar os funerais de Públio Licínio fez-se uma distribuição de carne ao povo e deu-se um combate de cento e vinte gladiadores, jogos*

¹⁰¹ POLÍBIOS. Op., cit., p. 345.

¹⁰² Idem, ibidem.

¹⁰³ Idem, ibidem.

¹⁰⁴ Idem, ibidem.

¹⁰⁵ TITO LÍVIO, II, 47, p. 173, v. I.

fúnebres que duraram três dias e um banquete público depois dos jogos”¹⁰⁶. Práticas evergetas que visavam a conquistar o povo.

Nesse sentido, Lívio se preocupa em denunciar como as famílias usavam os elogios fúnebres e construíam falsos epitáfios para seus mortos, modificando a memória do passado para, “(...) *através de fraude e mentiras cobrir-se dos altos feitos e das magistraturas*”¹⁰⁷. Ainda que, quando da narrativa, tente se “neutralizar” ao não comentar sobre os interesses privados dos que empreendiam os funerais, com este comentário, Lívio denuncia uma prática que parecia ser comum em Roma.

Por outro lado, Lívio narra também funerais praticados em acordo com os costumes tradicionais. Comenta sobre os funerais oferecidos pelo cônsul Públio Valério ao colega Bruto, morto em batalha contra os tarquínios: “*Ao raiar do dia, como não houvesse inimigo à vista, o cônsul Públio Valério mandou recolher os despojos e regressou triunfante a Roma. Realizou então os funerais de seu colega, com toda a pompa que era possível na época*”. Destaca ainda outras homenagens a ele concedidas pelas matronas: “*Mas a mais bela homenagem prestada a Bruto foi o pesar manifestado pelo povo e a resolução tomada pelas matronas de cobrirem-se de luto durante um ano (...)*”¹⁰⁸.

Lívio permite perceber como Públio Valério usou o corpo do colega, então visto como o “libertador de Roma”, para tornar mais grandiosa sua chegada triunfante em Roma após as batalhas. Estratégia que culminou com a preparação de um funeral, no qual quem mais se sobressaiu, efetivamente, foi o vivo que o promoveu. O morto aparece mais como um instrumento de poder. Por outro lado, as práticas das matronas são comentadas por Lívio como sendo mais “belas”, pois que nelas observa um respeito aos costumes de outrora, à diferença dos atos de Valério, sobre os quais, embora não comente explicitamente como sendo pragmáticos, deixa elementos para que o percebamos.

Exemplos que confirmam nossa compreensão de que Lívio se difere de Políbio, acima de tudo, por tornar a noção de pragmatismo uma presença implícita em sua obra. Implícita, pois Lívio precisava construir uma imagem do passado “verdadeiramente” virtuosa, se apropriando da retórica ciceroniana¹⁰⁹ que lhe permitiu tornar mais críveis seus argumentos.

¹⁰⁶ TITO LÍVIO, XXXIX, 46, p. 329, v. V.

¹⁰⁷ TITO LÍVIO, VIII, 40, p. 200, v. II.

¹⁰⁸ TITO LÍVIO, II, 7, p. 114-115, v. I.

¹⁰⁹ Cf.: CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad.: Ana Paula Celestino Faria; Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.

Lívio traduz o *tópos* dos funerais de Políbio a partir do esquema da “comparação”¹¹⁰, pelo qual sua representação polibiana ganha inteligibilidade em seu *corpus* textual. A representação de Lívio é semelhante à elaborada por Políbio, pois que ambos narram os funerais enquanto uma cerimônia pragmática, ainda que não seja explícito em dizê-lo.

Para Políbio, os funerais constituem uma “festa cívica”, através da qual o Estado fomenta nos jovens o ardor em defender a pátria. Em Lívio, aparecem como uma oportunidade para a assinalação política, sobretudo para os membros da família do morto e/ou para seus colegas políticos. Lívio se apropria desse *tópos* polibiano, reforçando seu caráter prático para os “vivos” que visavam a conquistar poder, manipulando-os. A relevância dos funerais, para Políbio, se encontra não no ato pomposo em si, mas na expectativa que coloca no “vivo” que desejava a glória.

A diferença da concepção de Políbio é amenizada pelo exercício de comparação de Lívio, porém não some por completo. Trata-se de uma diferença evidenciada na forma como Políbio trata o pragmatismo, na medida em que o considera o principal elemento que levou Roma à ascensão. Já Lívio, tenta não expor o caráter pragmático das ações, por considerá-lo algo maléfico para a república. O elemento visto por Políbio no séc. II a.C. como motivo para a glória de Roma, se torna, no séc. I a.C., com Lívio, o motivo para sua corrupção e que, por isso, precisava ser “restaurado”. Assim, a diferença que permanece “(...) trata-se de uma diferença assinalável e mensurável, o que significa que é dominável (...)”¹¹¹. Políbio permanece no texto de Lívio, porém não é o historiador da *História*, mas uma tradução dele empreendida por Lívio. Uma tradução que ressignifica o pragmatismo polibiano, mas que não o exorciza.

Políbio, prosseguindo em seus comentários sobre os costumes romanos, reafirma a relevância atribuída pelos magistrados aos interesses do Estado como superiores aos valores da família, ao colocar que muitos deles chegavam a ordenar a morte dos próprios filhos e, com esse gesto, colocando “(...) os interesses do Estado acima dos laços naturais que os vinculam aos parentes mais chegados e queridos”¹¹².

Concepção que encontramos recepcionada no texto de Lívio que, ao invés de construir comentários sobre o amor pela pátria dos romanos, narra exemplos de demonstração. Desse modo, a fim de deixar claro que mais valia a defesa da República do que da família, Lívio narra a morte de jovens romanos, ordenada pelo pai de dois deles, o então cônsul Bruto.

¹¹⁰ Cf.: HARTOG, François. Op., cit., 1999, p. 245.

¹¹¹ Idem, ibidem.

¹¹² POLÍBIOS. Op., cit., p. 346.

Jovens que, aliados aos tarquínios, então expulsos do poder, planejavam uma conspiração contra a *libertas* romana. Por isso, recebem um suplício, que se torna ainda mais exemplar por ter sido ordenado pelo próprio pai, em nome da pátria, aos filhos: “*o destino escolheu, para presidir ao suplício, justamente aquele que deveria ser afastado de tão terrível espetáculo*”¹¹³. Lívio explora a tristeza do pai, ao descrever o momento da morte dos jovens, a fim de mostrar o enorme esforço por ele despendido para salvar a República: “*durante todo esse tempo os espectadores observavam o pai, as contrações de seu rosto, onde assomavam sentimentos de amor paterno, sufocados pelo dever de aplicar castigos em nome do Estado*”¹¹⁴. Castigo narrado por Lívio por seu caráter exemplar, servindo como um alerta aos seus leitores que, para não correrem o risco de recebê-lo, deveriam não promover atos de traição, como os cometidos pelos jovens.

Por outro lado, Lívio constrói um quadro ainda mais exemplar. A morte da irmã de Horácio, um dos trigêmios que venceu a batalha entre os horácios, representantes dos romanos, e os curiácios, representantes dos albanos, após um tratado entre esses povos que utilizaram esse recurso para pôr fim à guerra entre eles. O fato ocorre na ocasião em que Horácio, ao se aproximar da entrada de Roma, ostentando seus despojos de vencedor, encontra com sua irmã que, “*ao reconhecer em seus ombros a túnica de guerra que ela mesma fizera para o noivo, soltando os cabelos e debulhando-se em lágrimas, clamou pelo nome de seu noivo morto*”. Lamentações que se contrapunham ao regozijo demonstrado pela multidão em Roma, causando imensa ira no jovem guerreiro que, de imediato, toma uma decisão excessivamente patriótica: “*Sacando da espada trespassou a moça dirigindo-lhe estas ásperas palavras: ‘vai-te com teu amor insano, vai unir-te ao teu noivo, tu que esquece teus irmãos, os mortos e o vivo, tu que esqueces tua pátria! Assim morra toda a romana que chorar um inimigo*”¹¹⁵.

As palavras de Horácio representam a mensagem que Lívio pretendia transmitir aos romanos, cujas ações demonstrassem uma defesa dos interesses privados em detrimento da coisa pública. Horácio torna-se herói com o ato que leva a própria irmã à morte, chegando a ser absolvido pelo povo, após ser citado em julgamento pelo Estado, por seu “crime”. Os gestos de Horácia, portanto, são por Lívio postos como exemplo a ser rejeitado, ao passo que o ato de seu irmão, constitui um exemplo a ser imitado, por seu caráter demasiadamente patriota.

¹¹³ TITO LÍVIO, II, 5, p. 111, v. I.

¹¹⁴ TITO LÍVIO, II, 5, p. 112, v. I.

¹¹⁵ TITO LÍVIO, I, 26, p. 55, v. I.

Políbio, com os comentários sobre o valor à pátria como superior ao valor à família, quis mostrar até que ponto foi o sacrifício dos romanos para que seu Estado se tornasse o mais poderoso entre todos. Lívio, por outro lado, quis fomentar o patriotismo entre os jovens de seu tempo. Concepções próximas e objetivos distintos: deslocamentos.

A recepção do texto de Políbio na obra de Lívio constitui um exemplo de como não cabe lermos a relação Grécia/Roma a partir de conceitos, como o de “assimilação”, usado por Momigliano¹¹⁶. Conceito que implica uma idéia de passividade dos romanos em face dos gregos. Exemplo: um dos motivos por esse autor apontados para a “vitória do imperialismo romano”, foi sua força militar, ao passo que a Grécia é tratada como o espaço por excelência de desenvolvimento de uma “cultura” observada nas artes, na literatura e na historiografia. Elementos que, ao serem “reproduzidos” pelos romanos, demonstrariam a superioridade grega no campo “cultural”.

As apropriações promovidas por Lívio de Políbio aqui comentadas – a caracterização do bom comandante, a constituição romana, os costumes (funerais e a religiosidade), dentre outras –, constituíram um dos elementos que a ele permitiram dar continuidade à tradição de uma história exemplar. Isto porque Políbio se refere aos itens apontados para explicar o que levou Roma a se tornar o maior império do mundo e, ao mesmo tempo, para conceder lições ao futuro, para quem escreveu sua história pragmática. Lívio, de forma semelhante, narra sobre os comandantes romanos virtuosos e viciosos, sobre a harmonia e as tensões no seio dos poderes que governavam Roma, sobre os costumes da cidade, a fim de, de um lado, denunciar o presente corrompido em que afirma viver e, de outro, fornecer exemplos edificantes a um presente que ansiava modificar.

A história exemplar de Lívio se caracteriza por levá-lo a inserir em todo seu texto uma vastidão de quadros de ações edificantes empreendidas por homens e mulheres. Lívio recepciona teorizações de Políbio e as aplica nas descrições que promove de quadros da vida cívica de Roma. Lívio não aponta ensinamentos a partir de elaborações “teóricas”, mas a partir de *exempla* que “recupera”, sobretudo da tradição oral romana.

Para Lívio, mais importante do que dizer que os romanos concebiam a religião de forma pragmática e/ou que o patriotismo era exercido como efeito do fomento à glória pelo Estado, era narrar exemplos em que se percebesse tais práticas como sendo “verdadeiramente” virtuosas. O que não significa dizer que Lívio acreditava que elas o eram. De toda forma, acreditava estar aproximando de seu leitor ações de um passado distante que

¹¹⁶ MOMIGLIANO, Arnaldo. Op., cit., 1991, p. 21-22.

precisava ser imitado, pois que, mais importante de tudo, era conceder exemplos edificantes que servissem de espelho aos indivíduos de seu tempo. Para isso, a Lívio coube tornar o passado de Roma por ele lembrado, um universo de práticas tonificadas pelas mais aprazíveis virtudes estóicas, visualizadas em textos de Cícero, dos quais Lívio se apropriou. Por outro lado, um passado em que práticas viciosas já são vislumbradas, devendo ser tomadas como exemplos a serem evitados. A Lívio, coube tornar o passado romano um *exemplum*, útil ao seu presente.

A História como um conhecimento útil aparece, de início, em Tucídides¹¹⁷, embora já haja em Heródoto uma preocupação em apresentar ensinamentos ao leitor grego, para quem endereçou sua obra. A intenção que se sobressai na obra de Heródoto se associa a uma tentativa de immortalizar os feitos de helenos e “bárbaros” para que os mesmos não viessem a cair no esquecimento¹¹⁸. Em Heródoto, pois, há, sobretudo uma preocupação com a memória (*akléa*) dos feitos (*érga*) humanos.

De toda forma, note-se já em Heródoto uma concepção de história associada à idéia de lição, ainda que direcionada do presente da narrativa ao presente do historiador e do leitor. Quando da narrativa de Creso, Heródoto tenta alertá-lo de que não pode fugir à inexorabilidade do destino, cuja tragicidade resultava de sua própria desmedida (*hybris*)¹¹⁹. Lídio, da “raça” dos mermnadas, Creso viria a ser castigado, segundo o aviso da Pítia, com a morte do filho Átis, como resultado das atitudes de seu antecedente Giges. Este havia retirado o poder dos Heráclidas após o assassinio de Candaules¹²⁰. Com a narrativa, Heródoto aparenta ensinar aos gregos de seu tempo que o próprio homem, com suas desmedidas, provoca a consecução de seu destino trágico. Sua obra é marcada por comentários com tons de ensinamento: “*O desejo de fruir dos bens presentes gera a insolência, e a natureza fez os homens invejosos desde a sua origem. Essas duas causas se acham na raiz de toda a maldade humana*”¹²¹.

Tucídides procura distanciar-se das obras que, a seu ver, se caracterizam pela presença do fabuloso (*mithôdes*) e por um aspecto que se quer agradável aos ouvidos. Afirma-se como um historiador que narra feitos úteis à posteridade:

¹¹⁷ HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Trad.: Sonia Lacerda et al. Brasília: UnB, 2003.

¹¹⁸ HERÓDOTOS. *Histórias*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988, p. 19.

¹¹⁹ Vernant se refere ao descomedimento (*hybris*) enquanto tema que voltou a fazer parte do pensamento moral grego no séc. VI a.C. Estava associado aos excessos: o luxo, a riqueza, o prazer, etc. Cf.: VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad.: Ísis Borges B. da Fonseca. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 59.

¹²⁰ HERÓDOTOS. Op., cit., p. 21-23.

¹²¹ Idem, ibidem, p. 176.

(...) quem quer que deseje ter uma idéia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio (*ktêma*) sempre útil, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio¹²².

Deste modo, Tucídides marca sua diferença em relação a produções que lhe antecederam a partir da noção de uma “eterna” utilidade, apresentando indícios de que sua crítica direciona-se, sobretudo a Heródoto, por ele acusado de ter escrito uma obra apenas para agradar ao público do presente com suas *performances* públicas¹²³. Crítica que se assemelha aos comentários de Políbio, para quem a utilidade da história deveria ser condicionada pela idéia de verdade: “(...) *um relato histórico dos eventos destinado à posteridade deve estar isento de qualquer falsidade; assim, em vez de os ouvidos dos leitores ficarem agradavelmente impressionados por pouco tempo, seu espírito poderá ser melhorado para impedi-los de incidir nos mesmos erros*”¹²⁴.

Por sua vez, Tucídides selecionou a guerra do Peloponeso por considerar que “(...) *ela seria grande e mais importante que todas as anteriores (...)*”¹²⁵. Uma guerra, então, que deveria se tornar uma herança eterna através da escrita da história de quem a viveu por inteira e que pôde relatá-la graças ao seu ócio durante o exílio¹²⁶. Herança que caberá ser usada pelos homens do futuro, pois que há uma natureza humana permanente que torna essa guerra um acontecimento exemplar. Assim, Tucídides faz de um acontecimento de seu presente “(...) *um ‘exemplo’ para sempre, esse presente que jamais foi tão ‘grande’*”¹²⁷.

Segundo François Hartog, a história como *exemplum* constitui um tema já presente na Grécia do séc. IV a.C., ainda que tenha se tornado lugar-comum e quase um elemento obrigatório ao historiador apenas dois séculos depois, com Políbio¹²⁸. Para Hartog, houve na Grécia uma passagem do relato como *ktêma* (aquisição para sempre), visto em Tucídides, ao relato como *exemplum*, ligado aos ancestrais que deveriam ser imitados. A Atenas clássica se debilita com o fim da guerra do Peloponeso e junto com ela a idéia de democracia, base da *pólis*. O passado passa a ser evocado em detrimento do presente. As leis dos ancestrais da

¹²² TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1986, p. 28.

¹²³ HARTOG, François. Op., cit., 2003, p. 56.

¹²⁴ POLÍBIOS. Op., cit., p. 546.

¹²⁵ TUCÍDIDES. Op., cit., p. 19.

¹²⁶ Idem, *ibidem*, p. 255.

¹²⁷ HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 98.

¹²⁸ Idem, *ibidem*, p. 127.

democracia são procuradas para serem imitadas, num momento em que o presente apresentava apenas dúvidas e não mais o otimismo do séc. V a.C.¹²⁹.

Nos discursos de Isócrates, filósofo que viveu entre os sécs. V e IV a.C. e visto pela tradição como um “mestre da história”¹³⁰, há uma valorização do passado enquanto tempo do qual não se deve fugir, mas que deve ser visto como um bem comum a ser usado para reflexões no presente e, acima de tudo, para melhorar as ações neste tempo exercidas. Pois, “(...) imitar os modos uns dos outros, bem como os pensamentos que se encontram no que é dito, é fácil para quem não prefere a negligência, mas quer tornar-se melhor”¹³¹. Explica-se, deste modo, sua elaboração de discursos que, embora não tenham sido pronunciados, tiveram uma utilidade ao fornecer exemplos a seus leitores. Nota-se, já em Isócrates, uma idéia de exemplo associada à relação temporal passado/ presente, que será recorrente entre os romanos.

Neste sentido, tem-se no universo grego desde o séc. V a.C. um tipo de compreensão de mundo caracterizada pela idéia de ensinamento que, sobretudo a partir do séc. IV, adquire um tom de imitação, termo que pressupõe uma relação com o passado, onde os indivíduos do presente deveriam buscar exemplos a serem tomados como guias de suas vidas. Nos ensinamentos oferecidos por Heródoto, não observamos uma tentativa de deslocamento do leitor para um passado, mas referências de um presente recente, das quais o historiador retirou lições para doar ao seu leitor. Já em Tucídides e em Políbio há lições do presente da narrativa oferecidas para o futuro do leitor. Presente que, ao ser acessado por esse, se tornará passado e que substitui o futuro antes anunciado pelos historiadores.

A idéia de história como exemplo pressupõe, então, esse tipo de movimento entre os tempos presente e passado. Relação vista na obra de Tito Lívio e que indica suas apropriações da concepção do pragmatismo polibiano que passou por desvios, reempregos e usos que resultaram na concepção de uma história como *exemplum*, tipicamente latina. Nela, tem-se a relação temporal entre presente e passado e não entre presente e futuro. Como um orador, Lívio assume para si o lugar de quem discorrerá sobre as leis e os costumes instituídos no passado¹³² para prender a atenção do leitor a fim de que seja persuadido pelo seu argumento de que Roma encontra-se corrompida e precisa ser “restaurada”.

A concepção de história como *magistra vitae* em Lívio justifica-se também ou, sobretudo, pela apropriação de Cícero, para quem a história constituía “(...) as ações

¹²⁹ HARTOG, François. Op., cit., 2003, p. 61-62.

¹³⁰ HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 93.

¹³¹ ISÓCRATES. *Evágoras*. Apud HARTOG, François. Op., cit., 2001, p. 95.

¹³² CÍCERO. Op., cit., 2005, p. 55.

realmente empreendidas, mas em época distante de nossa lembrança”¹³³. Pensando-a como função do orador, Cícero aponta métodos da arte retórica, que parecem ter sido recepcionados por Lívio: como alcançar a benevolência e a atenção do leitor? É preciso que o orador narre o que lhe seja apazível. Por exemplo, se fazê-lo baseado na pessoa dos adversários, terá que a esses atribuir os mais execráveis aspectos: baixeza, insolência, crueldade, perfídia, impudência, malícia de um lado; de outro, a referência a sua tirania, à riqueza, à intemperança, à clientela, dentre outros elementos¹³⁴. Cícero coloca ainda que o orador terá o beneplácito do ouvinte, se elevar sua causa com grandes louvores e, ao mesmo tempo, demonstrar desprezo pelo adversário. Lívio costuma construir seus personagens a partir desses elementos, elogiando-os, ou criticando-os com base nesses itens estóicos apresentados por Cícero e que foram por Lívio recepcionados.

Colocando-se do lado dos estóicos nos argumentos em torno dos deveres, Cícero associa utilidade e honestidade, afirmando que uma é inseparável da outra. *“Por certo, nada que não seja ao mesmo tempo honesto pode ser útil; nada do que não seja ao mesmo útil, pode ser honesto”*¹³⁵. Máxima estóica que dá o tom à escrita exemplar de Lívio, pois que, à semelhança de Cícero, promove uma defesa dos deveres romanos.

A imitação por Cícero preconizada está associada aos deveres honestos do cidadão romano que deve sempre visar à defesa do bem público, se distanciando de atos ligados ao proveito próprio. Assim como Cícero, Lívio considera que o cumprimento dos deveres está no exercício da virtude (a honestidade) como a única forma útil de lidar com a coisa pública, pois que a torpeza e a utilidade não podem conviver juntas. Para Cícero, é a separação entre o útil e o honesto que causa as mais terríveis práticas: assassinatos, furtos, envenenamentos, pilhagens, cobiça pela riqueza e por poder desmedido, atos de tirania¹³⁶.

Cabe aqui narrar as distintas versões de Lívio, Cícero e Políbio sobre um mesmo acontecimento, visto permitirem visualizar melhor os usos feitos por Lívio desses dois escritores. Políbio, a fim de demonstrar por meio de fatos a altivez e a pujança dos romanos, narra uma ação exemplar dos mesmos. Após vencer a batalha de Canas, durante a segunda guerra púnica, e nela fazer milhares de prisioneiros romanos, Aníbal permite que esses enviem representantes a Roma para reivindicar aos senadores sua liberdade a partir de um resgate. Contudo, ao ouvirem os prisioneiros, que afirmavam terem sido obrigados pelas circunstâncias a ceder ao inimigo, os romanos mantiveram sua dignidade. Ao perceberem que

¹³³ CÍCERO. Op., cit., 2005, p. 65.

¹³⁴ Idem, ibidem, p. 61.

¹³⁵ CÍCERO. *Dos Deveres*. Trad.: Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999, p. 140.

¹³⁶ Idem, ibidem, p. 141.

os objetivos de Aníbal se resumiam ao desejo de adquirir riqueza e de ferir sua força combativa, os senadores não se renderam aos pedidos de seus concidadãos, nem se inspiraram pela compaixão de seus familiares. Assim, não permitiram que os intentos de Aníbal fossem concretizados, impondo ainda uma lei às tropas prisioneiras, segundo a qual deveriam vencer em combate ou não seriam salvos. Ao final, os nove representantes foram enviados de volta para Aníbal e cumpriram o juramento com esse estabelecido. O décimo homem, descumprindo-o, desejava livrar-se de voltar para o inimigo, mas foi pego pelos próprios romanos que o devolveram. *“Assim, a alegria de Aníbal com sua vitória na batalha não foi tão grande quanto a decepção ao ver com espanto a firmeza e a altivez dos romanos em suas deliberações”*¹³⁷.

Na narrativa de Lívio¹³⁸ sobre esse fato, se sobressai não mais a relação de altivez dos romanos em face do inimigo cartaginês. Os senadores decidem punir os prisioneiros, sobretudo por sua perfídia em relação à pátria, argumento que Lívio coloca no texto a partir do discurso do senador Tito Mânlio Torquato. Figura que chama seus pares a defenderem os valores da tradição ligados ao campo militar. Classifica como covardia o ato dos prisioneiros romanos que, ao verem seus pares morrendo na batalha, decidiram se entregar ao inimigo. Logo, não morreram pela pátria, adquirindo, por isso, uma situação ainda pior: a “morte civil”. Mesmo com o lamentoso apelo da multidão para que os jovens fossem aceitos de volta em Roma, os senadores são convencidos pelo discurso de Torquato a não resgatarem-nos.

Cícero¹³⁹ usa esse mesmo acontecimento como exemplo para demonstrar um dos deveres da guerra: o valor à *fides* quando da relação com o inimigo. Elemento que não aparece como eixo em nenhuma das versões anteriores. Por isso, Cícero se refere a um prisioneiro, dos dez enviados a Roma pelos cartagineses, que tentou, através de um ardil, se livrar do juramento feito a esses de que voltaria a Cartago caso eles não recebessem a liberação dos romanos. Identifica nesse ato uma falta que não poderia se dar quando da relação com os adversários numa guerra.

Políbio ensina como a força e a honra dos romanos ultrapassavam qualquer gesto de clemência em face dos seus concidadãos e, assim, preferiam não auxiliá-los a se entregar a um ardil de um inimigo. Ele não explora a covardia dos romanos ao abandonarem seus postos na guerra, por exemplo. Lívio, por outro lado, não se refere ao desejo dos romanos de preservarem sua honra diante de um inimigo, ressaltando, sobretudo o valor tradicional do

¹³⁷ POLÍBIOS. Op., cit., p. 349.

¹³⁸ TITO LÍVIO, XXII, 58-61, p. 78-86, v. III.

¹³⁹ CÍCERO. Op., cit., 1999, p. 23-24.

patriotismo a partir de dois pares principais: *fides*/traição e coragem/covardia. Dessa forma, quer deixar claro ao leitor de seu tempo que a perfídia e a covardia são práticas desprezíveis, que sempre resultarão em algo negativo e, por isso, devem ser evitadas. Políbio exemplifica a força dos romanos, com um fato profícuo para os leitores da posteridade. Lívio dá um exemplo ao seu tempo sobre a necessidade do valor à pátria.

Nesse sentido, do triângulo citado, Lívio e Cícero terminam se aproximando com maior intensidade, talvez por serem romanos. Todavia, cabe ser ressaltado os reempregos do segundo por Lívio. A idéia de *fides* também aparece no texto de Lívio, contudo foi por esse, deslocada. Pois, não está associada à necessidade de se manter a palavra na relação com os inimigos, mas na relação com a pátria. Lívio termina se distinguindo do discurso de ambos, por valorizar, sobretudo o amor por Roma. Exemplo por excelência a ser tomado como ensinamento pelos romanos a quem endereça sua obra. Se Lívio acreditava nesse amor não importa questionarmos; o que importa é que o utilizou para “restaurar” sua *urbe*.

Para a elaboração de sua história exemplar, então, Lívio articulou o pragmatismo de Políbio e o estoicismo útil de Cícero, diálogo que resultou numa produção singular: a *Ab urbe condita*.

Consideramos Lívio semelhante aos estadistas romanos apresentados por Políbio, que os via como figuras que tentavam impulsionar os jovens, a partir da apresentação de exemplos edificantes, a agirem em benefício do Estado. Políbio se refere aos pomposos funerais como uma cerimônia “teatral” elaborada pelo Estado para servir de exemplo aos jovens romanos que ansiassem pela glória. Jovens que poderiam neles inspirar-se para agirem em favor de Roma. Lívio, por sua vez, envolvido na narrativa, descreve exemplos que ele próprio, como uma espécie de homem público, direciona aos jovens com um intento semelhante ao dos estadistas que planejavam os funerais, conforme nos conta Políbio. É como se tivesse construído sua própria imagem a partir de apropriações da imagem do homem de Estado polibiano.

Lívio, então, “teatraliza” em seu texto, mostrando-se um historiador que acredita nos mais belos costumes romanos da tradição: a religiosidade, o patriotismo, as ações morais, dentre outros. É como se, ao perceber, a partir do texto de Políbio, que as ações com base nesses costumes tiveram funcionalidade entre os generais romanos, que levaram a cidade à glória universal, Lívio acreditasse que conseguiria “restaurar” Roma. Daí se apresentar em toda sua obra como o mais virtuoso romano, imagem que poderia lhe auxiliar na tarefa de persuadir seus leitores a obedecerem aos seus ensinamentos.

Portanto, temos que a apropriação do pragmatismo polibiano por Lívio não excluiu o que é mais assíduo em toda sua escritura: a defesa das virtudes tradicionais como recurso exemplar para a “refundação” moral da Roma por ele e por Augusto preconizada. Foi o deslocamento da noção polibiana que permitiu a Lívio tornar seu discurso ainda mais persuasível. A retórica, pois, supera o pragmatismo no texto de Lívio, ao deslocá-lo para o espaço do “não-dito”.

As sobras do pragmatismo de Políbio se encontram “não-ditas” no texto de Lívio, contribuindo para sua construção de um paralelo entre presente e passado pelo qual buscou no último conforto e solução para os perigos com os quais convivia. A história *magistra vitae*, lhe joga no seio do passado, tempo com quem afirma dialogar. Porém, é a história pragmática que lhe permite se ligar ao presente, tempo sobre o qual narra implicitamente no texto.

CAPÍTULO IV

Historiografia liviana e civismo: representações sociais da *Ab urbe condita*

Esses foram os acontecimentos políticos e militares [*domi militiaeque gesta*] do primeiro ano após a expulsão dos reis¹; tais acontecimentos civis e militares [*domi militiaeque gesta*] do consulado de Ápio Cláudio e Marco Semprônio².

Comentários que Tito Lívio costuma escrever após narrar os feitos empreendidos pelos romanos a cada ano. Distingue as ações (*artes*)³ no espaço de sua pátria (*domi*)⁴ dos empreendimentos militares (*militae*)⁵, acrescentando a ambas, as maneiras de viver (*vitae*), os costumes (*mores*) e os perfis dos homens (*virae*)⁶; elementos que, juntos, teriam contribuído para a ascensão universal de Roma⁷.

Para Lívio, o exercício da política se constituía das práticas civis dos romanos, realizadas, no interior da pátria, não contemplando os feitos militares exteriores a Roma. Consideramos que escreve uma “história cívica” que assim pode ser designada por lembrar as coisas que aconteceram no universo da *civitas*⁸ romana e que foram pelos cidadãos romanos (os *cives*)⁹ realizadas. As narrativas dos empreendimentos militares não contemplaram o centro de suas preocupações e, se esses aparecem com frequência em sua

¹ TITO LÍVIO, I, 8, p. 117, v. I.

² TITO LÍVIO, XXXIX, 32, p. 314, v. V.

³ Plural de *ars*: modo de ser ou de agir (ERNOUT, A; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine*: histoire des mots. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932, p. 72). Há outros significados, mas aqui, nos interessou apenas esse por estar de acordo com o quer dizer Lívio ao usar o termo.

⁴ Plural de *domus*: “casa”. Por oposição à *peregrini, foris e militae*. Simboliza a família. Dos derivados e compostos, tem-se: *domesticus*: “doméstico, familiar”. De onde: “privado, nacional”. Cf.: Idem, *ibidem*, p. 270. Trata-se, no texto de Lívio, das ações realizadas no espaço da cidade por excelência: Roma. Embora, ao incorporar novos territórios ao Estado romano, os estadistas atribuíssem a seus homens o status de cidadãos, não significa que esses fossem considerados “homens romanos” de fato. Pois que, para sê-lo, exigia-se toda uma formação cívica específica ao espaço de Roma. Formação que se baseava na prática das virtudes tradicionais e dos deveres que conferiam a um homem ser, de fato, chamado *civis* (membro livre de uma cidade, a qual pertence por sua origem ou por adoção, cidadão livre. Cf.: Idem, *ibidem*, p. 185). Sobre os deveres tipicamente romanos, ver: CÍCERO, Marco Túlio. *Dos deveres*. Trad.: Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

⁵ Plural de *milita* (“serviço militar”, de onde: “campanha”), termo que deriva de *miles*, “soldado”. Cf.: Idem, *ibidem*, p. 582. No caso do texto de Lívio, trata-se das ações empreendidas no exterior do espaço da *urbs*.

⁶ Plural de *uir*: “homem”, por oposição à mulher. Exprime as qualidades viris ou masculinas do homem. Por seqüência: marido, homem digno desse nome, herói. Tomou o sentido de soldado, pois que as atividades na guerra eram exclusivas aos homens. Cf.: Idem, *ibidem*, p. 1069.

⁷ TITO LÍVIO, prefácio, p. 18.

⁸ Derivado abstrato de *civis* (ver nota 3): “condição de cidadão”, “conjunto de cidadãos”. Por seqüência, “cerco de um governo, cidade, Estado”. Daí, com a passagem ao sentido concreto, sinônimo de *urbs*, por oposição ao campo. Traduz a *pólis* e a *politéia*. Na língua de direito, *civicus* (civil, cívico) opõe-se a *militaris*. Cf.: Idem, *ibidem*, p. 185. Assim, *urbs* se refere ao espaço concreto de Roma, ao passo que *civitas*, se relaciona com os elementos “abstratos” daquela: as leis e os costumes que constituem o Estado. São sobre esses que Lívio narra ao longo de sua obra, na qual valoriza, pois, a *civitas*.

⁹ Ver nota 3.

obra, constituem uma extensão do que era promovido em Roma. Para Lívio, importou construir, sobretudo, a memória do caráter dos romanos nas guerras, pois que os feitos “puros” nelas empreendidos não eram tão relevantes serem lembrados. Idéia que aparece em Cícero, ao ensinar ao orador como usar a história em seus discursos: “(...) *não se fale só dos feitos dos próprios homens, mas, com relação aos que se distinguem pela reputação e pelo nome, também da vida e do caráter de cada um*”¹⁰.

Escrever história, segundo Lívio, era lembrar os feitos de Roma, sobretudo enquanto uma instância cívica, em que os costumes tradicionais eram ou não exercitados; era escrever uma “história cívica” marcada pelas *artes*, pelos *mores* e pelas *vitae* dos cidadãos romanos por excelência. Era, enfim, escrever uma espécie de história da vida e dos costumes dos romanos¹¹.

Para Cícero¹², “o homem nasceu para agir” e, assim, o conhecimento das várias virtudes (força, temperança, prudência, justiça) deveria estar articulado a sua prática¹³, pois que apenas desse modo seria útil. Dialogando com Aristóteles¹⁴, traduz para Roma como civismo o que esse designa de “político”, princípio que considera inato, e que é exercido a partir dessas virtudes, cujo fim é o bem da república¹⁵. Por isso, Cícero afirma que “(...) *todo e qualquer estudo há de referir-se à virtude e às operações ou obras que são conformes à virtude*”¹⁶. De onde, o civismo se liga ao exercício dos costumes tradicionais no espaço da *urbs*¹⁷.

Concepção que se aproxima da que vimos em Lívio, ao propor narrar tanto as práticas da tradição, como as que dessas se desviam: todas empreendidas no espaço de sua Roma. Age como um historiador que necessita dá conta, tanto de exemplos a serem imitados, como a serem rejeitados e, assim, com um conjunto de quadros de ações exemplares, é que Lívio

¹⁰ CÍCERO. *Do orador*. HARTOG, François. A história de Homero a Santo Agostinho. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: UFMG, 2001, p. 151.

¹¹ Maria das Graças do Nascimento, ao comentar sobre a concepção de história de Voltaire observada na obra *Ensaio sobre os costumes*, se refere à preocupação do “Voltaire historiador” em produzir uma história dessacralizada, cujo objetivo era “(...) *conhecer o caráter, as leis e os costumes de um povo*”. Para ela, a Voltaire era relevante conhecer o “espírito dos homens”, ao invés de apenas relatar fatos. Cf.: NASCIMENTO, Maria das Graças S. do. *Voltaire e a razão militante*. São Paulo: Moderna, 1993, p. 45. Nesse sentido, ainda que, com base numa comentadora, a impressão é que o valor dos latinos, caso de Lívio e Cícero, aos costumes enquanto elemento que caberia ser lembrado, foi apropriado pelo filósofo/historiador francês do séc. XVIII.

¹² CÍCERO, Marco Túlio. *Do sumo bem e do sumo mal*. Trad.: Carlos Ancêde Nougê. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

¹³ Idem, *ibidem*, p. 185.

¹⁴ ARISTÓTELES. *A política*. Trad.: Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

¹⁵ CÍCERO, Marco Túlio. Op., cit., 2005, p. 189.

¹⁶ Idem, *ibidem*, p. 186.

¹⁷ “Cidade”, por oposição ao campo. A cidade por excelência: Roma. Cf.: ERNOUT, A; MEILLET, A. Op., cit., p. 1093.

preenche cada *volumen* dos trinta e cinco que constituem a parte de sua obra a que tivemos acesso.

Nesse sentido, o conceito de “civismo” liviano, que preferimos à noção de política, por entendermos que está mais próximo do universo latino, contempla as variadas representações sociais da Roma antiga que constituem a *Ab urbe condita*. Por isso, este capítulo foi pensado a partir de uma análise que procura relacionar alguns temas presentes na obra de Lívio com suas intenções e percepções como historiador. Do universo temático do *corpus* liviano, sobressaem uma multiplicidade de representações: práticas e crenças religiosas, atitudes diante da morte (ritos funerários), relações familiares, a exemplo do casamento, valores sociais (moralismo e patriotismo), imagens do feminino, disputas por poder. Elas evidenciam a preocupação do historiador em dá conta das experiências cívicas que constituíam o “cotidiano” do ambiente social do qual fazia parte e para quem endereçou sua obra: a aristocracia. Experiências que são, *a priori*, cívicas/políticas por serem vivenciadas no espaço da cidade.

O civismo constitui, portanto, o eixo que articula a escritura de Lívio, ao perpassar todas as atividades cotidianas por ele narradas: das práticas religiosas às decisões tomadas nas assembléias públicas; dos prantos aos mortos aos comícios durante as eleições consulares. Trata-se de um conceito dissociado de um pensamento abstrato que se configuraria apenas como uma teia de pensamento, bem como, das “grandes” ações empreendidas nas guerras que levaram Roma à conquista do mundo.

Se a Lívio interessou narrar tanto as guerras externas promovidas pelos romanos quanto as ações civis, são a essas que ele atribui uma maior relevância, pois considera que foi a partir do exercício das virtudes cívicas, que contemplam todas as práticas ligadas aos costumes tradicionais, que os romanos conseguiram tornar Roma o maior império do mundo. Assim como, era através de seu desvirtuamento, sobretudo com as disputas civis, que Roma ia aos poucos deixando escapar sua grandeza. Defender a pátria, então, não se limitava às ações corajosas empreendidas nos campos de batalhas, implicando em todo o conjunto de virtudes romanas, exercidas em prol da manutenção da *civitas*.

Por considerarmos que a escrita da história de Lívio tem o elemento do civismo como seu fio condutor, nos interessou estudá-la a partir de um exercício que procura articular discurso historiográfico, civismo e representações sociais. À sua história cívica, Lívio atribui significados que têm a ver com a sociedade romana com a qual dialogava; com os usos que promoveu da tradição historiográfica a ele antecedente; com as interações estabelecidas com escritores romanos que associam o conhecimento ao universo das práticas; por fim, com seus intentos peculiares como indivíduo e como historiador.

Lívio vai construindo um tipo de tratamento peculiar para um conjunto de práticas que fazem parte da memória de Roma, localizada em outros escritores, nos anais da cidade e nas demais fontes que utilizou para sua escrita da história. Se, para ele, o conhecimento dos fatos só era relevante por sua utilidade imediata, idéia presente em boa parte de escritores próximos de sua época, como em Cícero, não importa questionar. O que importa é que construiu uma memória da sociedade romana e, com isso, fez-se historiador. Por sê-lo, acima de tudo, é que Lívio se preocupou em historicizar, por exemplo, um rol de cerimônias religiosas que vão dos ritos funerários aos jogos realizados em homenagem aos deuses. Temas recorrentes em sua obra.

Desse modo, Lívio constrói uma narrativa sobre as primeiras manifestações dos jogos lupercais que, “naquele tempo”, eram celebrados no monte Palatino. Consistiam “(...) numa corrida de *jovens nus*, numa espécie de jogo e divertimento, em honra de Pã Liceu, que os romanos passaram a chamar de *Ínuo*”¹⁸. Durante a cerimônia, os ladrões do rei albano Amúlio, que ordenou que os gêmeos fossem lançados ao rio, conforme a *fabula*, armaram emboscada contra os jovens e capturaram Remo, entregando-o a Amúlio. Rei que, posteriormente, o passou para o irmão Numitor, dono das terras atacadas e de quem apropriou o poder da cidade de Alba Longa anteriormente. Planejando uma conspiração, Rômulo e sua tropa de jovens assassinam o rei, entregam o poder a Numitor e recuperam Remo.

Cerimônia religiosa, os jogos constituíam um espaço oportuno para a realização de tramas políticas que, neste caso, foram relevantes para a própria fundação da cidade. Pois, logo após a restituição do poder real ao rei Numitor levada a efeito pelos gêmeos, esses conceberam a idéia de fundar uma nova cidade no espaço onde haviam sido criados¹⁹. Lívio reforça a sacralidade da cerimônia, ao colocá-la como momento crucial para a definição da fundação de Roma.

A forma como Lívio representa os referidos jogos remete, a nosso ver, às experiências de seu tempo, momento em que a busca pela assinalação já constituía uma verdadeira obstinação entre os jovens romanos, a exemplo do próprio *princeps* Augusto. No contexto da época imperial, isso se tornou ainda mais comum, pois que, “*não ter acesso aos cargos públicos, à vida política da cidade equivalia a ser mutilado, homem de baixa condição*”²⁰.

¹⁸ TITO LÍVIO, I, 5, p. 26, v. I.

¹⁹ TITO LÍVIO, I, 5, p. 27, v. I.

²⁰ Cf.: VEYNE, Paul. *O império Romano*. In: ARIÈS, Philippe & DUBY, Georges. *História da Vida Privada: do império romano ao ano mil*. São Paulo: Cia das Letras, 1991, p. 113.

Em seus inícios, os espetáculos dos jogos eram caracterizados por um aspecto religioso, visto se tratarem de uma “manifestação do sagrado”²¹ e estarem, pois, inseridos no âmbito das festas religiosas, conforme o próprio Lívio quer deixar claro em suas representações. Já na República, por outro lado, generais os ofereciam ao povo para conquistar ou celebrar a vitória, promovendo, assim, a política do “pão e circo” que marcou o período do Império²². Realizados no teatro, anfiteatro e no circo, à época do Império os jogos constituíam um dos mais recorrentes prazeres experimentados em Roma. Seu desenvolvimento “(...) foi um dos atos mais notáveis do poder político em Roma a partir do final da República e em especial durante o Império”²³.

Conduzido por uma preocupação em construir uma cronologia para os costumes romanos, Lívio nos informa o período em que foram instituídos os jogos no circo, descrevendo seus detalhes:

*Data dessa época [grifo nosso] a escolha do local para o circo que hoje se denomina Circo Máximo. Foram destinados áreas aos senadores e aos cavaleiros para que construíssem camarotes particulares chamados *fori*, sustentados por andaimes de doze pés de altura. Desses camarotes eles assistiam aos espetáculos que consistiam na apresentação de cavalos de corrida e de pugilistas, oriundos sobretudo da Etrúria*²⁴.

Posteriormente, Lívio localiza a corrupção dos jogos circenses, afirmando que esses passaram a ser marcados pelo excesso que observa na quantidade de animais utilizados no período das últimas batalhas das guerras macedônicas (sécs. III-II a.C.), levadas a efeito pelos romanos em prol da “libertação”/conquista das cidades gregas: “*O luxo já grassava então: reparou-se que os jogos circenses oferecidos pelos edis curuis Públio Cornélio Cipião Nasica e Públio Léntulo figuraram sessenta e três panteras e quarenta ursos e elefantes*”²⁵.

Com esse duplo exercício, que se iniciou com a expressão “data dessa época”, Lívio demonstra seu interesse em esclarecer ao seu destinatário que os jogos constituem um costume histórico e que, por isso, apenas séculos depois de seus inícios, é que eles se tornaram corruptos. Assim, informa que nem sempre foram realizados do mesmo modo com que o é em seu tempo. Tarefa de historiador.

Lívio promove um exercício semelhante, ao narrar os jogos cênicos, comentando que foram instituídos, a fim de se aplacar a ira dos deuses, num momento em que os espíritos

²¹ ROBERT, Jean-Noël. *Os prazeres em Roma*. Trad.: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 81

²² Idem, *ibidem*, p. 97

²³ Idem, *ibidem*, p. 81

²⁴ TITO LÍVIO, I, 35, p. 70-71, v. I.

²⁵ TITO LÍVIO, XLIV, 19, p. 179, v. VI.

havia sido tomados pela superstição. Advinda da Etrúria, a cerimônia foi acrescentada aos espetáculos religiosos romanos que até então só celebravam os jogos no circo. Ainda que marcado por uma simplicidade, por seus “versos rudes”, esse gênero de espetáculo “(...) *se repetiu com frequência e acabou incorporando-se aos costumes*”, se constituindo das primeiras representações teatrais em Roma²⁶. Aos poucos, no entanto, adquiriram um formato em que “(...) *o burlesco e os ditos libertinos foram abandonados e o teatro tornou-se aos poucos uma arte*”. Por fim, justifica a preocupação que o levou a historicizar os jogos cênicos:

Entre os modestos começos de outras instituições, julguei conveniente falar também sobre a origem das representações dramáticas, com o objetivo de demonstrar como foram sensatos os princípios desses divertimentos, hoje tão insensatamente dispendiosos que apenas reinos opulentos se podem permitir o luxo de tê-los²⁷.

Acompanhar as mudanças desses costumes exercidos no espaço da cidade fez de Lívio um historiador, figura que se interessa pelo transitório, pelo efêmero, pelo mutável. Com essa perspectiva, é que vai apresentando, por exemplo, como as leis e os costumes romanos foram sendo instituídos por seus sete reis²⁸: institui-se os cem senadores²⁹, divide-se a população em 30 cúrias³⁰, atribui-se o termo quirites aos romanos para distingui-los dos estrangeiros³¹, oficializa-se como cargo público a função do áugure³², cria-se os dias fastos e nefastos, institui-se o colégio de sacerdotes: os flâmines³³, as vestais, donzelas “(...) *veneráveis e sagradas pelo voto de virgindade e outras cerimônias religiosas*”³⁴, o pontífice máximo, responsável por variadas cerimônias religiosas “(...) *a fim de que o povo soubesse para quem apelar e nenhuma particularidade do direito divino fosse perturbada pela negligência dos ritos nacionais ou pela introdução de ritos estrangeiros*”³⁵. São apenas alguns dos vários elementos cívicos que vão sendo erguidos na escritura liviana durante a narrativa dos

²⁶ TITO LÍVIO, VII, 2, p. 75, v. II.

²⁷ TITO LÍVIO, VII, 3, p. 76, v. II.

²⁸ Lívio se refere, no livro I, a sete reis: Rômulo, Numa Pompílio, Tulo Hostílio, Anco Márcio, Tarquínio Prisco, Sérvio Túlio e Tarquínio “Soberbo”.

²⁹ TITO LÍVIO, I, 8, p. 31, v. I.

³⁰ TITO LÍVIO, I, 13, p. 38, v. I. Segundo ALBERTO, Paulo F. TITO LÍVIO. *História de Roma – Ab urbe condita libri*, livro I. Trad.: Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Inquérito, 1993, p. 72 (informação em nota-de-rodapé): “*Cúria era a mais antiga unidade política em Roma, que detinha também certos rituais religiosos comuns*”.

³¹ TITO LÍVIO, I, 13, p. 38, v. I.

³² TITO LÍVIO, I, 18, p. 44, v. I.

³³ Lívio nos sugere que cada membro desse sacerdócio, tinha por função promover o culto de um deus.

³⁴ TITO LÍVIO, I, 20, p. 47, v. I.

³⁵ TITO LÍVIO, I, 20, p. 47, v. I.

primeiros passos de Roma³⁶, trajetória em que resultou na constituição do Estado romano (a *civitas*) enquanto uma instância guiada por leis e costumes sacralizados.

Se Lívio, por vezes, localiza a instituição de certas práticas em períodos que provavelmente elas ainda não existiam³⁷, não consideramos que cabe questionar. O que vale a pena, a nosso ver, é observar que ele assume seu lugar como um historiador e é, por sê-lo, que promove um exercício pelo qual, por meio de sua escrita, vai guiando nossos passos pelo espaço de uma Cidade que é erguida na *Ab urbe condita*. “Cidade” que vai sendo formada também a partir das edificações nela levantadas, que visavam a tornar um espaço, de início campestre, numa *Urbs*: cidadelas, palácio real, a cúria (conselho de anciãos), casas, vias, muralhas, pontes, bairros, o fórum³⁸.

Além da colina do Palatino, moradia dos “fundadores”, e do Capitólio, dos sabinos, o rei Tulo Hostílio instituiu o Aventino como moradia para os estrangeiros³⁹. Sêrvio Túlio amplia ainda mais a cidade, ao anexar as colinas Quirinal e Viminal, ao aumentar as Esquilinas e ao construir fossas e muralhas ao redor da cidade⁴⁰. Com as ações do último rei, Tarquínio “Soberbo”, outros elementos da Cidade emergem do texto de Lívio: construção de arquibancadas do circo e da cloaca (esgoto), local por onde passavam todos os dejetos da cidade⁴¹, dentre outros.

Já em seus primórdios, Roma era, aos olhos de Lívio, a cidade por excelência onde se vivia os negócios públicos. Para ela, muitos afluíam para alcançar as honrarias públicas, caso de Tarquínio Prisco, impulsionado por sua mulher Tanaquil, cujo desejo era “(...) *ver seu marido cercado de honrarias. Roma lhe pareceu a cidade mais indicada para atingir seus objetivos. Em uma nação jovem onde a nobreza se conquistava rapidamente e por merecimento, haveria lugar para um homem bravo e empreendedor*”⁴².

Cidade que, além de tudo, era privilegiada por ter uma proteção singular dos deuses, constituindo um espaço em que todos se sentiam ligados por uma idéia de cidadania romana. É isso que Lívio quer dizer aos romanos de seu tempo, utilizando o ditador Marco Fúrio

³⁶ Grimal aponta três períodos da “civilização romana”, segundo a tradição dos historiadores: a Realeza (séc. VIII-VI a.C.), a República (VI-I a.C.) e o Império (I a.C.-IV d.C.). Cf.: GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Trad.: Isabel St. Aubyn, Lisboa: edições 70, 1993.

³⁷ Por exemplo, segundo ALBERTO, Paulo F. Op., cit., p. 87, o áugure adquiriu função oficial apenas num período posterior a esse momento em que Lívio o localiza.

³⁸ Sobre os elementos materiais e simbólicos que constituíam Roma e a tornavam uma *urbs*, ver: SÁ, Maria Yacê Carleial F. de. *A idéia de cidade: a urbe romana de Tito Lívio*. Crato-CE: URCA (Universidade Regional do Cariri), 2003 (monografia de especialização em Estudos Clássicos).

³⁹ TITO LÍVIO, I, 33, p. 66-67, v. I.

⁴⁰ TITO LÍVIO, I, 44, p. 81, v. I.

⁴¹ TITO LÍVIO, I, 56, p. 95, v. I.

⁴² TITO LÍVIO, I, 34, p. 68, v. I.

Camilo como mediador, num momento em que esse tenta persuadir a plebe a permanecer na sagrada Roma, após parte dessa ter sido incendiada pelos gauleses. Lívio, então, aproveita para descrever os elementos religiosos que compunham o espaço da cidade, explorando o caráter sagrado de seus cantos que, por isso, não mereceria ser substituída por outra. Cidade “(...) fundada de acordo com os auspícios e os augúrios”, constituída por lugares aprazíveis, visto terem sido consagrados pelos deuses. “*E são esses deuses públicos e privados que pretendeis abandonar, quirites?*”⁴³. Além disso, as cerimônias oficiais e/ou os ritos da religião romana não poderiam ser realizados em outra cidade. Não convinha se erguer o leito da imagem de Júpiter, quando de seu banquete, noutra lugar senão no Capitólio. Assim como, os outros objetos de culto, que remontam a própria idade da cidade ou mesmo a um tempo anterior a sua fundação, como o fogo de Vesta e os escudos do deus Marte, não poderiam ser largados numa terra “profana”⁴⁴.

Lívio, através de Camilo, descreve o espaço, escolhido pelos deuses, em que Roma foi construída e, assim, tenta provocar um reflorescimento dos sentimentos patrióticos e religiosos na alma dos romanos de seu tempo:

Não é sem motivo que os deuses e os homens escolheram este lugar para a fundação da cidade. A extrema salubridade destas colinas, as grandes vantagens deste rio que serve de transporte aos produtos do interior do país, bem como aos que chegam por via marítima, este mar bastante próximo para nossa comodidade, sem que sua proximidade excessiva nos exponha aos ataques das frotas estrangeiras, esta situação no centro da Itália, única para o incremento de uma cidade. Tudo isso foi atestado pela expansão de um Estado tão novo⁴⁵.

Elogio à cidade enquanto espaço marcado por um caráter sagrado que justificaria o argumento liviano, segundo o qual era preciso “restaurar” os costumes que, em seus inícios, eram todos de base religiosa. Em seu tempo, os deuses e homens não mais conviviam com a harmonia que visualiza nos tempos áureos da República, em que as ações de ambos contribuía para o sucesso de Roma. Idéia observada numa narrativa em que durante um duelo entre um romano e um gaulês, o auxílio divino permite ao primeiro sair vitorioso:

A intervenção dos deuses, porém, diminuiu o interesse da luta entre os dois homens. Logo que o romano atacou, sobre seu capacete pousou um corvo voltado para o inimigo. O tribuno recebeu-o com alegria, como um augúrio enviado pelo céu, e pediu ao deus ou à deusa que lhe enviara a mensagem que se dignasse ser-lhe propício. E, coisa admirável, não só o pássaro continuou no mesmo lugar, como também atacava com o bico e as

⁴³ TITO LÍVIO, V, 52, p. 449, v. I.

⁴⁴ TITO LÍVIO, V, 52, p. 450, v. I.

⁴⁵ TITO LÍVIO, V, 54, p. 453, v. I. Para confrontar essa representação do espaço em que Roma foi fundada, ver: GRIMAL, Pierre. Op., cit., 1993, p. 13-14.

garras o rosto e os olhos do inimigo, cada vez que recomeçava o combate. Aterrorizado com aquele prodígio, com os olhos feridos e a mente perturbada, o gaulês foi degolado por Valério. Só então o corpo levantou vôo, desaparecendo no Oriente⁴⁶.

Foram os atos do corvo, enviado pelos deuses, que permitiram ao romano derrotar o gaulês, claro indício de que os seres divinos agiam por Roma. Idéia que impulsionou os demais romanos a derrotarem os gauleses, pois que as forças divinas unidas às humanas constituíam um exército imbatível: *“Os deuses e os homens não falharam naquele combate. De tal modo o desfecho da luta entre os dois soldados havia impressionado os ânimos, que nenhuma dúvida subsistiu quanto à derrota dos gauleses”*⁴⁷.

Lívio evoca a lembrança de um tempo em que o universo era cheio de sinais divinos. Um tempo em que as aves sobrevoavam os ares e seus gestos eram entendidos pelos humanos como uma mensagem dos deuses, a quem não poderiam desobedecer:

Ao chegarem ao Janículo, estava Lucumão na carruagem ao lado da mulher quando viu uma águia descer rapidamente e, adejando sobre sua cabeça, arrebatá-lo o chapéu. A ave continuou a sobrevoar a carruagem com grandes gritos. Como se cumprisse uma missão divina, recolocou-o exatamente em sua cabeça, voando depois para as alturas⁴⁸.

Tempo ainda em que os deuses apareciam em sonhos, anunciando sinais por meio dos quais enviavam suas mensagens aos homens:

Diz-se que enquanto dormiam os dois cônsules tiveram a mesma visão: um homem de estatura e imponência sobre-humanas apareceu e disse-lhes que um dos generais e um dos exércitos eram devidos aos deuses manes e à mãe Terra. O exército cujo general tivesse sacrificado aos manes as legiões inimigas e, em seguida, se sacrificado a si próprio, daria a vitória a seu povo e a sua pátria⁴⁹.

Aviso a que os homens convinhassem seguir e, por isso, os dois cônsules decidem que o primeiro exército que fosse impulsionado a ceder pelo inimigo, faria o sacrifício, junto com seu comandante. Assim, Lívio faz a descrição do ritual, que antecede a morte do cônsul Décio em meio às fileiras inimigas. Ao repetir a fala do pontífice, Décio conversa com uma multidão de deuses que afloram do texto de Lívio:

O pontífice ordenou-lhe que vestisse a toga pretextada, e com a cabeça velada, a mão saindo debaixo da toga e levantada até o queixo, os pés sobre um dardo estendido no chão, dissesse: ‘Jano, Júpiter e Marte, pai dos romanos; Quirino e Belona e Lares, divindades Novensiles, deuses Indígetes, deuses que tendes em vossas mãos a sorte dos romanos e a de seus inimigos, e vós, deuses Manes, eu vos conjuro, eu vos suplico respeitosamente,

⁴⁶ TITO LÍVIO, VII, 26, p. 110, v. II.

⁴⁷ TITO LÍVIO, VII, 26, p. 110, v. II.

⁴⁸ TITO LÍVIO, I, 34, 69, v. I.

⁴⁹ TITO LÍVIO, VIII, 6, p. 146-147, v. II.

vos peço a graça e nela confio de que concedais força e vitória ao povo romano dos quirites⁵⁰, e insinueis nos inimigos do povo romano dos quirites o terror, o pânico e a morte. Como declarei por minhas palavras, sacrifico-me pela república, pelo exército, pelas legiões, pelos auxiliares do povo romano dos quirites e ofereço juntamente comigo as legiões e os auxiliares do inimigo aos deuses Manes e à Terra⁵¹.

Para Lívio, esse tipo de prática em que um jovem romano se sacrificava pela república, estava praticamente fora do campo do possível em seu tempo. Em sua época, eram os vícios que caracterizavam as práticas dos romanos, contaminando o aspecto “verdadeiramente” virtuoso, que Lívio considerando-o histórico, localizou nos tempos mais recuados da cidade. Afirma que a memória dos costumes desses tempos encontra-se esquecida em seu presente, constatação que lhe impulsiona a lutar contra seu completo esquecimento:

Embora haja desaparecido a lembrança [*memoria*] de nossos costumes civis e religiosos [*diuini humanique moris*], pela preferência outorgada aos costumes novos e estrangeiros em detrimento das velhas instituições ancestrais, julguei que não me afastaria do tema de minha obra ao mencionar essas tradições nos próprios termos em que nos foram transmitidas e enunciadas⁵².

Lívio rememora um período em que os senadores costumavam reunir a juventude romana e, com ela, formar imensos exércitos: “*Hoje, em caso de invasão estrangeira, não seria fácil recrutar um exército igual àquele, nem sequer reunindo as forças do império romano que, apesar disso, o universo mal pode conter, de tal modo crescemos apenas naquilo que nos prejudica: riqueza e luxo*”⁵³. Era um tempo em que todos celebravam com alegria as vitórias dos romanos, direcionando ações de graças aos deuses e, com isso, respeitando os decretos do senado⁵⁴.

No entanto, Lívio admite que mesmo nos primeiros séculos da república, já havia manipulação dos auspícios para se justificar falsamente a guerra:

(...) embora os frangos não comessem, o pulário ousou mentir sobre os auspícios e comunicou ao cônsul que os frangos mostravam um apetite muito favorável. O cônsul, contente, anuncia publicamente que os auspícios são excelentes, que os deuses aprovam essa luta e faz arvorar o sinal do combate⁵⁵.

Contudo, nesse mesmo período ainda era possível encontrar cônsules, cuja honestidade informava suas práticas de tal modo, que chegavam a castigar quem manipulasse os augúrios, embora eles pudessem ser beneficiados com isso. É o *exemplum* de Lúcio Papírio

⁵⁰ Lívio assim designa os cidadãos por excelência romanos, para distingui-los dos estrangeiros: os plebeus.

⁵¹ TITO LÍVIO, VIII, 9, p. 153, v. II.

⁵² TITO LÍVIO, VIII, 11, p. 156, v. II.

⁵³ TITO LÍVIO, VII, 25, p. 108, v. II.

⁵⁴ TITO LÍVIO, X, 21, p. 312, v. II.

⁵⁵ TITO LÍVIO, X, 40, p. 343, v. II.

Cursor que, sendo informado sobre tal fato, ordena que os pulários, responsáveis pela leitura dos augúrios retirados dos frangos, fossem dispostos na primeira fila da batalha. Assim, provavelmente morreriam e a ira divina seria a culpada e não o cônsul: *“Antes que se erguesse o grito de guerra e os adversários corressem um para o outro, um dardo lançado ao acaso atingiu um dos pulários, que caiu na primeira fila”*⁵⁶.

No âmbito do universo religioso romano, havia também os rituais funerários, sobre os quais Lívio nos informa que se tornou um dos costumes oficiais da Roma já do tempo dos reis, num momento em que se instituiu o sacerdócio do pontífice máximo que tinha como uma de suas funções *“orientar os ritos funerários”*⁵⁷.

Nesse sentido, o *tópos* dos funerais aparece com frequência na obra de Lívio, pois que seu exercício se constituía como parte também do universo das práticas que concediam ao romano um lugar como *civis*. Por isso, se refere a esse tipo de prática já na narrativa dos inícios de Roma. Após a vitória dos irmãos horácios, representantes dos romanos, contra os curiácios, representantes dos albanos, num combate promovido para se decidir a guerra entre os dois povos, práticas funerárias foram realizadas de ambos os lados: *“Depois os dois partidos puseram-se a sepultar seus mortos, mas com sentimentos bem diferentes: uns tornavam-se donos do poder, outros caíam sob o domínio estrangeiro. Os sepulcros ainda existem no local onde cada um pereceu”*⁵⁸. Desse modo, preservaram a memória de um feito exemplar da tradição romana, pois que *“um túmulo era a garantia de permanência na memória social dos vivos”*⁵⁹. Memória que pôde ser acessada pelo historiador e que lhe serviu de documento de comprovação de um fato tão antigo.

Lívio fornece indícios de que os corpos dos mortos eram publicizados no Fórum, representação máxima da experiência política em Roma. Foi o que ocorreu, conforme ele nos diz, com o corpo da virtuosa Lucrecia, que se suicidou após sofrer um ato de desonra de Sexto Tarquínio: *“O corpo de Lucrecia foi transportado de sua casa e depositado no Fórum. O povo se amotinou, como geralmente acontece nessas situações (...)”*⁶⁰. Por seu caráter cívico, é que Lívio se interessou por fazer referência ao ato.

Além disso, Lívio considera o pranto aos mortos um indício de respeito à tradição, o que observamos ao comentar o efeito da notícia da morte de cavaleiros romanos em batalha: *“a notícia do desastroso combate e do abandono do acampamento chegara até Roma, onde*

⁵⁶ TITO LÍVIO, X, 40, p. 344, v. II.

⁵⁷ TITO LÍVIO, I, 20, p. 47, v. I.

⁵⁸ TITO LÍVIO, I, 25, p. 54-55., v. I.

⁵⁹ LIMA, Marinalva Vilar de. *Os mortos na antiguidade: uma leitura de Luciano de Samósata*. In: ARAÚJO, Orlando Luiz de; _____ (orgs.). *Ensaio em estudos clássicos*. Campina Grande: Ed. UFCG, 2006, p. 149.

⁶⁰ TITO LÍVIO, I, 59, p. 100, v. I.

principalmente os cavaleiros eram pranteados por suas famílias e por toda a população”.

Tristeza que se transforma em alegria, ao se descobrir que os soldados estavam vivos:

Das casas pouco antes enlutadas e onde se ouviam os lamentos fúnebres, precipitavam-se para as ruas mães e esposas trêmulas. Desprezando diante da alegria todas as conveniências, corriam ao encontro da tropa e atiravam-se aos braços dos soldados, loucas de felicidade, envolvendo-os com manifestações de amor e de carinho⁶¹.

No passado que Lívio rememora para ser imitado, os mortos eram pranteados, as matronas lamentavam-nos com vestes de luto. Gestos que são registrados por Lívio por representarem um ato cívico. Isso é o que vemos ao comentar os lamentos das matronas antes mesmo do anúncio oficial dos mortos na batalha de Canas, em que os romanos foram derrotados pelos cartagineses: “(...) como diante da cúria, ecoassem as lamentações das mulheres (não tendo ainda saído a lista das baixas, choravam-se em quase todas as casas assim os vivos como os mortos, Quinto Fábio Máximo sugeriu o envio de cavaleiros à ligeira pela via Ápia e via Latina (...))”⁶².

Após a recepção da notícia sobre as perdas, prantos e lutos passaram a constituir o cenário da cidade: “(...) e tantas lágrimas inundaram a cidade que a festa de aniversário de Ceres teve de ser interrompida porquanto pessoas de luto não a podem celebrar e no momento todas as matronas se achavam nessa condição”⁶³.

Apenas numa situação extrema em Roma, como durante a ocorrência da peste, essa cerimônia tradicional, por se tornar impossível, não era realizada:

Dia após dia o espetáculo da morte e dos funerais se apresentava aos olhos, e de todos os lados se ouviam lamentações. Por fim, quando o hábito do mal endureceu os corações, os defuntos já não recebiam as lágrimas devidas, já não eram levados, já não eram enterrados: cadáveres espalhavam-se diante dos olhos daqueles que esperavam para morrer da mesma forma, a morte vencia a doença, a doença a saúde dos mais fortes, tanto pelo medo quanto pela putrefação e o odor pestilencial de seus corpos⁶⁴.

Peste que parece simbolizar os costumes “infectados”, com os quais Lívio afirmava se deparar em seu tempo. Por outro lado, nos tempos em que a República dava seus primeiros passos, a última homenagem possível a um indivíduo, era comumente realizada, ou pelo menos, mais do que o era em seu tempo. Lívio o evidencia, ao colocar que a própria plebe preferiu tomar o partido de um cônsul, contrapondo-se a um de seus representantes, ao se

⁶¹ TITO LÍVIO, IV, 40, p. 350, v. I.

⁶² TITO LÍVIO, XXII, 55, p. 75, v. III.

⁶³ TITO LÍVIO, XXII, 56, p. 76, v. III.

⁶⁴ TITO LÍVIO, XXV, 26, p. 260-261, v. III.

colocar favorável à realização de seu discurso fúnebre. Cônsul que num contexto de fortes discussões políticas em torno da questão agrária, defendia os proprietários de terras:

Um tribuno da plebe tentou impedir que se pronunciasse o discurso fúnebre, mas a própria plebe não admitiu que se privasse aquele grande homem da última homenagem. Ouvia com a mesma atenção os louvores ao morto com que antes na assembléia ouvira as acusações, e uma multidão acompanhou o cortejo fúnebre⁶⁵.

Não oferecer a um romano os louvores fúnebres estava em desacordo com os costumes tradicionais. Aos filhos, por exemplo, caberia homenagear aos pais com a realização desse cerimonial: “(...) em honra de Marco Emilio Lépido, augure e cônsul (por duas vezes), seus três filhos, Lúcio, Marco e Quinto, celebraram no Fórum, durante três dias, jogos fúnebres com vinte e duas duplas de gladiadores”⁶⁶. Com um distanciamento, Lívio se isenta de comentar sobre possíveis interesses políticos dos filhos em promover cerimônia tão pomposa. Por outro lado, à época imperial, os filhos em Roma costumavam chamar os concidadãos ao banquete funerário e aos combates fúnebres dos gladiadores⁶⁷, o que indica uma tentativa de se tornarem populares, condição fundamental para lhes garantir a conquista de cargos públicos.

Apenas povos estrangeiros, como os gauleses, não sepultavam seus mortos, gesto visto por Lívio como horrendo e que, por um exercício de comparação, é útil para elevar o caráter sagrado com que o mesmo ritual era executado pelos romanos dos tempos mais recuados. Descreve práticas de sepultamento promovidas por aquele povo diante de terríveis mortes causadas por uma epidemia: “Não tendo mais coragem para enterrar seus mortos um a um, amontoavam promiscuamente os cadáveres para depois queimá-los. Por esse motivo aquele local ficou mais tarde conhecido pelo nome de ‘fogueiras gaulesas’”⁶⁸. Vão de encontro aos costumes romanos, se aproximando das práticas que representavam, aos olhos de Lívio, seu efeito vicioso.

Lívio evidencia que, para os romanos, o sepultamento constituía uma prática que comungava com os costumes tradicionais e, assim, considera o ato de queimar mortos, uma prática desprezível. Contudo, trata-se de uma prática justificável caso seja realizada por um romano em relação a mortos de outros povos. Ao final de uma vitória romana, o cônsul Fábio promove dois tipos de funerais. Inicialmente, oferece a Júpiter os inimigos: “Depois de mandar buscar o cadáver do seu colega, Fábio amontoou os restos mortais dos inimigos e os

⁶⁵ TITO LÍVIO, II, 61, p. 192, v. I.

⁶⁶ TITO LÍVIO, XXIII, 30, p. 128, v. III.

⁶⁷ VEYNE, Paul. Op., cit., p. 17.

⁶⁸ TITO LÍVIO, V, 48, p. 444, v. I.

queimou em homenagem a *Júpiter Vencedor*”⁶⁹. Em seguida, promove o sepultamento do cônsul romano, morto em sacrifício:

O corpo do cônsul, sepultado sob montes de gauleses, não pôde ser encontrado naquele dia: acharam-no no dia seguinte e transportaram-no em meio às lágrimas dos soldados. Interrompendo todas as outras providências, Fábio celebrou os funerais de seu colega com todas as honras e elogios que merecia⁷⁰.

Aos romanos caberia entregar seus mortos à deusa Terra-Mãe e aos deuses manes. Fustel de Coulanges⁷¹ se refere à importância do sepultamento para a sociedade greco-romana, para quem a alma dos mortos necessitava de uma morada subterrânea, a fim de que não permanecesse errante e, assim pudesse repousar. Para ele, crenças antigas daquela sociedade se referiam à existência de uma “vida feliz” sobre a terra. Daí a necessidade do sepultamento⁷².

Mais terrificante, foram os atos do povo lucano diante do corpo de Alexandre do Epiro⁷³ que recebeu um tratamento, aos olhos de Lívio, desrespeitador:

Os soldados cortaram-no ao meio, enviaram uma metade a Consência, ficando com a outra metade para se divertirem. Atiravam-lhe de longe dardos e pedras, quando uma mulher penetrou naquela multidão cuja fúria ultrapassava os limites da cólera humana, e pediu-lhes que parassem um pouco. Em prantos, declarou que seu marido e seus filhos estavam prisioneiros do inimigo. Esperava resgatá-los com o corpo do rei, embora mutilado. Com isso terminou a mutilação, e o que restou daqueles membros dilacerados foi enterrado em Consência graças aos cuidados daquela mulher⁷⁴.

Transmite-nos uma sensação de alívio, ao dizer que, ao menos, o corpo do defunto foi enterrado, após tanto desrespeito. Prática que, segundo Lívio, jamais seria promovida pelos romanos, nem mesmo contra inimigos, pelo menos não os romanos que desconheciam os vícios e excessos. Por isso, se preocupou em justificar um terrível castigo oferecido pelo rei Tuló Hostílio ao albano Mézio Fufécio, traidor dos romanos num período em que esses eram aliados dos albanos. Antes disso, descreve a morte de Mézio que, por esse caráter, serviria de útil *exemplum* aos “traidores”:

Mandou então que trouxessem duas quadrigas às quais fez amarrar Mézio com os membros distanciados. Em seguida, os cavalos foram impelidos em direção contrária, o

⁶⁹ TITO LÍVIO, X, 29, p. 325, v. II.

⁷⁰ TITO LÍVIO, X, 29, p. 325-26, v. II.

⁷¹ COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga: estudos sobre o culto, o direito e as instituições da Grécia e de Roma*. Bauru-SP: Edipro, 1999.

⁷² Idem, ibidem, p. 36-38.

⁷³ Lívio nos informa que esse é o tio de Alexandre Magno, da Macedônia.

⁷⁴ TITO LÍVIO, VIII, 24, p. 176-77, v. II.

corpo se dilacerou e os dois carros arrastaram os membros neles amarrados. Todos os olhares se afastaram do horrível espetáculo⁷⁵.

Morte tão dissociada dos valores romanos, que Lívio se viu obrigado a afirmar que um fato como esse não mais foi empreendido pelos romanos: *“Foi a primeira e última vez os romanos empregaram tal suplício que desprezava as leis da humanidade. Em todas as outras ocasiões eles podem vangloriar-se de que nenhum outro povo se mostrou mais humanitário na aplicação de castigos”*⁷⁶.

Das cerimônias religiosas recordadas por Lívio, os ritos funerários constituem um frequente exemplo. Foram visualizados, ao menos com maior detalhamento, sobretudo na primeira décima do *corpus liviano*. Consideramos que, a partir do livro XXI, em cujo início constrói uma espécie de segundo prefácio de sua obra, e com mais freqüência, nos livros a esse posteriores, nos quais passa a narrar as guerras executadas fora da Itália, Lívio muda substancialmente o tom de sua narrativa.

A perspectiva religiosa que inunda as muitas narrativas que preenchem suas páginas anteriores é de algum modo reduzida. Não se trata de dizer que Lívio não mais narra cerimônias religiosas, mas, sim, de considerar, por hipótese, que ao passo que avança em sua narrativa, procura mostrar ao leitor que as virtudes romanas cada vez mais vão se evaporando. Elas não eram mais praticadas com o mesmo “civismo” com que o era anteriormente. Sensação de mudanças que apenas um historiador poderia facultar aos leitores. Com efeito, têm-se recorrentes descrições de cerimônias religiosas realizadas por homens públicos, contudo a elas Lívio parece atribuir um caráter mais pragmático que, se perpassa as narrativas mais recuadas, ocorre de uma forma pouco explícita.

Ele informa, por exemplo, com um razoável distanciamento, que os prodígios faziam parte do conjunto dos acontecimentos “oficiais” de Roma tanto quanto as guerras. Argumento que não localizamos em livros anteriores, nos quais não observamos comentários sobre eles, como se, com isso, Lívio quisesse tornar mais verossímil a idéia de que os primeiros tempos de Roma eram mais augustos. Admite que os prodígios são crenças, colocando-se numa posição de distanciamento: *“Em Roma e nas imediações, produziram-se naquele ano inúmeros prodígios; ou melhor, foram anunciados e cridos, como sucede a espíritos inclinados à superstição”*⁷⁷.

⁷⁵ TITO LÍVIO, I, 28, p. 60, v. I.

⁷⁶ TITO LÍVIO, I, 28, p. 60, v. I.

⁷⁷ TITO LÍVIO, XXI, 62, p. 432, v. III.

No livro XLIII, Lívio constrói uma leitura sobre os prodígios, com a qual esclarece seu caráter “oficial”, considerando ainda que há uma indiferença em relação a eles em seu tempo, na medida em que não são mais anunciados nem registrados nos anais da cidade. Assume, então, o papel de quem deveria construir uma memória desses sinais divinos para que fossem eternamente lembrados enquanto parte da herança cultural romana. Daí que, “(...) *ao escrever a história dos tempos antigos, fiz-me, não sei como, uma alma antiga (...)*” e, dessa forma, não deixará de narrar “(...) *certos acontecimentos que homens cheios de sabedoria daquelas épocas não hesitaram em transformar em objeto de consultas oficiais*”⁷⁸.

Portanto, Lívio elogia os homens do passado por se preocuparem em tornar esses sinais divinos uma instância cívica que, por vezes, anuncia seu destino:

Graco, antes de deixar a Lucânia, ofereceu um sacrifício que engendrou funesto prodígio: findo o sacrifício, duas serpentes, saídas não se sabe de onde, caíram sobre as vísceras, devoraram o fígado e em seguida desapareceram. Ordenaram então os arúspices que o sacrifício fosse recomeçado e as vísceras postas de parte com maior cuidado: segunda e terceira vez, diz-se, voltaram as serpentes, roeram o fígado e fugiram incólumes. Os arúspices advertiram ao general, com insistência, que o presságio lhe dizia respeito, instando-o a desconfiar de homens e planos encobertos. Mas nenhuma advertência pôde afastar seu destino iminente⁷⁹.

Lívio costuma descrever rituais realizados pelos cônsules para justificarem seus poderes ao assumirem os cargos:

Os cônsules Cneu Cornélio e Quinto Petílio, no dia que assumiram o cargo, sacrificaram cada qual um boi a Júpiter segundo o costume, mas não se encontrou a ponta do fígado da vítima imolada por Petílio. Como comunicasse o fato ao Senado, este ordenou-lhe que continuasse a sacrificar até obter satisfação⁸⁰.

Preocupa-se em nos informar que os resultados desejados nessas cerimônias, por não serem alcançados logo na primeira vez em que essas eram realizadas, são, por vezes, manipulados. Na trama em foco, o cônsul Cornélio conseguiu alcançar o esperado prodígio, diferentemente de seu colega, que precisou esperar outras tentativas até atingir o resultado desejado: “(...) *o outro cônsul aumentou-lhes ainda mais a inquietação: declarou que não conseguira obter presságio favorável depois de sacrificar três bois, todos sem a ponta do fígado. O Senado insistiu em que se prosseguissem os sacrifícios de vítimas adultos até se obter satisfação*”⁸¹.

⁷⁸ TITO LÍVIO, XLIII, 13, p. 143, v. VI

⁷⁹ TITO LÍVIO, XXV, 16, p. 245, v. III.

⁸⁰ TITO LÍVIO, XLI, 14, p. 24-25, v. VI.

⁸¹ TITO LÍVIO, XLI, 14, p. 25, v. VI.

Lívio, portanto, admite que essas práticas religiosas eram planejadas pelos homens públicos, mas nem sempre sente necessidade de dizer isso ao leitor, pois o que importa é lhe mostrar como nesse passado que ele escolheu para lembrar, Roma era conduzida pelos sinais divinos.

A narrativa vai ficando mais complexa, com a articulação entre práticas viciosas e virtuosas. De toda forma, Lívio continua fazendo descrições das práticas religiosas realizadas na *urbs*, a exemplo da procissão em homenagem à deusa Juno:

Eis como se deu a cerimônia [grifo nosso]: do templo de Apolo, duas vacas brancas foram levadas à cidade pela porta Carmental; atrás delas, seguiam duas estátuas de cipreste de Juno Rainha; vinham depois vinte e sete moças trajadas de vestes longas, marchando e cantando, em honra da deusa, um hino talvez digno, na época, do elogio de espíritos grosseiros, mas que hoje pareceria rude e informe ao ouvido, caso fosse executado. Atrás das fileiras de moças vinham os decênviros coroados de louros e vestindo a toga pretexta. Da porta, pela rua dos Jugos, o préstio chegou ao Fórum, onde se deteve. E ali as jovens, segurando uma corda, dançaram ritmando pelo canto a cadência dos pés. Partindo a seguir pela rua dos Toscanos e o Velabro, a procissão subiu a ladeira Pública e chegou ao templo de Juno Rainha, após atravessar o mercado dos bois. Lá os decênviros imolaram as duas vítimas, instalando-se depois no interior do templo as estátuas de cipreste⁸².

Coloca uma expressão inicial que demarca sua posição de distanciamento em relação à cerimônia. Como um historiador que conhece as coisas romanas, Lívio vai nos guiando pelos espaços da cidade, pelos quais a deusa ia passando na procissão. É esse tipo de gesto que promove em toda sua narrativa, em que há um rol de representações sociais que constituíam o universo religioso dos romanos. Quanto mais costumes se dispunha a narrar, mais exemplos edificantes poderiam ser acessados por seu leitor.

Lívio considera que os costumes, as maneiras de viver e as ações dos homens foram cada vez mais se tornando viciosos, com o contato com povos estrangeiros nas guerras, a exemplo da segunda guerra púnica, sobre a qual começa a narrar a partir do livro XXI:

À medida que a guerra se arrastava e a sucessão de êxitos e revezes fazia balançar não apenas a sorte, mas a própria alma dos habitantes de Roma, certas práticas religiosas – em grande parte estrangeiras – invadiram a tal ponto a cidade que à primeira vista ou os homens ou os deuses pareciam ter mudado. Já não era às ocultas, entre as paredes da casa, que se aboliam os ritos romanos: em público, no Fórum, no Capitólio, via-se uma turba de mulheres desprezitar os costumes ancestrais tanto nos sacrifícios quanto nas preces aos deuses⁸³.

⁸² TITO LÍVIO, XXVII, 37, p. 416-417, v. V.

⁸³ TITO LÍVIO, XXV, I, p. 221-222, v. IV.

A religião romana é levada à corrupção após o encontro com povos estrangeiros, construídos por Lívio, ao longo de sua obra, geralmente como inversos do povo romano, sobretudo do povo que Lívio localiza nos primeiros séculos de Roma. São “vícios” que presenciava em seu tempo e dos quais tentou se afastar em sua escritura.

É com essa perspectiva que ele vai construindo tramas que dão conta do mundo feminino, ora virtuoso, ora vicioso. Acompanha as mudanças dos perfis femininos que vão ganhando novos tons de acordo com a disseminação dos vícios: da virtuosa Lucrecia, que esperava o retorno de seu marido da guerra, no espaço privado da casa, tecendo lã junto com suas servas⁸⁴, até as mulheres que disputavam honrarias públicas com os homens⁸⁵. Há ainda um tipo feminino que age em prol da república com gestos heróicos, valorizados por Lívio por solucionar situações dramáticas da vida pública de Roma. Eis o *exemplum* de Clélia.

Descreve o ato corajoso de Clélia que afirma ter sido considerado superior pelo rei etrusco Porsena em relação aos de Horácio Cocles⁸⁶ e Múcio, heróis da tradição romana. O último, ao tentar assassinar Porsena e não ter sido bem sucedido, dele conseguiu o perdão ao lançar sua mão ao fogo e, assim, demonstrar-se corajoso: “*As homenagens prestadas à coragem despertaram também nas mulheres o desejo de alcançar honrarias públicas*”⁸⁷.

Os romanos então lutavam contra os etruscos, cujo acampamento estava próximo das margens do rio Tibre, onde havia jovens reféns romanas, há pouco tempo retiradas por Porsena de seu espaço em Roma. Nesse cenário, é que Clélia, uma das jovens, articulou um audacioso plano para livrar a si e as outras mulheres da situação que então as incomodava. Colocou-se à frente delas, “*(...) conseguiu burlar a vigilância dos guardas, atravessar o rio a nado sob uma nuvem de dardos inimigos, e restitui-las indenizadas às suas famílias em Roma*”⁸⁸.

Lívio comenta como, diante disso, aflorou uma excitação entre as mulheres para a conquista de honrarias públicas. Coloca Clélia como o elemento que definiu e manteve o tratado de paz entre romanos e etruscos, visto que o rei desses lhes disse que a paz seria rompida, caso Clélia não lhe fosse devolvida, ressaltando que seria restituída, inviolada, logo depois. Por fim, com o respeito do acordo por ambas as partes, a romana é homenageada, de forma semelhante à que foi realizada para o “herói” Cocles: “*Restabelecida a paz, os romanos prestaram a essa mulher de extraordinária coragem e homenagem, até então sem*

⁸⁴ TITO LÍVIO, I, 49, p. 87-88, v. I.

⁸⁵ TITO LÍVIO, XXXIV, 1, p. 363, v. IV.

⁸⁶ TITO LÍVIO, II, 10, p. 119-120, v. I.

⁸⁷ TITO LÍVIO, II, 13, p. 124, v. II.

⁸⁸ TITO LÍVIO, II, 13, p. 124, v. II.

precedentes, de uma estátua eqüestre. A imagem da jovem montada a cavalo foi colocada no alto da via Sacra”⁸⁹. Estátua que confere uma idéia de verossimilhança ao fato.

A fim de expor, por outro lado, atos femininos que apenas prejudicavam a harmonia da cidade, Lívio se interessa até por “(...) *um episódio pouco digno de ser relatado, mas que, pelas paixões suscitadas, provocou violento debate*”⁹⁰. Debates que envolviam a lei Ópia, que impunha às mulheres romanas um uso bem limitado de ouro, uma restrição do uso de vestes com cores em demasiado vivas e, por fim, de carros puxados a cavalo. Instituída por um tribuno da plebe, tempos depois recebe proposta para ser ab-rogada, tendo o forte apoio das romanas que saem de suas casas e invadem as ruas de Roma: “(...) *o Capitólio regurgitava de gente hostil ou favorável à lei. Quanto às mulheres, nenhuma autoridade, nenhum pudor, nenhuma proibição dos maridos podia retê-las em casa*”. Com as ruas bloqueadas, o acesso ao Fórum interrompido, as mulheres direcionavam súplicas aos homens que, assustados, iam ao seu encontro, ouvindo delas que “(...) *quando o Estado reflorescesse, quando as fortunas privadas aumentassem de dia para dia, fossem devolvidas às mulheres as antigas vestimentas e ornatos*”. Várias mulheres, advindas das províncias e das praças-mercado afluíam para Roma: “*E já ousavam abordar e interpretar cônsules e pretores, bem como outros magistrados (...)*”⁹¹.

Confusões desse gênero devem ser lembradas para que os romanos percebam como os costumes foram se desgastando até chegar a esse “lamentável” ponto em que até figuras “naturalmente privadas” ousam alcançar funções públicas.

Para se contrapor às práticas das romanas e argumentar sobre seu caráter vicioso, Lívio insere na confusão uma figura do cenário político romano conhecida por seu excessivo moralismo: o então cônsul Márcio Pórcio Catão. Em discurso, expõe uma verdadeira defesa dos valores viris que estariam sendo desgastados pela ineficácia dos homens ao não conseguirem manter suas mulheres em casa. Catão ataca as mulheres com veemência questionando seu deslocamento do privado, espaço em que deveriam permanecer sob a tutela de um homem, ao público:

Que vem a ser isso agora de correr para fora de casa, barrar as ruas, dirigir a palavra a homens desconhecidos? Não poderíeis, cada qual em seu lar, fazer essas solicitações? Sereis acaso mais sedutoras em público que em particular, mais para estranhos que para os próprios maridos⁹².

⁸⁹ TITO LÍVIO, II, 13, p. 125, v. II.

⁹⁰ TITO LÍVIO, XXXIV, 1, p. 363, v. IV.

⁹¹ TITO LÍVIO, XXXIV, 1, p. 363, v. IV.

⁹² TITO LÍVIO, XXXIV, 2, p. 364-65, v. IV.

Reforça o tom moralista do discurso, indignado com uma situação em que as mulheres participavam da coisa pública ao defenderem a proposta dos tribunos de pôr fim à lei Ópia: “*Nós, com o amparo dos deuses, ora lhes permitimos empreender até mesmo os negócios públicos, misturar-se às ocupações do Fórum, às reuniões públicas, às eleições (...)*”⁹³.

Ainda que afirme o contrário, Lívio atribui uma relevância a esse tipo de experiência pelo “simples” exercício de sobre elas escrever. Relevância que tem a ver com sua preocupação moralista e com o eixo cívico de sua escritura. Pois, faz questão de colocar na fala de Catão como as mulheres deveriam se manter em casa (no espaço privado) e deixarem de ir para o espaço público da *urbe*, cabível apenas aos homens. Tem-se uma forte crítica de Lívio a uma situação que parecia recorrente em seu tempo: a participação no cenário público de figuras ligadas essencialmente ao espaço privado. Apenas um homem como Catão poderia ter sido usado por Lívio para fazer esse tipo de crítica moralista, pois que o concebe como exageradamente honesto, econômico, corajoso, forte; um romano que resistia às paixões e desprezava as intrigas e as riquezas⁹⁴.

Lívio contrasta tais virtudes com os vícios femininos, construindo uma paisagem para o espaço da *urbs*, pela qual tenta nos transmitir a sensação de que esses atos de mulheres apenas contribuíam para causar tensões à república. Lívio desloca-os para sua memória por considerar que era relevante que os homens de seu tempo aprendessem com os ensinamentos de Catão, defensor sem igual dos costumes ancestrais, a lidar com esse tipo de situação.

Conforme os valores dos ancestrais, a única “participação pública” cabível à mulher constituía o uso que dela seus tutores faziam para a articulação política. Caso que se observa no casamento entre Enéas e Lavínia, posta como um instrumento utilizado por seu pai para a consecução de um tratado de paz com o troiano: “*Enéas foi recebido em casa de Latino, o qual, diante de seus penates, acrescentou uma aliança de família à aliança política, dando sua filha em casamento a Enéas*”⁹⁵. Explorar o caso instrumental da língua latina do termo *filia*, parece deixar mais claro essa interpretação: “nesse lugar, Latino, perto dos deuses penates, teria acrescentado ao público um tratado familiar *por meio da filha*, dada em matrimônio a Enéas”⁹⁶. Assim, consideramos que se torna mais evidente a compreensão de que Lavínia foi o meio principal para a aliança pública então colocada.

⁹³ TITO LÍVIO, XXXIV, 2, p. 364-65, v. IV.

⁹⁴ TITO LÍVIO, XXXIX, 40, p. 324, v. V.

⁹⁵ TITO LÍVIO, I, 1, p. 22, v. I.

⁹⁶ *ibi Latinum apud penates deos domesticum publico adiunxisse foedus filia Aeneae in matrimonium data.* (In: www.thelatinlibrary.com.br).

Perfil por excelência de varão virtuoso foi, aos olhos de Lívio, o general romano Cipião Africano, sobre quem nos diz que não se interessava por mulher alguma, mesmo quando das guerras comandadas em defesa de Roma. Lívio eleva a moral de Cipião, ao colocar que, à diferença de seu aliado Masinissa que desposou uma cativa, o romano jamais se relacionou ou se relacionaria com tais mulheres, a despeito de sua juventude: “*Conduta tanto mais escandalosa aos olhos de Cipião quanto ele próprio, na Espanha, não se deixara levar pela formosura de nenhuma prisioneira, apesar da pouca idade*”⁹⁷. Cipião sequer se entregava ao casamento “legítimo”, o que fica muito claro numa passagem em que devolve uma prisioneira ao jovem com quem iria se casar, falando a esse sobre si: “*Eu próprio, se me fosse permitido gozar os prazeres da idade, sobretudo num amor regular e legítimo, em lugar de ter o espírito inteiramente ocupado com os interesses do Estado, gostaria que fossem indulgentes comigo se amasse apaixonadamente um noiva*”⁹⁸. Porém, a Cipião cabia apenas lidar com o universo da *civitas*, sacrifício que faz dele o romano mais virtuoso entre todos; o romano idealizado por Lívio como exemplo a ser imitado ou, mais do que isso, como representação do homem público exemplar de seu contexto: o *princeps* Augusto.

Os prazeres, resultado do vício que eram as paixões, deveriam ser reprimidos, segundo Lívio, cabendo ao homem conseguir se conter em face da libido. As ações públicas *pro* pátria serviriam como elemento de auxílio para que os romanos refreassem seus desejos e vícios. Daí sua preocupação em construir uma memória para elas na contraposição com esses.

Por outro lado, Lívio entende que o contato com o “outro” acabou possibilitando a infiltração de vícios em Roma. Coloca que a relação com os povos da Ásia durante as guerras pela conquista das cidades gregas, por exemplo, são colocados por Lívio como experiência que permitiu a introdução do luxo e da riqueza em Roma, “vícios” que sua “alma estóica”, abomina:

Com efeito, o luxo das nações estrangeiras penetrou em Roma na esteira do exército da Ásia: foi ele que introduziu na cidade os leitos adornados de bronze; os tapetes preciosos, os véus e tecidos delicados, as mesas de refeição, os aparadores, enfim, aquelas peças de mobiliário considerados muitíssimo elegantes. Por essa época, apareceram nos festins as cantoras e tocadoras de harpa, para divertir os comensais; empregou-se mais cuidado e magnificência no preparo dos banquetes, e os cozinheiros, que para os antigos eram os escravos mais humildes, entraram a encarecer: o que antes não passava de um ofício começou a ser considerado uma arte. Mas isso tudo era apenas a semente do que ainda estava por vir⁹⁹.

⁹⁷ TITO LÍVIO, XXX, 14, p. 153, v. IV.

⁹⁸ TITO LÍVIO, XXVI, 50, p. 355, v. V.

⁹⁹ TITO LÍVIO, XXXIX, p. 285, v. V.

Mais grave, no entanto, que a invasão de costumes estrangeiros para a República, eram as disputas por poder, já identificadas por Lívio antes mesmo de Roma se constituir enquanto *civitas*. Observamos que dos temas narrados por Lívio, se sobressaem as disputas por poder, presentes desde a narrativa dos primórdios de Roma até à concernente aos períodos subseqüentes. Naqueles, Lívio já rememora disputas movidas pela cobiça de reinar, “(...) *paixão hereditária, que transformou em conflito criminoso um empreendimento de início pacífico*”¹⁰⁰.

Assim, é que inicia a narrativa dos dois irmãos gêmeos, Rômulo e Remo. Para resolver o impasse de quem iria reinar sobre a cidade que ambos tinham acabado de fundar no espaço onde foram criados, consultaram os augúrios com o propósito de receber presságios favoráveis dos deuses, que designariam qual dos dois assumiria a posição de “senhor”. A manifestação dos esperados augúrios indicou que ambos teriam condições sagradas de se fixarem no reinado: “*Dizem ter sido Remo quem viu aparecer o primeiro augúrio: seis abutres. Já o havia assinalado quando o dobro se apresentou a Rômulo, e ambos foram proclamados reis por seus partidários*”. A disputa, em seguida, ultrapassa os imperativos divinos, se transformando num combate sangrento entre jovens: “*Segundo uma tradição mais difundida, Remo, para zombar de Rômulo, teria franqueado de um salto as novas muralhas e Rômulo, enfurecido, o teria assassinado pronunciando estas palavras: ‘Assim acontecerá no futuro a quem saltar sobre minhas muralhas’*”¹⁰¹.

Rômulo, então, torna-se o primeiro “senhor absoluto do poder”, na principiante cidade que viria a se tornar o “maior império do mundo”. Dessa forma, é que “nasce” a idéia de poder na Roma liviana, constituindo-se de ponto de partida para o que nela viria a ser experiência recorrente: as “relações de poder”¹⁰².

Nas representações sobre a morte de Rômulo, Lívio aponta duas explicações possíveis para o fato, ressaltando, antes de tudo, como havia uma insatisfação dos senadores em vê-lo com uma razoável popularidade diante do povo e dos soldados. De toda forma, na primeira versão posta no texto, diviniza a morte do rei, ao colocar que o fato ocorreu durante uma assembléia com os senadores, no pântano da Cabra, quando “(...) *desabou repentinamente uma violenta tempestade acompanhada de trovões e névoa tão espessa que ocultou o rei às*

¹⁰⁰ TITO LÍVIO, I, 6, p. 27, v. I.

¹⁰¹ TITO LÍVIO, I, 7, p. 28, v. I.

¹⁰² Não se trata do poder segundo a percepção de Michel Foucault (Cf.: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad.: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1984), visto que não o enfocamos enquanto uma esfera “micro”, disseminada em toda a rede social, mas o pensamos associado ao campo da “macro” política. Por outro lado, ressignificamos a noção de política, ao pensarmos seus atores como indivíduos que promovem ações em seu cotidiano para alcançar e manter o poder. Ressignificação que resultou do diálogo estabelecido entre a obra de Lívio e algumas discussões da História cultural.

vistas da assembléia. Desde então Rômulo não apareceu mais na terra". No dia seguinte ao fato, jovens romanos percebem a ausência do rei no trono e, com um silêncio triste, acreditavam na versão dos senadores, segundo a qual Rômulo havia sido levado para o céu durante a tempestade. Todos, então, passam a saudá-lo "(...) *como a um deus, filho de um deus, rei e pai da cidade de Roma (...)*"¹⁰³.

Todavia, acrescenta Lívio, "*mesmo naquela época houve, creio eu [fuisse credo]*"¹⁰⁴, *quem murmurasse acusando os senadores de terem assassinado o rei com as próprias mãos*". Ainda que tal fama tenha sido divulgada, o foi apenas secretamente, pois que "(...) *o prestígio do herói e o temor que o povo sentia fez prevalecer a outra versão*". Além disso, a fala de um homem, ligado aos interesses dos senadores, segundo a qual Rômulo teria lhe aparecido e dito algumas palavras, serviu como elemento para acalmar o tumulto na cidade e ocultar a ação dos senadores. Usando o discurso religioso de forma pragmática, o referido homem, chamado Próculo Júlio, afirmou ter ouvido as seguintes palavras do rei, então morto: "*Vá e anuncie aos romanos que é vontade dos céus que minha Roma se transforme em capital do mundo. Que eles pratiquem portanto a arte militar. Que aprendam e ensinem a seus filhos que nenhum poder humano pode resistir às armas romanas!*"¹⁰⁵.

Admirado, Lívio nos diz como houve de tal modo crença na fala desse homem, que todos passaram a acreditar na imortalidade de Rômulo. Preocupa-se em apresentar indícios de que o rei foi assassinado, explorando, por outro lado, sua divinização. Com esse duplo exercício, Lívio permite ao leitor que elabore suas próprias interpretações, se isentando de expor a sua e, desse modo, construindo para si um lugar de neutralidade que o torna um historiador imparcial.

Lívio coloca ainda que após a morte de Rômulo, "(...) *uma luta apaixonada pelo trono perturbava todos os espíritos*". Porém, ao menos "*ainda não havia manifestações individuais, pois ninguém se destacava naquele Estado jovem. Era uma luta de partidos entre dois povos*"¹⁰⁶. As disputas individuais são por Lívio localizadas, sobretudo a partir das narrativas concernentes à República, iniciada no livro II. Essas são cada vez mais frequentes. Até o livro X, por exemplo, a obra é inundada por disputas entre tribunos da plebe contra cônsules ou contra os senadores; por outro lado, entre os próprios cônsules e entre os

¹⁰³ TITO LÍVIO, I, 16, p. 41, v. I.

¹⁰⁴ 1ª pessoa do verbo *credere*: "crer, pôr sua confiança em". Termo de origem religiosa, mas que desde o antigo latim, tomou emprego profano. Cf.: ERNOUT, A.; MEILLET, A. Op., cit., p. 220.

¹⁰⁵ TITO LÍVIO, I, 16, p. 42, v. I.

¹⁰⁶ TITO LÍVIO, I, 17, p. 42, v. I.

senadores, como também entre cônsules contra senadores. São disputas individuais, movidas por interesses políticos.

Disputas que, por variadas vezes, têm como efeito assassinatos e conspirações, nos oferecidos por Lívio que, assim, nos joga no seio das mais ardilosas tramas políticas da Roma antiga, por ele identificadas já nos tempos mais remotos: Reis são assassinados: *“Enquanto o rei lhe prestava toda a atenção, o outro levantou o machado e descarregou-lhe um golpe na cabeça. Deixando a arma no ferimento, os dois correram para fora do palácio”*¹⁰⁷. Trata-se de uma armadilha dos filhos do antigo rei Anco Márcio, para tomarem o poder do então rei Tarquínio Prisco, consistindo no assassinato desse. Leitura que Lívio constrói a partir de um contexto em que as mortes, por assassinato, eram comuns em Roma, num contexto de guerras civis que marcaram, sobretudo o período anterior à ascensão de Augusto, visto por Lívio como o propulsor da “paz”.

Mortes terríveis eram planejadas, a exemplo da que Tarquínio “Soberbo” maquinou contra o latino Turno Herdônio, acusado de vitupério pelo “rei tirano”. Lívio nos conta, então: *“Tarquínio ficara mais irritado do que deixara transparecer e imediatamente pôs-se a maquirar a morte de Turno. (...) Como não tivesse autoridade para mandar matá-lo abertamente, procurou destruir aquele inocente apresentando uma falsa acusação”*¹⁰⁸.

Forja-se que Turno preparava a morte de Tarquínio e dos chefes latinos e, assim, encontra-se um motivo para se cometer um ato que para Lívio convinha a um rei “tirano”: *“precipitaram-no nas águas da fonte Ferentina preso a uma grade de bambu onde colocaram pedras para que se afogasse”*¹⁰⁹.

Assassinatos são cometidos em ambiente privado. Exemplo do ato de patrícios em relação a um tribuno da plebe, promovido após incentivos dos patrícios Fúrio e Mânlio. Ambos divulgavam a informação de que o consulado se limitava a uma magistratura subordinada aos tribunos, pois que os dois cônsules estavam permitiam serem acusados por esses. A arenga é levada a julgamento, ocasião propícia para a articulação de um “golpe audacioso”:

No dia do julgamento, quando a plebe se achava no Fórum atenta e em ansiosa expectativa, começaram por estranhar a ausência prolongada do tribuno. (...) Finalmente, os que se achavam em frente ao vestibulo do tribuno vieram anunciar que ele fora encontrado morto em sua casa, e a notícia percorreu toda a assembléia¹¹⁰.

¹⁰⁷ TITO LÍVIO, I, 40, p. 76, v. I.

¹⁰⁸ TITO LÍVIO, I, 51, p. 89, v. I.

¹⁰⁹ TITO LÍVIO, I, 51, p. 90, v. I.

¹¹⁰ TITO LÍVIO, II, 54, p. 183, v. I.

Lívio procura não atribuir juízo de valor ao ato, como se quisesse deixar claro que sua única preocupação consiste em permitir aos seus leitores tomarem seu conhecimento. Com esse exercício, ele nos conduz a observar como a morte constituía um instrumento político na Roma antiga.

Ao narrar disputas entre plebe e patriciado, experiência recorrente na *Ab urbe condita*, sobretudo até o livro X, Lívio costuma tomar o partido dos patrícios que, segundo ele, estavam sempre sendo alvo de terríveis conspirações dos plebeus, ou melhor, de seus representantes: os tribunos da plebe. Assim, narra uma trama política que principiou com a irritação dos plebeus por terem suas dívidas cobradas pelo cônsul do momento, mesmo após terem derrotado inimigos romanos¹¹¹. Cônsul que, em seguida, acabou tendo sua proposta apoiada pelos senadores. Lívio nos informa que prevalecia um “império de violência”, que só veio a piorar num momento em que eclodiu-se uma guerra contra os sabinos, para a qual os soldados/plebeus recusavam o alistamento. A esse cenário tenso e perigoso para a república, Lívio incorpora disputas entre os dois cônsules e entre esses e os senadores que, aliadas às conspirações da plebe, agravavam cada vez mais a situação política do momento.

Evidencia que esse mal que então assolava a república, resultava, sobretudo das disputas entre os senadores e os cônsules, causadas, pelo cônsul Ápio Cláudio, que tomou a decisão contra a plebe sem consulta aos primeiros. Colocando-se do lado dos senadores, Lívio afirma que esses rejeitaram o pedido dos cônsules para que deliberassem contra a plebe e pusessem fim a suas reuniões secretas. Ao final, os cônsules se colocam à disposição do Senado, para quem, o único meio de acalmar essa tensa situação política era promovendo o alistamento da plebe para a guerra, pois que seu ócio era o culpado de suas dissensões:

Diante desses ataques, os cônsules indagaram o que desejariam que fizessem. Não agiriam com hesitações ou brandura se não fosse do agrado dos senadores. O Senado exigiu-lhes que procedessem ao recrutamento com o maior rigor possível, pois a ociosidade era a causa da insolência da plebe¹¹².

A moral romana dos tempos de Lívio se contrapunha à idéia de prazer e, por extensão, aos momentos de repouso, idéia que se torna muito clara em toda a sua obra, na qual comenta sobre o ócio apenas para deixar claro que constitui uma experiência a ser evitada. A ociosidade, então, conduzia os romanos à prática de excessos, de vícios, desviando-os de suas atividades laboriosas, exercidas para o bem da república.

¹¹¹ TITO LÍVIO, II, 27, p. 141-142, v. I.

¹¹² TITO LÍVIO, II, 28, p. 143, v. I.

Por vezes, Lívio considera que os plebeus não tinham intenções em empreender ações contrárias à república, transferindo-as para aqueles que os representavam: os tribunos da plebe. Fornece indícios de que esses costumavam defender interesses privados, utilizando a plebe como instrumento político para alimentar suas disputas contra os cônsules e/ou os senadores. Lívio costuma representar a plebe numa dupla condição de passividade: ora manipulada pelos patrícios, ora pelos tribunos da plebe. Compreensão que se respalda, por exemplo, numa narrativa que se inicia com protestos dos soldados/plebeus diante da decisão dos senadores, segundo a qual eles, liderados pelos tribunos militares, deveriam combater a cidade de Véios. Nesse momento, fazia pouco tempo que Roma tinha vencido os volscos.

Porém, Lívio atribui essas reclamações dos jovens aos estímulos dos tribunos da plebe: *“A maior guerra, repetiam eles [os tribunos], era a que se travava entre patrícios e plebeus”*. Disputas que, para os tribunos, resultavam do tormento que sofriam os plebeus com um trabalho militar ininterrupto. Daí reclamarem, com tons de denúncia, as prováveis intenções dos senadores: *“Era ela [a plebe] que procuravam manter longe de Roma por receio de que, permanecendo na ociosidade de seus lares, viesse a lembrar-se da liberdade e das colônias ou a agitar projetos de reforma agrária e de livre sufrágio”*¹¹³. Lívio nos conta que, desse modo, os tribunos conseguiram persuadir à plebe a não aceitar a guerra.

De toda forma, segue a narrativa afirmando que os tribunos militares conseguiram formar um exército para lutar contra os volscos, saindo dessa guerra na condição de vitorioso. Elogia os senadores por terem reconciliado a plebe e os patrícios a partir da concessão a primeira, após a vitória, de uma “dádiva”, um soldo militar, ofertada antes de qualquer manifestação dela e dos tribunos¹¹⁴. Lívio comenta a recepção dessa medida na plebe, permitindo a percepção de como a considerava facilmente manipulável, embora se esforce por construir essa experiência como um exemplo de harmonia política, resultante de uma virtuosa ação dos patrícios:

Nenhuma medida, ao que parece, foi jamais recebida com tanta alegria pela plebe. Todos acoorriam à cúria, apertavam a mão dos senadores que saíam, chamando-os de verdadeiros pais, e declaravam que daí por diante nenhum cidadão, enquanto lhe restassem forças, pouparia seu corpo e seu sangue na defesa de uma pátria tão generosa¹¹⁵.

Lívio constrói uma sensação de harmonia possibilitada pela ação dos senadores que, desse modo, conseguiram fomentar na plebe o desejo espontâneo de exercer os trabalhos guerreiros em prol da pátria: *“Todos se regozijavam por saber que pelo menos seus bens*

¹¹³ TITO LÍVIO, IV, 58, p. 374, v. I.

¹¹⁴ TITO LÍVIO, IV, 59, p. 376, v. I.

¹¹⁵ TITO LÍVIO, IV, 60, p. 376, v. I.

*estariam em segurança quando seu corpo fosse obrigado a trabalhar pela república*¹¹⁶. A felicidade toma conta dos plebeus, conduzindo-os ao ápice da gratidão aos patrícios. Em meio a tanta alegria, apenas os tribunos não se tornavam dela partícipes: *“Os tribunos da plebe eram os únicos que não compartilhavam da alegria e da harmonia que reinava entre todas as ordens”*¹¹⁷. Lívio considera que os maiores culpados da desarmonia em Roma eram os tribunos da plebe, provocadores de discórdias por costumarem se contrapor à decisão dos senadores. Porém, costuma colocar que, por variadas vezes, a plebe se colocava ao lado do Senado, união que causava grande entusiasmo em Roma:

Feliz é a cidade de Roma, diziam eles, e invencível e eterna por esta concórdia! E elogiaram os cavaleiros e elogiaram a plebe. A própria data foi exaltada. A bondade e a generosidade do Senado, confessavam eles, fora ultrapassada. Patrícios e plebeus, irmandados, derramavam lágrimas de alegria¹¹⁸.

Felicidade que é invertida em terror, quando os plebeus e patrícios entram em conflitos:

Em Roma dominava o terror. Todas as atividades foram suspensas, pois os cidadãos desconfiavam uns dos outros. Os plebeus, privados de seus contemporâneos, temiam a violência dos patrícios. Os patrícios, por sua vez, temiam os plebeus que ficaram na cidade, não sabendo se seria melhor que ficassem ou partissem. Por quanto tempo ainda permaneceria tranqüila aquela multidão revoltada? Que aconteceria se naquela ocasião houvesse ameaça de guerra no exterior? Restaria apenas a esperança de concórdia entre os cidadãos¹¹⁹.

Por outro lado, por vezes, os cônsules conseguiam se articular aos tribunos, o que evidencia o papel do prestígio pessoal no mundo das decisões políticas em Roma. Lívio se refere, nesse sentido, à forma como um cônsul conseguiu cooptar a maioria dos tribunos da plebe para votar de acordo com seu interesse:

Usando os antigos cônsules de sua influência pessoal conseguiram, uns por reconhecimento, outros pela consideração de que gozavam junto a eles, que os tribunos pusessem sua autoridade a serviço da república. Desse modo, com o auxílio de quatro tribunos e tendo de lutar apenas contra um só adversário do interesse público, os cônsules puderam efetuar o recrutamento¹²⁰.

¹¹⁶ TITO LÍVIO, IV, 60, p. 376, v. I.

¹¹⁷ TITO LÍVIO, IV, 60, p. 376, v. I.

¹¹⁸ TITO LÍVIO, V, 7, p. 390, v. I.

¹¹⁹ TITO LÍVIO, II, 32, p. 150, v. I.

¹²⁰ TITO LÍVIO, II, 44, p. 167, v. I.

Atos de cooptação são freqüentes na escritura liviana, gerando discussões: “*A nomeação de tribunos da plebe por cooptação provocou debates*”¹²¹. E assim, uma série de debates em torno dessa questão, terminou colocando o povo contra patrícios e tribunos, ampliando o quadro desarmônico: “*Esses discursos desencadearam a cólera do povo não só contra os patrícios mas também contra os tribunos da plebe, envolvendo igualmente os eleitos e aqueles que os haviam escolhido*”¹²².

Lívio elabora um quadro com o qual demonstra a insatisfação dos patrícios ao verem um descendente de liberto alcançar uma magistratura que consideravam peculiar ao seu universo político: “*No mesmo ano, o escriva [sic] Cneu Flávio, filho de um liberto sem fortuna, mas homem astuto e eloqüente, tornou-se edil curul*”¹²³. Cargo que o colocava em constantes disputas com os nobres que o desprezavam por suas origens humildes¹²⁴ [*humilitatem*], sobretudo, por sua ousadia em tomar uma série de decisões e promover ações que iam de encontro aos interesses daqueles. Além disso, Lívio apresenta indícios da fluidez que marcava as instituições romanas, evidenciando que no ambiente da *civitas* o que valia para se alcançar poder eram as articulações dos indivíduos e não seu lugar de pertença social.

Narra ainda uma anedota que envolve Flávio, o edil curul, que então demonstrava uma “*(...) independência da plebe diante do orgulho dos nobres*”. Por ter sido eleito por uma facção popular, coloca que: “*Fora ele o primeiro a desprezar o Senado, escolhendo filhos de libertos para senadores*”. Com tais práticas, “*(...) ele introduziu elementos das mais baixas camadas da plebe em todas as tribos e assim corrompeu o Fórum e o Campo de Marte*”. Lívio toma o partido dos patrícios a partir de uma desmoralização do poder de Flávio que, de início, é, em cerro sentido, por ele elogiado como o jovem humilde que ascendeu:

Os comícios que elegeram Flávio tiveram um caráter tão indigno que a maior parte dos nobres retiraram seus anéis de ouro e seus colares. A partir desse momento o Estado ficou dividido em dois partidos: o representado pelo povo não-corrompido, partidário de homens honestos aos quais venerava, e o da facção do Fórum¹²⁵.

¹²¹ TITO LÍVIO, V, 10, p. 394, v. I.

¹²² TITO LÍVIO, V, 11, p. 395, v. I.

¹²³ TITO LÍVIO, IX, 46, p. 276, v. II.

¹²⁴ Carcopino se refere aos humildes (*humiliores*) que, segundo ele, representavam “*(...) a plebe das pessoas insignificantes sem capitais declarados e computáveis (...)*”. Acima deles, na escala hierárquica, Carcopino aponta *honestiores*. Coloca que ambos não poderiam aspirar a cargos públicos, pois que apenas quem fizesse parte de uma *ordo*, o poderia. Nessa, estavam inseridos a ordem equestre e a senatorial. Cf.: CARCOPINO, Jérôme. *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*. Trad.: António José Saraiva. Lisboa: Livros do Brasil, s/d, p. 75-76. (Ver o capítulo I da segunda parte, a fim de mais detalhes sobre a questão). Observa-se que as representações de Lívio nos permitem observar o que Carcopino não visualiza em Roma: a ascensão ao poder por um *humiliores*.

¹²⁵ TITO LÍVIO, IX, 46, p. 277, v. II.

Divisão por Lívio mal vista, mas que afirma ter sido desfeita posteriormente pelo próprio Flávio que, apesar de tudo, recebe elogios por ter conseguido algo difícil na *civitas*: a harmonia política:

Por amor à concórdia, também para não deixar as eleições em mãos da rale [humillimorum], Fábio separou toda a turba forense e distribuiu-a em quatro tribos a que chamou urbanas. Diz-se que essa decisão foi recebida com tanto agrado que o cognome de Máximo, que Fábio não conseguira em suas numerosas vitórias, foi-lhe dado pelo restabelecimento da harmonia entre as classes [ordinum]¹²⁶.

Por meio de uma opinião que afirma ser do senado, Lívio julga que as disputas entre os tribunos da plebe e os cônsules, efeito de seus desejos privados, apenas faziam um grande mal a *civitas*:

Enquanto tribunos e cônsules lutavam pelos seus próprios interesses, o Estado se enfraquecia. A república estava dividida e dilacerada. Cada grupo preocupava-se mais em saber qual dos dois sobrepujaria o outro ao invés de preocupar-se com a integridade do Estado¹²⁷.

Cada vez mais, a harmonia, quase ausente em toda a obra de Lívio, vai se esvaindo por completo. Por defendê-la como eixo de orientação para a *civitas* de seu tempo, é que ele constrói a memória do que lhe é inverso. Assim, torna claro para seus leitores que esses atos do passado não devem ser imitados, pois que foram eles que, com o passar dos tempos, conduziram Roma a situação terrificante do séc. I a.C. que, por sua vez, foi suavizada pela política levada a cabo por Augusto. Lívio elabora uma leitura do passado influenciado por um tempo de fortes disputas de poder e, ao mesmo tempo, se propõe a influenciá-lo, acalmando-o a partir de exemplos a serem rejeitados.

Descreve articulações de um patrício, provido de grande reputação, chamado Marco Mânlio Capitolino, contra Camilo, que lhe causava inveja “por suas honrarias e por suas virtudes”:

Com o espírito perturbado por essas idéias e predisposto, além disso, à cólera e à violência, ao sentir que não gozava de tão grande prestígio entre os patrícios quanto julgava merecer, tornou-se o primeiro patrício partidário do povo e pôs-se em contato com os magistrados da plebe. Acusando os patrícios, conseguiu aliciar a plebe, preferindo a popularidade à prudência e a celebridade à boa reputação¹²⁸.

As disputas entre os próprios membros do patriciado são ainda mais freqüentes, no *corpus* liviano aqui estudado, a partir do livro XXI. Do livro II ao X, se sobressaem as

¹²⁶ TITO LÍVIO, IX, 46, p. 277, v. II.

¹²⁷ TITO LÍVIO, II, 57, p. 187, v. I.

¹²⁸ TITO LÍVIO, VI, 11, p. 24, v. II.

arengas entre os tribunos da plebe e os patrícios, pois que o espaço por excelência englobado pela narrativa desse *corpus* é a *urbs*. No livro XXI, Lívio começa a narrar guerras externas à Itália e, dessa forma, Roma aparece com menos constância.

Pode-se considerar que do livro XXI ao XLV, Lívio constrói sua narrativa a partir de uma seqüência pré-estabelecida de fatos: eleições, prodígios e sua expiação por meio de cerimônias, sorteio de províncias, disputas entre os políticos romanos, guerras em lugares externos a Roma. Das práticas promovidas no cotidiano aristocrático da *urbs*, as disputas ganham destaque pelas penas de Lívio.

Assim, é que narra as disputas entre o cônsul Caio Flamínio e os senadores, durante a segunda guerra púnica. Alegando ser mal visto pelos últimos, o cônsul havia partido para sua província sem assumir esse cargo em Roma conforme reza a lei, que exigia, para sua legitimação, os auspícios divinos. Após muitas confusões, Flamínio retorna à *urbs* para cumprir seus deveres com os deuses e os homens, contudo um funesto presságio ocorreu: *“E ao imolar um veado, este, já ferido, escapou das mãos dos sacrificadores e fugiu, salpicando de sangue os assistentes, sobretudo os que ignoravam o motivo do alarme e correram para longe. Quase todos viram no fato um presságio aterrorizante”*¹²⁹.

Desse modo, Lívio quer mostrar como as ações políticas deveriam ser orientadas pelos sinais divinos, cabendo aos homens públicos terem seu poder por meio deles sacralizados. A desobediência às leis divinas e humanas, apenas gerava disputas internas, o mal maior de Roma, segundo Lívio. Essa é a mensagem que envia aos seus contemporâneos, a qual acrescenta que até o perigo das guerras externas era inferior ao gerado pela desarmonia no seio da *urbs*. Apresenta essa idéia ao narrar que próximo à batalha de Canas, entre romanos e cartagineses, num momento em que Aníbal se aproximava do acampamento romano, neste havia disputas dos comandantes romanos entre si e entre e os soldados:

Novamente o acampamento romano ficou transformado pela sublevação dos soldados e o desacordo dos cônsules: Paulo Emílio confrontava Varrão com a imprudência de Semprônio e Flamínio, Varrão objetava a Paulo Emílio que o exemplo de Fábio vinha a calhar para generais medrosos e inativos. Um invocava o testemunho dos deuses e dos homens de que não era sua culpa se Aníbal já possuía a Itália por direito de uso; a ele, Varrão, o colega atava as mãos; os soldados, irritados e ávidos de combates, viam-se despojados da armadura e da espada¹³⁰.

Lívio evoca as disputas fora do espaço de Roma, com a narrativa de um duelo entre dois primos germanos que disputavam o principado da cidade de Íbis. Organizam um

¹²⁹ TITO LÍVIO, XXI, 63, p. 434-435, v. III.

¹³⁰ TITO LÍVIO, XXII, 44, p. 63, v. III.

espetáculo oferecido ao exército romano de Cipião em Cartagena, no qual lutam como gladiadores: “*Um orgulhoso de sua força, o outro da flor da juventude, preferiam morrer lutando a sujeitar-se; e como não foi possível sossegar-lhes o furor, ofereceram ao exército um espetáculo notável (...)*”. Mais importante do que isso, é que o fato constituiu “*(...) uma lição exemplar do mal imenso que a cobiça do poder provoca entre os mortais*”¹³¹.

Algumas das disputas são impulsionadas durante as escolhas das províncias, momento em que era comum serem apresentadas queixas contra alguns dos magistrados que para aquelas se dirigiam após serem nomeados. Foi isso o que ocorreu com Fábio Píctor:

Antes da partida dos pretores para suas províncias, uma querela eclodiu entre Públio Licínio, pontífice máximo, e Quinto Fábio Píctor, flâmine de Quirino (...). Agora o pretor Fábio era impedido por Públio Licínio de rumar para a Sardenha. No Senado, como perante o povo, foi acirrado o debate: de parte a parte a autoridade se fez valer, assacaram-se provas, infligiram-se multas, convocaram-se tribunos, apelou-se ao povo. Por fim prevaleceu a religião: o flâmine teve de obedecer ao pontífice (...)¹³².

A religião contribui para se acalmar os ânimos. Daí Lívio considerar que o seu fomento é fundamental para a “restauração” da Roma de seu presente.

As disputas ocorriam também nos períodos das eleições, durante as quais alguns candidatos tentavam construir uma imagem aprazível de si, ao passo que outros, buscavam macular a imagem de seus adversários:

Nesse ano, vários homens ilustres candidataram-se à censura. Como se essa circunstância não bastasse para avivar a disputa, eclodiu uma querela mais violenta ainda. Eram candidatos Tito Quíncio Flaminino, Públio Cornélio Cipião, filho de Cneu, Lúcio Valério Flaco, Marco Pórcio Catão, Marco Cláudio Marcelo e Mânio Acílio Glabrião, que nas Termópilas vencera Antíoco e os etólios. Para este, que multiplicava as distribuições de dinheiro ao povo, pendiam as simpatias.

Por isso, é que os outros candidatos faziam de tudo para ultrajar Glabrião, sobretudo os nobres romanos que não admitiam que um “simples” “homem novo”¹³³ alcançasse as honrarias públicas:

Os nobres, visto seu número sentiam-se despeitados pelo fato de um homem novo gozar de preferência tamanha, e os tribunos da plebe (...) citaram-no em juízo, acusando-o de não ter apresentado em seu triunfo, nem vertido no Tesouro, parte do dinheiro do rei e do butim tomado no acampamento de Antíoco¹³⁴.

¹³¹ TITO LÍVIO, XXVIII, 21, p. 39, v. IV.

¹³² TITO LÍVIO, XXXVII, 51, p. 183-184, v. V.

¹³³ Trata-se de um homem público, cuja família não possuía tradição política e, portanto, alcançou as honrarias públicas a partir de outros meios. Um exemplo desse perfil romano, é Cícero que alcançou vários cargos públicos a partir do uso da oratória. Sobre Cícero e a oratória enquanto forma de poder, escrevemos um artigo intitulado *Discursos ciceronianos: a oratória como forma de poder na Roma antiga*.

¹³⁴ TITO LÍVIO, XXXVII, 57, p. 193, v. V.

Quando as disputas envolvem homens excessivamente virtuosos, Lívio faz questão de tomar o seu partido, inserindo-se em meio às distintas vozes que causam tumulto no cenário romano. É o caso de Públio Cornélio Cipião, cognominado de Africano após a vitória de seu exército romano sobre os cartagineses, segundo Lívio. Como um orador, elabora sua defesa a partir de uma discordância das acusações citadas por tribunos da plebe sobre o “ilustre” romano, conforme as quais esse havia experimentado “luxo excessivo” em Siracusa¹³⁵. Cipião era alvo de comentários ambíguos: uns consideravam uma vergonha que não apenas os tribunos da plebe, mas a cidade inteira manifestasse tamanha ingratidão com o chefe que vencera os púnicos; outros diziam que era necessário tratá-lo sem distinção em relação aos outros cidadãos. Lívio, por seu lado, assume a defesa de Cipião, cujas ações mereceram ser por ele eternizadas pelo benefício que afirma ter concedido à república, sobretudo pela vitória diante dos cartagineses, vista como seu maior feito:

Foi homem digno de memória, mais pela habilidade militar que pela conduta nos negócios civis; brilhou mais no começo da vida que no fim, movendo guerras sem cessar; a idade empanou seus atos e não mais teve onde exercer seu talento (...). Resta isto, porém: alcançou sozinho a porção maior da glória de rematar a guerra púnica, a mais importante, a mais perigosa que os romanos jamais conduziram¹³⁶.

Lívio nos informa ainda sobre o ódio de Catão em relação ao Africano, de quem era ferrenho adversário e, por isso, “(...) mesmo em vida de Públio Cornélio, tinha o hábito de rosnar contra sua grandeza”¹³⁷. Para Lívio, foram esses perfis de adversários que tentaram construir uma imagem desvirtuosa para Cipião que, no entanto, procurou proteger em toda sua escritura a partir da rememoração de atos do mesmo que respeitavam as virtudes da tradição romana.

História e civismo são idéias-eixo do texto de Lívio, por meio do qual elabora um lugar para Roma enquanto espaço por excelência do exercício da política. Espaço em que transeuntes circulam cotidianamente, utilizando-o de formas variadas: para levar oferendas aos deuses nos templos; para debater e tomar decisões nas assembleias públicas; para realizar e participar de cerimônias religiosas, de jogos e de espetáculos; para vivenciar experiências de triunfo após vitórias em guerras; para prantear os mortos com vestes de luto; para acusar adversários políticos via oratória e planejar conspirações; para realizar comícios em tempos

¹³⁵ TITO LÍVIO, XXXVIII, 51, p. 265, v. V.

¹³⁶ TITO LÍVIO, XXXVIII, 53, p. 268, v. V.

¹³⁷ TITO LÍVIO, XXXVIII, 54, p. 269, v. V.

de eleição. Espaço textual em que o cotidiano cívico é publicizado, evocando a maneira de ser do romano no mundo, segundo as percepções livianas.

Consideramos que se há um tema que perpassa toda a obra de Lívio, a despeito de sua preocupação em historicizar vários costumes que compõem a *civitas*, trata-se das disputas por poder. *Tópos* que não se constitui como parte do rol das virtudes tradicionais romanas, fomentadas por Lívio. No entanto, encontra-se em todos os espaços imagináveis de seu texto que, por isso, pode ser pensado a partir desses três conceitos: história, civismo e poder.

CONCLUSÕES

Várias imagens de Lívio ficaram com o “fim” desse estudo. O moralista, o patriota e o tradicionalista; o estóico que se quer honesto com seus leitores; o pragmático; o orador e o retórico; o contador de *fabulae*; o narrador do *uerus similis*; o “tradutor” de Políbio; o historiador do civismo romano; o republicano; o idealizador e “restaurador” de sua *urbs*. Historiador que teve a possibilidade de ser lido a partir de múltiplos olhares, que aos poucos foram se complementando, de acordo com o ritmo da pesquisa.

Construímos representações contemporâneas sobre Lívio e sua escrita. É um “Lívio contemporâneo” que aparece em nosso texto, ao concebermos sua escrita da história como um discurso ligado ao verossímil, à tradição oral, ao cotidiano cívico, à retórica. Não se trata de uma visão anacrônica. Significa apenas que recepcionamos Lívio no séc. XXI e, fazê-lo, não nos poderia levar as mesmas leituras acerca dele elaboradas em outros tempos.

Traduzimos Lívio para um contexto em que, de um lado, admite-se que a história é um discurso verossímil que representa o que aconteceu, assim como ele o fazia; de outro, que é um texto que escreve sobre outro(s) texto(s). Procuramos deslocá-lo, desviá-lo, invertê-lo, atentando para o “não-dito”. A partir desse, esprememos o texto de Lívio até conseguirmos dele sugar o maior número possível de indícios de suas pretensões como historiador. Talvez esse exercício constitua o principal elemento que distingue este trabalho, ou pelo menos o que tentamos promover por meio dele, dos já realizados sobre Lívio a que tivemos acesso. Pois, seus autores constroem visões, sobretudo a partir do “dito”.

Construímos, portanto, sentidos para a escrita de Lívio a partir da compreensão de que ela não constitui um cristal, pedra constituída por partículas organizadas no espaço por uma ordem que não pode ser desarrumada. Um cristal, cuja transparência poderia nos mostrar claramente o que se encontra por trás dele. A Lívio, cabe mais a metáfora do caleidoscópio, instrumento formado por vários fragmentos móveis de vidro colorido que, ao se refletirem num jogo de espelhos, geram um número infinito de imagens de cores variadas. De cristal a caleidoscópio: a história liviana.

Durante todo o texto, procuramos argumentar em defesa de um “Lívio historiador”, que o foi, sobretudo por sua preocupação em rememorar feitos que aconteceram, acompanhando o ritmo de suas mudanças a partir de um diálogo com um conjunto de materiais que lhe permitiram “acessar” a memória de um passado e construir, para esse, uma

outra. Uma memória em que marcas de seus distintos lugares (historiador, aristocrata, patriota, moralista, etc.) se intercalam.

O “Lívio historiador” emergiu, então, após um conjunto de análises, que resultaram em algumas percepções sobre ele: acompanha uma tradição historiográfica que se propõe a investigar e a narrar o que aconteceu; admite que seu texto é, sobretudo verossímil; promove usos de fontes, guiado por uma sensação de desconfiança; “traduz” Políbio a partir de intenções peculiares que resultaram em deslocamentos de sua obra; representa um rol de práticas sociais, procurando desviá-las do esquecimento. São compreensões que construímos a partir de um exercício que teve como fio condutor uma análise historiográfica da obra de Lívio.

A partir do estudo de Lívio e das demais leituras que construímos, entendemos a história como uma “tradição”, visto que nossa produção constitui uma continuidade do que já foi produzido pelos antigos, ainda que com consideráveis deslocamentos. Trata-se de uma “tradição” caracterizada pela articulação entre prática/ investigação, baseada em “regras”, e numa narrativa sobre as ações humanas. “Regras” que são mutiladas e desviadas a cada nova investigação estabelecida, mas que não perdem seu “lugar próprio”. Os antigos, assim como nós, promoviam investigações baseadas em elementos próprios ao *fazer* historiográfico em sua época. Assim, promovemos a investigação de forma distinta, desde Heródoto, porém, é esse exercício, aliado à escrita, que, aos nossos olhos, nos faz historiador.

Vimos Lívio como um historiador que narra um conjunto de práticas sociais. Por isso, ler sua obra constituiu uma experiência que proporcionou mais aberturas que fechamentos. Sensação que se revelou ao nos depararmos com uma imensidão de representações sobre as disputas por poder no âmbito de Roma e que foram minimamente exploradas neste trabalho, em virtude de seus objetivos e de seu próprio formato. Esperamos retornar ao texto de Lívio a fim de fazer uma pesquisa mais apurada sobre esse tema que constitui, a nosso ver, seu próprio *leitmotiv*.

A fase da escrita (*graphé*) de uma pesquisa (*historié*) constitui também um momento em que somos levados à necessária seleção das tramas e passagens a serem analisadas. Exercício que, no caso do estudo da *Ab urbe condita* de Lívio, terminou nos estimulando a continuar pesquisando, dada a imensidão das possibilidades de análise por ela proporcionadas. Tivemos, pois, que matar fases da pesquisa, ao deslocá-la para a escrita¹. Angústia, ao menos compartilhada pela comunidade de historiadores. Assim, o estudo da obra serviu também

¹ É isso que Michel de Certeau afirma que os historiadores fazem quando da fase da escrita da história. Cf.: CERTEAU, Michel de. Op., cit., 2002.

como uma entrada para novos caminhos a serem percorridos em outros momentos e/ou por outros transeuntes que a isso se disporem.

BIBLIOGRAFIA

1. ALBERTO, Paulo. F. *O simbólico na construção da imagem e do programa ideológico de Augusto: os mitos da fundação de Roma*. Revista Agora, Lisboa, n. 6, 2004.
2. ARAÚJO, Orlando Luiz; LIMA, Marinalva Vilar de. *Ensaio em estudos clássicos*. Campina Grande: Ed. UFCG, 2006.
3. CARCOPINO, Jérôme. *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*. Trad.: António José Saraiva. Lisboa: Livros do Brasil, s/d.
4. CAVALLO, Guglielmo; CHARTIER, Roger (orgs.). *História da leitura no mundo ocidental*. São Paulo: Ática, 2002 (vol. I).
5. CERTEAU, Michel de. *A escrita da História*. Trad.: Maria de Lourdes Menezes Rio de Janeiro: Forense, 2002.
6. CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad.: Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis: Vozes, 1994.
7. CHARTIER, Roger. *A aventura do livro: do leitor ao navegador*. Trad.: Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
8. CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad.: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.
9. CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Trad.: Maria Manuela Galhardo, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
10. COLLINGWOOD, R. G. *A historiografia greco-romana*. In: *A idéia de História*. Trad.: Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, s/d, p. 27-78.
11. COSTA, Lúcia Militz da. *A poética de Aristóteles: mímese e verossimilhança*. São Paulo: Ática, 1992.
12. DARNTON, Robert. *Os best-sellers proibidos da França pré-revolucionária*. Trad.: Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das letras, 1998.
13. DOSSE, François. *A história*. Trad.: Maria Elena O. Assumpção. Bauru-SP: EDUSC, 2003.
14. DUJOVNE, León. *El pensamiento histórico en la antigüedad grecorromana*. In: *La filosofía de la historia en la Antigüedad y en la Edad Media*. Buenos Aires – Argentina: Galatea – Nueva Visión, 1958.
15. ERNOUT, A.; MEILLET, A. *Dictionnaire étymologique de la langue latine: histoire des mots*. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1932.
16. FARIAS, Ernesto. *Dicionário escalar latino português*. Rio de Janeiro: FAE, 1991.

17. FINLEY, Moses. *A política no mundo antigo*. Lisboa: Edições 70, 1997.
18. FINLEY, Moses. *Mito, memória e história*. In: *Uso e abuso da história*, Trad.: Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989, pp. 3-27.
19. GRIMAL, Pierre. *A vida em Roma na Antiguidade*. Trad.: José Daniel Lourenço *et al.* Lisboa: Europa-América, 1981.
20. GRIMAL, Pierre. *O século de Augusto*. Trad.: Rui Miguel O. Duarte. Lisboa: Edições 70, 1997.
21. GRIMAL, Pierre. *A civilização romana*. Trad.: Isabel St. Aubyn Lisboa: Edições 70, 1993.
22. HARTOG, François. *A história de Homero a Santo Agostinho*. Trad.: Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.
23. HARTOG, François. *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad.: Jacyntho Luis Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
24. HARTOG, François. *Os antigos, o passado e o presente*. Trad.: Sonia Lacerda *et al.* Brasília: UnB, 2003.
25. HARTOG, François. *O século XIX e a história: o caso de Fustel de Coulanges*. Trad.: Roberto Cortes de Lacerda. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2003.
26. LÉVÊQUE, Pierre. *O mundo helenístico*. Trad.: Teresa Meneses. Lisboa: Edições 70.
27. MOMIGLIANO, Arnaldo. *As raízes clássicas da historiografia moderna*. Trad.: Maria Beatriz Florenzano. São Paulo: EDUSC, 2004.
28. MOMIGLIANO, Arnaldo. *Os limites da helenização: a interação cultural das civilizações grega, romana, céltica, judaica e persa*. Trad.: Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991.
29. MORELO, Sonila. *A relativização da verdade em Heródoto*. Belo Horizonte: UFMG, 2001 (dissertação de mestrado).
30. MURACHCO, Henrique. *Língua grega: visão semântica, lógica, orgânica e funcional*. São Paulo/Petrópolis: Vozes, 2003 (vol. II).
31. PETIT, Paul. *A paz romana*. Trad.: João Pedro Mendes São Paulo: EDUSP, 1989.
32. ROBERT, Jean-Noël. *Os prazeres em Roma*. Trad.: Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
33. ROMILLY, Jacqueline. *História e razão em Tucídides*. Trad.: Tomás Rosa Bueno. Brasília: UnB, 1998.
34. SÁ, Maria Yacê Carleial F. de. *A idéia de cidade: a urbe romana de Tito Lívio*. Crato: URCA, 2003 (monografia de especialização).

CORPUS DOCUMENTAL

1. ARISTÓTELES, HORÁCIO, LONGINO. *A poética clássica*. Trad.: Jaime Bruna. São Paulo: Ed. Cultrix, 1997.
2. ARISTÓTELES. *A política*. Trad.: Nestor Silveira Chaves. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
3. CÉSAR, Caio Júlio. *Bellum civile* (a guerra civil). Trad.: São Paulo: Estação liberdade, 1999.
4. CÍCERO. *As Catilinárias et al.* Trad.: Américo Ramalho *et al.* São Paulo-Lisboa: Verbo, 1974.
5. CÍCERO. *Da república*. AURÉLIO, Marco *et al.* Trad.: Amador Cisneiros. São Paulo: Editor Victor Civita, 1973 (coleção Os pensadores).
6. CÍCERO. *Do sumo bem e do sumo mal*. Trad.: Carlos Ancêde Nougê. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
7. CÍCERO. *Dos deveres*. Trad.: Angélica Chiapeta. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
8. CICERÓN. *El orador*. Trad.: E. Sánchez Salor. Madrid: Alianza Editorial, 2004.
9. CÍCERO. *Retórica a Herênio*. Trad.: Ana Paula Celestino Faria e Adriana Seabra. São Paulo: Hedra, 2005.
10. HERÓDOTOS. *Histórias*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1988.
11. HORÁCIO. *Odes e epodos*. Trad.: Bento Prado de Almeida Ferraz. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
12. OVÍDIO. *A arte de amar*. Trad.: Dúnia Marinho da Silva. Porto Alegre: L&PM, 2006.
13. PLATÃO. *A república*. Trad.: J. Guinsburg. São Paulo: Difel, 1973 (vol. II).
14. PLATÃO. *Diálogos*. Trad.: Jorge Paleikat; João Costa. São Paulo: Editor Victor Civita, 1972.
15. PLATÃO. *Fedro*. Trad.: Pinharanda Gomes. Lisboa: Guimarães editores, 2000.
16. PLUTARCO. *A Vida dos homens ilustres: Demóstenes e Cícero*. Trad.: Sady-Garibaldi. São Paulo: Atena Editora, s/d.
17. POLÍBIOS. *História*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1996.
18. TÁCITO. *Anais*. Trad.: J. L. Freire de Carvalho. Rio de Janeiro/São Paulo/Porto Alegre/Recife: W. M. Jackson Inc. Editores, 1965.
19. TITO LÍVIO. *História de Roma*. Trad.: Paulo Matos Peixoto. São Paulo: Paumape, 1989 (vol. I-VI).

20. TITO LÍVIO. *História de Roma – Ab urbe condita libri* (livro I). Trad.: Paulo Farmhouse Alberto. Lisboa: Inquérito, 1993 (edição bilíngüe).
21. TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*. Trad.: Mário da Gama Kury. Brasília: Ed. UnB, 1986.
22. VERGÍLIO. *Eneida*. Trad.: Carlos Alberto Nunes. Brasília: Ed. UnB, 1981.
23. XENOFONTE. *Ciropedia*. Trad.: João Félix Pereira. São Paulo: W. M. Jackson Inc., 1970.